

Anais do 2º Fórum
do Programa de
Pós-Graduação
em Sociologia do
IFCH/Unicamp

**CADERNO DE
TRABALHOS
COMPLETOS**

2015

2FPPGS

Anais do 2º Fórum do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia do
IFCH/Unicamp

CADERNO DE TRABALHOS COMPLETOS

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

2015

2FPPGS

2º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp

Comissão Organizadora

Camila Teixeira Lima • Cinthia Cristina dos Santos • Erika L. A. Soares • Flávia Xavier Merlotti Paniz •
Gabriella Almeida Rancan • Gilberto Leandro Busso • Gustavo Martins do Carmo Miranda • Henrique Pasti •
Hyury Pinheiro • Kassoum Diémé • Laura Oliveira Alberti • Laura Sant'Anna Luedy Oliveira •
Leianne Theresa Guedes Miranda • Letícia Helena Mamed • Lidiane Maciel • Lizandra Zago •
Mariana Shinohara Roncato • Murillo Augusto de Souza van der Laan • Raphael Silveiras •
Rodrigo Fessel Segal • Sheyla Castro Diniz

Realização

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Reitor

Prof. Dr. José Tadeu Jorge

Diretor do IFCH

Prof. Dr. Jorge Coli

Diretor Associado do IFCH

Prof. Dr. Jesus José Ranieri

Apoio

Departamento de Sociologia (IFCH/Unicamp)
Secretaria de Eventos (IFCH/Unicamp)
Setor de Publicações (IFCH/Unicamp)
Direção (IFCH/Unicamp)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH/UNICAMP

Bibliotecária: Neiva Gonçalves de Oliveira CRB/8 nº 6792

F779a Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp (2. : 2015 :
Campinas, SP).

Anais do 2º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 26 a 28 de
maio de 2015. Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 2015.

323 p.

ISSN 2357-8033

1. Sociologia. 2. Teoria social. 3. Cultura. 4. Tecnologia – Aspectos sociais. 5.
Subjetividade. 6. Migração. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. II. Título

CDD — 301

Índice para catálogo sistemático

Sociologia	301
Teoria Social	301.01
Cultura	301.2
Tecnologia — Aspectos sociais	
Subjetividade	301.243
Migração	301.326

Sumário

GT 1 Classe, Gênero e Raça	11
Estudo das articulações das classes e das frações de classes no Brasil: do início do governo Juscelino Kubitschek, em 1956, à concretização do golpe, em 1964.	
Roziane Ferreira da Silva Cerqueira	13
A cidade de São Paulo e o Centro velho: empreendimentos, ajustes e reajustes da configuração do espaço urbano	
Leianne Theresa Guedes Miranda	15
Migração Internacional e divisão sócio-sexo-racial do trabalho	
Mariana Shinohara Roncato	33
Assimetrias de Gênero em Fluxos Migratórios Internacionais	
Rodrigo Fessel Segal	35
Trabalho e intensidade/intensificação: anotações sobre a degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo	
Erika L. A. Soares	37
GT 2 Cultura, Arte e Sociedade	47
Estrutura de sentimento: Reflexões teóricas e metodológicas para a análise do desbunde e da contracultura na MPB (1969–74)	
Sheyla Castro Diniz	49
Pop com gentílico	
Luã Ferreira Leal	69

“O Delicado Abismo da Loucura”: angustia moderna no mundo arcaico da literatura sertaneja contemporânea de Raimundo Carrero e Ronaldo Correia de Brito	71
Camila Teixeira Lima	
A arte disputa a Bienal de São Paulo: uma análise sobre a dinâmica diferencial dos campos	87
Juliana Closes Miraldi	
Experiência Agência Popular Solano Trindade: possibilidades da produção cultural no capitalismo contemporâneo	107
Dalva Regina Pereira Santos	
GT 3 Pensamento Social	109
Um retorno ao passado: os <i>krausistas</i> espanhóis e o pensamento sociológico	111
Gustavo Martins do Carmo Miranda	
E. P. Thompson e a sociologia brasileira: um estudo a partir das classes sociais	113
Breno Augusto de Oliveira Santos	
Gabriel Cohn e o sentido de pensar a “teoria entre nós”	115
Flávia Xavier Merlotti Paniz	
Marxismo, crise e crítica: o tournant benjaminiano nas trajetórias intelectuais de Michael Löwy e Daniel Bensaïd	135
Fabio Mascaro Querido	
Amazônia e Marxismo: o pensamento de Florestan Fernandes entre o mágico e o cruel	137
Luiz Fernando de Souza Santos	

GT 4 Migração e Cidadania **139**

Particularidades e singularidades acerca do trabalho qualificado imigrante no Brasil **141**

Maria Bernadete Fin Ferreira Campos **141**

Imigração e Trabalho: O Caso das Haitianas em São Paulo **143**

Kassoum Diémé **143**

Migração Ambiental: uma contribuição sociológica para entender sociedades em transição **161**

Marcela da Silveira Feital **161**

Trabalho e Migração: a morfologia do fluxo de haitianos pela Amazônia acreana e seu processo de integração precarizada no Brasil **163**

Letícia Helena Mamed **163**

GT 5 Sociedade e Economia **165**

Ação do empresariado financeiro na sociedade civil brasileira: Um estudo de caso a partir dos bancos e banqueiros **167**

Sara da Silva Freitas **167**

Capitalismo Maquínico. Produção em massa e (re)produção da massas **169**

Gustavo Bissoto Gumiero **169**

Desenvolvimento Sustentável visto por uma perspectiva marxista **171**

Antonio Pereira de Oliveira **171**

Respostas aos desafios das mudanças ambientais globais em níveis locais: os casos de São Paulo e Pequim **189**

Alberto Matenhauer Urbinatti **189**

As Estratégias Políticas e Econômicas no Período de Mao Zedong **191**

Lisandra Zago **191**

GT 6 Corpo, Subjetividade e Poder	215
Saúde mental e depressão: sobre a função política de uma epidemia	
Elton Rogério Corbanezi	217
Relação consciência-mente-corpo no contexto da hiperconexão digital: automatismo e liberdade à luz do Yoga	
Thiago Pires Galletta	219
Desenvolvimentos sobre as marcações de mulher e de animal no abate industrial	
Laura Luedy	221
Pensar o libertário	
Mario Guillermo Massini	223
Notas sobre a universalização de um discurso	
Matheus Silveira Mendes	225
GT 7 Teoria e Método	227
Trabalho e <i>habitus</i>: um diálogo crítico entre os “jovens” Lukács e Bourdieu	
Tábata Berg	229
Justiça Social e Teoria Crítica: formulações contemporâneas	
Enrico Paternostro Bueno da Silva	231
“O sistematizador do assistemático”: ensaio e sistema em Georg Simmel	
Henrique Pasti	233
Considerações sobre a relação entre igualdade e valor em Karl Marx a partir do conceito de capital na sua generalidade	
Hyury Pinheiro	235

Touraine e Habermas: um debate teórico contemporâneo sobre novas exigências de democracia	
Rubia de Araújo Ramos	251
Acesso à Internet: contribuições teórico-metodológicas de Foucault e Deleuze para o estudo da rede mundial de computadores	
Raphael Silveiras	253
Considerações metodológicas sobre a análise de uma elaboração teórica	
Murillo Augusto de Souza van der Laan	255
Cidadania compartilhada: uma resposta aos desafios das sociedades multiculturais?	
Joice Vanini	257
GT 8 Políticas Públicas, Conflitos e Movimentos Sociais	279
Equidade de gêneros no Estado Brasileiro: a construção de um projeto igualitário? Uma análise das políticas públicas de gênero no período neo-desenvolvimentista (2002 – 2013)	
Julia de Souza Abdalla	281
Acumulação flexível, empregabilidade e a (re)produção do modelo de educação profissional via políticas públicas no Brasil	
Laura Oliveira Alberti	299
Conflitos armados e mudança social no município de Cité Soleil do Haiti a partir dos anos 1990 até hoje: uma análise crítica da gestão do poder político e do papel das religiões.	
Jean Fabien	301
Os movimentos sociais e as novas tecnologias da informação e comunicação – Um estudo comparativo entre movimentos sociais	
Guilherme Flynn Paciornik	321

GT 1

Classe, Gênero e Raça

Estudo das articulações das classes e das frações de classes no Brasil: do início do governo Juscelino Kubitschek, em 1956, à concretização do golpe, em 1964.

ROZIANE FERREIRA DA SILVA CERQUEIRA

roziane_19@yahoo.com.br

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Sávio Cavalcante.

Resumo

A presente pesquisa busca analisar as articulações das classes e frações de classes no Brasil, entre os anos de 1956 e 1964. Para tanto, será preciso compreender a dinâmica entre a revolução e a contrarrevolução no país, bem como as aspirações e ação das classes sociais que compuseram tais blocos. Situar o início da pesquisa em 1956, após a ascensão de Kubitschek à presidência, é importante porque foi neste momento que as disputas entre as classes e frações se intensificariam, uma vez que este governo, conscientemente ou não, aportou um reforço de peso ao bloco contrarrevolucionário e suas iniciativas, na medida em que internalizou ao Brasil forças sociais do capital estrangeiro, bloqueando economicamente as iniciativas em curso do capital nacional, existente em vários setores. Desse processo, decorre uma acentuação da disputa entre diferentes projetos de nação que terá seu desfecho com o golpe civil-militar em 1964. Dessa forma, são objetivos dessa pesquisa: identificar, entre os anos 1956 e 1964, as classes e frações de classes que compuseram o bloco revolucionário e o contrarrevolucionário, tanto aquelas internas ao Brasil, quanto externas; apreender o processo histórico de luta de classes entre tais blocos de poder; identificar a dinâmica das articulações feitas em ambos os blocos, no interm do processo anteriormente re-

ferido; apreender como tais articulações determinaram a vitória da contrarrevolução, por meio do golpe de 1964.

Palavras-chave revolução, contrarrevolução, golpe civil militar, classes sociais

A cidade de São Paulo e o Centro velho: empreendimentos, ajustes e reajustes da configuração do espaço urbano

LEIANNE THERESA GUEDES MIRANDA

lannethe@gmail.com

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp sob orientação da Prof^a Dr^a Arlete Moysés Rodrigues.

Resumo

Os processos de intervenção urbana no Centro Velho de São Paulo são aqui tomados como cenário sociologicamente relevante, não só, mas, principalmente, a partir do momento em que empreendimentos, ajustes e reajustes necessários para validar o capital disparam uma série de consequências socialmente problemáticas que recaem sobre a população empobrecida que ali vive. Com vistas àquilo que hoje representa o Centro Velho, busca-se analisar os percursos do capital, sobretudo, do capital imobiliário, bem como, sua relação com o Estado à luz da lógica de parcerias público-privadas. A elucidação dessa contraditória relação nos permite compreender como o Centro Velho existe e resiste hoje.

Palavras-chave Centro Velho, parceria público-privada e “gentrification”

A metrópole paulista é aquela que se desenvolve em conjunto com a expansão e modernização do campo estimulando a economia interna e o surgimento de novas “personificações do capital”. Ao longo dos anos, seu processo de metropolização foi marcado por várias fases e etapas que, na sucessão do tempo e na variabilidade de sua concepção espacial, viram-se as mais diversas transformações urbanas.

Assistiu-se à entrada impetuosa da atividade fabril do país em terras paulistanas, bem como, sua concentração e desconcentração que a transformou em metrópole industrial e, posteriormente, em metrópole transnacional, cujas representações do capital dos diversos setores da economia, assim como, a produção imaterial de produtos conferem visibilidade à economia interna e externa, até os dias atuais.

São Paulo torna-se uma cidade “onipresente”. No cenário mundial, o seu reconhecimento, em grande medida, ocorre quando do movimento de internacionalização da economia nacional e da introdução do capital estrangeiro no país, nesse sentido, o “(...) processo de desenvolvimento econômico do país é inseparável do próprio processo de [seu] crescimento, [de sua] diversificação e [de sua] afirmação da economia urbana (...)” (SANTOS, 2012, 41).

Ao longo de seu desenvolvimento, a cidade de São Paulo angariou boa parte do complexo industrial brasileiro e, por consequência, arrecadou altos percentuais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como, mercados de capitais oriundos de Fundos Mútuos de Ações, Fundos Mútuos de Renda Fixa, Sociedades de Arredamento Mercantil, Sociedades de Crédito Imobiliário, Sociedades de Crédito Financeiro e Investimentos, uma ampla concentração de sistemas bancários públicos e privados, entre outras representações do capital.

Até 1930, viu-se: a consolidação do sistema bancário, comercial e industrial, bem como, dos loteamentos da Avenida Paulista e de Higienópolis; a construção de bairros modernizados e o início da verticalização da cidade sustentado pela superexploração do trabalho dos operários; a instalação de bondes elétricos, o surgimento dos primeiros planos de urbanização, além do processo migratório estrangeiro e, junto a esse, uma movimentação operária que ampliou significativamente as periferias.

O desenvolvimento histórico e econômico do Centro Velho foi intensamente assinalado pela investidura de capital imobilizado em infraestrutura. A década de 1930, definitivamente, marcou a era da propagação dos prédios verticalizados para fins de moradia,¹ apesar de

1. O fenômeno da verticalização em São Paulo, segundo Souza (1994, 79) é vinculado, por um lado, como uma “(...) consequência da evolução das estruturas de concreto, do elevador e dos instrumentos econômicos (...)” e, por outro, pela decadência dos novos padrões arquitetônicos.

terem sido rejeitados, num primeiro momento, “(...) especialmente pela classe média, que não admitia ‘promiscuidades’ semelhantes aos cortiços das classes baixas” (LE MOS, 1979 apud SOUZA, 1994, 71). O Centro Velho é marcado, desde esse período, por uma economia centrada no comércio e no setor de serviços.

De 1945 a 1954, a cidade de São Paulo se consolida como o centro socioeconômico do país, seu crescimento atrai grande massa da população devido à intensidade do desenvolvimento industrial; nesse intervalo é que os primeiros processos de incorporação imobiliária são vistos.

Na cidade de São Paulo, não podemos perder de vista que todo o seu desenvolvimento histórico está ligado ao processo de constituição e fortalecimento de uma política econômica na e da cidade, cujo cenário principal é o Centro Velho e, as personagens, os sujeitos sociais responsáveis pelas ações e relações sobre o espaço urbano, quais sejam: as classes e as frações de classes sociais, o Estado e as personificações do capital.

O Centro Velho da cidade de São Paulo é composto por oito distritos que integram a Subprefeitura da Sé,² sendo eles: Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, República, Liberdade, Cambuci e Sé. Há pelo menos duas décadas, esse espaço vem sendo alvo dos mais diversos tipos de intervenção urbana. As variadas fases e etapas do seu processo de transformação são marcadas por empreendimentos, ajustes e reajustes de sua configuração espacial, ancoradas em implantações de planejamentos/replanejamentos e desenvolvimentos urbanísticos, dos quais, podem-se ver processos segregacionistas recaírem sobre a população empobrecida.

No atual momento histórico, o Centro Velho de São Paulo é marcado por intensos processos de requalificação e enobrecimento, vinculados a uma profunda especulação imobiliária promovida pelo conjunto de empresas ligadas ao capital imobiliário, fundiário e finan-

2. A Subprefeitura da Sé - junto a outras 30 Subprefeituras - foi criada pela Lei 13.399/2002 na gestão de Marta Suplicy como órgão da Administração Direta e instância regional de administração que tem entre suas funções, a responsabilidade de instituir mecanismos de democratização da gestão pública e fortalecimento de formas participativas intersetorial e territorial, bem como, “(...) planejar, controlar e executar os sistemas locais, obedecendo as políticas, diretrizes e programas fixados pela instância central da administração” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2002).

ceiro em íntima relação com o Estado, dinâmica por meio da qual se procura viabilizar a reformulação urbana ancorada na lógica da parceria público-privada.

Nesse interim, a lógica de produção do espaço acaba por configurar um nó que agrava a crise social urbana, pois ao resguardar o grande capital, os investimentos públicos, não raro, são direcionados a reabilitação da cidade para melhor atender as demandas da iniciativa privada – nó esse difícil de desatar quando o governo municipal torna-se incapaz de realizar reabilitações urbanas com investimento público, momento no qual, fixam-se parcerias mediante contratos de uso e ocupação da terra pública.

Tais iniciativas configuram-se como uma tendência que, de forma gradual, passa-se para o domínio da empresa privada o que deveria estar sob o poder do Estado, ou seja, demonstra um modelo de privatização das dimensões públicas que marca uma combinação completamente ordenada dentro das proposições das personificações do capital junto ao Estado para a produção da cidade, proposições essas, passíveis de serem refutadas, uma vez que se convertem em “(...) novas formas de naturalização da produção empresarial e privada dos espaços que poderiam ser a ancoragem de sociabilidades públicas” (RIZEK, 2009, 71).

Lembre-mos do Projeto Nova Luz, um alardeado exemplo de promiscuidade, conforme Rizek (2009), entre ação empresarial e Estado na produção cidadina, no qual, o próprio Plano de urbanização de ZEIS deixa transparecer tal dinâmica, ao reforçar que,

“Se um lugar forma-se pela espacialização, ou seja, pela transformação de espaços em lugar, a partir da interação entre pessoas e entre pessoas e ambiente seria um erro concluir que o perímetro da ZEIS é meramente uma área de habitação social ou popular. Esse espaço fará parte do projeto urbanístico integrado, na medida em que se extrapola a questão da habitação social, promovendo espaços de encontro, espaços de prestação de serviços, espaços de consumo, espaços de circulação, espaços de acumulação (...)” (PROJETO NOVA LUZ, 2011, 44-45).³

3. Aí também podem ser inseridos os “espaços verdes”, àqueles destinados à revitalização, que nada mais são que um “espaço neutralizado numa degradante democratização que tem por símbolo a ‘square’ [o parque]” (LEFEBVRE, 1999, 36), ou seja, aqueles

A viabilidade legal do Projeto Nova Luz ancorou-se, sobretudo, na Lei 14.918/2009, concessão urbanística destinada às iniciativas privadas interessadas no desenvolvimento e reurbanização do perímetro dos distritos Luz e Santa Ifigênia. Criada pelo Plano Diretor Estratégico e prevista na Lei de Zoneamento (13.885/2004), a concessão urbanística torna legítima a participação empresarial no planejamento da cidade.⁴ Tal legitimidade concede à iniciativa privada a obtenção de terrenos por meio de desapropriações – guiadas pela tabela de preços do mercado -.

Ao longo de sua configuração histórica, o Centro Velho é marcado por uma periodização de distintos processos modificadores de sua paisagem, além de uma intensa heterogeneidade em relação aos sujeitos sociais e à sua participação na dinâmica que perpassa as discussões sobre as requalificações urbanas ali promovidas - bem como, sobre a expansão da centralidade, já que “(...) a produção de uma nova centralidade enobrecida decreta [por conseguinte] a morte de sua antecessora” (ROLNIK, 2006, 2).

Disso resulta conflitos sociais atrelados à relação político-econômica inoculada no ambiente social de forma propícia ao acúmulo e expansão do capital - em suas mais diversas facetas -, cujas negociações em torno do Centro Velho, além de interferir negativamente no espaço social público, afeta diretamente a vida de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, cujos interesses em sua coletividade simplesmente não existem para aqueles que decidem quais intervenções urbanísticas fazer, onde e quando fazer, desde que não sejam afetados.

Desde a década de 1960, podemos observar no Centro Velho, dois movimentos concomitantes realizados pelas classes sociais paulistanas, no entanto, como trajetos opostos. Ao mesmo tempo em que o Centro foi se popularizando ocorreu um processo de evasão de empresas e bancos em direção aos subcentros. Tal processo de popularização e de evasão não se dá em relação à presença da classe empobrecida naquela região, mas, devido ao fato de estar essa mesma região passando pela “(...) deterioração de seus equipamentos urbanos e [pelo] declínio de seu valor imobiliário” (FRÚGOLI JR., 2000, 61).

lindos jardins públicos cercados pelas grades de ferro que demonstram o tempo todo, a presença de poder e a quais classes fundamentalmente elas se destinam.

4. Maiores informações ver: Art. 239 do Plano Diretor Estratégico de 2002 e a Lei nº 14.918/2009.

Aqui, o que se pode afirmar a partir da dinâmica estabelecida por esse duplo movimento é que não é a “(...) presença maciça das classes populares a responsável pela deterioração de determinados espaços da cidade (...)” (FRÚGOLI JR., 2000, 61), como afirmam alguns estudiosos da questão. São as classes populares que veem, na debilidade do desenvolvimento urbano, a oportunidade de ali instalar-se, uma vez que tanto as decisões do poder público, quanto às da iniciativa de retirar-se dali devido à redução da qualidade dos serviços públicos torna viável o estabelecimento da classe de baixa renda.

“(...) é importante frisar que a área central da cidade manteve-se como alvo de determinados investimentos públicos nas últimas décadas, que a dotaram de razoável infraestrutura, ainda que por si só incapazes de contornar a contínua deterioração (...) Com isso, apesar do grande investimento do poder público, não se conseguiu barrar o processo de deterioração e esvaziamento econômico⁵” (FRÚGOLI JR., 2000, 61).

Das intervenções realizadas na década de 1990, por exemplo, algumas delas marcaram profundamente as relações sociais no Centro Velho e estavam diretamente associadas à ação conjunta (ou instruída) entre poder público e entidades privadas, como a Associação Viva o Centro (AVC) - associação entre empresas que seguem propondo alternativas políticas de urbanização para a região.

A Associação Viva o Centro, Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo, foi fundada em 1991 por proprietários urbanos envolvidos com os mais variados ramos da economia, da política, das instituições privadas, do comércio e serviços e por um conjunto de organizações e associações bancárias. Essas instituições, entre tantas outras,

“(...) procuram relacionar interesses de proprietários de imóveis localizados em áreas que estão sofrendo processo de transição/deterioração com os interesses mais amplos da área onde estes imóveis se localizam [tendo]⁶ como objetivo primordial reverter situações de declínio, de abandono e ameaça para a

5. Esvaziamento econômico nas proporções dos lucros obtidos pelas grandes empresas, pois os pequenos comerciantes e vendedores ambulantes do comércio informal, por exemplo, ali permanecem com suas atividades produtivas.

6. Grifos do autor.

área urbana onde estão instaladas as entidades que compõem a organização” (MEYER et al., 1993, 9 apud FRÚGOLI JR., 2000, 69).

Após intenso fluxo de migração de instituições privadas do capital financeiro do Centro Velho para outras localidades - devido ao processo de degradação de seus equipamentos urbanos -, a Associação Viva o Centro se propõe enquanto “ação consciente da sociedade civil” a buscar de diagnósticos e sugestões políticas para que o poder público interviesse nesse processo de alguma forma.

As propostas de intervenções urbanísticas realizadas pela AVC passam dimensões que englobam desde a revitalização do Centro à falsa “(...) perspectiva de incorporação das classes populares (...) [ao apontar] a necessidade de se reforçar as habitações populares no Centro, (...) com atuação direta do poder público e cogestão poder público/associações de moradores” (FRUGOLI JR., 2000, 84-85). No entanto, tal incorporação no Centro significou uma interação social no espaço que continha um significado popular, mas que não tornava o pobre bem-vindo.⁸

Tais classes populares são representações particulares, são hipoteticamente caracterizadas, entre as quais, não combinam “(...) a pobreza, o desemprego e a inserção do mercado informal, além de não aceitar sua presença social em massa nos espaços públicos, destituindo-lhes ainda de qualquer projeto ou possibilidade de escolha e, por conseguinte, de sua própria concretude” (FRÚGOLI JR., 2000, 86-87), visão essa confirmada por um dos integrantes da AVC, para quem o Centro

“(...) não tem a população que se imagina (...). Então, aquela gente que passa no Centro, para ir de um lugar para o outro pegar condução, aquela massa popular que até é geradora de camelôs e de interesses, não tem nada a ver com o Centro. O popular do Centro é o que está prejudicado por isso aí, que é o bancário, o comerciário, que é o funcionário público. Esses sim, nós temos que respeitar...” (CUNHA apud FRÚGOLI JR., 2000, 86).⁹

7. MEYER et al, 1996, 4 apud FRUGOLI JR., 2000, 84-85

8. Ibidem, 85.

9. Entrevista concedida por Jorge Cunha Lima à Frúgoli Jr. Mais informações ver: FRÚGOLI JR., 2000, 86.

Institucionalizada ou não, a violência propagadora da discriminação do trabalhador pobre é constante, contínua e se fortalece dia após dia, haja vista, a forma com que essa parcela da população é tratada como “caso de polícia”. Nesse sentido, o trabalhador empobrecido se tornou o marginal que ameaça a segurança da sociedade, tanto aos olhos do governo – municipal, estadual ou federal -, quanto aos olhos das classes média e alta.

Tal postura raciocinada e segregacionista demonstra a concepção da AVC, antes de tudo, atrelada à “necessidade de classe” dos empresários urbanos, cuja visão de legitimidade democrática é baseada na incorporação da “visão de mundo” do capital estrangeiro multinacional, a partir do qual, se afirma a falência do Estado frente os direitos sociais e realizam-se projetos urbano-sociais, para maquiagem a verdadeira intenção de alijar daquele espaço público a presença dos signos indelévels da diversidade social.¹⁰

Nos anos 2000, o que se viu foram verdadeiras ações conservadoras ancoradas nos interesses particulares dos agrupados empresariais que, através de reforço policial, expulsou trabalhadores do mercado informal e a população de rua, devido à desvalorização imobiliária que a presença daqueles imputavam aos locais. A fala de um dos representantes dos grupos de Ação Local ilustra bem o contexto:

“O que tem que acontecer no nosso Centro aqui em São Paulo, na minha opinião, é faxina, é limpeza, depois sim vir algum construtor que tenha maior interesse em construir aqui uma grande torre, um grande prédio (...). Eu tenho vergonha! (palmos) É prostituição, senhor secretário! Acho que a gente não precisa ficar fazendo cartinha ou listinha para tomar atitude, tem que limpar a praça (FALA DE REPRESENTANTE ... apud FRÚGOLI JR., 2000, 93).

Em meio às ações conjuntas entre o governo, sobretudo, o municipal, e as empresas representantes do capital imobiliário que buscam o seu fortalecimento via processos de requalificação urbana e revalorização do espaço, existem também reações. Além da própria classe

10. A validade dos projetos sociais realizados pela AVC ou pelas instituições parceiras desta não está em jogo. Mas, as contradições geradas nos percursos trilhados pelas parcerias efetuadas pela AVC que, como já mostrado, não admite a presença da classe empobrecida nos espaços públicos não lhes dando “possibilidades de escolhas”, como mostra Frúgoli Jr. (2000, 86-87).

trabalhadora empobrecida, não são poucos os sujeitos que seguem na luta pelo o direito à cidade e pelo direito à habitação. São sujeitos organizados e não organizados em coletivos e movimentos sociais, articulados mediante discussões e debates que fortalecem a luta pelos direitos sociais na cidade de São Paulo. O Fórum Centro Vivo (FCV) é uma dessas articulações coletivas que buscou integrar várias organizações na luta pela permanência da classe trabalhadora empobrecida no Centro da cidade, bem como, a transformação desta região para além dos moldes de enobrecimento que vem removendo, há alguns anos, uma significativa parcela daquela população para os espaços mais longínquos da cidade e, até mesmo, para outras cidades – muito comum em casos de migração -.

Assim sendo, o coletivo Fórum Centro Vivo questiona, entre outras coisas, a legitimidade de operações e projetos de revitalização urbana que acentuam a especulação imobiliária, a - não - participação popular nas Subprefeituras, nos conselhos representantes e no orçamento participativo, bem como, na “(...) definição de políticas urbanas e no acompanhamento dos investimentos e serviços públicos na região (...)” (FCV, 2006, 2), como aqueles voltados para a habitação.

A existência dessas duas representações, bem ilustra que: a ordem das palavras altera uma ação. De um lado, temos a Associação *Viva o Centro*, que segue amparando as premissas neoliberais, o fortalecimento do capital e o espaço público para as elites paulistanas. Do outro, o Fórum *Centro Vivo*, que busca o direito da população empobrecida ao Centro da cidade, cujas premissas giram em torno da justiça social, do cumprimento da função social da propriedade e da política de habitação popular que, cada vez mais, vêm atuando em contraposição à generalização do processo de “gentrification”.

“Gentrificação é um fenômeno ao mesmo tempo, físico, econômico, social e cultural. Ela implica não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física do estoque de moradias na escala de bairros; enfim, uma mudança econômica sobre os mercados fundiário e imobiliário. É esta combinação de mudanças sociais, físicas e econômicas que distinguem a gentrificação como um processo ou conjunto de processos específicos”. (HAMNET, 1984 apud BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, 23).

O fenômeno da “gentrification”, de acordo com Silva (2006), tende a ocorrer através de uma dupla influência, às vezes, combinadas entre si. De um lado, observa-se a *demand*a das classes médias e seu ávido interesse em retomar o território - o qual fora abandonado em prol dos enclaves dos conjuntos e loteamentos fechados em bairros afastados. Do outro, a *oferta* dos grupos empresariais que em conjunto com as esferas públicas promovem a produção competitiva do espaço, influenciando e fortalecendo a especulação de setores privados para além dos sistemas imobiliários e financeiros, uma vez dada a influência das grandes incorporadoras. Diante de tal fenômeno, o questionamento sobre “quais tipos de recomposições urbanas os acompanha” torna-se inevitável.

Neil Smith (2006) reconhece no processo de “gentrification”, um caráter estratégico urbano globalizante. No entanto, para o autor, este processo deve ser analisado como um prenúncio e não um modelo de análise a ser aplicado, pois “(...) por ser expressão de relações sociais, econômicas e políticas mais amplas, a gentrificação em uma cidade específica irá exprimir as particularidades da constituição de seu espaço urbano” (SMITH, 2006, 74).

Se analisarmos o processo de “gentrification” na cidade de São Paulo iremos perceber que, ele se instaura em sua forma generalizada.¹¹ Hélène Rivière d’Arc (2006) traz um importante questionamento sobre a “gentrificação sem passado” no contexto paulistano. Sendo a “gentrification” uma “estratégia urbana global e concentrada”, ela resulta do processo de mundialização ou da “concretização e consolidação de uma categoria socioeconômica que dá conta das reposições urbanas [no] período pós-fordista”? (RIVIÈRE d’ARC, 2006, 265).

As novas configurações sob as quais o espaço urbano central vem sendo moldado no decurso de programas de revitalização, assinalam desde a desagregação promovida pela especulação imobiliária à caracterização de uma cidade desvanecida por um espaço público negado e anulado pelo abandono, cuja privatização tende, ao longo dos anos, não mais ser parcial.

11. Para obter maior informação sobre as possíveis etapas do processo de “gentrification” veja: SMITH, 2006.

“(…) As proposições que os urbanistas hoje são responsáveis por esses programas, incluem valores sociais, culturais e estéticos, supostamente capazes de responder a uma demanda, ou antecipar a uma demanda transclassista. Mas, eles têm também bastante consciência de dispor de poucos instrumentos de regulação para serem aplicados diante das grandes forças do mercado e da concorrência, que fragmentam o espaço de modo cada vez mais rápido” (RIVIÈRE d’ARC, 2006, 267).

A Administração Regional da Sé (AR-SÉ) era “(…) uma das mais fortes densidades do município, pela simples razão de no seu conjunto ser construída verticalmente” (RIVIÈRE d’ARC, 2006, 270), mas, também, marcada pelo alto índice de vulnerabilidade de seus moradores e pela criminalidade, sobretudo, nos bairros Sé e República.

Na década de 1990, os planos estratégicos da cidade foram conduzidos à redução da distância entre planejamento e gestão. Já nos anos 2000, o Plano Diretor Estratégico (2001-2010), visou à requalificação de um Centro não excludente, na tentativa de congregar habitantes e atividades econômicas.

Os objetivos que seguem as estratégias estabelecidas no Plano Diretor (2001-2010) marcam a intenção de retorno à cidade que “(…) permitiria conciliar mundialização e identidade (...) [, cuja] diversidade social (...) se justificaria: [no fato de que] o Centro é também o único lugar onde ela teria alguma chance de realizar-se (...)” (RIVIÈRE d’ARC, 2006, 278).

No entanto, em tais proposições consistiam incertezas que, de acordo com Riveire d’Arc (2006), incitavam a busca por modelos europeus baseados no *savoir-faire*, ou seja, na lógica de parcerias. O desafio que se coloca à frente da lógica é a reabilitação de moradias, por exemplo, é o acesso dos sujeitos mais empobrecidos a elas, uma vez que é sabido que o debruçar sobre essa questão social “(…) não faz parte da cultura dos promotores imobiliários (...)” (RIVIÈRE d’ARC, 2006, 282).

Dada a relação comparte entre poder público e personificações do capital para produção do espaço e da cidade, tem-se aí o não cumprimento da função social da propriedade, o que leva a uma violência institucionalizada, intensificada ao extremo em tempos de “gentrification”, na medida em que, à luz das parcerias público-privadas, a

população empobrecida torna-se um problema, motivo pelo qual se reforça, diariamente, a sua remoção e realocação.

Isso significa que, o enobrecimento do Centro Velho corresponde à criação de mais uma favela ou a formação de mais um pedaço de periferia precária (ROLNIK, 2006), já que tais intervenções mediante os projetos de requalificação inferem efeitos sociais perversos, que removem famílias empobrecidas do local a receber os retoques urbanísticos e sua gradual substituição por famílias de classe média.

Tal cenário demonstra o desenho de uma relação político-administrativa da cidade ancorada em uma lógica mercadológica, nas quais as relações dentro do espaço urbano são configuradas em torno daquilo que está disponível enquanto mercadoria para o capital: terra e imobiliário.

Nesse sentido, o espaço produzido está sujeito à reprodução dos capitais imobiliário, fundiário e financeiro que, unidos em uma estratégia de ampliação e somados às demandas da classe média - que cada vez mais exigem um espaço para si -, passam a definir os limites de uso do solo.

Ao discorrer sobre o pagamento do uso do solo e a natureza da renda da terra na cidade, Singer (1982), antes de tudo, chama a atenção para a disputa do solo urbano entre os sujeitos ali concentrados nas mais diversas atividades, atendendo os mais diferentes usos que são fundamentados pelas “regras do jogo capitalista” e pela “propriedade do solo” proporcionador de renda e capital (SINGER, 1982, 21).

É sabido que a propriedade privada dos meios de produção é a condição por excelência de manutenção do capital e, para dar sentido a esse, devem ser cada vez mais movimentados pelo trabalho humano no intuito de reproduzir o seu valor, bem como, o valor da força de trabalho utilizado e o valor excedente, para que o capitalista receba o seu lucro.

A terra urbana enquanto propriedade privada e meio de produção constitui capital. Este gera “(...) lucro na medida em que preside, orienta e domina o processo social de produção (...)” (SINGER, 1982, 21) através da exploração do trabalho produtivo. Diferente daquele capital, o capital imobiliário, não passa pelo mesmo processo, uma vez que o espaço por meio do qual se constitui “(...) é apenas uma condição necessária à realização de qualquer atividade, portanto, também da produção, mas não constitui em si meio de produção, entendido

como emanção do trabalho humano que o potencia (...)” (SINGER, 1982, 21), ele apenas permite que a ocupação do solo se transforme em fonte de renda.

O capital imobiliário, apesar de ser um “valor que se valoriza”, para Singer (1982, 22), seu princípio valorativo não é radicado na atividade produtiva, mas, no monopólio do acesso daquilo que condiciona a atividade produtiva, a terra, já que a propriedade imobiliária (...) não se apresenta em sua forma ‘pura’, ou seja, como propriedade de uma extensão de solo urbano intocada pela mão do homem (...)” (SINGER, 1982, 22).¹²

Isso posto, Singer (1982) desvincula a relação do valor de uma propriedade imobiliária das benfeitorias realizadas no entorno do imóvel, sejam elas pública ou privadas. O valor não resulta estritamente de “inversões” aplicadas em benfeitorias, pois, diferentes imóveis podem receber os mesmos investimentos, no entanto, seu preço será avaliado de acordo com sua localização. Os custos do estabelecimento de qualquer empresa no espaço urbano além de estar diretamente relacionados à sua localização, dialoga também com os custos e lucros obtidos pelas empresas localizadas em áreas subvalorizadas (SINGER, 1982).

A localização é, segundo Villaça (1999, 223) “(...) um valor de uso, fruto do trabalho socialmente necessário empregado na produção da cidade inteira. Define-se pela capacidade que determinado ponto do território oferece, de relacionar-se, através de deslocamentos espaciais, com todos os demais pontos da cidade (...)”. É por esse motivo que, edifícios e/ou terrenos com mesma infraestrutura nos centros de diferentes cidades, possuem valores e preços igualmente diferentes: “(...) Quanto mais centrais as localizações (dependendo aí do que se entenda por ‘centro’), maior seu valor de uso, ou seja, melhores condições têm elas de se relacionar com o restante da cidade” (CASTELLS, 1978 apud VILLAÇA, 1999, 223). Nesse sentido, as disputas e conflitos entre classes sociais giram em torno da “propriedade desse valor”.

O uso e a ocupação do solo acompanham as regulações determinadas pelos mecanismos do mercado imobiliário, pois, em primeira instância, o solo é uma mercadoria pela qual paga-se um preço pelo

12. Para Singer, “(...) É comum que o preço de um imóvel seja constituído inteiramente pelo ‘valor’ do terreno, pois o valor da construção, em termos de materiais usados, pode não cobrir sequer o custo de sua demolição” (SINGER, 1982, 22).

seu acesso e utilização, mediados pela relação de compra e venda ou, de modo temporário, mediante locação, cujos preços são fixados acordo com a demanda.¹³

No mercado imobiliário, o preço do imóvel é determinado pelo estabelecimento da demanda, ou seja, por quanto os consumidores estão dispostos a pagar, isso porque, a oferta de espaço não está inteiramente sujeita ao preço de mercado, mas, às constantes mudanças que acometem a demanda pelo solo urbano (SINGER, 1982). Tais mudanças, na maioria das vezes, são atreladas ao processo de ocupação do espaço e à expansão territorial, nas quais, podem-se notar um movimento pendular que interfere na determinação dos preços em dados espaços, fato que estimula um intenso processo especulativo nas relações do mercado imobiliário.¹⁴

Na cidade de São Paulo, o espaço urbano construído é intensificado desde a sua forma horizontalizada - através do processo de periferização - à sua forma verticalizada e modernizada: fortalece-se a infraestrutura, cria-se legislação e planejamento urbano mediante a intervenção do Estado. No entanto, destinados apenas a alguns fragmentos territoriais da cidade e direcionadas a algumas frações de classe.¹⁵

A legislação urbana, por exemplo, “(...) mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular o desenvolvimento da cidade, (...) atua como linha demarcatória, estabelecendo fronteiras de poder (...)”, de acordo com Rolnik (1999, 102), para quem, as leis urbanas seguem organizando e classificando os territórios urbanos conforme os significados e as legitimações micropolíticas, necessitadas pelos grupos que as formulam e as instrumentalizam.

Para Rolnik (1999), as leis urbanas configuram-se ou deveriam ser configuradas como um modelo de cidade ideal, no entanto, na cidade de São Paulo, elas regulamentam,

“(...) apenas uma pequena parte do espaço construído (...). A cidade real é consequência da relação que a legalidade urbana

13. Singer, 1982, 23.

14. Singer (1982, 23) ainda ressalta que o processo de valorização do solo normalmente ocorre de forma antecipada às mudanças estruturais. É o movimento especulativo se preparando e aguardando o melhor momento de agir.

15. SOUZA, 1994, 51.

estabelece com o funcionamento concreto dos mercados imobiliários que atuam na cidade. Entretanto, ao definir formas permitidas e proibidas da produção do espaço, a legislação define territórios dentro e fora da lei” (ROLNIK, 1999, 102).

O resultado disso é visto, pela autora, como uma maior movimentação do mercado imobiliário, uma vez que a terra urbana fora de alcance das legislações é utilizada de maneira a gerar maior rentabilidade e maior ritmo de valorização.

No que tange à questão habitacional, a problemática que envolve o solo urbano, é a mesma que a compromete. Em torno da habitação gira a distinção das “vantagens locais”, das quais, a viabilidade de acesso aos serviços públicos é carta marcada no jogo do espaço urbano, cuja disputa é executada entre os membros das classes média e alta, que promovem a segregação do resto da baixa sociedade.

Segundo Villaça (1999), o processo de segregação na metrópole será tanto maior “(...) quanto maior for o desnível entre os poderes econômicos e políticos das classes sociais” (VILLAÇA, 1999, 224). Em sua análise do processo de segregação, Villaça (1999) desvela como, por meio deste processo, a alta classe social visiona o controle da produção e do consumo do espaço urbano, que ocorre em três diferentes esferas: 1) na esfera econômica, onde se pode observar o controle do mercado imobiliário, responsável pela produção dos bairros em que se encontram a classe dominante; 2) na esfera política que, por sua vez, o controle do espaço urbano é realizado pelo Estado e realiza-se a partir do controle da localização da infraestrutura, dos aparelhos do Estado e da legislação do uso e ocupação do solo, por fim, 3) na esfera social, onde pode ser vista a insuflada dominação das classes dominantes sobre a população de baixa renda.

Por mais que alguns programas de requalificação urbana tenham surgidos sob um foco direcionado à parcela mais pobre da população, comumente, eles acabam por sofrer extravios no planejamento e tornam os principais beneficiários iniciais em vítimas do processo especulativo, que dada sua variabilidade no tempo e no espaço, faz com que a “(...) recuperação das áreas em deterioração [sejam realizadas] para o uso das camadas médias ou rica das empresas que lhes prestam serviço (...)” (SINGER, 1982, 33).

É sabido que replanejar a cidade leva tempo, sobretudo, em tempos em que a autossuficiência do neoliberalismo segue transformando as formas de urbanização e dividindo o espaço urbano em porções de espaços privados que tem, por traz de todo esse contexto, uma mercantilização monopolizada da cidade – da forma pensada por Harvey (2013), para quem, a luta anticapitalista por meio da reivindicação da cidade é o caminho a ser seguido, uma vez que o capital, mesmo permeado pelas contradições as quais está envolto, permanece ainda como uma “máquina de crescimento perpétuo”.

O conjunto de elementos que procuramos estudar neste trabalho figura, de modo claro, uma realidade marcada em profundidade pela desigualdade social. A análise contextual a partir dos percursos do capital imobiliário e das contradições existentes no sistema capitalista será sempre essencial, pois nos permite compreender, de um lado, a proporção da acumulação de riquezas e, de outro, a brutal pauperização da classe trabalhadora. Hoje o que se espera para a cidade de São Paulo é a sua transformação em uma metrópole onde, de fato, exista uma gestão democrática.

Referências

- BIDOU-ZACHARIASEN, C. *Introdução*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C (Org.) *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- FRÚGOLI JR, H. *Introdução*. In: *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000 (P.19-49).
- . *O Centro Metropolitano de São Paulo: aspectos relevantes do passado e do presente*. In: *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (P. 50-68).
- . *Conflitos e negociações e torno da requalificação do Centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro*. In: *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000 (P. 69-109).

- FÓRUM CENTRO VIVO (Org.). *Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas*. São Paulo: Fórum Centro Vivo, 2006.
- HARVEY, D. Entrevistado por EMANUELE, Vince. In: *O marxista quer reinventar as cidades. Entrevista com Harvey*. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/o-marxista-que-quer-reinventar-as-cidades/>> e <<http://outraspalavras.net/posts/o-marxista-que-quer-reinventar-as-cidades-ii/>> Acesso em 16 de abril de 2015.
- LEFEBVRE, H. Da cidade à sociedade urbana. In: *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 (P. 15-32).
- LIGUORI, F. *Revalorização urbana no Centro histórico de São Paulo: uma análise dos novos usos*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Geociências – Unicamp, 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2002. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/lei_13_399_1254940922.pdf> Acesso em 21 de abril de 2015.
- PROJETO NOVA LUZ. *Plano de Urbanização de ZEIS (PUZEIS)*, Julho de 2011. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2013.
- RIVIÈRE d'ARC, H. Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. (Org.) *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. (pp. 265-293).
- RIZEK, C. S. Intervenções recentes na cidade de São Paulo: processos, agentes, resultados. *XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Florianópolis- Santa Catarina, 2009.
- ROLNIK, R. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: SOUZA, Maria Adélia A. (org.) [et al]. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: editora CEDESP, 1999. (P. 102-129).
- SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

- SILVA, H. Apresentação. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.) *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARI-CATO, E (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. (P.21-36).
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C (Org.) *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SOUZA, M. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1994.
- VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia A. (org.) [et al]. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: editora CEDESP, 1999. (P. 221-236).

Migração Internacional e divisão sócio-sexo-racial do trabalho

MARIANA SHINOHARA RONCATO

mari_roncato@yahoo.com.br

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Antunes

Resumo

O presente trabalho busca debater a moderna migração internacional à luz das categorias analíticas de classe social, raça/etnia e gênero. Para tanto, será analisado especialmente o caso da população imigrante brasileira no Japão, conhecida como *dekassegui*. O crescente aumento no volume das migrações internacionais é o reflexo da mundialização do moderno exército industrial de reserva, evidenciado assim, a importância, complexidade, bem como seu desafio analítico. Por um lado, a literatura acerca das migrações internacionais, tem corroborado para anunciar a degradante condição de trabalho e a precária inserção deles na cidadania burguesa do país de destino. No entanto, muito longe de ser uma condição exclusiva da/do trabalhadora/or imigrante, o processo de desmonte da cidadania burguesa conquistada no Estado de Bem-Estar Social do século passado, atinge não somente os imigrantes, mas inclusive as/os trabalhadoras/es autóctones, e aqui, a perspectiva de classe social parece ajudar na compreensão. Por outro lado, devido às particularidades inerentes por ser o “outro” na sociedade de classes, isto é, por não ser o trabalhador arquetipo exemplificado na figura do homem branco, busca-se compreender o processo de dominação experienciado por esta população. Desta forma, o conceito e/ou a noção de divisão sócio-sexo-racial do trabalho nos parece útil para este trabalho.

Palavras-chave trabalho, migração, classe, raça/etnia, gênero

Assimetrias de Gênero em Fluxos Migratórios Internacionais

RODRIGO FESSEL SEGA

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger.

Resumo

Desde a primeira década dos anos 2000, verificou-se um aumento exponencial dos brasileiros que migraram para o Canadá a partir das políticas governamentais de atração de mão de obra denominadas “Trabalhadores Qualificados”. Foi observado que as desigualdades e assimetrias de gênero são elementos importantes e constituintes desse processo, influenciando e sendo influenciadas por ele. Este trabalho, portanto, pretende discutir esse processo migratório internacional dos brasileiros para Toronto, Canadá, a partir das relações e as práticas de gênero desenvolvidas pelos imigrantes brasileiros como estratégias de inserção e consolidação de redes sociais na cidade. Procuramos compreender como o gênero é organizado e organiza as estratégias migratórias desses sujeitos, a partir da instituição social da “Família” e sua atuação nas redes sociais migratórias. Serão observadas as relações intrafamiliares, com a comunidade brasileira, com a sociedade canadense e com os órgãos governamentais ligados aos processos consulares migratórios. Utilizaremos as abordagens metodológicas da etnografia multisituada, observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave assimetrias de gênero, migração internacional, mão de obra qualificada, Canadá.

Trabalho e intensidade/intensificação: anotações sobre a degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo

ERIKA L. A. SOARES

elas1857@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante e bolsista da FAPESP

Resumo

O presente texto discute o processo de intensidade/ intensificação do trabalho e as suas relações com o processo de degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo, num contexto de significativas repercussões na vida e na saúde dos trabalhadores. Por não se tratar de resultados de pesquisa ampla e conclusiva, o artigo apresenta, no primeiro momento, reflexões pontuais a respeito do processo de degradação do trabalho no contexto da reorganização da produção e do trabalho no capitalismo contemporâneo; e, no segundo momento, expõe uma breve análise acerca da questão da intensidade/ intensificação do trabalho como mecanismo de ampliação da exploração da força de trabalho e da mais valia e suas consequências na configuração de um (possível) quadro social de aprofundamento da degradação do/ no trabalho e nas formas de adoecimentos de trabalhadoras/es nos dias atuais.

Palavras-chave Trabalho-degradação-intensidade/intensificação-adoecimentos

Tomando como ponto de partida a tese da centralidade do trabalho, este texto aborda, sinteticamente, a questão da intensidade/ intensificação do trabalho e a sua relação com o processo de degradação

do trabalho¹ no capitalismo contemporâneo, bem como das repercussões na vida e na saúde dos trabalhadores.² Para tanto, apresento, inicialmente, algumas considerações a respeito do processo de degradação do trabalho no contexto da reorganização da produção e do trabalho no capitalismo contemporâneo e, em seguida, analiso a questão da intensidade do trabalho como mecanismo de ampliação de exploração da força de trabalho e de mais valia e, conseqüentemente, de um quadro social de aprofundamento da degradação do/ no trabalho, bem como da vida e da saúde dos trabalhadores nos dias atuais.

O trabalho, no sentido marxiano, é condição ontológica para a construção do ser e para a reprodução da vida social. Assim, numa perspectiva dialética, na medida em que os “*indivíduos transformam a natureza externa, tem também alterada sua própria natureza humana, num processo de transformação recíproca que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento de sociabilidade humana*” (ANTUNES, 2004: 08). Sob essa ótica, o trabalho pode ser entendido como categoria central da sociabilidade humana.³

No entanto, sob o controle do capital, o trabalho tem como função “*proteger os interesses vitais do sistema assegurando a expansão contínua da extração do sobretrabalho baseada na exploração máxima praticável da totalidade do trabalho*” (MÉZÀROS, 2003: 18), para fins de sua reprodução. O trabalho, então, torna-se essencialmente fonte de mais valor em detrimento da realização do ser social e o trabalhador “*frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho*” (ANTUNES, 2004: 09).

1. A ideia de degradação do trabalho é apreendida da análise de H. Braverman, em particular em sua obra chamada “**Trabalho e Capital Monopolista- a degradação do trabalho no século XX**”.
2. Tratarei, pontualmente, das relações (complexas e contraditórias) entre trabalho e saúde na atualidade, por ser o tema central em minha pesquisa de doutorado em Sociologia, cujo título (provisório) é “*Trabalho, intensidade e as repercussões na 'corporalidade viva' do trabalhador da construção civil*”.
3. Não se pretende, neste texto, expor o debate, ainda em curso, em torno da categoria trabalho, apesar de reconhecê-lo. O que se quer reter, neste momento, é a ideia da permanência da centralidade do trabalho para o metabolismo social e, que pode, portanto, orientar explicações acerca das (novas) dimensões do trabalho, do processo de degradação do trabalho, bem como das repercussões deste na vida e na saúde dos trabalhadores.

Esse processo remete à ideia de trabalho estranhado.⁴ Enquanto forma específica de exteriorização humana, o estranhamento mostra-se tanto no resultado, com o produto do trabalho, quanto no ato da produção, no interior da atividade produtiva (MARX, 2004).⁵ Ou seja, o ser social torna-se estranho ao ser genérico e a si mesmo e, num certo sentido, provoca também o estranhamento “do homem com o seu próprio corpo”. Assim, ao expor a essência do trabalho – o estranhamento – Marx (2004) diz que o trabalho se torna um ato de auto-sacrifício, de mortificação.

As relações entre o processo de trabalho e a reprodução social da vida, assim como os efeitos e consequências dessas relações na vida e na saúde dos trabalhadores,⁶ por certo, não surgem com a moderna sociedade capitalista. Na verdade, os efeitos nefastos da divisão do trabalho são constituintes de todos os modos de produção historicamente realizados (MARX, 2004). Mas, com a emergência do moderno sistema de produção capitalista, pode-se dizer que dois aspectos da vida social – o trabalho e a reprodução social da vida – ganham contornos e dimensões singulares entre si (RUBIN, 1980). Aos que realizam o ato do trabalho, considerando as singularidades próprias de cada setor produtivo, novas coordenadas de tempo e de espaço são ditadas, ritmos acelerados se impõem, cadência de movimentos é intensificada, etc.; enfim, a veicidade do capital impõe um amplo e constante processo de intensificação do trabalho.

Ao analisar como o modo capitalista de produção está continuamente se expandindo a novas áreas de trabalho, Braverman (1980) aponta que o capitalismo, ao ser continuamente aperfeiçoado, deixa um rastro marcante – a pressão incessante sobre os trabalhadores. Daí, a necessidade de *ajustar* o trabalhador ao trabalho em sua forma

-
4. Utilizo esse termo de acordo com a interpretação de Antunes (2011) acerca da noção de estranhamento elaborado por Marx, onde é acentuada a “*dimensão de negatividade, sentimento de perda e desefetivação, presente no processo de produção capitalista, uma vez que o produto gerado pelo trabalho não pertence ao seu criador*” (p. 122).
 5. Marx denomina de “exteriorização ativa” a exteriorização do trabalhador quanto ao próprio ato da produção.
 6. Compreende-se o conceito de trabalhador a partir da seguinte definição abrangente: “[enquanto uma] (...) *totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção, não tendo outra alternativa de sobrevivência senão a de vender a sua força de trabalho sob a forma de assalariamento*” (ANTUNES, 2005: 48-49).

capitalista, seja em seu aspecto técnico e tecnológico, seja em relação à organização do trabalho.

Nesse sentido, o capitalismo, enquanto forma de produção, necessita dos diferentes processos para produzir mais trabalho, como o são o taylorismo-fordismo e toyotismo (DAL ROSSO, 2008), e, consequentemente, tende a se expandir pelos distintos processos produtivos e entre os diferentes setores da economia. Em um contexto de reestruturação produtiva do capital,⁷ o modelo flexível (HARVEY, 1996), que incide da gestão à organização da produção pelos diferentes territórios e regiões geográficas, repercute por toda a morfologia do trabalho (ANTUNES, 2001 e 2004).

Metaforicamente, Marx utiliza o termo “porosidade” ao tratar da substância da categoria intensidade.⁸ O

trabalho é ‘poroso’ no sentido de uma atividade intercalada por momentos de não-trabalho. Ou seja, a jornada compreende em seu interior duas realidades: momentos de trabalho e de não-trabalho. (...) Durante os tempos mortos, os ‘porosos’, o trabalhador não trabalha e não produz valor (DAL ROSSO, 2008: p. 47).

A máxima do capital, então, é a seguinte: menos “porosidade” do trabalho e mais produção de valor. Não obstante, tal processo não se dá sem aprofundar o processo de degradação do trabalho e, consequentemente, colocar em risco a saúde e a vida dos trabalhadores.

A noção de intensidade, de acordo com Dal Rosso (2008), pode ser entendida quando há uma exigência por “mais trabalho” produzido num mesmo tempo e requer, para isso, por parte do trabalhador: “um empenho mais firme”, “um engajamento superior” e um gasto maior

7. Entende-se o conceito de reestruturação produtiva na perspectiva definida por G. Alves (2000), quando afirma que o “*capital não pode subsistir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção. A intensa e incansável pressão para revolucionar a produção tende a extrapolar, impondo transformações nas ‘condições de produção’ (ou ‘relações produtivas’), e, com elas, em todas as condições e relações sociais*” (p.20).
8. O tema da intensidade do trabalho pode ser utilizado enquanto chave conceitual quando da elaboração de explicações sobre a complexa relação entre capital, trabalho, como sugere Dal Rosso (2008), assim como lança luzes para o entendimento das repercussões em virtude da degradação do trabalho na vida dos trabalhadores. Não obstante, a construção histórica em torno do debate da intensidade do trabalho não é nova e muito menos consensual – que abrange autores da Economia Clássica à teoria de Marx e aos estudos contemporâneos do trabalho.

de suas energias, de modo que ele consiga dar conta da carga adicional ou de tarefas mais complexas em sua atividade. Ao se aumentar a intensidade do trabalho, seus efeitos para o trabalhador podem ser percebidos a partir de “*um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológicos, mental, emocional e relacional*” (DAL ROSSO, 2008: p. 23).

Selma Venco (2006), apoiando-se no autor francês J. Pierre Durand, comenta que as dimensões da intensificação do trabalho pode ser vista por dois ângulos: “*o da eliminação dos tempos mortos entre as tarefas, suprimindo-se o período de recuperação dos trabalhadores ou sobrepondo-se tarefas, e o aumento de sua velocidade de execução*” (p. 10). Metzger (2011) reconhece também o problema da intensificação do trabalho, com o ritmo de trabalho mais elevado e prazos mais restritos, mas destaca que

as características desta intensificação e desta precarização (regas, princípios, ferramentas, localização, responsáveis/ gerentes, colegas) mudam frequentemente, o que contribui para desestabilizar, perder o interesse, cansar, desencorajar, a cada ocorrência, uma parcela dos trabalhadores” (p. 14).

As dimensões da intensificação do trabalho continuam relevantes para as transformações das diferentes configurações que o trabalho pode assumir. Tal processo afetam tanto a forma de organização da força de trabalho quanto o processo de trabalho dos diferentes setores da economia – da indústria ao setor de serviços. Não obstante, esse não é um processo homogêneo e muito menos ocorre de modo sincronizado e linear.

Num contexto de crise do capital, então, impõe-se uma “nova ordem produtiva⁹”, para além da fábrica fordista, onde novas formas de exploração e de dominação do trabalho se instauram. Nas palavras de Bihr (1999), no capitalismo contemporâneo estabelecem-se,

ao mesmo tempo novos meios de trabalho (uma nova tecnologia), novas formas de organização do processo de trabalho

9. A análise de A. Bihr (1999) sugere três formas em que se desenvolve a “nova ordem produtiva”, a saber: a fábrica difusa; a fábrica fluida; e a fábrica flexível. No entanto, pelos limites desse texto, não serão detalhadas e discutidas.

(emancipando-se dos limites da organização taylorista e fordista), novas formas de contrato de trabalho, novos modos de mobilização (de envolvimento e de integração) da força de trabalho na empresa e, como consequência, novas formas de ‘disciplina de trabalho’, etc. (p. 87).

Desse modo, sob o trabalho e os milhares de trabalhadoras e trabalhadores, hoje, impõem-se novos níveis de degradação do trabalho, em favor de uma maior valorização da produção e do capital.

O novo metabolismo social do trabalho na contemporaneidade se vê, então, diante de novos modos de (des) constituição do ser genérico do homem. Em se tratando do processo de ampliação da degradação do trabalho, as consequências para a vida e a saúde do trabalhador, como os casos de adoecimento laboral, ganha contornos singulares num contexto de ampla e intensificada exploração da força de trabalho, onde a espoliação da corporalidade viva (corpo e mente) do trabalhador, diante do capital, mostra uma das faces da crise do trabalho vivo.¹⁰

Se desde os primórdios da sociedade moderna, o trabalhador convive com o controle e despotismo por parte do capital e sofre as repercussões disso na sua vida, em suas “forças naturais”, hoje, cada vez mais, “*o desenvolvimento fundado pelo trabalho se estende a todas as esferas do ser social, desde a economia até a particularidade mais íntima dos indivíduos*” (LESSA, 2005). Há, portanto, um processo mais intenso de exploração do trabalho (ANTUNES, 2005; DAL ROSSO, 2008; ALVES, 2011), que se utilizando de diferentes mecanismos para continuar a criação de valor, agora, sob outro padrão de exploração do trabalho.

Entretanto, o processo acima mencionado não se constitui sem formas de resistências por parte daqueles que vendem a sua força de trabalho. Como sugere Braverman (1980), por trás da aparente habituação do trabalhador ao trabalho,

-
10. Compreende-se a importância dos conceitos de trabalho vivo e trabalho abstrato para o debate acerca da centralidade do trabalho, porém o que importa reter, nesta breve análise, é que a historicidade do trabalho abstrato mostra que todo “ato do trabalho”, seja ele predominantemente físico ou intelectual, envolve esforço humano e implica em exigências da corporalidade física e da dimensão intelectual (Gramsci, 2008; Alves, 2013; Lessa, 2005)

continua a hostilidade dos trabalhadores às formas degeneradas de trabalho a que são obrigados, como uma corrente subterrânea que abre caminho para a superfície quando das condições de emprego permitem, ou quando a tendência capitalista a maior intensidade de trabalho ultrapassa os limites da capacidade física e mental (p. 133).

Por certo, o aumento do grau de intensidade do trabalho, efetiva-se num campo de conflito permanente, mas, às vezes, latente. Daí, que não se pode ignorar a capacidade de peleja e força de resistência dos trabalhadores diante dos recorrentes processos que exigem o “mais trabalho” (DAL ROSSO, 2008).

O questionamento da organização do trabalho ocorre na prática do ato do trabalho, como lembra Linhart (2007), ao analisar os “combatentes ocultos”. Este tipo de rebeldia, para esta autora, é exercido no “trabalho real”, em contradição com o trabalho prescrito ou formal e se caracteriza

por seu lado informal, escondido e clandestino; é resultado de uma atividade oculta, da mobilização de toda uma série de conhecimentos e habilidades e competências não formalizados adquiridos pacientemente pelos assalariados no confronto com as contingências do trabalho concreto e resultantes de sua experiência (p. 220).

Diante de normas e prescrições próprias do exercício do trabalho, é freqüente a resistência por meio de lutas contra as prescrições e os questionamentos dos fundamentos centrais da organização do trabalho (VENCO, 2006). Nesta mesma direção, Alves (2011) salienta que os conflitos entre capital e trabalho no interior da produção, tendem a “agudizar-se e a se deslocar para as dimensões ‘invisíveis’ do cotidiano e do trabalho”. O que se observa nas análises acima mencionadas é que, para enfrentar efeitos do trabalho prescrito e formal, o trabalhador lança mão de múltiplos mecanismos, de caráter individual ou coletivo, para se *proteger*.

Em se tratando das lutas coletivas, observa-se que o movimento operário encontra-se diante de inúmeros impasses diante das transformações do capitalismo (Bihl, 1998), como por exemplo, os *novos* mecanismos e estratégias do capital para garantir uma maior extração de mais-valia, em favor da produção de riquezas. Nesse sentido,

ao se pensar a luta de classe ainda como central no bojo do movimento da emancipação humana (BIHR, 1998), não se pode ignorar a luta pela superação de um modelo societal ao qual está submetido o trabalhador e o estranhamento decorrente da relação entre quem produz (o trabalhador) e o seu objeto, o seu produto (MARX, 2010). Em outras palavras, que o processo de emancipação humana, *por vir*, não compactue com o trabalho que cria valor e gera sofrimento, sujeição e subordinação.

Referências

- ALVES, Giovanni. O adoecimento do trabalho como falha metabólica do capital. In: LOURENÇO, E.; NAVARRO, V. (Orgs). *O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- *O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
 - *Trabalho e subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- *A Dialética do Trabalho – escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.
 - Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. Moraes (Orgs.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004b, p. 13-27.
 - *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
 - *Os sentidos do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
 - Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. *Caderno CRH*, Salvador, V. 24, n. esp 01, p-121-131, 2011.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XXI*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!* São Paulo: Boitempo, 2008.

- GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LESSA, S. História e Ontologia: a questão do trabalho. In: *Revista Crítica Marxista*, v. 20, Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, R (Org.). *A dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- . *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *O Século XXI – socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- METZGER, Jean-Luc. Mudança permanente: fonte de penosidade no trabalho? *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, 36 (123): 12-24, 2011.
- RUBIN, Isaak I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- VENCO, Selma. Centrais de atendimento: a fábrica do século XIX nos serviços do século XXI. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, 31 (114): 7-18, 2006.

GT 2

Cultura, Arte e Sociedade

Estrutura de sentimento: Reflexões teóricas e metodológicas para a análise do desbunde e da contracultura na MPB (1969–74)

SHEYLA CASTRO DINIZ

sheyladiniz@yahoo.com.br

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Ridenti.

Resumo

A expressão estrutura de sentimento (WILLIAMS, [1961] 1984), almejava captar a produção artística de uma época: “o que há de comum entre discursos e práticas cujos materiais são diferentes”, além de chamar a atenção para o surgimento de características pouco cristalizadas no tecido social (SARLO, 2005). Discuto o assunto à luz de meu objeto de pesquisa: Música Popular Brasileira que, entre 1969-74, esteve vinculada às ideias de desbunde e contracultura. O termo de Raymond Williams, embora apresente limites, tem iluminado a análise de meu corpus documental. Apesar da heterogeneidade das fontes, busco identificar, na própria obra de arte, traços comuns que, dentre outras questões, sugerem uma mudança de perspectiva no que tange à revolução. Canções como “Besta é tu” (Novos Baianos, 1972), “Sangue latino” (Secos & Molhados, 1973) e “Oriente” (Gilberto Gil, 1972), por exemplo, deslocam a ideia de revolução para o plano subjetivo e individual, sinalizando o enfraquecimento das utopias sócio revolucionárias.

Palavras-chave Raymond Williams; Estrutura de sentimento; MPB (1969-74); Desbunde; Contracultura

Abstract

The term “structure of feeling” (WILLIAMS, [1961] 1984) aimed to understand the artistic production of a period, “what is there in common between discourses and practices whose materials are different”, while pointing to the emergence of some features little crystallized in social context (SARLO, 2005). I discuss this issue based on my research subject: Brazilian Popular Music that, between the years 1969-1974, was associated with the *desbunde* and counterculture ideas. The term created by Raymond Williams, although limited, has illuminated the analysis of my research sources. Despite the heterogeneity of sources, I identify in your own work of art, some common aspects that suggest a change of perspective on the revolution. Songs like “Besta é tu” (Novos Baianos, 1972), “Sangue Latino” (Secos & Molhados, 1973) and “Oriente” (Gilberto Gil, 1972), for example, move the idea of revolution to a subjective-individual plan, signaling the weakening of the revolutionary social utopias.

Keywords Raymond Williams; Structure of feeling; Brazilian Popular Music (1969-74); *Desbunde*; Counterculture.

Minha pesquisa de doutorado tem por objeto a música popular brasileira gravada e veiculada entre 1969-74. O recorte temporal aponta para a escassez de investigações que visem captar e problematizar traços comuns e incomuns de uma produção artística situada nos anos mais repressivos e desenvolvimentistas do regime militar. Ao invés de ater-me à trajetória de um compositor ou grupo, propus uma análise mais ampla acerca da chamada “MPB pós-tropicalista”. Esta expressão, embora suscite ressalvas,¹ aparece em pesquisas datadas do fim dos anos 1970 (HOLLANDA, [1978] 2004; BAHIANA, 1979/80). Tais referências inspiraram reflexões posteriores, as quais vêm indicando certos aspectos-chave daquela cena musical (BRITTO, 2003; COELHO, 2010; FAVARETTO, 2004; NAPOLITANO, 2005; NAVES, 2010; TATIT, 2005). Não obstante esses e outros trabalhos, persistem questões pouco elucidadas sobre a música popular produzida no período.

1. “Pós-tropicalismo” revela a necessidade de rotular uma produção musical heterogênea, situada entre o fim do Tropicalismo (1968) e o início dos anos 1970. O movimento foi importante na abertura de novas possibilidades estéticas. Porém, a produção à qual me atenho exige uma problematização mais autônoma em relação ao Tropicalismo.

Concentro-me na produção de músicos que dialogaram com as ideias de *desbunde* e contracultura, sem romperam, contudo, com a noção de MPB; a qual se constituiu nos anos 1960 e que, na década seguinte, eles ajudaram a ressignificar, dando à sigla novas conotações. Refiro-me a alguns daqueles que participaram diretamente do Tropicalismo; além de artistas considerados *marginais* (Jards Macalé, Waly Salomão, Walter Franco e Sérgio Sampaio); e, também, duas bandas de grande sucesso na época (Novos Baianos e Secos & Molhados). As obras desses artistas apresentam, *a priori*, três pontos em comum: a) Distanciamento em relação à ideologia “nacional-popular” e às utopias revolucionárias que vigoraram em canções dos anos 1960. b) Temáticas que exaltam uma “nova sensibilidade” (experiência mística e consumo de psicotrópicos) e a busca do indivíduo/artista por liberdade estética, existencial e sexual; apesar do caráter depressivo de algumas letras. c) Estética atrelada ao rock e ao experimentalismo, e a adoção de posturas *hippies*, *marginais*, *alternativas* ou *desbundadas*.

A escuta atenta dos fonogramas lançados pelos artistas em foco desvendam uma parcela importante da crise político-ideológica acirrada no campo artístico-cultural pós-edição do AI-5. As hipóteses da pesquisa estão respaldadas em análises que tratam do período imediatamente anterior. Esse “retorno” no tempo visou mapear aspectos que distinguiram parte das obras artísticas dos anos 1960 e que, ao que parece, foram se perdendo com o avançar da década seguinte. Ridenti (2010) sugere que o contexto sociocultural dos anos 1960 pode ser traduzido pela junção dos termos “*brasilidade (romântico) revolucionária*”. Tal expressão remete à definição de Löwy e Sayre (1995) acerca do *romantismo revolucionário*. Refere-se, também, à noção de *brasilidade* difundida pelo pensamento de Gilberto Freyre. Entretanto, nos anos 1960, a *brasilidade* sofreu modificações, já que não previa “justificar a ordem social existente, [...] mas questioná-la”. Diferentes setores de esquerda acreditavam que a integração das raças, a harmonia e a felicidade do “povo” – oprimido pelo poder do latifúndio, do imperialismo e do capital – poderiam ser alcançadas através de uma revolução brasileira (RIDENTI, 2010: 85-86).

Tal perspectiva somou-se a uma ideologia “nacional-popular”, cujo debate, *grosso modo*, relaciona-se com a construção da memória nacional, pautada na idealização do “folclore” e da “cultura popular” como categorias que resguardariam a “autenticidade” ou a “idiossin-

crasia” de um povo. A noção de “povo”, sob uma visão essencialista, exprimiria a totalidade compreendida pela ideia de “nação” (ORTIZ, 1992: 22-26). Ainda que essa leitura fosse apropriada por setores de direita, ela ganhou reconfigurações por parte de artistas e intelectuais que, além de contrários ao imperialismo econômico-cultural, concordavam com a necessidade de uma revolução burguesa ou socialista. Nos anos 1960, a concepção de “povo” uniu-se, em muitos casos, à de “sujeito histórico potencialmente revolucionário”, o qual deveria, porém, ser esclarecido sobre sua condição de exploração.

Embora aquela realidade seja mais complexa e abarque outras contradições, importa salientar em que medida o Tropicalismo propôs uma abordagem diferenciada, destoando-se do “nacional-popular”, mas, paradoxalmente, baseando-se nele. Ao incorporarem traços contraculturais em suas obras e atitudes – levando em conta o caráter “transnacional” da contracultura –, os expoentes do movimento desafiaram as teses vigentes acerca da “memória nacional”; as discussões sobre o imperialismo deixaram de caracterizar suas críticas.

Não obstante as objeções ao “nacional-popular”, o Tropicalismo foi o principal interlocutor dessa concepção, pondo em evidência certa tradição musical negligenciada pela “canção de protesto”. Schwarz ([1970] 2009: 7; 28) compreendeu o movimento como um dos frutos dos “disparates” que marcaram a política e a cultura de esquerda do pré-64 até 1968. A arte “a-histórica tropicalista”, que propagava um “exibicionismo de massas”, contrapondo resíduos arcaicos ao ultramoderno, no conteúdo e na forma, resultaria, segundo ele, no *absurdo* como “alegoria do Brasil”. No entanto, penso que a proposta tropicalista apontava para a *crise* daquilo que Schwarz denominou de “relativa hegemonia cultural de esquerda”.

Ridenti (2002) aponta que o Tropicalismo pode ter sido o “epílogo” das coordenadas sócio históricas que marcaram a década de 1960. De acordo com o autor, “o movimento também é constituinte – talvez o derradeiro – da brasilidade revolucionária, ao mesmo tempo em que anuncia seu esgotamento e sua superação, quem sabe antevendo uma nova ‘estrutura de sentimento’” (*idem*, 2010: 101). A noção de *estrutura de sentimento*, cunhada por Williams, tem permeado minha análise acerca dos elementos comuns e incomuns que, entre 1969-74, constituíram a heterogênea produção musical “pós-tropicalista”.

Como primeira hipótese, cogito que tal produção, ligada à contracultura, se foi expressão de uma nova *estrutura de sentimento*, teria continuado e enfatizado a desconstrução tropicalista da *brasilidade (romântico) revolucionária*. Naquele período (1969-74), a ideia de *revolução* aparenta ser a que mais sofreu alterações. Como segunda hipótese, presumo que a “MPB pós-tropicalista” traduziu a passagem de uma “cultura nacional-popular” – marcada pela ênfase em elementos como folclore, tradição, brasilidade, engajamento político e perspectiva revolucionária – para uma “cultura internacional-popular”, cujo suporte principal é o mercado consumidor.

Conforme Ortiz (2003: 117-135), o “internacional-popular” projeta-se para além das fronteiras nacionais, demarcando uma “sociedade global” pautada no consumo. Além de “desenraizar” os objetos culturais, tal movimento introduz a “memória nacional” e os símbolos de sua identidade numa “memória coletiva internacional-popular”, guiada pelo mercado e pela globalização. Esse quadro não estava completamente consolidado no pós-68. Contudo, a produção musical marcada por traços contraculturais admitiu e dialogou com tais mudanças de modo mais aberto e direcionado.

1 Sobre *estrutura de sentimento*

Discuto o termo williamsiano a partir do ensaio “Raymond Williams: uma releitura”, de Beatriz Sarlo. Aponto em que medida a ideia de *estruturas de sentimento* auxilia na verificação de minhas hipóteses e ilumina, também, questões metodológicas. Nesse ensaio, a pesquisadora argentina recompõe parte do contexto intelectual de seu país nos anos 1960-70, ocasião em que conheceu os estudos de Williams. Para ela, o pensador britânico trouxe um viés interpretativo afastado da ortodoxia marxista e de certo determinismo estrutural difundido pela teoria literária francesa. Sarlo afirma que quase ninguém, na Argentina, se preocupava com os problemas enfrentados por Williams. Concepções estruturalistas, enviesadas pela leitura de autores como Althusser, Barthes, Bakhtin, Lévi-Strauss e Foucault, guiavam grande parte das pesquisas acadêmicas (SARLO, 2005: 85-86; 88).

Segundo a autora, Williams apontava para a não separação das esferas cultural e política; ambas integrariam um *continuum* material,

ideológico e institucional, operando em territórios que se entrecruzam (WILLIAMS, 1979b). Sarlo conta que admitiu tal elo como o único caminho possível frente ao autoritarismo de Estado. Embasado em Gramsci, Williams restituía à cultura certa independência em relação às determinações sociais e políticas. A natureza social da cultura apresentava-se, portanto, como um problema a ser resolvido e não como uma constatação fixa sobre a qual não se poderia questionar (*idem*: 87-88).

Para Sarlo, Williams reintroduzia termos que haviam sido estigmatizados (“sujeito”, “história” e “experiência”, este último ligado à noção de “consciência prática”). A perseverança de Williams nessa direção teria orientado todo o seu pensamento sobre a arte e a cultura. Contudo, um desafio se colocava: como captar uma “cultura vivida” no passado, e distinguir, em textos artísticos e culturais, o que estaria ou não formalizado? Como distinguir o que representaria ou não uma convenção capaz de esvanecer a subjetividade e o momento da experiência? *A estrutura de sentimento* tentou dar uma resposta a essas questões (*idem*: 89-90). Tal expressão aparece pela primeira vez em *The long revolution* (WILLIAMS, [1961] 1984). Em *Marxismo e Literatura*, Williams (1979a: 134) a define do seguinte modo:

[...] elementos característicos do impulso, contenção e tom; elementos especificamente afetivos da consciência e das relações, e não de sentimento em contraposição ao pensamento, mas de pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada. Estamos então definindo esses elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão.

Tal formulação pretendia abarcar aspectos da subjetividade, localizados em espaços às vezes pouco tangíveis da experiência prática. Ao contrário de noções como “visão de mundo” e “ideologia”, a *estrutura de sentimento* almejava envolver um processo mais amplo. Cevasco realçou que a hipótese cultural de Williams visava compreender “a presença de elementos comuns em obras de arte do mesmo período histórico”, os quais não poderiam “ser descritos apenas formalmente, ou parafraseados como afirmativas sobre o mundo”. Autora do livro

Para ler Raymond Williams, a pesquisadora advertiu que “o artista pode até perceber como única a experiência para a qual encontra uma forma, mas a história da cultura demonstra que se trata de uma resposta social a mudanças objetivas” (CEVASCO, 2001: 153).

Beatriz Sarlo corrobora essa interpretação. Acrescenta que a *estrutura de sentimento* seria o “resultado da interação de todos os elementos culturais de um período”, podendo “ser pensada como seu tom geral”. Williams, ao se importar com aquilo que “impregna um período”, não negligenciou o caráter heterogêneo da realidade. Seu “conceito”, na medida em que propunha captar os “tons de uma época”, permitia “ver o que há de comum entre discursos e práticas cujos materiais são diferentes”, sem deixar de chamar a atenção para características tênues e pouco cristalizadas no tecido social. Tal esforço analítico inseria-se no “prolongado debate sobre a inscrição do social no estético”, uma vez que aspirava “a dar conta dos processos de passagem e mediação” (SARLO: 2005: 90-91).

Apesar da relevância do termo williamsiano, Sarlo chama a atenção para a sua dificuldade: ele seria tão inapreensível quanto a variedade do que buscava abranger e definir; apresentava-se como uma hipótese cultural com tantos problemas quantos os que poderia resolver. Sarlo lembra que o próprio Williams, depois de *Marxismo e Literatura*, chegou a abandonar o “conceito”, sob a alegação que de as objeções tinham sido mais fortes que seu potencial teórico e metodológico (*idem*: 90-92). Apesar disso, Sarlo insiste que a *estrutura de sentimento* é a chave teórica mais reveladora de Williams. Ela articula-se, por exemplo, com as formas *residuais*, *emergentes* e *dominantes* definidas em *Marxismo e literatura*. Embora Sarlo afirme que tal articulação não foi claramente explicitada, Williams termina o capítulo dedicado a tais aspectos dizendo que eles só podem ser bem compreendidos através da exploração da ideia de *estruturas de sentimento* (WILLIAMS, 1979a: 129).

O *residual* é “formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural”. O *emergente* engloba novos significados, valores, práticas, relações (*idem*: 125-126). Ambos poderiam pressionar ou se opor ao *dominante*, caráter que, porém, é mais reservado ao *emergente*. Sarlo realça que foi por meio desses termos que o pensador britânico tornou mais complexa a noção gramsciana de *hegemonia*, às vezes pensada somente a partir do *dominante*. Williams, que preferia falar em

processo hegemônico, frisou a “coexistência do diferente numa simultaneidade densa”, não limitada a “uma só predominância histórica ou social”. A diferenciação de *residual*, *emergente* e *dominante* permitiu que ele avançasse “na hipótese da heterogeneidade constitutiva dos artefatos culturais e artísticos” (SARLO, 2005: 91-92).

Williams concebia a cultura como “todo um modo de vida”, afastando-se de uma leitura marxista para a qual a cultura implicaria um nível secundário face aos elementos econômicos. A argumentação em torno do “materialismo cultural” adveio da constante recusa da metáfora “base/superestrutura”. Segundo Sarlo, tal perspectiva acentuava a ideia do autor sobre a existência de um “*continuum* simbólico-prático”. A cultura (e a arte) estaria condicionada, e não “determinada”, pelas instituições e pelos meios tecnológicos e materiais (*idem*: 94).

Williams voltava-se mais para a apreensão das transformações que para as rupturas. Venho indicando, ao examinar meu *corpus* analítico, em contraste com a produção cultural que o precedeu, uma gradual mudança das *estruturas de sentimento*. Cogito que o *desbunde* e a contracultura podem ser compreendidos como aspectos *emergentes*, no sentido de que teriam pressionado parte da *cultura dominante* num contexto de ditadura militar. Williams adverte, porém, que é “excepcionalmente difícil distinguir os [...] elementos de alguma fase nova da cultura dominante [...] e os que lhe são substancialmente alternativos ou opostos: emergente no sentido rigoroso” (WILLIAMS, 1979a: 126). Tal indicação dá margem para explorar meu objeto de estudos à luz do que o autor entendia por *processo hegemônico*.

Não obstante a relevância da música popular, ela não abarca as continuidades e diferenças que definiriam o “solo comum” de um período, ainda mais quando se está lidando com apenas uma “amostra” de artistas. Diante da incapacidade de reunir, descrever e examinar o diversificado material musical situado entre 1969-74, no Brasil, a *estrutura de sentimento* continua sendo uma hipótese cultural. Mesmo assim, ela tem oferecido um suporte teórico e metodológico viável às minhas investigações.

2 Três canções: análise e contextualização

Analiso três canções, tendo como pano de fundo as contribuições de Williams: “Besta é tu” (Moraes Moreira, Luiz Galvão e Pepeu Gomes – LP dos Novos Baianos *Acabou chorare*. Som Livre, 1972); “Sangue latino” (João Ricardo e Paulo Mendonça – LP *Secos & Molhados*. Continental, 1973); e “Oriente” (Gilberto Gil – LP de *Gil Expresso 2222*. Polygram/Philips, 1972). Ainda que as análises sejam introdutórias, nelas exploro aspectos poético-musicais e socioculturais em diálogo com as hipóteses da pesquisa.

O título do LP *Acabou chorare* pode ser interpretado com base nas escolhas estéticas e na concepção de vida dos Novos Baianos. O disco enaltece o “lado solar da contracultura”. Confronta, assim, a chamada “cultura da depressão” (VASCONCELLOS, 1977: 64-72), termo utilizado para nomear o suposto “estado de desânimo” da arte no pós-AI-5. A capa do LP traz a foto de uma mesa repleta de restos de comida, copos e panelas. Tal projeto gráfico, em diálogo com o comunitarismo do grupo, foi elaborado por Lula Martins, protagonista do filme *Me-teorango Kid: o herói intergaláctico* (1969), de André Luiz Oliveira.

O LP inaugura outra concepção na carreira dos Novos Baianos. O rock, predominante nos discos do grupo, incorpora, em 1972, referências do baião, da bossa nova e do samba. Essa nova perspectiva, percebida na primeira faixa do disco – “Brasil pandeiro”, de Assis Valente –, garantiu maior respaldo comercial e legitimidade ao grupo. Além disso, o disco contribuiu para o alargamento da noção de MPB, que, no início dos anos 1970, mostrava-se mais flexível para abarcar o rock. O sucesso do disco incentivou a banda a se mudar para o povoado Boca do Mato (RJ). A experiência de vida coletiva, baseada no modelo de vida hippie, é focalizada no documentário *Novos Baianos Futebol Clube*, produzido em 1973 por Solano Ribeiro. Os depoimentos de Luiz Galvão, Baby Consuelo e Paulinho Boca de Cantor frisam que o grupo não é isento de conflitos, embora o amor seja essencial para a resolução de discórdias. Baby explica que se alguém surge com uma “ideia velha”, os outros “seguram a barra”; no fim, o “legal é o que ganha”. Para ela, esse seria o “espírito” dos Novos Baianos, o qual estava em linha de sintonia com as propostas do jornalista Luiz Carlos Maciel, considerado o “guru da contracultura brasileira”.

Luiz Galvão assegura que todo “novo baiano” abandonou sua “pessoa velha, egóica, superficial”. Para ele, “sua própria pessoa dispensada não passa de sua pessoa alienada”. Se, para a esquerda mais ortodoxa, a “alienação” dizia respeito aos que ignoravam sua condição de opressão, recusando-se a um posicionamento objetivo, para os Novos Baianos, o “alienado” seria aquele que renunciaria as experiências e transformações da subjetividade. Esse ponto de vista é explorado na canção “Besta é tu” (Moraes Moreira, Luiz Galvão e Pepeu Gomes), cuja letra insiste na “guinada subjetiva”.

Besta é tu, besta é tu!.../ Não viver nesse mundo?/ Se não há outro mundo/Por que não viver?/ Não viver esse mundo?/ Se não há outro mundo/ Por que não viver?/ Não viver outro mundo?/ Besta é tu, besta é tu!.../ E pra ter outro mundo/ é preci-necessário/ Viver!/ Viver contanto em qualquer coisa/ Olha só, olha o sol/ O Maraca domingo/ O perigo na rua/ O brinquedo menino/ A morena do Rio/ Pela morena eu passo o ano olhando o Rio/ Eu não posso com um simples requiebro/ Eu me passo, me quebro, entrego o ouro/ Mas isso é só porque ela se derrete toda/ só porque eu sou baiano...

A canção, cuja construção rítmica é sustentada por cavaquinho, pandeiro, maracas, baixo e craviola, é contagiante e convidativa à dança. O refrão, entoado em coro, salienta a coletividade cara aos integrantes do grupo. A letra desafia e zomba daqueles que se negavam a “viver esse mundo”. A partir de uma perspectiva focada no “aqui e agora”, já explorada em obras tropicalistas, ela rejeita uma retórica utópica, haja vista que não credita ao futuro a dissolução de impasses, fossem subjetivos ou estruturais. Seria preciso, ao contrário, criar condições para a vida plena no presente, “contanto” [apesar de ou no caso de] “qualquer coisa” que se apresentasse como obstáculo. Os versos chamam a atenção para a origem baiana da banda e elogiam as belezas do Rio de Janeiro (sol, morena, Maracanã). Um em particular adverte sobre o “perigo na rua”; uma metáfora para a repressão política.

Em “Besta é tu”, assim como na maioria das canções do LP *Acabou chorare*, a linguagem do rock divide espaço com ritmos e instrumentos identificados com a *brasilidade*. Esta, entretanto, muda de sentido em relação à arte engajada dos anos 1960, uma vez que não se alia

à expectativa de uma revolução social. Embora distantes do ideário de esquerda, os Novos Baianos não se furtaram da crítica à sociedade racionalizada, burguesa e conservadora. Os hippies, considerados menos perigosos que os comunistas, eram citados nos prontuários da censura como dignos de vigilância (NAPOLITANO, 2004: 108). A canção e as cenas do documentário *Novos Baianos F. C.* indicam que o *desbunde* foi assumido pela banda de maneira lúdica. Os Novos Baianos, ao incorporarem um “lado solar” da contracultura, dialogaram diretamente com as ideias de “farra” e “curtição”.

A gíria *desbunde*, usada pejorativamente por militantes de esquerda, acusava os que recuavam em relação à luta armada. Paulo de Tarso Venceslau (ex-guerrilheiro da ALN) conta que “o nível de discussão dentro da organização não permitia qualquer veleidade de falar em recuo, em reavaliação, porque isso era sinônimo de *desbunde*. *Desbundado* era a pior coisa de que se podia dizer de alguém”² Hollanda ([1978] 2004: 103) dá outras pistas: “os que se recusam a pautar suas composições nesse jogo de referências ao regime, ou que preferem não adotar o papel de porta-vozes heroicos da desgraça do povo, são violentamente criticados, tidos como ‘desbundados’”. Sob a mesma perspectiva, Maciel afirmou que “o *desbunde* era denominado pela esquerda ortodoxa como um movimento ‘imaturado’, subjetivo e individualista”³. Jorge Mautner o definiu como um posicionamento “de esquerda, anarquista, anticonsumista”⁴. Já Favaretto esclarece que “*desbundar* não é mostrar a bunda, [mas] uma metáfora que alude à mudança radical de comportamento” (*In*: GOMES, 2001).

Essas declarações relevam a ambivalência do termo. Vinculado aos embates político-culturais do início dos anos 1970, ora ele era aceito, ora rejeitado. A circulação da gíria remete aos projetos antagonísticos pós-edição do AI-5: movimentos guerrilheiros que, duramente perseguidos, ainda orientavam posturas de combate à ditadura; surgimento de um *ethos* contracultural descrente em relação à luta revolucionária, mas não necessariamente acrítico. Na opinião de Risério, havia con-

2. *Teoria e Debate*, jul.-set. 1991. Disponível: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/paulo-de-tarso-venceslau>>. Acesso: ago. 2014.

3. “A Nova consciência nos trópicos e a imprensa do *desbunde*”. Disponível: <<http://tropicalia.com.br/leituras-complementares/a-nova-consciencia-nos-tropicos-e-a-imprensa-do-desbunde>>. Acesso: dez. 2012.

4. “Memórias do subterrâneo”. *Folha de S. Paulo Ilustrada*, mar. 2014, p. E6.

vergências entre essas polaridades (fascínio pelo lumpemproletariado e rejeição do modo de vida burguês). Entretanto, o *desbunde* estava mais preocupado em “mudar a vida” que o sistema político; sua diferença em relação à luta armada poderia ser percebida, por exemplo, se Marighella fosse lido ao som dos Novos Baianos (RISÉRIO, 2005: 26). O grupo contemplava a ideia de *desbunde*. Vários outros artistas, porém, também foram abarcados pela gíria, como é o caso dos Secos & Molhados.

Esse trio paulistano, cujo nome derivava de uma placa de armazém, era formado por João Ricardo, Gérson Conrad e Ney Matogrosso. Empresariados por Moracy do Val, o grupo lançou o LP *Secos & Molhados* em agosto de 1973. O fonograma vendeu mais de 100 mil cópias até o final de 1973, chegando a atingir a cifra de 700 mil no ano seguinte (PACHECO, 2013: 325). A capa do LP dialoga com o nome do trio. Sobre uma mesa se vê pães, cebolas, vinhos, grãos, bolachas e, sobretudo, as cabeças dos artistas servidas em baixelas: todos seriam produtos “secos” e “molhados” propícios para o consumo.

O trio adotou um visual excêntrico: maquiagens, purpurinas, roupas coloridas e vários apetrechos. Tal caracterização provinha, em larga medida, do *glitter rock*, estilo musical inglês surgido na passagem dos anos 1960-70, cujos maiores ícones eram Alice Cooper e David Bowie. Os adeptos do *glitter* geralmente se contrapunham ao despojamento do vestuário hippie, bem como à “seriedade” e à técnica do rock progressivo. Cabe lembrar, todavia, que Ney Matogrosso, antes de aderir ao conjunto, dedicava-se ao artesanato hippie. Já o rock progressivo, apesar de exigir uma destreza técnico-instrumental que escapava às possibilidades do conjunto, foi esboçado em uma ou outra canção. Contudo, a linguagem *pop*, própria do *glitter*, é a que mais contempla o repertório dos Secos & Molhados.

Tal linguagem não minou, porém, o elo com a cultura brasileira. A canção “Sangue latino” (João Ricardo e Paulo Mendonça) indicava “a intenção da banda de conciliar o engajamento estético que marcou de forma importante boa parte do repertório popular dos anos 60 com alguns clichês dos *hits* internacionais” (ZAN, 2006: 8). Musicalmente, a canção estrutura-se sob uma levada *folk*, melodia diatônica e harmonia tonal simples. Já a letra, na primeira pessoa do singular, retoma, num certo sentido, a temática da “condição latino-americana, os ‘descaminhos’ dos povos desse continente, bem como sua capacidade de

resistir” (*idem*). O verso “os ventos do norte não movem moinhos” parece sugerir desprezo em relação ao poder econômico e cultural dos Estados Unidos.

Jurei mentiras e sigo sozinho/ Assumo os pecados/ Os ventos do norte não movem moinhos/ E o que me resta é só um gemido/ Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos/ Meu sangue latino/ Minha alma cativa/ Rompi tratados, traí os ritos/ Quebrei a lança, lancei no espaço/ Um grito, um desabafo/ E o que me importa é não estar vencido/ Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos/ Meu sangue latino/ Minha alma cativa.

A “resistência” implícita no discurso do “eu-lírico” não é, porém, similar àquela que caracterizou parte da canção dos anos 1960. A letra de “Sangue latino” insinua que alguma luta foi travada e perdida. O sujeito, no entanto, continua resistindo, embora não exatamente no âmbito social e/ou público, mas principalmente no privado: rompe com tabus, lança seu “desabafo” e “segue sozinho”, com seus “mortos” e “caminhos tortos”. O “indivíduo” revela-se como “senhor” de suas decisões e frustrações. Tal abordagem, típica da contracultura, é corroborada pela performance de Ney Matogrosso.⁵ A expressão “sangue latino”, ainda que faça referência à condição subalterna e à “resistência” do “povo” latino-americano, aponta para certo componente erótico. Os trejeitos corporais de Ney – especialmente seu movimento de quadris –, a maneira como articula os lábios, a seminudez, os apetrechos e sua voz aguda insinuam, nas entrelinhas, o “levante” de uma bandeira em defesa da liberdade sexual.

A breve carreira dos Secos & Molhados constituiu um fenômeno de massa. Sob a lógica racional da indústria fonográfica, o trio integrava um *cast de marking*: “concebido e produzido [...] a um custo relativamente baixo, com o objetivo de fazer sucesso, vender milhares de cópias, mesmo que por um tempo reduzido” (DIAS, 2000: 78). Outros artistas englobados pelo “guarda-chuva” da contracultura estavam mais próximos de um *cast de catálogo*. Seus discos, geralmente marcados por técnicas experimentais, tinham “venda garantida por vários anos, mesmo que em pequenas quantidades” (*idem*). Gilberto Gil se adequava melhor a esse segundo *cast*. Recém-chegado do exí-

5. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=-zLicyzaH5A>>. Acesso: mai. 2015.

lio londrino, ele gravou o LP *Expresso 2222*, no qual constam canções vinculadas a uma atmosfera místico-contracultural.

A canção “Oriente”, gravada nesse disco, foi criada em 1971, quando Gil passava férias em Ibiza, nas “Ilhas Baleares, que eram um mito dos hippies naquela época” (*apud* FONTELES, 1999: 143). Noutra declaração, ele afirma que “o clima de Oriente estava no ar: *hare-krishna*, tarôs, *I Chings*” (*apud* RENÓ, 1996: 127). A palavra “oriente” comporta duas possibilidades semânticas. Uma aponta para o “universo Oriental”, cuja ideia de cultura/religiosidade implicaria formas holísticas de “ser/estar” no mundo. (Gil praticava meditação e macrobiótica, baseada nos princípios *Yin* e *Yang* do Taoísmo). A outra aponta para o verbo *orientar*, o qual indica a definição de um caminho ou posicionamento. Tal dualidade se expressa nos aspectos musicais e na letra da canção.

Se oriente, rapaz, pela constelação do Cruzeiro do Sul/ Se oriente, rapaz, pela constatação de que a aranha vive do que tece/ Vê se não se esquece/ Pela simples razão de que tudo merece consideração/ Considere, rapaz, a possibilidade de ir pro Japão/ Num cargueiro do Lloyd lavando o porão/ Pela curiosidade de ver onde o Sol se esconde/ Vê se compreende/ Pela simples razão de que tudo depende de determinação/ Determine, rapaz, onde vai ser seu curso de pós-graduação/ Se oriente, rapaz, pela rotação da Terra em torno do Sol/ Sorridente, rapaz, pela continuidade do sonho de Adão.

Na introdução, Gil toca uma nota pedal (*moto continuum*). As vibrações dessa nota, no violão, ressoam por entre linhas melódicas mais agudas, resultando num movimento de expansão e contração que remete à experiência mística do transe. Perrone (1988: 119) observa que a introdução de “Oriente” é a adaptação de um *raga* (estruturas melódicas típicas da música indiana). Esse ritmo harmônico também lembra o suingue de um berimbau, o que reitera a ideia de transe, igualmente perceptível na capoeira. A sensação de “circularidade” abarca as primeiras palavras da canção: “Se oriente, rapaz”. O ritmo harmônico “circular”, entretanto, é interrompido na sequência. Em “Pela constelação do Cruzeiro do Sul”, Gil pinça um acorde para cada pulsação, recurso que, somado à cadência descendente, quebra a sensação de “transe”, chamando a atenção do ouvinte.

Orientar-se pela “Constelação...” remete às grandes navegações, cujo itinerário das caravelas dependia de conhecimentos astronômicos. Gil esclarece que a reflexão sobre o “descobrimento” norteou sua criatividade ao compor a canção (*apud* RENÓ, 1996: 127). O “cargueiro do Lloyd” insinua essa ideia, e, conseqüentemente, o tráfego dos escravos. Lavar o *porão* do cargueiro é a metáfora para o sacrifício forçado, estabelecendo uma ponte entre o desterro dos africanos e o exílio de Gil. *Lloyd* refere-se certamente à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (1894-1997). Entre 1970-72, a empresa vivia seu apogeu, contando com uma sofisticada frota de cargueiros. A partida imaginária traça um paralelo com a postura *drop-out*: prática cultuada pelos adeptos do *desbunde* (MACIEL, 2007: 70-71). A submissão imposta converte-se, portanto, numa via libertária de comportamento: lavar o porão do navio para, no fim, aportar no Japão, país oriental e berço do Budismo.

Essa “viagem” rumo ao Oriente contrasta com a racionalidade ocidental, não obstante a coexistência dos dois “mundos”. Os versos “Determine, rapaz, onde vai ser seu curso de pós-graduação” e “Se oriente, rapaz, pela rotação da Terra em torno do Sol” exibem a tessitura mais aguda da canção. O caráter de comando do verbo “determine” é adensado; o verbo “se oriente” assume maior relevância, pendendo para a noção de “definição”. Tal leitura oscila se considerarmos que “Pela rotação da Terra...” refere-se menos ao *Tempo Chronos*, medido pelo relógio, e mais ao *Tempo Aeon*, de duração imensurável, associado ao movimento dos astros. Ainda que não constituam um refrão, tais versos aglutinam o que foi apresentado nos anteriores, frisando a dualidade de sentido que abarca toda a canção.

“Se oriente, rapaz/ pela constatação de que a aranha/ vive do que tece” e “Determine, rapaz/ onde vai ser seu curso de pós-graduação” são os versos menos místico-transcendentais da letra. Exilado na Europa entre 1969 e 1972, Gil viveu o auge e o declínio da contracultura: hippismo, misticismo, psicodelismo, libertação sexual, etc. Os dois versos são indícios de que ele detectava o esgotamento dessas experiências: as que não esbarraram na repressão policial, foram incorporadas pelo mercado, comprometendo seu potencial transformador.

Os versos também tocam em aspectos da realidade nacional. Sob o governo Médici (1969-74), o “milagre econômico” elevou o poder aqui-

sitivo da classe média. O acesso ao ensino público superior aumentou consideravelmente, embora continuasse abaixo da demanda. Para além das reivindicações do Movimento Estudantil, o Estado criou novas vagas nas universidades, haja vista o interesse no desenvolvimento do saber técnico e das “ciências duras” (MOTTA, 2014). Aqueles anos, porém, foram os mais violentos do regime militar. Os *desbundados*, ainda que não fossem alvos prediletos da tortura, sofreram coerções em delegacias e clínicas psiquiátricas (RISÉRIO, 2005: 26). A racionalidade moderna, promovida pela ditadura e assegurada pela repressão, aos poucos minguiu os projetos coletivos que caracterizaram o período. O trabalho assíduo e solitário da aranha e a exigência da pós-graduação dialogam com a afirmação dessa lógica individualista e meritocrática.

A letra de “Oriente”, apesar dos verbos no imperativo, não tem relação com as “canções engajadas” dos anos 1960. O interlocutor da canção não é *povo*, mas o *indivíduo/rapaz*. Os conselhos triviais (“vê se não se esquece”, “tudo merece consideração”) sugerem que Gil se comporta como um “guru que não se leva muito a sério” (NAVES, 2013: 154). Tal descrição comprova o excesso de autonomia do *rapaz*: seu guia espiritual aguça a curiosidade e não impõe um rumo fixo. Entre dois universos não excludentes (*místico* e *pragmático*) há várias possibilidades de ação. O *guru* oferece tantos caminhos que o balanço final é, no limite, “desorientador”. Para além da atmosfera místico-contracultural, a canção insinua os impasses do “indivíduo” e engendra certo estado de anomia alavancado pelo AI-5 e pelo desenvolvimento capitalista do país.

“Oriente”, “Besta é tu” e “Sangue latino”, embora distintas nas abordagens das letras e no tratamento musical, deslocam a ideia de “revolução”, cada uma à sua maneira, para o plano subjetivo-individual. A atmosfera mística, o ideário hippie e a defesa da liberdade sexual, aspectos explorados (ainda que de forma não tão evidente) em cada uma das canções – todas desprendidas de uma ideologia “nacional-popular” –, sinalizam o enfraquecimento das utopias revolucionárias, insinuando a emergência de uma nova *estrutura de sentimento*.

Referências

- BAHIANA, A. M. “A linha evolutiva prossegue: a música dos universitários”. In: *Anos 70: música popular (vários autores)*. Rio de Janeiro: Europa, 1979/80, p. 25-40.
- BRITTO, P. H. “A temática noturna no rock pós-tropicalista”. In: NAVES, S. C.; DUARTE, P. S. (orgs.). *Do samba-canção à tropicália*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2003, p. 191-199.
- CEVASCO, M. E. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- COELHO, F. *Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- DIAS, M. T. *Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FAVARETTO, C. “Arte e cultura nos anos 70: o pós-tropicalismo”. In: *Moderno, pós-moderno, contemporâneo: na educação e na arte*. Livre docência. USP: Faculdade de Educação, 2004, p. 242-251.
- FONTELES, B. *Giluminoso: a poética do Ser*. Brasília: Ed. UnB/ São Paulo: SESC, 1999.
- HOLLANDA, H. B. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)*. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. *Revolta e melancolia: o romantismo na contra-mão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MACIEL, L. C. “O Tao da contracultura”. In: ALMEIDA, M. I. M.; NAVES, S. C. (orgs.). “*Por que não?*”: rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 64-75.
- MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 242-287.
- NAPOLITANO, M. “A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.º 47, jul. 2004, p. 103-126.
- . “MPB: totem-tabu da vida musical brasileira”. In: *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminas/Itaú Cultural, 2005, p. 125-129.
- NAVES, S. C. *Canção popular no Brasil: a canção crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- . *O Brasil em uníssono: e leituras sobre música popular e modernismo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Casa da Palavra, 2013.

- ORTIZ, R. *Cultura popular: românticos e folcloristas*. São Paulo: Olho d'Água, 1992.
- *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PACHECO, E. “Meia hora de encantamento: Secos & Molhados”. In: ALBUQUERQUE, C. (org.). *1973: o ano que reinventou a MPB*. Rio de Janeiro: Sonora, 2013, p. 321-327.
- PERRONE, C. *Letras e letras da MPB*. Rio de Janeiro: Elo, 1988.
- RENÓ, C. (org.). *Gilberto Gil: todas as letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIDENTI, M. “Ensaio geral de socialização da cultura: o epílogo tropicalista”. In: CARNEIRO, M. L. T. (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Ed. USP/Imprensa Oficial do Estado/FAPESP, 2002, p. 377-401.
- *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- RISÉRIO, A. “Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil”. In: *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2005, p. 25-30.
- SARLO, B. “Raymond Williams: uma releitura”. In: *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p. 85-95.
- SCHWARZ, R. “Cultura e política, 1964-1969”. In: *Cultura e política*. 3.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 7-58.
- TATIT, L. “A canção moderna”. In: *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2005, p. 119-124.
- VASCONCELLOS, G. *Música popular: de olho na fresta*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a.
- *Politics and letters: interviews with New Left Review*. London: NLB, 1979b.
- *The long revolution*. Middlesex: Penguin, 1984.
- ZAN, J. R. “Secos & Molhados: o novo sentido da encenação da canção”. *Anais do VII Congresso latino-americano da IASPM-AL*, La Habana, jun. 2006, p. 1-12.
- Discografia
- GILBERTO GIL. LP *Expresso 2222*. Phonogram/Philips, 1972.
- NOVOS BAIANOS. LP *Acabou chorare*. Som Livre, 1972.
- SECOS & MOLHADOS. LP *Secos & Molhados*. Continental, 1973.

Imprensa

LUIZ CARLOS MACIEL. “A Nova consciência nos trópicos e a imprensa do desbunde”. Entrevista à Patrícia M. Barros. Disponível: <<http://tropicalia.com.br/leituras-complementares/a-nova-consciencia-nos-tropicos-e-a-imprensa-do-desbunde>>. Acesso: dez. 2012.

JORGE MAUTNER. “Memórias do subterrâneo”. *Folha de S. Paulo Ilustrada*, mar. 2014, p. E6.

PAULO DE TARSO VENCESLAU. “O ex-guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional...”. *Teoria e Debate*, jul.-set. 1991. Disponível: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/paulo-de-tarso-venceslau>>. Acesso: ago. 2014.

SECOS & MOLHADOS. Fantástico (Globo). Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=-zLicyzaH5A>>. Acesso: mai. 2015.

Filmes

GOMES, M. *Anos 70: trajetórias*. Documentário, 28 min., Panorama Histórico Brasileiro, 2001.

OLIVEIRA, A. L. *Meteorango Kid: o herói intergaláctico*. 85 min. ALO, 1969.

RIBEIRO, S. *Novos Baianos F. C.* Documentário, 44 min., 1973.

Pop com gentílico

LUÃ FERREIRA LEAL

lferreiraleal@gmail.com

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri

Resumo

A proposta desta apresentação é analisar a inserção do mercado da música como fração do mercado de entretenimento e a criação de novos rótulos, especialmente os elaborados desde a década de 1990 na Ásia, para atribuição de origem nacional à “música pop”. A “música pop” não será abordada neste trabalho como “gênero”, mas como categoria comercial que classifica a produção cultural. Fundada em 2002, a banda japonesa Back-On exemplifica o modo pelo qual a música articula diferentes circuitos no mercado de bens simbólicos, como a produção de seriados de animação e de jogos eletrônicos. As canções gravadas pelo grupo integram trilhas sonoras de animes – como “Fairy Tail” – e de séries de games – como “Tales of the World”. Os bens simbólicos no mercado da música ganharam novos adjetivos além de “pop”, ou seja, receberam marcações de origem nacional evitadas nos Estados Unidos ou na Inglaterra. As bandas de “música pop” da Coreia do Sul (como Girls’ Generation) ou do Japão (como AKB48) receberam designação que explicita sua inserção no mercado a partir de um lugar específico: K-Pop ou J-Pop. Adotar a classificação “música pop” apenas para músicas irradiadas pela “indústria cultural” dos países centrais da anglofonia se tornou um procedimento inócuo. Essa produção cultural tida como homogeneizada, padronizada e sem resquícios de traços nacionais passou a ser denominada com o uso de adjetivos pátrios quando produzida pelas gravadoras coreanas e japonesas.

Palavras-chave música pop, indústria cultural, mercado de entretenimento, K-Pop, J-Pop

“O Delicado Abismo da Loucura”: angústia moderna no mundo arcaico da literatura sertaneja contemporânea de Raimundo Carrero e Ronaldo Correia de Brito

CAMILA TEIXEIRA LIMA

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Mariana Chaguri.

1 Introdução e Justificativa¹

Esta pesquisa pretende discutir as *experiências referentes ao sertão* nas obras da literatura sertaneja contemporânea, escrita por Raimundo Carrero e Ronaldo Correia de Brito e ficcionadas nos sertões de Salgueiro-PE e Inhamuns-CE. Sugere-se neste trabalho que as obras formalizam literariamente o processo de intensificação da interiorização da vida externa dos personagens transplantadas para a solidão de sua alma, trágica, deformada e moralmente despedaçada.

A hipótese aqui formulada é que a decadência pessoal dos personagens solitários, sofredores e angustiados não se relaciona com a decadência do espaço social, mas sim, seria construída nodinamismo do processo social. Aprofundando tal hipótese, é possível observar que houve um deslocamento da percepção do sertão e do sertanejo como isolados e, devido a isso, essa pesquisa indaga se nas obras dos autores o isolamento se construiria em outro momento: a partir do movimento e na articulação de temporalidades e espacialidades cruzadas.

1. Neste texto apresento algumas considerações, hipóteses, objetivos, métodos da pesquisa que irei desenvolver no doutorado.

Dito isto, pego emprestada as palavras de Arrigucci Jr. sobre os contos de Brito expostos no livro “Faca”, para apresentar a literatura sertaneja do literato, e também a de Carrero: são literaturas nas quais a *temporalidade tradicional* (desse universo arcaico),² vem a somar-se a um *sentimento moderno de angústia* (Arrigucci Jr., 2003: 176). Aprofundando essa trilha seria possível questionar se o sertão possui um potencial heurístico para qualificar o próprio Brasil contemporâneo³: em um mundo “abandonado por Deus” (Lukács, [1916] 2004: 89), que perde a organicidade, a aventura e o milagre - *o mundo da angústia* -, não se abandona uma perspectiva mítica, do sertão das lamparinas, da aguardente - *da temporalidade tradicional*.

Do sertão de Salgueiro-PE e de Inhamuns, em Saboeiro-CE, nascem, respectivamente, Raimundo Carrero e Ronaldo Correia de Brito, o primeiro em 1947; o segundo, em 1950. Ambos passaram suas infâncias no sertão e residiram a maior parte de suas vidas em Recife. Nenhum dos dois tem na literatura sua única profissão⁴: Carrero teve vários empregos relacionados à área de cultura em Pernambuco, mas foi, sobretudo jornalista; Brito é médico. Ambos, ainda, tiveram contato

2. Em um artigo sobre “Sombra Severa” (Raimundo Carrero), Cristiane Amorim adverte que uma justificativa possível para a “localização” temporal das narrativas do autor pernambucano ser arcaizante (2013: 213), sertaneja, é devido ao fato de que o homem, para Carrero, é sempre o mesmo: pecador, transgressor incorrigível (Idem, *Ibidem*). Em todos os livros de Carrero de sua fase sertaneja, o homem é destinado a ser um pecador e sofredor (o que justifica a temporalidade tradicional cíclica): “Nas narrativas analisadas até então encontram-se três fratricídios: Anrique mata Pedro Militão, em “A história de Bernarda Soledade” (1975); Absalão mata Agamenon, em “As sementes do sol” (1981); e Judas mata Abel em “Sombra severa” (2008). Já em “A dupla face do baralho” (1984), Félix Gurgel encomenda a morte do próprio pai. Todos os assassinatos ocorrem no seio da família, sinédoque da sociedade” (Idem, *Ibidem*). As tragédias no seio da família são um dos temas recorrentes, também, em Brito. *Falaremos adiante com sobre os personagens de Carrero e Brito, assim como sobre os mediadores usados por ambos para tornar o processo de isolamento inteligível*.
3. Segundo as palavras de um dos romancistas aqui analisados, Ronaldo Correia de Brito, em um artigo publicado na “Revista Continente”: “Há algo que sentimos como sendo o sertão. Talvez ele nos transmita um apelo, o mesmo que Rudyard Kipling ouviu m ralação ao Oriente. – ‘Se ouvires o apelo do Oriente, já não ouvirás outra coisa’. Se ouvires as vozes sertanejas, já não ouvirás outras vozes. Nem enxergarás outras perspectivas, como um cearense a quem subiram num prédio alto de São Paulo e pediram que dissesse o que avistara, ele respondeu: O Crato. O sertão habita em nós, mesmo quando já não o habitamos” (2006:84. Grifo meu).
4. Para o debate sobre a profissionalização dos escritores no Brasil, consultar: Miceli, 1979.

com a literatura desde cedo, Carrero quando de castigo na loja de seu pai, descobriu debaixo do balcão os clássicos da literatura que passaram a ser suas grandes referências⁵; Brito, encontrou a literatura por meio da pequena biblioteca de sua mãe – que era professora-, da biblioteca municipal do Crato - onde morou depois de sair de Saboeiro-e, principalmente, através do grande acervo de um primo.⁶ Os dois, igualmente, não publicaram inicialmente romances: Carrero depois de atuar como músico (sax-tenor no conjunto *Os Camelões* e depois em *Os Tártaros*), de escrever textos jornalísticos, publicou peças de teatro - tais como “Anticrime” (1971), antes de seu primeiro romance publicado, “Bernarda Soledade”, e “O Misterioso Encontro com o Destino” (1981), quando já era conhecido como literato; Brito, também, começou com o teatro, sendo ainda hoje um dramaturgo reconhecido e autor de várias peças - as mais famosas: “Baile do Menino Deus” (1983), “O Pavão Misterioso” (1985), “Bandeira de São João” (1987) e “Arlequim” (1990) – todas peças infanto- juvenis.

Os romances de Carrero aqui analisados pertencem a sua “fase ser-taneja”, referente à primeira parte de sua obra, que, segundo o autor, “vai até ‘Maçã Agreste’.⁷ É Salgueiro inteiro dentro de mim”.⁸ São seis romances: “A História de Bernarda Soledade: a tigre do sertão”

-
5. Entre algumas referências citadas pelo autor: José Lins do Rego; Graciliano Ramos; Ariano Suassuna; Shakespeare; Ibsen; Tolstoi; Dostoievski; Flaubert; Bernard Shaw; o teatro português das décadas de 1940/50; o teatro brasileiro de Raimundo Magalhães, Jurancy Camargo entre outros (Entrevista concebida ao *Rascunho: jornal de literatura do Brasil*. Publicado em outubro de 2009. Disponível em <<http://migre.me/maX1y>>. Site visitado em 08 de Outubro de 2014)
 6. Em entrevista para a Saraiva, Correia de Brito fala do acervo de livros do primo, tão importante para a sua formação e que serviu de incentivo para ele se tornar escritor: “uma biblioteca que um primo tinha em uma propriedade grande no interior. Tudo que você possa imaginar, havia apenas um defeito, todos os livros haviam sido parcialmente comidos pelas traças e pelos cupins. Eu vou lendo e de repente tem um buraco enorme que atravessa vinte, trinta páginas (...) O que nós fazemos ao longo da vida nada mais é do que tentar preencher esses grandes hiatos da nossa história. *Então, além de trabalhar com minha própria memória, que é reinventada a cada texto, eu também trabalho para preencher todo esse buraco que existiu na minha formação. Todos os buracos, todos esses livros, todas essas histórias incompletas*” (Disponível em: <<http://migre.me/mjmun>>. Site visitado em 08 de Outubro de 2014. Grifo meu).
 7. Livro este que inaugura os temas mais urbanos na obra deste autor.
 8. Entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda, disponível em <<http://migre.me/1wRD7>>.

(1973); “As Sementes do Sol: o semeador” (1976); “A Dupla Face do Baralho: confissões do comissário Félix

Gurgel” (1983); “Sombra Severa” (1984); “Viagem ao Ventre da Baileia” (1985-86) e “Senhor dos Sonhos” (1987). De Correia de Brito serão analisados quinze contos presentes nos livros “Faca” (2003)⁹ e “Livro dos Homens” (2005)¹⁰ – todos os que possuem temática sertaneja - e o romance “Galileia” (2008). É importante salientar que as narrativas de Correia de Brito não necessariamente foram escritas nos anos 2000. Segundo o próprio autor, ele é um escritor precoce que começa a publicar tarde. Ainda de acordo com Brito, ele possui “gavetas cheias de tempo”, às quais volta com frequência para buscar contos esquecidos e retrabalhá-los (Dorigatti, 2010, s/p).¹¹

Carrero e Brito circunscrevem o sujeito e seus dramas psicológicos-morais como matérias decisivas de suas narrativas. Opção que, nesta pesquisa, é problematizada como um deslocamento estético e político que ampara a construção de novas mediações entre espaço/terra e indivíduo para a configuração e exposição literária da experiência social sertaneja.

Mediações que guardam um diálogo intenso com o espólio de autores clássicos modernos, como Flaubert, Ibsen, Tolstoi e Dostoiévski – referências autodeclaradas dos literatos aqui estudados. Problematizando esta herança literária reivindicada pelos autores, é importante observar que Flaubert, Ibsen, Tolstoi e Dostoiévski concorreram para - a partir da segunda metade do século XIX- solidificar um dos temas-chaves das narrativas modernas: *o indivíduo tornado solitário da vida do povo* (Lukács, [1943] 1965: 156).

Embora seja possível identificar um conjunto de influências nas obras dos autores sertanejos aqui estudados, até porque a produção literária é também um efeito objetivo de múltiplos encontros e múltiplas vozes, os russos, mais do que os demais - talvez porque as estepes russas e os sertões brasileiros partilhem uma mesma matriz periférica

9. “A Espera da Volante”; “Faca”; “Redemunho”; “Deus Agiota”; “O Valente Romano”; “A Escolha”; “Mentira de Amor”; “Cícera Candóia”; “Inácia Leandro” e “Lua Cambará”.
10. “O Que Veio de Longe”; “Eufrásia Meneses”; “Milagres de Juazeiro”; “O Amor das Sombras” e “Livro dos Homens”.
11. O ensaio “Lua Cambará” foi escrito em 1970, mas, transformado em conto, só foi publicado em 2003, no livro “Faca”¹⁰ (Entrevista concedida ao Sempre um Papo, disponível em <<http://migre.me/1A63t>>).

(Maia, 2007: 98) -, são referências explícitas de Carrero e Brito. E Dostoiévski, parece ser um interlocutor literário recorrente na produção de cada um desses autores sertanejos. Não só porque ambos se referem a Dostoiévski como o autor de destaque entre suas referências literárias, mas porque é possível aproximar as narrativas do escritor russo tanto com a de Carrero, como a de Brito, pelo *tema* (Cf. Garcia, 1978) e pelo *estilo dos personagens* (Cf. Carrero, 2005). Os personagens dostoiévskianos transplantam os problemas de uma época sob o aspecto de suas consequências psíquicas e deformação de seus ideais morais que nascem da miséria como um fator social da sociedade contemporânea (Lukács, [1943] 1965: 155). O que sugerimos nesta pesquisa é que o fator social também é interiorizado para a solidão da alma dos personagens de Carrero e Brito que se tornam *isolados* e *angustiados* no dinamismo do processo social. Assim, também o diagnóstico de pobreza da experiência (*Erfahrung*) na sociedade moderna, de Walter Benjamin, parece configurar um caminho interessante para pensar o drama psicológico- moral expostos por Carrero e Brito em seus livros.

A experiência, para Benjamin, compreendida como um discurso vivo, que é compartilhado por uma coletividade e pode ser retomado e transformado de geração a geração, é uma forma de comunicabilidade característica das sociedades comunitárias artesanais e pré-modernas. Com o desenvolvimento secular das forças produtivas oriundas da formação da sociedade burguesa europeia, todavia, a experiência (*Erfahrung*) vai gradativamente desaparecendo e sendo substituída pela *vivência* (*Erlebnis*), que caracterizará o indivíduo solitário moderno. Esse processo de esfacelamento da *Erfahrung* foi responsável pela atrofia da aura nas obras de arte (“A Obra de Arte na Época da sua Reprodutibilidade Técnica”, 1935), pelo empobrecimento das condições de acolhimento das poesias líricas (“Sobre Alguns Temas de Baudelaire”, 1939); pela transformação dos seres humanos em autômatos (“A Paris do Segundo Império de Baudelaire”, 1938 e “Sobre o Conceito de História”, 1940) e pelo desaparecimento do narrador tradicional e surgimento do romance (“O Narrador”, 1936).

Para Benjamin, o romance é “pura interioridade, não conhece dimensão exterior, e constitui, assim, o polo antagônico da postura épica pura, a narração” ([1930] 1986: 126). Esta distinção acontece porque a célula máter do romance é o indivíduo em sua solidão, “o

homem que não pode mais falar de modo exemplar sobre seus desejos, porque ele próprio está perplexo, ‘incapacitado de aconselhar’” (Idem, *Ibidem*). Incapacidade intimamente relacionada à inabilidade de transmitir experiência tradicional e profundamente associada ao sujeito que se torna solitário da vida do povo.

Pensar a relação entre a transformação da forma literária e do processo social é um caminho recorrente nos estudos que visam refletir a relação literatura e sociedade, pois, como afirmou Roberto Schwarz: “uma boa observação formal pode servir como guia efetivo na descoberta de novos aspectos da realidade” (1977:141). Outro exemplo é a análise das mudanças na arte europeia realizada por Franco Moretti. Em “O Século Sério”, o autor afirma *a história da literatura como história da cultura* (2009: 825), na medida em que uma novidade na literatura burguesa do século XIX, aparentemente tão *prosaica e modesta*, difundiu-se em toda parte (Idem, *Ibidem*: 840): a invenção narrativa do preenchimento - aquilo que acontece entre os possíveis desdobramento da trama, entre um acontecimento e outro. Nas narrações ele aparece por um segundo: um passeio, o cotidiano etc. No romance burguês os preenchimentos aparecem em excesso, é um excesso de cotidiano, adensa a trama, enche-se de mil coisas, torna-se anti-narrativo (Moretti, 2009, *passim*). Para o autor, *a transformação operada na linguagem* (o aumento dos preenchimentos) está *diretamente ligada à visão de mundo de sua época* (a racionalização da vida moderna): “por meio do preenchimento a lógica da racionalização investe a própria forma do romance, seu ritmo narrativo” (Idem, *Ibidem*: 842-3) e a história que vem posta em palavras, torna-se estilo: o analítico (Idem, *Ibidem*: 824). Impessoal, imparcial, “com poucas surpresas, ainda menos aventuras e milagres nem pensar” (Idem, *Ibidem*: 841), o romance burguês com estilo analítico e o seu método descritivo está ligado à profunda especialização que ocorre no mundo moderno (“desencantamento do mundo” - Weber, 1904; “mundo abandonado por Deus” - Lukács, 1916).

Moretti está em diálogo intenso com Georg Lukács que, em “Narrar ou Descrever”, observa que um dos elementos do texto narrativo, a descrição, torna-se princípio fundamental da composição do romance burguês ([1936] 2009: 155). No argumento do autor, o novo estilo brota “da necessidade de configurar de modo adequado as novas formas que se apresentam na vida social” (Idem, *Ibidem*). O mé-

todo descritivo como nova forma de composição do romance burguês, transforma o homem em natureza-morta, é inumano - porque profundamente determinado por um modo de conceber o mundo- que é também inumano: o capitalismo “pronto e acabado”. No entanto,

 Não se narra como um homem chega a se adaptar gradualmente, no curso do romance, ao capitalismo ‘pronto e acabado’, mas o personagem se revela desde o início traços que só deveriam aparecer como resultado de todo o processo (...) Não estamos diante de um homem vivo, que compreendemos e amamos como tal e que, no curso do romance, é espiritualmente destruído pelo capitalismo; vemo-nos, ao contrário, diante de um morto que passeia entre imagens descritivas com consciência cada vez mais clara que está morto” (Lukács, [1936] 2009: 183).

Essa dialética entre forma literária e processo social identificada por Benjamin, Lukács e Moretti em suas análises da arte europeia, embora influencie e nos ajude a refletir sobre a literatura sertaneja contemporânea não podem ser acionadas como matrizes exclusivas de explicação das transformações dessa nova proposição, isso porque, “a literatura brasileira não é a repetição de formas criadas na Europa, ela é algo novo” (Schwarz, ano: 134). Essa afirmação não é oriunda de questões ideológicas, que visam atribuir um caráter de singularidade nacional à literatura brasileira, antes, é oriunda de uma crítica estética que visa evidenciar a originalidade na ordem da estrutura. Isso pode significar, antes, uma resposta alternativa aos caminhos clássicos do desenvolvimento europeu (Maia, 2007: 97): a instauração de uma diferença periférica.

 Instauração da diferença periférica que, no entanto, não funda uma unidade, ou seja, a periferia, tomada como categoria a um só tempo geográfica e histórica, permite a análise da heterogeneidade que marca as diversas experiências de modernidade. Nesse sentido, o sertão das lamparinas e das motocicletas, da aguardente e do laptop se torna um desafio teórico para o projeto de modernidade, já que os elementos “tradicionais” que permanecem no sertão contemporâneo não significam arcaísmo e flagelo, eles são elementos operativos para a própria construção do moderno e podem nos falar das contradições do processo de modernização na sociedade brasileira.

Problematizando a heterogeneidade como elemento qualificador da periferia, esta pesquisa sugere que a literatura de Carreiro e Brito *ao mesmo tempo* em que parece se aproximar das narrativas de 1930/45 (pela influência; pela espacialidade como elemento que dá suporte as relações sociais; e, por certa aproximação com a oralidade), *também* se distancia (pela intensificação da interiorização do espaço; pela relação entre isolamento e dinamismo social; e pela decadência pessoal do sertanejo).¹² Abre-se, assim, uma chave analítica que visa, me utilizando das palavras de Schwarz, *constatar* a originalidade nacional implicada na forma (Schwarz, 1977: 135): a partir de uma tensão entre local e global, particular e universal, podemos pensar em uma formalização sociológica e literária a partir da periferia.¹³

2 Material e Métodos

Na obra de Carrero o que se percebe é o uso da religião como mediador para tornar o processo de isolamento e o *sentimento moderno de angústia* inteligível. A religiosidade parece imputar a *culpa* e o *pecado* aos personagens e, assim, individualizar este sujeito que se torna solitário por meio de sua dor e de sua alma despedaçada.¹⁴ Autodeclarado sagitariano, supersticioso e temente a Deus (Carrero,

12. Embora a literatura clássica sobre o sertão se relacione à decadência do espaço social, o sertanejo não é formalizado, em grande parte dos casos, pela decadência pessoal. Em 1902, Euclides da Cunha registra em “Os Sertões” uma frase sobre o sertanejo que ficou famosa: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Em Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, João Cabral de Melo Neto e Guimarães Rosa, a força do sertanejo é figurada mais implicitamente: pela “resistência” à morte, miséria, emigrações. Cf., por exemplo, os trechos finais de “Morte e Vida Severina” (Neto, 1968), a celebração da vida, mesmo na *explosão da vida Severina*.
13. Referências importantes para pensar a interpelação periférica da modernidade são: Chakrabarty, D. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*, 2000; Urbinati, N. *From the Periphery of Modernity: Antonio Gramsci’s theory of subordination and hegemony*, 1988; Sassen, S. *Spatialities and temporalities of the Global: elements for a theorization*, 2000.
14. A religiosidade em Carrero não aparece apenas como símbolo individualizante. Pecado e culpa, por se inscreverem na história da humanidade, já que são destinados aos indivíduos, também, podem “reafirmar a crença na continuidade cíclica (‘correspondência e reintegração’) da existência” (Amorim, 2013: 213). Ainda: “em todos os títulos – com exceção de ‘Bernarda Soledade’ – verifica-se que o comportamento dos seres de algum modo se justifica por fatos transcorridos na infância, possível metáfora de tempos imemoriais” (Idem, *Ibidem*).

1987, prefácio), Carrero tem uma influência fundamental da Igreja Católica e *medieval*:¹⁵ “ainda não consegui dissociar do meu espírito essa igreja que pune, que pede, que exige”.¹⁶ Preocupação tão fundamental na vida do autor, *as exigências* e o não cumprimento delas (*pecado*) e, por consequência, a *punição*, passaram a ser expressões de seus personagens, que são geralmente silenciosos (“O Semeador”, “Sombra Severa”, “Senhor dos Sonhos”); solitários (“Bernarda Soledade”, “O Semeador”, “Dupla Face”, “Sombra Severa”); e sofredores, ou aqueles que questionam as suas próprias atitudes e a imposição do sofrimento (“O Semeador”, “Dupla Face”, “Ventre da Baleia”, “Senhor dos Sonhos”).¹⁷

Isso não significa, no entanto, que as obras de Carrero sejam narrativas religiosas. Antes, *a religião, assim como o profano, são elementos ou símbolos para representar “a repetição ininterrupta das mesmas ações humanas, mantidas pelos mesmos sentimentos, através dos séculos”* (Amorim, 2013: 214). Em Brito, embora a religiosidade não seja explorada como mediador para compreensão do isolamento e angústia, quando acionada, também aparece nesses termos: como símbolo da repetição ininterrupta no mundo dos sujeitos. Nos dois autores, a morte se apresenta quase como fim do sofrimento, como interrupção desse tempo cíclico arcaico. Se analisarmos em conjunto os contos do “Livro dos Homens”, de Brito, podemos perceber que a *espera* é uma marca cortante na maioria das narrativas, como se o tempo nunca passasse, findasse, exceto pela morte. O *silêncio* também parece ser uma marca importante para caracterizar esse espaço temporalmente arcaizante: como “mundo das ausências”, encontrado nos contos “Redemunho” e “Mentiras de Amor”.

15. Visão do autor sobre a religiosidade medieval. Entender a igreja medieval como punitiva pode ser um equívoco, tendo em vista que a punição e perseguição é instaurada a partir do século XII e da contra-reforma.
16. “O Caçador de Assombrações”, <<http://migre.me/maVvz>>. Site visitado em 08 de Outubro de 2014
17. A religiosidade não influi apenas sobre seus personagens, mas alguns dos títulos dos seus livros são metáforas de narrativas bíblicas, tais como em “Sementes do Sol” (Mateus, 13 – Bíblia) - fala de Cristo sobre a correlação da semente: fruto e as distinções entre semear em pedregais, espinhos ou terra boa - e “Viagem ao Ventre da Baleia” (Jonas, 2 – Bíblia) - história de Jonas, que ao desistir de cumprir a missão entregue por Deus, é engolido por um “peixe-grande” e só é vomitado três dias depois, quando resolve executar sua missão e destruir o povo assírio.

Voltando a Carrero, talvez uma porta de entrada, para compreender melhor a interiorização em suas narrativas, bem como o acionamento da religiosidade, é o que chamo de *a culpa de Eva*. O pecado e culpa como destino dos homens é fruto da traição de Eva. A fala de Agamenon, personagem de “Sementes do Sol”, é ilustrativa: “A história do homem, do verdadeiro homem cruel e ativo, forte e vingador, começou com ela – com Eva traíndo Adão, traíndo todos os homens, traíndo a raça humana – por Eva e pela traição – estamos todos nós diante do drama multifacetado do sofrimento, da agonia e da dor” ([1976] 2005:198-9). É possível identificar essa Eva em quase todo livro sertanejo de Carrero. Uma mulher traidora, que parece simbolizar o pecado como algo inerente aos indivíduos, quase como uma alegoria que representa a traição no mundo dos sujeitos.¹⁸

Como podemos perceber, a tragédia no bojo da família também é uma recorrência na literatura sertaneja de Carrero, mas é em Correia de Brito que isto se torna a mediação para tornar inteligível isolamento, angústia e intensificação da interiorização, caracterizado pela *espera e tragédia* vindoura. Segundo Arrigucci Jr., no posfácio do livro “Faca”, os atos corriqueiros da vida familiar sertaneja ou de uma

-
18. Talvez o exemplo mais significativo seja o de “O Ventre da Baleia”. Neste Livro, o coronel Salvador Barros, “dono” de todas as terras e que resolve expulsar os camponeses, é desafiado por estes, que pegam em armas para defender as terras em que sempre moraram e trabalharam. Jonas, um homem que viveu a luta armada em Recife na época da ditadura militar, fica a frente dos camponeses e é o maior incentivador da luta armada e aberta contra o coronel. Tudo isso resulta em cenas de violência, morte e destruição. E Jonas é responsabilizado, inicialmente, por este resultado. Nas últimas páginas do livro, no entanto, temos uma revelação de Adélia, mãe de Jonas, que revela que Jonas é filho de um adultério dela com o coronel Salvador Barros. Adélia afirma que criou seu filho para se vingar e matar o seu pai biológico (mesmo sem Jonas saber) e o irmão Timóteo, que também nasceu do adultério, mas foi criado pelo coronel. Para se concentrar na criação de Jonas e na vingança, Adélia mata as próprias filhas afogadas, assim teria mais tempo para se dedicar a Jonas. Feito a confissão, a Eva de “O Ventre da Baleia” nos é apresentada. Adélia se torna a responsável por toda a violência. O coronel, Jonas e até mesmo os camponeses parecem se tornar vítimas da vingança e ódio de Adélia. Como o título da narrativa é uma metáfora bíblica, interpreto que a associação de Jonas de Carrero com o Jonas bíblico pode ser feita de duas maneiras: a) Jonas como aquele responsável por salvar os camponeses da crueldade do coronel Salvador Barros e destruí-lo por meio da luta armada, assim como o Jonas bíblico precisava destruir os assírios, conhecidos por sua crueldade e violência; b) *O ventre da baleia seria o ventre da mãe de Jonas, Adélia, que o criou para a vingança*. É possível identificar outras “Evas” nas narrativas de Carrero, como nos livros “O Semeador” (Ester), “Dupla Face” (Mária Dáuria) e “Sombra Severa” (Dina).

pequena cidade do interior, estão sempre no limiar de um acontecimento trágico, como acontece nos contos “Redemunho”, “Cícera Cândoia”, “Inácia Leandro” e “Mentiras de Amor” (2003:176-7). Ainda segundo Arriguicci Jr., este drama concentrado ganha força simbólica geral, de modo que o *sertão tende a virar mundo* (Idem, *Ibidem*:177. Grifo meu), por se tornar palco de contradições e conflitos humanos em uma dimensão ampla: “o tempo da natureza [*temporalidade tradicional*] é realmente uma extensão do sentimento problemático do tempo *travado da existência que pressupõe o mundo moderno*”¹⁹ (Idem, *Ibidem*. grifos meus).

A *angústia moderna*, que é uma característica dos personagens dos autores, inseridos num espaço exposto de forma rápida e precisa como arcaico, ganha maior densidade, em Brito, no seu romance “Galiléia”,²⁰ que narra a volta de Adonias, médico e intelectual cosmopolita que reside em Recife-PE, à fazenda no sertão de Inhamuns-CE do avô Raimundo Caetano, patriarca de uma família numerosa e decadente. A viagem e a chegada de Adonias à fazenda são marcadas por uma série de conflitos internos do protagonista que “sente fascínio e repulsa por esse mundo sertanejo” (Brito, 2009 p. 16). O encontro de Adonias com o seu passado causa um desmoronamento de suas convicções, dos limites entre passado e presente, sertão e cidade e ele não consegue nem ao menos entender quem ele é. O personagem,

-
19. Esta quase coexistência de dois tempos em Brito: Tradicional (da natureza) e o travado (moderno, representado pela angústia dos personagens) é muito visível nos contos: “A Espera da Volante”; “Lua Camborá” e “A Escolha”. Para exemplificar, transcrevo um trecho do conto “A Escolha”, trecho do prazo (que é o prazo da natureza) dado a Aldenora Novais pelo seu atual companheiro, Livino Gonçalves, para ela decidir se ia voltar para o marido, Luís Sibrino (homem agressor e que tinha abandonado-a), ou continuar com ele (que acolheu Aldenora quando ela foi deixada para trás, mas que nunca conseguiu de fato conquistar o seu amor): “Viu o acasalamento dos pássaros, um casal de rolinhas tecendo um ninho, para os filhos que ele não tivera a sorte de ter. Acompanhou em detalhes a trabalhosa feitura da alcova. Quando os bruegelos empenassem, dando os primeiros voos, *esse seria o último dia da sua espera* (...) Firmando consigo mesmo e com as aves de Deus o pacto silencioso, andou em descanso. Assoviava consentando os arreios dos cavalos, escaldava a coalhada do queijo sem reclamar o calor do soro, e perdeu as raposas que roubavam as suas galinhas do poleiro. O sono *voltara a ser calmo, sem os pesadelos dos últimos tempos*. Quietamente e seguro, sentia-se o homem de sempre” (Brito, 2003: 89-90. grifos meus).
20. No caso de Brito, serão analisados além do romance Galiléia, um conjunto importante de contos. As diferenças narrativas e estilísticas entre romance e conto serão problematizadas no decorrer da pesquisa.

que não se imagina vivendo no sertão, mas tão pouco aprendeu a ginga e o sotaque da cidade, se sente um estrangeiro. E a loucura parece domar Adonias, que sente uma vontade desesperada de sair dali, do sertão, mas tampouco consegue partir e voltar para seu mundo urbano em Recife. Aqui, há também, a tragédia de estar no mundo.

“Galileia”, no entanto, não se diferencia dos demais textos de Correia de Brito aqui analisados apenas pelo seu formato. É possível identificar nesta obra, indícios *de um espaço arcaizante em transformação*.²¹ E me parece que neste romance, o cruzamento de temporalidades e espacialidades distintas ganha maior concretude e as tensões entre local e global, centro e periferia, arcaico e moderno se tornam mais evidentes.

Sugere-se que as continuidades neste texto de temas e formas da literatura sertaneja de 1930/45, assim como do contexto social que são formalizadas no romance, são operativos da construção dessa nova forma de narrar e na nova relação entre forma literária e processo social. Os demais textos, quando tratam do espaço, na maioria das vezes *interiorizados pelos sujeitos*, o percebem temporalmente tradicional – temporalidade relacionada a uma espacialidade mais arcaica- e muitas vezes podemos perceber os sujeitos (a *espera* deles, sobretudo nas narrativas de Brito) associados “aos gestos ritualísticos dos trabalhos da terra e aos ritmos cíclicos da natureza do sertão” (Arrigucci Jr., 2003:175), como em “A Espera da Volante”.

-
21. Podemos encontrar os indícios de transformação em Galileia, entre outros: a) na ausência de verde, que não significa exclusivamente a terra seca, mas, também, a presença do asfalto (p. 08); b) nas casas com antena parabólica nas cumeeiras dos telhados: (personagem Adonias) “não consigo imaginá-los [os habitantes daquele sertão] atravessando a porta para os afazeres nos currais e roçados, depois de se intoxicarem de novelas” (p. 15); c) pela presença de laptop e moto (em muitos romances sertanejos, inclusive os de Carrero e Brito, os vestígios para identificar o espaço são lamparinas, cavalos como meio de transporte, além da aguardente. Em relação à aguardente, quando em *Ventre da Baleia* (Carrero), Jonas e Miguel estavam em Recife, bebiam rum, cerveja e uísque, e sempre que os personagens estavam em Santo Antônio do Salgueiro, a bebida era a aguardente); d) Por meio de duas frases de um dos personagens do livro, 1) “Não existe mais roça, nem eles [os jovens] querem. Não existe mais gado, nem eles [os jovens] querem. Tem a cidade sem emprego” (p. 38) e 2) Quando este mesmo personagem fala que seu filho se encontra preso e continua “*Mas ele quis um celular! Desejou não sei pra quê. Não tem nenhuma utilidade aqui. Nem pegar pega (...)* Ele viu na televisão e achou bonito” (p. 38. Grifo meu).

A análise desta problemática nas obras sertanejas de Carrero e Correia de Brito, todavia, a partir de uma leitura da sociologia da literatura, “só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua estrutura, superando-se desse modo o hiato frequentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas” (Candido, 2000: 172). Isso não significa, no entanto, o descarte do conteúdo social, este *se manifesta na medida em que é forma*, pois a *palavra* é, ao mesmo tempo, *forma e conteúdo* (Idem, *Ibidem* p. 21. Grifo meu). No estudo sociológico da obra literária não podemos perder de vista aquilo que Chaguri (2007) afirmava no seu trabalho sobre o regionalismo nas obras do ciclo de açúcar de José Lins do Rego: “a verossimilhança de um romance não depende da possibilidade de comparar o mundo do romance ao mundo real, depende, antes, da organização estética do material ficcional” (2007: 14). Dito de outro modo, a comparação da obra com o mundo e a realidade exterior não é o caminho adequado para o estudo do romance. O social precisa ser compreendido, antes, no seu desempenho como função na composição da estrutura – *internamente* – do que como causa – *externa*. O que devemos fazer é “fundir texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra” (Candido, 2000: 6).

No entanto, “o significado de um texto não é apenas um exercício de decifração de seu léxico. Antes, é necessário ponderar e investigar os efeitos provocados pela obra em seu meio intelectual” (Chaguri, 2007: 10). Ou seja, para a investigação sociológica é importante compreender: o contexto intelectual; o sentido atribuído a atividade literária-artística; os movimentos do autor; os efeitos de suas obras; as técnicas de comunicação, as visões de mundo.

Referências

- Amorim, C. T. Sombra Severa: a obra secular de Raimundo Carrero. In: *Soletras Revista*, n. 25:205- 215, Jan-Jun 2013.
- Andrade, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1964. Arrigucci Jr., D. Tempo de Espera. (Posfácio) *Faca*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

- Bacelar, T. A. "questão regional" e a "questão nordestina". In *Celso Furtado e o Brasil*, Maria da Conceição Tavares (org.). São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1996.
- Bastos, E; Botelho, A. Para uma Sociologia dos intelectuais. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 53. n. 2: 2010.
- Benjamin, W. *Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo*. SP, Brasiliense, 1994.
- *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Candido, A. *Educação Pela Noite e Outros Ensaio*. São Paulo: Ática, 1989.
- *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz e Publifolha, 2000.
- (Prefácio) *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1990-1945) [1979]* In *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Cano, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, Edunicamp, 2002. Carrero, R. *O Segredos da Ficção: um guia da arte de escrever*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- Chaguri, M. *Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 1930: José Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo*. Campinas, IFCH/Unicamp (dissertação de mestrado), 2007.
- Chakraberty, D. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Oxford; Princeton, N.J: Princeton University Press; 2000.
- Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*. SP, Companhia Editora Nacional, 1984.
- Gagnebin, J. M. (Prefácio) *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Garcia, O. M. *Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- Lucács, G. *Ensaio Sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1965.
- *Marxismo e Teoria da Literatura*. RJ: Editora Civilização Brasileira S.A., 2010.
- *Teoria do Romance*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.
- Maia, J. M. E. A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica. *Tempo Social*, v.25, n.2, São Paulo, 2013.

- Espaço e Pensamento Social Brasileiro: a Rússia americana nos escritos de Euclides da Cunha e Vicene Licílio Cardoso. *Revista de Ciências Sociais*, v.50, n.1, Rio de Janeiro, 2007.
- Micelli, S. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1990-1945) [1979]*
In *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Moretti, Franco. O Século Sérico In *A Cultura do Romance*. São Paulo: Cosac e Naify, 2009.
- *O Burguês: entre a história e literatura*. São Paulo, Três Estrelas, 2014.
- Oliveira, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- Sassen, S. Spatialities and temporalities of the Global: elements for a theorization. *Public Culture*, v. 12, n. 1, p. 215-232, 2000.
- Schwarz, Roberto. *Que Horas São? Ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1977.
- Urbinati, N. From the Periphery of Modernity: Antonio Gramsci's theory of subordination and hegemony. *Political Theory*, v. 26, n. 3, p. 370-391, 1988.
- Romances citados*
- Brito, R. C. *Faca*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- *O Livro dos Homens*. São Paulo: Cosac e Naify, 2005.
- *Galileia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- *Modernidade e os Modernos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000.
- Carrero, R. *O Delicado Abismo da Loucura*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- *Sombra Severa*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- *Viagem no Ventre da Baleia*. Recife: Fundarpe, 1986.
- *O Senhor dos Sonhos*. São Paulo: Atual, 1987.
- Dick, R.G. *Cerimônias do Sertão. Mato Grosso: Tanta Tinta [1995]*
2001. Palmeira, M. *Vila dos Confins*. São Paulo: Abril Cultural, [1956] 1983.
- *Chapadão do Bugre*. São Paulo. José Olympio, 1965.
- Queiroz, R. 3 Romance: *O Quinze*, João Miguel, Caminho das Pedras. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
- Ramos, G. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1986.
- Rego, J. L. do. *Ficção Completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1987.
- Ribeiro, J. U. *Sargento Getúlio*. Rio de Janeiro. Alfaguara Brasil [1971] 2008.

- Torres, A. *Essa Terra*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, [1976] 2005.
- *O cachorro e o Lobo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 1997.
- *Pelo Fundo da Agulha*. Rio de Janeiro. Record, 2006.

A arte disputa a Bienal de São Paulo: uma análise sobre a dinâmica diferencial dos campos

JULIANA CLOSEL MIRALDI

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Renato Ortiz.

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo secundário investigar como se estabelecem as condições de produção das Bienais de São Paulo ao longo de sua história e qual sua configuração contemporânea. Compreendendo-a na qualidade de evento, periódico e constante, observamos que a Bienal aparece como efeito objetivo da disputa de poder entre agentes advindos de diferentes campos sociais e do Estado, produzindo, como efeito na ordem do discurso, a legitimação e a consagração do que é concebido pelos agentes envolvidos na disputa como a boa arte contemporânea em dado momento histórico. Partiremos dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado, a respeito da dinâmica diferencial dos campos sociais conceitualizados por Pierre Bourdieu, a fim de compreendermos uma produção social que corresponde ao entremear de diversos campos. Ao mesmo tempo, como objetivo central, pretendemos verificar o alcance que a praxeologia tem na análise de eventos, ou melhor, de acontecimentos, submetidos à série de processos históricos, almejando aferir suas suficiências e insuficiências nestes casos. O caso da Bienal corresponde adequadamente a esse procedimento de verificação dada sua natureza como fenômeno social de caráter acontecimental, por isso investigá-la através da praxeologia é investigar também seu alcance teórico.

1 Introdução

A Bienal de São Paulo existe há 63 anos e, neste espaço de tempo, realizou 31 exposições, contou com um número incomensurável de artistas, de público e de verbas; gerou disputas, discussões e alimentou periodicamente o campo artístico brasileiro. O presente projeto aprecia a relevância da mostra ao longo de sua história e o impacto que esta teve não apenas para artistas e críticos de arte brasileiros, mas também para a inserção da arte nacional no mercado internacional de arte e para estratégias diplomáticas do governo brasileiro.

Ao utilizarmos a teoria bourdieusiana para analisar a produção das Bienais, notamos que a Fundação Bienal, enquanto instituição, não pertence diretamente a nenhum campo social específico nem mesmo ao campo da arte, e que sua produção é o resultado de lutas e disputas entre agentes advindos de diferentes campos como – ao que pudemos aferir até então – o empresarial, o político, o acadêmico e o artístico, além do Estado, que não constitui um campo propriamente, mas tem eficácia direta nos rumos que a mostra toma. A Bienal, ao se estruturar como evento, do tipo periódico e constante, se difere do museu, no qual o acervo é fixo, ainda que existam mostras itinerantes, pois ela tem o objetivo de, a cada dois anos, apresentar ao público aquilo que existe de mais atual na arte contemporânea mundial, legitimando e deslegitimando artistas, correntes, escolas, etc. Do mesmo modo, o grupo responsável pela produção da exposição – composto atualmente pela diretoria executiva, assessores da presidência, conselho, diretores representantes ligados ao Estado e à curadoria – é alterado pelo Conselho de Honra em cada Bienal. Se admitirmos com Bourdieu que o gosto estético não é puro, inato e único, mas constituído socialmente por um processo seletivo cuja eficácia se torna tanto maior quanto menos ele for visto enquanto tal, a Bienal, na qualidade de evento, nos possibilita visualizar as transformações não só artísticas, mas também políticas, intelectuais e econômicas dos campos envolvidos, já que, sendo ela reproduzida a cada dois anos, é possível aferir, nas repetições diferenciadas, as modificações e as invariantes.

Trata-se de, a partir da Bienal, investigar se, nos processos de efetivação de um evento no qual há, de fato, um entremear de campos sociais e, pois, de agentes (*habitus*) advindos destes campos, a teoria

de Bourdieu, tal como em nosso mestrado pudemos trabalhar, possui o alcance necessário para lidar, simultaneamente, com um objeto que foge à estaticidade de uma instituição como, por exemplo, um museu e que, por isto, se insere numa reflexão sobre a noção de acontecimento que envolve a ideia de processo histórico. Mais que isso, é necessário se interrogar se as categorias bourdieusianas são capazes de aferir com profundidade e precisão a concatenação de campos concorrendo como causa complexa para um mesmo efeito dado em circunstâncias temporais distintas, em outras palavras, numa série histórica de acontecimentos. Por isso, a Bienal, como constituída de uma diversidade de campos e *habitus*, atua, em simultaneidade, refletindo cada estado de campo em sua própria temporalidade, numa conjugação capaz de efetivar-se periodicamente como acontecimento singular.

Assim, a Bienal nos parece um objeto de análise sociológico extremamente rico que pode por em prova os alcances das categorias sociológicas da praxeologia bourdieusiana. Entretanto, os materiais que versam sobre a Bienal não são, predominantemente, formulados tendo em vista uma análise sociológica *tout court*. Ainda que encontremos numerosos trabalhos advindos de críticos e historiadores,¹ o mesmo não pode ser dito de análises sociológicas, nas quais o foco é menos fornecer uma retomada minuciosa de cada Bienal (destacando os artistas participantes, as principais críticas e debates em torno da recepção da mostra) e mais percebê-la, ao que nos parece, como o efeito, objetivo e discursivo, da disputa de poder entre um conjunto de agentes e instituições (nacionais e internacionais) pertencentes a campos sociais distintos que portam, na forma de disposições (*habitus*), interesses também distintos. Todavia, é preciso, para realizarmos a pesquisa aqui proposta, que reanalisemos o material disponível sobre a Bienal oriundo de outras disciplinas a partir de um enfoque sociológico, ou seja, nos esforçando para detectar os elementos su-

1. Podemos destacar as seguintes obras historiográficas: *As Bienais de São Paulo de 1951 à 1987* da historiadora e crítica Leonor Amarante, o catálogo *Bienal 50 anos 1951-2001* organizado pelo historiador, crítico e curador Agnaldo Farias, a edição nº 52 da Revista USP comemorativa dos 50 anos da mostra e a obra dos historiadores Francisco Alambert e Polyana Canhête intitulada *Bienais de São Paulo: da era do Museu à era dos curadores* (2004).

ficientes que satisfaçam os critérios de investigação e de produção sociológicos.

2 Justificativa

2.1 Recorte histórico do objeto

A cidade de São Paulo, no início dos anos 50, foi marcada pela efervescência do cenário cultural que, de acordo com críticos de arte, desde a semana de 22 carecia de revitalização.² Passados quase trinta anos sem uma grande mostra ou instituição artística, no fim dos anos 40 essa situação se modifica, principalmente com o fortalecimento de um novo grupo de personagens, provenientes da nova elite econômica paulista (na sua maioria imigrantes ou migrantes), que assumiram o papel de mecenas das artes, visando com isto uma posição de destaque na hermética sociedade tradicional paulistana (TRIGO, 2001).³ Nesse contexto, foram criados o Museu de Arte de São Paulo (MASP), incentivado pelo magnata das comunicações Assis Chateaubriand e inaugurado em 1947; o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), fundado pelo imigrante italiano Francisco Matarazzo Sobrinho (Ciccillo Matarazzo) e inaugurado em 1948; o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), fundado pelo industrial italiano Franco Zampari no mesmo ano; e, em 1949, Ciccillo e Zampari inauguram juntos a Companhia Cinematográfica Vera Cruz. Todas estas empreitadas davam a tônica do que seria a partir de 1951 a maior e mais duradoura mostra de arte contemporânea do Brasil. A Bienal de São Paulo constitui-se como um modelo latino-americano da Bienal de Veneza, mas também do Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA),

-
2. Mesmo que muitos críticos tomem tal posição, é preciso ponderar esta perspectiva de marasmo, pois entre a semana de 22 e a primeira edição da Bienal de São Paulo em 51 destacam-se grupos de artistas e mostras de arte no eixo Rio-São Paulo como, por exemplo, o Clube dos Artistas Modernos (CAM) e a Sociedade Pró-Arte Moderna ambos de 1932, os salões de Maio de 1937 à 1939, o 1º Salão de Arte da Feira Nacional das Indústrias do Rio de Janeiro e o Clube dos Artistas e Amigos da Arte em 1945.
 3. Maria Helena Bueno Trigo, na obra *Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer* (2001) mostra que as famílias quatrocentonas paulistanas aplicavam um processo seletivo baseado não na posse de capital econômico, mas sim de capital cultural, estabelecendo como critério distintivo seu modo de aquisição (o que vem de berço tem mais peso), a fim de diferenciarem-se dos “novos-ricos”.

com o objetivo de apresentar regularmente ao público brasileiro os sucessivos desenvolvimentos da arte contemporânea em todo o mundo, sendo, portanto, sua função principal ser “uma vitrina sempre atual do que os artistas de todo mundo fazem em todos os ramos das artes plásticas em nossos dias” (AMARAL, 1983: 110).

A Bienal fora idealizada pelo industrial e mecenas das artes Ciccillo Matarazzo, que três anos antes havia criado o MAM-SP, com o qual a Bienal esteve vinculada nos seus primeiros dez anos. Contudo, o projeto do filho do Conde André Matarazzo só encontrou condições materiais e objetivas para se concretizar dada a conjuntura nacional e internacional do fim dos anos 40 e da posição social singular que Ciccillo ocupava no campo econômico-empresarial, político e cultural brasileiro (DURAND, 1989: 132-135). De acordo com Mário Pedrosa em seu artigo “A Bienal de cá para lá”, o sucesso de Ciccillo na implementação do MAM e da Bienal decorre em grande parte da enorme rede de relações que a sua posição social e econômica lhe proporcionava (PEDROSA: 2007: 252). Já no que diz respeito à conjuntura política e econômica nacional, os historiadores Francisco Alambert e Polyana Canhête (2004) destacam o investimento no projeto nacional-desenvolvimentista com a subida de Vargas novamente ao poder em 1951; argumentam que um dos objetivos deste projeto consistia em criar as condições necessárias para “substituição de importações” e, deste modo, a instituição Bienal discursava em consonância com as diretrizes nacionais, propondo um processo de substituição de importação cultural e artística, objetivando retirar-nos da posição de dependência e subordinação em relação principalmente a Europa, mas também, e cada vez mais, aos Estados Unidos (ALAMBERT & CANHÊTE, 2004: 28). Por fim, no plano internacional, merece destaque o papel desempenhado pelos Estados Unidos na implementação da Bienal de São Paulo. No contexto da Guerra Fria, os EUA, em consonância com a política do cordão sanitário, volta-se para a América Latina com especial atenção, visando, com isso, fortalecer os “laços de amizade” entre os americanos do norte e do sul, o que coloca o Brasil em destaque entre os países sul-americanos. O projeto “pan-americanista” integrava-se à agência *Inter-American Affairs Office* (ligada ao Departamento de Estado norte-americano e presidida pelo magnata Nelson Rockefeller) que “tinha a função de convencer os artistas brasileiros da ‘irmandade’ com os EUA, ao mesmo tempo em que mostrava uma

imagem ‘positiva’ da nossa ‘cultura’ para os norte-americanos (e para nós mesmos)” (ALAMBERT & CANHÊTE, 2004: 29). Rockefeller é nomeado também diretor do MoMA e, dada sua relação com o crítico de arte Sérgio Milliet, vem ao Brasil e se torna um dos maiores apoiadores do MAM-SP – para o qual doou treze obras de arte de importantes artistas modernos e contemporâneos – e, mais tarde, da Bienal, além de estabelecer, a partir dos anos 50, um vínculo sólido entre ele e Ciccillo e o MoMA e a Bienal.⁴ Portanto, é notório – mesmo para uma pesquisa prévia –, que o grande empreendimento que foi a criação da Bienal de São Paulo decorre, estruturalmente, de uma concorrência de causas de ordens distintas (social, política, econômica, cultural) que encontram condições conjunturais favoráveis alinhadas ao “espírito” empreendedor de Ciccillo.

A fim de compreender, ainda que de maneira geral e preliminar, os 63 anos da mostra, parece-nos profícuo, seguindo os critérios estabelecidos por Alambert e Canhête (2004: 14), dividir provisoriamente a história da Bienal em três grandes momentos, considerando, para tanto, a organização administrativa, as atualizações artísticas e culturais e a história sociocultural nacional e internacional. A primeira fase refere-se ao processo de autonomização e institucionalização da Bienal que vai de 1951 até 1961, momento no qual a Bienal estava vinculada ao MAM-SP e suas diretrizes eram dadas por intelectuais e críticos de arte ligados ao modernismo – dos quais podemos citar Pedrosa e Milliet como os mais influentes – e artistas vinculados ao MAM. É a fase mais impactante da história da Bienal, marcada pela distribuição de grandes prêmios, na qual estiveram presentes artistas e obras de renome internacional, consagrados pela história da arte. Ademais, encontramos nesta fase uma forte preocupação com a formação e a educação artística do público brasileiro, por isso o investimento na realização de mostras relacionadas à história da arte – afrescos de Ajanta, pinturas pré-históricas australianas, esculturas

-
4. É importante ressaltar que a posição de Rockefeller era bastante singular e colocava os EUA em lugar de destaque nos primeiros anos da Bienal. Diferentemente da maior parte dos países convidados à Bienal, aos quais cabia às embaixadas selecionar as obras dos artistas nacionais que considerassem relevantes para serem enviados à mostra de São Paulo, nos EUA essa tarefa era competência do MoMA com a participação de Rockefeller. Ter um museu da importância do MoMA no processo seletivo das obras, garantia aos EUA um corpo de especialistas e profissionais competentes para apresentar o panorama da arte contemporânea nacional.

de esquimós, obras da Jugoslávia medieval, etc. –, embora estas fugissem do objetivo principal da Bienal e fossem deveras criticadas por intelectuais (AMARAL, 1983: 108), marcaram a época e foram um contraponto didático (defendido principalmente por Pedrosa) ao elitismo das exposições.

O segundo momento abarca as mostras de 1963 a 1979 e corresponde ao período menos áureo da Bienal, em decorrência, sobretudo, das tomadas de posição da ditadura militar que resultaram, em 1969, na antológica Bienal do Boicote. Esse período é marcado pela separação da Bienal com o MAM-SP e pela concomitante transformação da Bienal em uma Fundação. Destacam-se as discussões e críticas em torno da posição mecênica e imperativa de Ciccillo frente à Fundação (da qual foi presidente vitalício), da existência ou não de prêmios nacionais e internacionais e do mérito dos artistas que os recebiam, da participação de artistas brasileiros e latino-americanos, do crescimento da mostra e do seu financiamento que contava cada vez mais com dinheiro público, o que provocou reações em grande parte dos intelectuais e críticos de arte envolvidos.

Por fim, o terceiro recorte histórico refere-se ao período que vai de 1981 até os dias de hoje e tem como sua principal característica a ascensão da figura do curador – que passa a substituir o crítico de arte e o diretor artístico na produção das Bienais. A concepção de curadoria constrói-se afirmando a posição do curador como a de um artista que imprime sua assinatura na exposição, seguindo um conceito e um discurso poético, i. e., o curador não apenas elege as produções artísticas que considera mais expressivas da arte contemporânea de seu tempo, mas elabora, a partir da seleção e da disposição das obras, uma narrativa conceitual que unifica e singulariza a exposição. Além disso, a forma da mostra ganha, cada vez mais, o caráter de megaexposição e o público passa a ser visto como espectador-consumidor. Já no que diz respeito à administração da mostra, (considerando que Ciccillo falece em 1979), esta começa a ser presidida por banqueiros e publicitários que acentuam o caráter comercial da exposição. A crítica de arte, os jornalistas e os intelectuais que se viam afastados das decisões da mostra, desferem duras (e muitas vezes justas) críticas à estrutura da Bienal e ao papel que ela ocupa na formação e na informação cultural brasileira. Em relação à problemática teórica que norteia tanto a estrutura administrativa quanto o discurso cura-

torial, observamos, nas Bienais a partir da metade da década de 80, o predomínio dos debates acerca da globalização e da diversidade. O formato comercial global tomado pela Bienal nesse último período é sintoma da abertura política dos anos 80, da consolidação do Estado neoliberal nos anos 90 e do desenvolvimento do mercado de arte de caráter global.

Nota-se, assim, que a Bienal passou, ao longo de sua história, por inúmeras disputas e transformações que alteraram significativamente o modo pelo qual a mostra era organizada, como a seleção de obras era feita e como o discurso da exposição era construído. Ainda que certos elementos estruturais tenham se mantido, outros transformaram-se acompanhando não só as modificações concernentes ao fazer artístico (novos suportes e técnicas, por exemplo), mas também a situação econômica, política e intelectual tanto nacional quanto internacional. A Bienal, enquanto objeto de análise sociológica, se mostra profícua justamente por se tratar de uma instituição na qual as diretrizes são o resultado das disputas de poder entre agentes representativos desses diferentes setores sociais, que se organizam num complexo de relações de acordo com o peso relativo de cada um deles. Assim, a seleção e consagração do que é legitimado e objetivado como uma “boa arte contemporânea” em cada momento da mostra – e que tendencialmente constitui o gosto estético das gerações futuras –, longe de serem um processo neutro e objetivo, são elas mesmas o resultado de diversas causas (artística, política, econômica, intelectual, etc.) que concorrem para um mesmo efeito, a saber, a Bienal.

2.2 A causalidade reflexiva na dinâmica diferencial dos campos

No esteio da teoria bourdieusiana, a fim de compreender como se estabelecem as relações entre os campos sociais, obtivemos, no decorrer da pesquisa de mestrado, resultados teóricos a partir dos quais pretendemos desenvolver o estudo da Bienal de São Paulo. Com a análise sistemática tanto da epistemologia quanto do sistema teórico elaborados por Bourdieu, foi possível aferir que os campos sociais constituem-se e se modificam numa dinâmica complexa de relações, denominada dinâmica diferencial dos campos, compreendendo nela três determinações que coagem a lógica interna dos campos: (i) causalidade transitiva, (ii) causalidade imanente e (iii) as práticas de Estado.

Para o doutorado, levantamos a tese de que tais determinações podem ser aplicadas às Bienais a fim de compreendermos, por um lado, como se estruturam as disputas de poder entre os agentes e instituições envolvidos na produção das mostras, e, por outro, os alcances da praxeologia bourdieusiana.

De acordo com Bourdieu, *o processo de diferenciação* característico do desenvolvimento das sociedades capitalistas faz com que o mundo social se divida em campos relativamente autônomos, aos quais se vinculam leis e regras próprias que não podem ser reduzidas às de outros campos. Assim sendo, Bourdieu garante que às leis de um campo (o que se deve fazer, o que se pode fazer e como se deve fazer) e aquilo que nele se encontra em disputa (ou seja, a relação de legitimação e apropriação de capitais), sejam definidos por um *nomos* próprio colocado em jogo pelo campo ao qual ele se refere, sendo cada campo, portanto, *auto-nomos* em relação aos outros (BOURDIEU, 1996: 148). Os campos sociais são compostos por agentes e instituições, são campos de força, espaços de lutas e disputas específicas entre agentes portadores de *habitus* homólogos, que produzem determinadas práticas alinhadas às exigências tácitas colocadas em jogo e legitimadas pelo campo em questão. O limite estrutural no qual o campo se efetiva corresponde ao limite de seu campo de forças, ou seja, o limite a partir do qual as regras e as disputas em torno das quais ele existe – denominado *efeito de illusio* –, são aderidas e eficazes.

As mudanças que ocorrem no interior de um campo são o resultado, sobretudo, de lutas históricas e regulares entre agentes pertencentes ao campo, que aderem às regras do jogo vigentes, mas ocupam posições distintas no interior dele, como detentores ou pretendentes de capitais específicos que se encontram em disputa. Tais mudanças constituem a história do campo; contudo, por maior que seja a autonomia do campo e por mais longa que seja sua história específica na qual as tomadas de posição dos agentes e as disposições incorporadas nos *habitus* se orientam, “o resultado dessas lutas nunca é completamente independente de fatores externos” (BOURDIEU, 1996: 65). Todo campo, segundo Bourdieu (2004:21), possui certo grau de autonomia que, apesar de não ser fácil de medir, é o elemento que se refere ao poder de refração do campo, ou seja, o poder de impedir ou transformar as intervenções de outros campos e instituições fazendo valer as suas próprias leis. Nesses moldes, quanto mais autônomo

é o campo, menor a possibilidade de que determinações externas a ele transformem sua estrutura interna, e quanto menos autônomo é o campo, mais a concorrência é imperfeita, pois torna-se lícito que agentes e instituições externos ao campo em questão concorram para as regras e posições que o estruturam.

Assim, aferimos que os campos são relativamente autônomos em relação aos fatores externos a eles e que tais fatores – entendidos como determinações – atuam e transformam as lutas e as regras do jogo do interior de cada campo. Como resultado da pesquisa de mes-trado, concluímos que é possível discriminar na teoria bourdieusiana três formas de determinação. A primeira corresponde ao movimento entre campos, de modo que a denominamos de *causalidade transitiva*. Percebemos que ela apresenta dois aspectos: uma relação causal transitiva entre campos e uma causalidade transitiva entre *habitus*. No primeiro caso, as determinações externas a certo campo advêm das transformações estruturais dos outros campos,⁵ e no segundo, são provenientes das tomadas de posição de agentes advindos de outros campos, que possuem disposições estruturadas na forma de *habitus* – acordadas com a *trajetória social* singular de cada agente – de acordo com os diversos campos (ou os diversos efeitos de *illusio*) pelos quais passaram, mas também pelo campo no qual se encontram.⁶

A segunda determinação efetiva-se na dinâmica diferencial dos campos e apresenta-se como imanente a eles, como efeito da luta de classes que – embora transformada em lutas específicas em cada

-
5. Um campo, ao reorganizar sua estrutura interna, pode interferir na dinâmica interna de outros campos. As razões pelas quais esse primeiro sofre alterações podem estar relacionadas a diversos fatores, dos quais podemos citar: as intervenções do Estado que impõem uma nova “lei” a um campo específico, o que altera sua dinâmica interna; a reorganização da relação entre dominantes e dominados, que pode alterar as regras do jogo, o espaço de possíveis no interior do campo; ou ainda, uma descoberta científica e tecnológica que potencialmente reorganiza a hierarquia interna ao campo.
 6. Como os *habitus*, além de serem estruturados pelo campo, são também estruturantes do campo, um agente que, ao longo da sua trajetória social, percorre diversos campos tem seu *habitus* estruturado, sistematizado e reordenado em possibilidades práticas de ação de acordo com estes campos. Sendo assim, os campos, mesmo que mantendo sua autonomia relativa, são sempre espaços de disputas sujeitos às determinações estruturais advindas de outros campos, provenientes, por sua vez, de agentes que percorreram estes outros campos e que produzem práticas alinhadas às regras do jogo do campo no qual se encontram, mas também aos diversos campos que estruturam sua visão de mundo.

campo – estrutura o mundo entre dominantes e dominados. Para tanto, Bourdieu argumenta (1997) que os campos sofrem não só efeitos de outros campos, mas também de determinações externas aos próprios campos, inerentes à distribuição desigual de posições sociais e aos recursos que essa distribuição desigual fornece aos agentes sociais nas suas lutas históricas.⁷ Por isso, a luta simbólica no interior dos campos é uma forma *denegada* (*Verneinte*) de luta de classes,⁸ sendo precisamente esse efeito de denegação (*méconnaître-reconnaître*) que assegura a eficácia material das estruturas simbólicas.

Por fim, uma terceira determinação refere-se às práticas de Estado que afetam estruturalmente a lógica interna dos campos. O Estado é definido por Bourdieu como o “resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico” (BOURDIEU: 1996: 99). Nessas condições, o Estado torna-se detentor de uma espécie de “metacapital” que lhe assegura o poder de interferir diretamente nos campos, através de incentivos ou subsídios fiscais, promulgação de leis, alteração da taxa de câmbio, repressão física, etc. (BOURDIEU, 1994: 99). Tais intervenções podem alterar a lógica interna dos campos, criando novas demandas e obrigações, além de afetar a relação interna entre seus dominantes, assim como entre os dominantes de diversos campos. Entretanto, a submissão em relação à ordem estatal não é mecânica e menos ainda fruto do consentimento consciente. Do mesmo modo como ocorre com as outras causalidades

-
7. “As determinações externas, invocadas pelos marxistas – por exemplo, o efeito das crises econômicas, das transformações técnicas ou das revoluções políticas – só podem exercer-se pela intermediação das transformações da estrutura do campo resultante delas. O campo exerce um *efeito de refração* (*como um prisma*): portanto apenas conhecendo as leis específicas de seu funcionamento (seu “coeficiente de refração”, isto é, seu *grau de autonomia*) é que se pode compreender as mudanças nas relações entre escritores, entre defensores dos diferentes gêneros (...) ou entre diferentes concepções artísticas (...) que aparecem, por exemplo, por ocasião de uma mudança de regime político ou de uma crise econômica” (BOURDIEU, 1994, p. 61).
 8. A respeito das taxonomias, ou seja, das regras do jogo de cada campo que hierarquizam valores e práticas como mais ou menos adequadas, Bourdieu diz: “Os sistemas de classificação internos reproduzem de forma irreconhecível as taxonomias diretamente políticas e que a axiomática específica de cada campo especializado é a *forma transformada* (em conformidade com as leis específicas do campo) dos princípios fundamentais da divisão do trabalho (BOURDIEU, 1989:14. *Itálico nosso*).

expostas acima, a modificação das estruturas é incorporada e reestruturada pelo *habitus* na forma de disposições singulares que são tão mais eficazes quanto mais inconscientes, insensíveis e invisíveis.

Assim, as formas de determinação que atuam na dinâmica dos campos fogem à causalidade linear (do tipo $A \rightarrow B$), dando lugar para o que Bourdieu denomina de causalidade reflexiva. As determinações estruturais (transitiva, imanente e estatal) organizam-se e sistematizam-se em complexos de relações, de maneira que “A” (um campo, uma instituição ou um agente), sempre já imerso num complexo de relações, causa “B” num outro complexo de relações.⁹

A causalidade reflexiva nos fornece os elementos conceituais necessários para que possamos analisar produções sociais que não correspondem diretamente às diretrizes de apenas um campo social, mas são, como é o caso da Bienal, o resultado do confronto entre agentes advindos de campos distintos, portadores, portanto, de *habitus* distintos, alinhados aos interesses dos campos aos quais pertencem.

2.3 Recorte histórico visto sob a perspectiva teórica

A partir do estudo realizado até então, levantamos a hipótese de que o são quatro os principais campos que concorrem como causa para a produção da mostra: campo artístico, campo empresarial, campo político e campo acadêmico. Destarte, ainda que seus representantes se modifiquem ao longo das Bienais, assim como se modificam as regras do jogo destes campos e a correlação de força entre eles, os interesses específicos de tais campos e as disputas em torno deles encontram-se presentes, ao que nos parece até então, em todas as exposições. O embate entre agentes que representam cada um dos campos envolvidos na produção da Bienal produz, como efeito discursivo, a consagração do que é considerado conjunturalmente como a “boa arte contemporânea”. Tal discurso, constituído por uma operação de *denegação*, fundamenta-se na aparente neutralidade e na

9. “Os agentes (indivíduos e instituições) caracterizados pelo volume do seu capital, determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele, tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma imposição direta que se exerceria na inteiração (ordem, influência etc.)” (BOURDIEU, 2004: 24).

universalidade do processo seletivo das obras e encontra, justamente no apagamento das disputas e interesses em torno de sua produção, as condições eficazes para solidificar e legitimar determinados artistas e escolas e não outros.

Ao retomarmos a história da Bienal por uma perspectiva sociológica, notamos a dinâmica das lutas entre os diferentes campos sociais identificados com a produção das exposições. Como vimos, é condição necessária para a criação da Bienal não apenas o capital econômico e cultural, mas também a enorme rede de relações políticas e empresariais – denominadas por Bourdieu de capital social – acumuladas por Ciccillo, além do apoio do Estado que assegurou o financiamento e o investimento em infraestrutura. A relação de Ciccillo com o empresariado (nacional paulista, mas também internacional americano), o campo político e o Estado marcam os primeiros anos da Bienal e se acentuam depois do golpe militar. Contudo essa relação, apesar de estreita, não se estabeleceu sem conflitos, tendo na crítica de arte um contraponto fundamental. Pedrosa, por exemplo, árduo defensor da pintura nacional, afirma que os artistas brasileiros encontram-se em condições menos favoráveis de produção e exposição em relação aos artistas internacionais e que, por isto, era necessário levar a cabo o projeto de emancipação e organização interna da arte que a Bienal havia se proposto na sua fundação (PEDROSA, 2007: 279). A tentativa de desprendimento dos padrões estéticos europeus e americanos que Pedrosa propunha encontrava fortes resistências principalmente por parte dos estadunidenses. Na IV Bienal, Pedrosa (2007: 281) critica duramente Alfred Barr Junior (ex-diretor do MoMA, que menosprezou as obras concretistas de artistas brasileiros e argentinos), afirmando que a posição de Barr Jr. demonstrava o incômodo dos americanos e europeus com a tentativa dos latino-americanos de buscarem novas linguagens para escapar aos padrões vigentes. Segundo Alambert e Canhête (2004: 74), a oposição entre ambos tinha razões políticas e ideológicas e representava a tensão que artistas e intelectuais de esquerda, comprometidos com o socialismo, enfrentavam na produção das Bienais, sobretudo diante dos acordos conservadores estabelecidos entre Ciccillo e o governo americano. A despeito das relações com a burguesia nacional e com o MoMA, “era fato (surpreendente de certo ponto de vista) que a Bienal de São Paulo passou a ser vista cada vez mais como um braço ‘vermelho’ dentro da

cultura latino-americana” (ALAMBERT & CANHÊTE, 2004: 92). Tal condição não poderia passar incólume. Em 1961 a Bienal separa-se do MAM-SP, tornando-se uma Fundação, o que a afasta dos artistas e críticos de arte e a aproxima do Estado e do campo empresarial com os quais ela deveria negociar, já que dependia de seu financiamento. Esse movimento tem duas consequências diretas: por um lado, afasta os radicalismos de esquerda que marcaram a primeira fase da mostra e, por outro, torna-se cada vez mais um negócio, um mercado de arte.¹⁰

O período de 1961 até 1981 é considerado pela história da arte como o menos impactante até então, de modo que a Bienal teve que se dobrar para conseguir retomar a relevância nacional e internacional que ocupara anteriormente. No que diz respeito à estrutura da mostra, esta se afastou progressivamente de agentes relacionados à crítica de arte que ocupavam o cargo de Diretor Artístico e o substituiu, primeiramente, por um grupo denominado Assessoria de Artes Plásticas (que em 1963 e 1965 ainda contava com nomes como Sérgio Milliet e Walter Zanini), em seguida por uma Comissão Técnica (composta por pessoas próximas de Ciccillo e desvinculadas do campo artístico) e, por fim, do Conselho de Arte e Cultura que até o fim de 1970 pouco se diferenciava da Comissão Técnica. Ainda, a partir de 1967 até 1977, a premiação não mais se dividia em prêmios nacionais e internacionais e em estruturas fixas (pintura escultura, desenho, gravura e cartaz), de modo que estas divisões se unificaram na categoria de “Prêmio Bienal de São Paulo”, dando margem para outras duas premiações: Prêmio Itamaraty e Grande Prêmio Latino-Americano Francisco Matarazzo Sobrinho.¹¹ Se os intelectuais e críticos de arte estavam vetados à produção da mostra, no entanto, estes se mostraram enfáticos no que

10. Se as três primeiras Bienais somavam juntas o valor de 21 milhões de cruzeiros e contaram em média com 30 países participantes, a de 61 sozinha contabilizou um gasto de 70 milhões de cruzeiros e teve 53 países participantes. Maria Alice Milliet, no artigo “Bienal: percursos e percalços” diagnosticou que, com transformação da Bienal em Fundação, “aproximava-se o fim do período áureo da crítica de arte à medida que o mercado de arte se expandia”.
11. Nesse momento histórico, a presença não só de oficiais militares ligados à ditadura, mas sobretudo do Itamaraty era constante e decisiva na seleção de obras nacionais para a mostra. “Quanto aos prêmios do Itamaraty, oficiais portanto, que, sob a ditadura, estavam vetados a qualquer trabalho de fundo ‘erótico’ ou ‘político’” (ALAMBERT & CANHÊTE, 2004: 120). Aracy Amaral se mostra indignada com a posição conivente da Bienal em relação às censuras da ditadura militar: “como entidade cultural, mesmo no

diz respeito a sua recepção. A Bienal era acusada de se valer de dinheiro público do contribuinte “apenas para o agrado de uma crítica burocrática e um mecenato decadente” que nada investe na Bienal, mas se vale do prestígio internacional da instituição.¹²

A partir da década de 80, a Bienal reestrutura-se: termina o boicote às exposições e vemos surgir a figura dos curadores tomando o lugar do crítico de arte. É também o período no qual a estrutura e os campos sociais envolvidos na produção da mostra, assim como o papel que estes desempenham, se consolidam. O campo empresarial assume sua posição diante da presidência da Bienal e do Conselho de Honra, dividido-o com o campo político. O Estado, por sua vez, continua como provedor principal da mostra e assegura, através de incentivos fiscais, que empresas privadas também financiem as exposições. Esses três agentes, alinhados aos interesses neoliberais da política econômica brasileira dos anos 90, conferem à Bienal um caráter de empresa privada e globalizada. Os curadores e suas assessorias, uma vez eleitos pelo Conselho de Honra e pelo presidente, pautam seus discursos curatoriais, assim como a seleção e o modo de exposição das obras, de acordo com os interesses vinculados à Fundação, mas também alinhados às regras do jogo do campo artístico e reverberando problemáticas do campo intelectual.¹³ Enquanto os curadores defendiam a união entre a arte e o mercado nas megaexposições e incentivavam, nas suas escolhas curatoriais, artistas e obras alheios às disputas políticas, a crítica de arte, os artistas e intelectuais que

caso de haver censura, ela deveria ser a censurada e não o autor da censura” (AMARAL, 1983: 182).

12. “Para os que não vivem nos meios culturais do Brasil, é bom que se saiba que a Bienal de S. Paulo é uma fundação sem fundos (...). Por que então industriais a sua frente? Que significa esses homens de negócio milionários, se nada oferecem em troca de um prestígio social? (...) Mas quem sustenta a Bienal? Na verdade, o Governo Municipal e o Governo Estadual de S. Paulo, sob a capa de ‘dirigida pela iniciativa privada’ é, de fato, um evento do Estado, ou seja, é feita com os dinheiros públicos” (AMARAL, 1983: 359-360).
13. Sheila Leiner, na XVIII Bienal conhecida como a Bienal da Grande Tela, apresentava o discurso poético de sua curadoria (discurso, como sabemos, de legitimação) afirmando que este se opunha a “certa visão ‘historicista’, ‘academicista’ e ‘politizante’”. Já em 1994 e 1996 as Bienais, ambas tendo como curador o professor Dr. Nelson Aguilar, discursavam a favor da conciliação entre a arte e o mercado, diz Aguilar: “fiz essa Bienal para provar que o mercado não acabou com a arte. Mercado é consequência” (ALAMBERT & CANHÊTE, 2004: 197).

se encontraram afastados das deliberações na produção da mostra, reagem criticando o mercado global de arte, a viabilidade (principalmente econômica) dos grandes eventos¹⁴ e os interesses neoliberais da elite empresarial que dirige a Bienal. O historiador da arte Jorge Coli critica a estrutura de megaevento e o discurso globalizado que a Bienal assumiu neste momento, colocando que ela se encontra “movida por um grande projeto mercadológico, [que] anda dissolvendo e neutralizando, aos poucos, seu sentido primeiro, que é de uma intervenção nas artes do presente”. Maria Bonomi é ainda mais enfática ao dizer que “a Bienal estaria se tornando um local onde comerciantes de arte, profissionais de outras áreas estranhas e pessoas alheias ao mundo cultural realizam seus desígnios. As categorias fundamentais (artistas e críticos) foram alienadas e não possuem sequer representação oficial na mostra” (BONOMI, revista da USP: 36-7).

As críticas convergem na inserção da Bienal no circuito mundial dos megaeventos e na concomitante consolidação da Fundação como uma marca de distinção ou uma grife intelectual. Contudo, faz-se mister ponderar que as tomadas de posição da Fundação Bienal a partir dos anos 80, ocorrem em concomitância ao surgimento de um mercado de arte global, como aponta Raymonde Moulin¹⁵ e a consequente aproximação do campo da arte com o campo econômico, que resulta no investimento em estratégias de marketing que visam promover a Bienal como uma marca, direcionada não mais para a eco-

-
14. Os “números” nunca haviam até a década de 90 assumido um papel tão central no discurso da Bienal. Cifras milionárias e a grande afluência de público eram vistos como sinônimo de uma empresa privada lucrativa com condições de se inserir no mercado. Deste modo, os presidentes das Bienais anunciavam em alto e bom som o sucesso de suas mostras: a Bienal de 1994 custou 4,5 milhões de dólares (dos quais 2,7 milhões vieram de empresas privadas como Coca-Cola, Philip Morris e McCann-Erickson) e contou com um público de 187 mil pessoas, já a de 1996 teve um custo calculado em 12 milhões de reais e um público de 400 mil pessoas; a Bienal de 1998, por sua vez, teve seu orçamento calculado em 15 milhões de reais e um público de 500 mil pessoas. Nas duas primeiras Bienais anteriormente citadas, o então presidente e banqueiro Edemar Cid Ferreira anunciava vanglorioso que ambas as mostras obtiveram um lucro estimado em 1 milhão de reais. Como se pode ver, apesar da maior parte do financiamento das Bienais ser proveniente do Estado, em tempos de grandes privatizações no Brasil, o discurso de legitimidade da mostra enfatizava seu caráter de empresa privada.
 15. Moulin, na obra *Le marché de l'art* (2003) demonstra que “a construção de valores artísticos contemporâneos, no duplo sentido, estético e financeiro do termo, efetua-se pela articulação do campo artístico e do mercado” (MOULIN, 2003: 41. Trad. Nossa).

nomia local, mas para o circuito internacional de arte e de negócios. Nessa perspectiva, observamos que os campos identificados até então na produção das Bienais precisam ser reavaliados levando em conta o processo de mundialização,¹⁶ ou seja, a redefinição das estruturas de produção cultural a partir de uma perspectiva mundial.

Referências

- ALAMBERT, Francisco; CANHÊTE, Polyana. *Bienais de São Paulo: da era do Museu à era dos curadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Paulo Mendes de. *De Anita ao museu*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1961.
- AMARAL, Aracy. *Arte e Meio Artístico: entre a feijoada e o x-burger (1961/1981)*. São Paulo: Nobel, 1983.
- . *Textos do Trópico de Capricórnio*. Vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 2006
- AMARANTE, Leonor. *As Bienais de São Paulo 1951 a 1987*. São Paulo: Projeto, 1989.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “Qual era o projeto econômico varguista?”. In: *Estudos Econômicos*, (vol. 41, nº 2), 2011 pp. 345-382.
- BELTING, Hans. *O fim da história da arte*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain; SCHNAPPER, Dominique (Coaut. de). *L’amour de l’art: les musées d’art européens et leur public*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2007, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit, 1979.
- . *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980.
- . *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- . *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

16. De acordo com Renato Ortiz na obra “Mundialização e Cultura” (1994) o processo de mundialização se refere a desterritorialização/localização de um conjunto de manifestações do domínio cultural – em oposição à globalização que se restringe aos fenômenos econômicos e tecnológicos – de modo que, sem suprimir as particularidades regionais, o conceito de mundialização apreende a internacionalização como uma estratégia eficaz de legitimação e de hierarquização das produções socioculturais. Para efeito de análise, utilizaremos mundialização para designar o efeito de internacionalização de taxonomias culturais e globalização para nos referirmos à expansão do mercado econômico.

- *La noblesse d'État : grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Les Éditions de Minuit, coll. « Le sens commun », 1989.
- *Réponses: pour une anthropologie réflexive*. Paris: Seuil, 1992.
- *Les règles de l'art : genèse et structure du champ littéraire*. Paris : Seuil, 1992.
- *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.
- *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.
- “Le champ économique”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1997.
- *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris : Seuil, 2000.
- *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir, 2001.
- *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- *Sur l'État : Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil, 2012.
- Dossiê Revista USP*, “Cinquenta anos de Bienais de São Paulo”. n° 52. São Paulo, dez-fev 2001/2002.
- BOURRIAUD, Nicolas. *Radical: pour une esthétique de la globalisation*. Paris: Denoël, 2009.
- DURAND, José Carlos. *Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo, SP: Perspectiva: EDUSP, 1989.
- FARIAS, Agnaldo (org.). *Bienal 50 anos, 1951-2001*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2001
- HEINICH, Nathalie. *A sociologia da arte*. Bauru: Ed. USC, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles. *L'Esthétisation du monde: vivre à l'âge du capitalisme artiste*. Paris: Gallimard, 2013.
- MACHEREY, Pierre. “A partir de Bourdieu: penser la pratique”, In: *La Pensée*, n°330, 2002, p. 137-145.
- MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.
- MILLIET, Sergio. *Diário crítico*. São Paulo, SP: Martins, 1945-1959.

- MIRALDI, Juliana Closesl. *Pierre Bourdieu e a teoria materialista do simbólico*. 20015. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- MOULIN, Raymonde. *Le marche de l'art: mondialisation et nouvelles technologies*. Paris: Flammarion, 2003.
- NICOLAU NETTO, Michel. *O discurso da diversidade e a world music*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2014.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.
- . *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.
- . *Mundialização e cultura*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
- . *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, SP: Olho d'Água, 2003.
- PEDROSA, Mario. *Mundo Homem, arte em crise*. Org. Aracy Amaral. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- . *Política da Arte*. Textos Escolhidos I. São Paulo: Edusp, 1995.
- PENTEADO, Yolanda. *Tudo em cor-de-rosa*. São Paulo: edição da autora, 1977.
- TRIGO, Maria Helena Bueno. *Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer*. São Paulo: Annablume, 2001.

Experiência Agência Popular Solano Trindade: possibilidades da produção cultural no capitalismo contemporâneo

DALVA REGINA PEREIRA SANTOS

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Sílvio Cesar Camargo.

Resumo

O trabalho a ser desenvolvido nessa pesquisa de mestrado, inicia-se em seu próprio objeto – Agência Popular Solano Trindade – cuja (auto) definição consiste em ser um agente de fomento à cultura popular através do financiamento da produção artística de periferia. Portanto, pretendem-se como um movimento de reivindicação simbólica e material do mundo, tendo nas práticas de produção cultural (de periferia) sua estrutura de embate. A herança frankfurtiana sobre indústria cultural nos serve como introdutória na medida de caracterizar a atividade da produção cultural como uma exigência técnica conformadora de procedimentos para o mercado cultural; o foco relevante é, porém, compreender como as premissas da sociedade em rede (ação distribuída, heterogênea, comportilhada e colaborativa que ganhariam lugar no atual modo de produção material), efetivamente, ampliam as possibilidades de disputa por legitimidade e reconhecimento. Tal proposta, posiciona a pesquisa, portanto, no debate do capitalismo cognitivo e na atual centralidade da cultura para compreender novos modelos de produção material. Finalmente, a busca aqui é compreender em que medida, algumas práticas culturais de periferia podem elucidar as dinâmicas de disputa entre possibilidades exploratórias e emancipatórias de constituição da sociedade do século XXI.

Palavras-chave chave: produção cultural, periferia, sociedade em rede, capitalismo cognitivo

GT3

Pensamento Social

Um retorno ao passado: os *krausistas* espanhóis e o pensamento sociológico

GUSTAVO MARTINS DO CARMO MIRANDA

gustavmcm@gmail.com

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Resumo

O presente trabalho explora os primórdios do pensamento sociológico (ou social) construídos na Espanha no decorrer da segunda metade do século XIX, através dos intelectuais influenciados pelas ideias do alemão Karl Krause (os chamados krausistas). Para a realização desse estudo, foram selecionadas como fontes de análises algumas obras voltadas em compreender a adaptação dos intelectuais hispânicos às formulações desenvolvidas por Krause, assim como a relação entre o krausismo espanhol e o positivismo. Utilizamos como leituras os seguintes livros: *La filosofía social del krausismo español* (1975), de Eliaz Dias, *Burguesia y cultura. Los intelectuales españoles en la sociedad liberal(1808-1931)* (1980), de Francisco Banõs e *Medio siglo de cultura española(1885-1936)* (1973), de Munel Lara. O objetivo desse estudo foi o de compreender a noção de sociedade pensada pelos krausistas espanhóis, no intuito de nos auxiliarmos futuramente para a interpretação de Jose Ortega y Gasset em relação aos fatos sociais, elaborada em seu livro *El hombre e la gente* (1957). Através dessa pesquisa, foi possível constatar um indício de que os trabalhos construídos pelos krausistas na Espanha podem ter (mesmo que de forma não explícita), uma relação com o trabalho posterior de Ortega y Gasset, escrito no século XX.

Palavras-chave Espanha, krausismo, sociedade, Krause, positivismo

E. P. Thompson e a sociologia brasileira: um estudo a partir das classes sociais

BRENO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante.

Resumo

A pesquisa tem por objetivo analisar a influência das teses do historiador inglês Edward Palmer Thompson sobre a produção sociológica brasileira a partir dos anos 1980. Partindo da constatação de que as principais transformações ocorridas no âmbito da produção industrial e dos processos sociopolíticos na Europa, Estados Unidos e Japão – ou seja, a reestruturação produtiva, a crise do petróleo, a constituição do neoliberalismo, o fim da Guerra Fria e a desagregação do bloco socialista do Leste Europeu – tiveram ressonâncias nos debates sociológicos de então e das décadas subsequentes, objetivamos examinar como o conceito de classe social foi repensado, revisado e/ou redimensionado entre cientistas sociais brasileiros com base na obra de Thompson. Ao se repensar o conceito de classe social para além da esfera estritamente econômica, essas teses foram incorporadas, nos anos 1980 e 1990, para interpretar os movimentos e lutas sociais que ocorriam no Brasil nesse período. É, pois, nessa conjuntura específica da sociedade brasileira que importa considerar a influência de Thompson, conferindo-se ênfase aos conceitos de experiência e de formação de classe, visto que foram conceitos fundamentais para a teoria social brasileira no sentido de explicar as classes sociais e sua formação a partir da experiência dos indivíduos e grupos sociais no processo de luta, consciência e identidade de classe.

Palavras-chave Thompson – Classes Sociais – Reestruturação Produtiva

Gabriel Cohn e o sentido de pensar a “teoria entre nós”

FLÁVIA XAVIER MERLOTTI PANIZ

flaviapaniz@gmail.com

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Josué Pereira da Silva.

Resumo

No artigo “Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn”, (publicado na Revista Dados, volume.54, n°.3, Rio de Janeiro, Setembro de 2011), o sociólogo José Maurício Domingues atribui um sentido à defesa de estudos teóricos empreendidos por Gabriel Cohn, qual seja expressar uma contraposição no debate sobre trabalho teórico e trabalho empírico na chamada “periferia intelectual”, neste caso especificamente, o Brasil. Para ele o trabalho de Cohn representa o desenvolvimento do debate teórico de forma independente, “entre nós” e simboliza, ao mesmo tempo, uma recusa da ideia de “reservar aos centros internacionais a tarefa de produzir teoria”. Buscarei explorar o sentido de pensar a teoria entre nós, ou a chamada “ousadia crítica de Gabriel Cohn” (Waizbort, 2008), através de uma revisão crítica do trabalho de Domingues considerando a contribuição de debates recentes sobre produção de conhecimento e localidade, além da obra do próprio Cohn.

Palavras-chave Gabriel Cohn, Teoria Social, Sociologia brasileira

Abstract

Gabriel Cohn and the meaning of thinking theory “among us”

In the article “Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn” Published by Dados Magazine, vol. 54, nº3 Rio de Janeiro, Sept, 2011), the sociologist José Maurício Domingues assigns a meaning to the defense of theoretical studies undertaken by Gabriel Cohn, namely to express a contraposition at the debate about theoretical and empirical research at the so called “intellectual periphery”, in this case, specifically, in Brazil. For Domingues, Cohn’s work symbolizes the development of the theoretical debate in a independent way, “among us” and symbolizes, at the same point, a refuse to the ideia of putting aside international research centres the task of producing theory. With this essay I will persue to explore the meaning of “thinking theoretical matters among us”, or, as they say, Cohn’s “critical daring” (WAIZBORT, 2008) by presenting a critical review of Domingues work considering the latest contributions on Knowledges and location and, Cohn’s work.

Keywords Gabriel Cohn, Social Theory, Brazilian Sociology

“Se estou certo, que este depoimento seja também um cumprimento a quem perseverou na sua escolha em ambiente pouco propício, fazendo mais do que jus à crença, muito elogiosa e algo difundida naqueles tempos, de que seria alemão – *afinal, como um sujeito com um nome desses e tão cerebrino podia ter nascido em Jacareí?*” (Brasílio Sallum Jr. IN Waizbort, 2008, p. 21) [Grifos meus]

1 Introdução¹

Este texto apresenta algumas das reflexões realizadas no curso de minha dissertação de mestrado (em andamento), que tem por objetivo principal a realização de um estudo da obra de Gabriel Cohn. A ideia que deu origem a esse debate sobre produção de teoria e localidade partiu da leitura do texto “Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn” escrito por José Maurício Domingues, (publicado na Revista Dados, volume.54, nº.3, Rio de Janeiro, Setembro

1. Agradeço ao Professor Sergio Costa pela generosa receptividade no LAI em 2014, pelas recomendações de bibliografia e pela conversa sobre meu trabalho, que culminou nas ideias aqui expostas. Evidentemente qualquer equívoco de interpretação sobre o tema é de minha inteira responsabilidade.

de 2011), e também dos textos publicados na coletânea organizada por Leopoldo Waizbort, de título “A ousadia crítica. Ensaaios para Gabriel Cohn” (1998, 1ª edição e 2008, 2ª edição). No artigo em questão José Maurício Domingues atribui um sentido à defesa de estudos teóricos empreendidos por Gabriel Cohn, qual seja expressar uma contraposição no debate sobre trabalho teórico e trabalho empírico na chamada “periferia intelectual”, neste caso especificamente, o Brasil. Para ele o trabalho de Cohn representa um passo inicial para a revitalização do debate teórico de forma independente, “entre nós” (DOMINGUES, 2011, p.429) e simboliza, ao mesmo tempo, uma recusa da ideia de “reservar aos centros internacionais a tarefa de produzir teoria” (DOMINGUES, 2011, p. 430). Buscarei explorar o sentido de pensar a *teoria entre nós*, ou a chamada “ousadia crítica de Gabriel Cohn” (Leopoldo Waizbort, 2008), através do diálogo com o trabalho de Domingues, considerando a contribuição de debates recentes sobre produção de conhecimento via perspectiva pós-colonial, além da obra do próprio Cohn.

2 O diálogo com José Maurício Domingues

Em “Dominação e indiferença: a teoria crítica de Gabriel Cohn” (2011), José Maurício Domingues abre um espaço para pelo menos dois debates importantes referentes à obra de Gabriel Cohn. O primeiro deles está expresso no próprio título do trabalho: demonstrar como a preocupação com a ideia de dominação atravessa seu trabalho. Domingues apresenta uma espécie de mapa dos temas que aparecem na obra de Cohn tendo a dominação como eixo central. Ele revela também a importância da questão da indiferença estrutural, que aparece nos estudos de comunicação, mais especificamente no debate sobre método e linguagem, onde Cohn mobiliza Barthes para apresentar uma reflexão mais densa sobre código, e também em seus escritos sobre Adorno. Mas nos deteremos aqui ao segundo debate que aparece no texto, no qual Domingues busca situar a importância da obra de Cohn dentro de um contexto mais amplo, sobre produção de teoria na chamada “periferia intelectual”. (DOMINGUES, 2011, P.443).

O fato de que Gabriel Cohn seja notadamente conhecido por dedicar-se ao estudo de teoria, supostamente na contramão do que vinha

sendo realizado na sociologia paulista da década de 1960 e anteriores (DOMINGUES, 2011, P.430), fez com que este autor se destacasse não só por sua opção, mas pela absoluta qualidade de seu trabalho no campo de discussão teórica. Segundo Domingues, Gabriel Cohn “desbravou um terreno entre nós que apenas hoje começa a se fazer de fato mais legítimo” (DOMINGUES, 2011, p.443).

O estudo da obra de Gabriel Cohn é recente. De bibliografia disponível existe este texto do José Maurício Domingues, que foi republicado três vezes (2011; 2011B; 2013) o livro *Ousadia Crítica*. Ensaio para Gabriel Cohn (1998), organizado por Leopoldo Waizbord, (que teve uma segunda edição em 2008), e reúne um conjunto de narrativas e ensaios, justificadamente elogiosos, compartilhados por sua esposa, Amélia Cohn, seu filho Sergio Cohn, sua filha Clarice Cohn e colegas de trabalho, e que nos dão algumas pistas sobre os caminhos percorridos pelo autor; e mais recentemente um livro organizado por Leonardo Avritzer *Ensaio crítico sobre Gabriel Cohn* (2013), que reúne quatro textos e uma entrevista sobre o trabalho de Cohn.² De maneira geral o que se pode observar neste início de uma tentativa de compreensão de sua obra é delimitação inicial de uma linearidade que a atravesse seus escritos com a finalidade de encontrar um eixo temático. Outro movimento observado é a ênfase sobre sua relação com a teoria crítica e com demais autores como Weber, Simmel ou Luhmann. Aparecem ainda apontamentos sobre sua defesa de retorno aos clássicos, além de debates sobre petróleo e comunicação, que por destoarem de uma certa dinâmica de discussão de teoria social com base em estudos sobre obras de autores, acabam por representarem outra perspectiva sobre o início da carreira do sociólogo; e também sua contribuição com a sociologia brasileira, sobretudo através de seus escritos sobre Florestan Fernandes e Octavio Ianni.

Nessa incursão houve uma abertura para buscar compreender o lugar que sua obra ocupa na sociologia brasileira, e o debate em torno dela apareceu no texto de Domingues através da problematização de que Cohn representaria um rompimento com um certo imediatismo que acompanhava as pesquisas sociológicas à época e simbolizava

-
2. Outra entrevista também pode ser encontrada em “Conversa com sociólogos brasileiros. Retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil” LOUREIRO, Maria Rita; BASTOS, Elide Rugai & REGO, José Marcio Rebolho. FGV EAESP, GVPesquisa, Relatório de Pesquisa n° 11/2008.

os primeiros passos para o exercício de “pensar a teoria entre nós”. Seria essa sua ousadia, segundo Leopoldo Waizbort.³ O diagnóstico de Domingues sobre os rumos da sociologia no Brasil (e de maneira geral também a América Latina), aparece da seguinte maneira:

“O estudo social da realidade entre nós tem padecido bastante deste viés “nacionalista metodológico”. Não se trata de tara nossa apenas, mas, sim, de problema que acomete os países periférico de modo bastante geral: sua situação não-central parece levar sua intelectualidade a ocupar -se de sua especificidade (contrastada de algum modo com o Ocidente) e a uma recusa a enfrentar temas mais gerais ou universais – caso em que é farta a América Latina, para ficar somente em nosso sub-continente [cf. Zea, 1976]. (DOMINGUES, 2011, p. 429)

A partir de um diagnóstico dos temas na produção intelectual latino-americana, Domingues expressa sua crítica da produção de pesquisas de viés particularista, no sentido de que as especificidades intrínsecas de nossa sociedade (me deterei apenas ao caso brasileiro), tornam-se elementos centrais de determinadas pesquisas ao mesmo tempo em que o referencial teórico, quando utilizado sem a devida reflexão prévia, pode acarretar prejuízo crítico⁴ nas pesquisas como um todo. Esse movimento foi ilustrado por Cohn certa vez como distinção entre produção de conhecimento e produção de saber, em um sentido mais amplo (Cohn, 1968) em uma clara referência a Merton.

Parece ser esse um diagnóstico muito comum quando se trata de pensar os rumos da sociologia brasileira da segunda metade do século XX.⁵ O próprio Gabriel Cohn escreve sobre isso em 1968 em um texto intitulado “A sociologia e a arte da controvérsia”. Em sua perspectiva, a controvérsia que acompanha as pesquisas brasileiras decorre

3. “Gabriel Cohn desafia essa convencional prática nacional. Formado na tradição sociológica da Universidade de São Paulo (USP), onde Florestan Fernandes ([1958] 1977), ainda que com intenções meramente pragmáticas, reiterava essa perspectiva ao reservar aos centros estrangeiros a tarefa de desenvolver a teoria sociológica, Cohn ousou criticamente – como assinala livro recentemente relançado em sua homenagem (Waizbort, [1998] 2008) – pensar a teoria entre nós”. (Domingues, 2011) P. 430)
4. O termo *Crítico* aqui não está sendo utilizado em sentido Kantiano, muito menos como referencial teórico crítico da tradição frankfurtiana, mas no sentido de expor as contradições e limites das categorias que servem de fundamento teórico para as pesquisas.
- 5.

do isolamento entre pesquisa teórica e pesquisa empírica. A carência de debate teórico que dê conta da demanda das pesquisas aqui desenvolvidas teria levado Cohn à defesa de renovação de estudos de teoria social em sua obra. Esse movimento é explicitado em seus estudos de comunicação, onde o exame crítico das noções de *massa*, *elite* e *público* revelou uma disputa ideológica por suas apropriações, e que tinham reflexo imediato nas pesquisas sobre opinião pública e o debate mais amplo sobre representatividade e democracia no espaço público.

“Fazer teoria na periferia não é fácil, fazer teoria crítica de maneira frouxa talvez seja até mais fácil nela, em função das calamidades permanentes que a acometem, mas não se o rigor teórico é aquilo que se persegue. Fazer teoria sem ter de evocar sempre seu país, o Brasil, a Argentina ou a Venezuela, para ficarmos em nossas vizinhanças subcontinentais, é ainda mais difícil fora do centro. Trata-se, evidentemente, de uma introjeção coletiva de uma concepção que nos reserva lugar secundário na divisão internacional do trabalho intelectual, para além dos problemas que, em termos de identidade, essa posição periférica já nos coloca (o que não quer dizer que não haja o risco de reificação de categorias forjadas em outras paragens, via uma falsa universalização, o que nosso autor [Gabriel Cohn] evita, aliás, galhardamente). Domingues, P.443

A recusa de enfrentar temas mais gerais ou universais mencionados por Domingues refere-se não exatamente à pressuposição de uma universalidade a respeito do trabalho de intelectuais europeus e norteamericanos, (embora isso ocorra em alguma medida), mas sim à abstração teórica que advém de uma reflexão imanente da obra de autores. O resultado desse movimento é que Gabriel Cohn pode realizar seu trabalho de forma crítica e imanente a determinadas obras sem a necessidade de incorporar uma relação objetiva imediata e empírica em consonância com as urgências de nossa realidade periférica. Disso decorreu que Cohn tornou-se responsável pela recepção de autores, até então desconhecidos, nos debates sobre comunicação; além disso *Crítica e Resignação* (2003) tornou-se importante referência aos que se interessam por compreender a obra de Weber. Assim Domingues situa o trabalho de Gabriel Cohn no lugar de rompimento com a tradição binária de pesquisa teórica nos países do norte e pesquisa

empírica na chamada periferia intelectual. Essa posição não revela, no entanto, (e ainda bem), um desprezo com relação às demais formas de se fazer pesquisa. A proposta aqui é de abrir os caminhos para a viabilidade do campo de discussão de teoria sociológica, e que estes alcancem um grau de relevância tão importantes e necessários quanto formas outras de apreender a realidade.

Apresento outra citação de Domingues a respeito da discussão sobre teoria:

“Aliado ao tamanho do país, esse viés particularista faz com que, afinal de contas, o que parece interessar realmente seja a nossa “civilização brasileira”. As teorias são assim, de modo geral, importadas como se compra pacotes de inovação tecnológica que nos mantêm na dependência das grandes empresas internacionais. Afinal, por que gastar tempo e intelecto com coisas que fogem à nossa esfera de possibilidades efetivas? Para que organizar um debate que tenha como foco essas questões e desenvolvê-las de maneira relativamente independente entre nós?” (DOMINGUES, 2011, p. 429)

Essa ideia de discussão de teoria independente, entre nós, parece remeter a um efeito tardio de teorias pós-independência do século XIX, nas quais a independência política e econômica das “metrópoles” serviu de orientação para pensar a organização própria da América Latina e, assim, nos faltaria almejar uma independência teórica, do ponto de vista de matriz epistemológica de pensamento, e seria este o papel cumprido por Cohn. Parece grosseira essa associação (e talvez seja mesmo), mas o fato é que há dualidades implicadas no texto de Domingues, como espaço local e global, particularismo e universalismo, que cumpriram seu papel até agora, mas que já não exprimem as formas de construção de conhecimento acadêmico na sociedade contemporânea. O que está pressuposto aqui é que o estudo de teoria social passe a tornar-se tão fundamental quanto os demais trabalhos que já vinham sendo elaborados, de modo que tendam a complementar-se, através da inserção de intelectuais brasileiros na participação de debates sobre obras de autores sem a necessidade de evocar uma aplicabilidade utilitária para seu objeto. Mas a divisão entre local e global, ou particularismo e universalismo, já não corresponde à complexidade das relações de produção de conhecimento.

A ideia de espaço se transforma à medida em que o acesso às redes reduz a noção de distanciamento físico e altera a materialidade das publicações do espaço físico para o espaço virtual.⁶ Se em um primeiro momento os rumos da sociologia brasileira tendem a romper com o estigma explicitado na tradicional divisão internacional do trabalho intelectual, por outro lado a ideia de localidade é desafiada quando deslocamos a questão para os sujeitos que produzem esse conhecimento, debate cujo mérito advém das feministas que vem apontando as desigualdades e assimetrias não são questões exclusivamente periféricas. Assim, a noção de *fronteiras do sul* se volta à ideia de fronteira cultural no debate sobre matriz epistemológica da construção do conhecimento do que uma definição propriamente geográfica.

Com isso proponho revisitar este debate sobre a interpretação da obra de Cohn com um avanço muito singelo que é a de levar em consideração outras questões relativas ao seu trabalho, que não diminuam a importância da abertura para estudo de teoria no Brasil, mas que ao mesmo tempo se discuta alteridade para pensar os rumos da sociologia brasileira, isto é, sem a tentativa de compara-la ou equipara-la no sentido qualitativo e quantitativo às demais sociologias “do norte”. Não estou defendendo um caráter único e singular para a história do pensamento sociológico brasileiro, mas que a trajetória seja fundamental para uma crítica não evolucionista de nosso trabalho.

3 Algumas perspectivas sobre produção de conhecimento e a contribuição dos estudos pós-coloniais

Em sua contribuição a respeito dos debates sobre produção de teoria, Sergio Costa amplia a questão inicialmente apontada por Domingues de divisão local/global para a compreensão da dinâmica entre processos de mudanças locais e processos gerais compartilhados em escala global. Segue um trecho de uma entrevista Sergio Costa para a reflexão proposta, quando indagado a discutir o tema da internacionalização da pesquisa e da formação em ciências sociais:

6. Faço uma ressalva enorme para os arquivos e as pesquisas de quem trabalha com documentação, embora algumas bibliotecas públicas já tenham começado a oferecer serviço de envio de scanner de documentos gravados via correio.

Penso que a ideia de uma sociologia autóctone é tão equivocada quanto a ideia de uma sociologia eurocêntrica que entendesse as transformações sociais nas demais regiões do mundo como mera reprodução tardia e piorada da modernidade europeia. O desafio mais interessante e profícuo é precisamente entender como processos de mudança locais se articulam com a dinâmica mais geral de transformação da sociedade moderna. Trata-se de entender que partilhamos todos de *uma* sociedade mundial que é desigual e que apresenta, obviamente, desníveis regionais profundos. Essas diferentes partes encontram-se, contudo, integradas e articuladas, cabendo à sociologia descrever os termos dessa integração desigual. Tampouco no plano institucional existe espaço para teorias autóctones: os diferentes cientistas sociais, no âmbito das correntes ou escolas de sua preferência, partilham de matrizes teóricas comuns e é só nesses contextos que podem surgir o vocabulário e os termos compartilhados que permitem um intercâmbio efetivo. Isso não significa, obviamente, deixar de lado a agenda dos problemas que a sociedade nacional nos coloca. Temas como o desenvolvimento, a violência, o racismo e a desigualdade social têm – e é obviamente justo e correto que seja assim – na agenda de investigações da sociologia brasileira um peso maior do que têm, por exemplo, na pauta de temas discutidos na Suécia. Não obstante, acreditar que existe uma singularidade nesses problemas que permite que eles possam ser estudados independentemente das mudanças globais constitui, a meu ver, um enorme equívoco. (COSTA, 2006. P.141)

As proposições de Sergio Costa não se afastam completamente do diagnóstico de Domingues à medida em que coloca como ponto de definição dos alcances de determinadas propostas de pesquisas o limite prévio à falsa reificação. Costa, no entanto, desloca o debate que se projeta além da caracterização de que determinada obra, se encaixa em estudos locais ou globais e propõe o rompimento desse dualismo à medida em que a resolução para o debate sobre produção teórica se encontra com as demais produções globais. O campo que define esse tipo de estudo é chamado de "geopolítica do conhecimento", sobre o qual "autores vinculados aos estudos pós-coloniais procuram denunciar e modificar as posições assimétricas atribuídas às diferen-

tes regiões do mundo no que concerne à produção do conhecimento”. (COSTA, 2010).

Para problematizar os alcances e limites da produção intelectual latino americana em escala global, me utilizo do texto “Producción de desigualdades y (re)reproducción de desigualdades, da socióloga Elisa Martins (2013). Neste artigo, a autora busca analisar a internacionalização da sociologia latino americana a partir de práticas e autorias com foco para análise das publicações na revista *Current Sociology*. O foco da investigação de Elisa Martins opera no inverso de minha investigação, já que não é o alcance de publicação internacional de Cohn o foco desse debate. Mas os resultados interessam aqui já que Cohn opera a *recepção* de autores, em especial alemães no Brasil, não só apresentando os debates internacionais, mas traduzindo textos do alemão para o português. A fluência no idioma em razão de sua ascendência contribuiu para que o autor pudesse ter acesso aos textos originais de autores até então quase desconhecidos ou pouco acessados no Brasil.

Elisa se ocupada do acesso de escritores latino americanos ao espaço de publicação em periódicos internacionais. Entretanto ela cita Galtung para falar sobre status simbólico do estudo de teoria na América, sobretudo nas décadas de 1940, 1950, 1960, nas quais os estudos empíricos se destacavam entre os intelectuais.

“Para Galtung (1966: 24) el énfasis está puesto más en el trabajo simbólico que en el trabajo empírico porque otorga más prestigio producir teoría que producir datos y porque el trabajo simbólico (formación de conceptos, de hipótesis y de teoría) debe ser realizado previamente al trabajo empírico.” (Martins, Elisa, 2013, p. 18)

O prestígio alcançado pelo estudo de teoria não foi um fenômeno exclusivo do Brasil, embora seja recorrente a ideia de que quem estuda teoria se torna estigmatizado a partir do papel de “comentador”, como se a contribuição para compreensão sobre autores, em especial de outros tempos⁷ e/ou outras localidades não implicasse em

7. Considerando que na era pré-internet, havia uma certa distância de tempo que separava a produção de um autor estrangeiro e sua chegada aos programas das disciplinas das Universidades brasileiras.

contribuição teórica própria. (Algo a ser investigado em minha dissertação).⁸ Elisa aponta também o significado simbólico do status do trabalho de compreensão de autores internacionalmente reconhecidos, que via de regra estão localizados (não geograficamente, mas do ponto de vista epistemológico) em um tipo de produção cuja matriz acadêmica e os padrões de reconhecimento se encontram majoritariamente no Norte. Isso importa porque justamente Gabriel Cohn se consagra no campo da teoria justamente nessa condição, embora ele jamais se utilize desta distinção. Em seus escritos Cohn se atém à discussão de modelos e métodos propostas nas obras sem perder de vista o contexto de cada produção, como em *Crítica e Resignação* (2003) quando ele contextualiza o trabalho de Weber em diálogo com a formação do Estado Alemão e os debates intelectuais a respeito do tema. Por outro lado, o autor se vale desses autores para realizar sua contribuição prática na sociologia brasileira, e assim publica textos de diagnóstico e reflexão sobre questões normativas como as transformações sofridas pela Universidade, e demais temas de políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao campo de acesso a opinião, espaço público e democracia.

Para avançar com a reflexão a respeito do tema, nos utilizamos do trabalho de Caetano De Carli e Elizardo Costa que discutem a crítica epistemológica ao local de produção de conhecimento científico. A questão que orienta as proposições dos autores está pautada pela seguinte pergunta: “Nesse sentido, nosso problema central aqui discutido é: “por que continuamos a tratar fenômenos sociais tão presentes ao Sul com um referencial teórico centrado no Norte?” (DE CARLI & COSTA, 2013. P. 139). A temática central de reflexão proposta pelos autores tem também como propósito repensar o campo da teoria dos movimentos sociais, mas caminha em paralelo com a reflexão sobre a obra de Cohn, já que as referências teóricas investigadas por este autor se encontram no Norte.

Um dos pontos a serem levantados nesse texto é a emergência de lutas globais comum, por exemplo no caso do maio de 1968, que não

8. Para Galtung (1966: 24) el énfasis está puesto más en el trabajo simbólico que en el trabajo empírico porque otorga más prestigio producir teoría que producir datos y porque el trabajo simbólico (formación de conceptos, de hipótesis y de teoría) debe ser realizado previamente al trabajo empírico. (Martins, Elisa, 2013, p. 18)

foi uma exclusividade da França; os movimentos feministas dessa década e das posteriores; e os próprios movimentos marxistas que em escala global através das Internacionais também possuem arsenal teórico produzido no Norte e amplamente difundido e utilizado por movimentos de esquerda na América Latina, por exemplo. Cohn também realiza esse movimento ao propor uma releitura e atualidade dos textos de Adorno que incluem questões como nazismo, indústria cultural e, ao mesmo tempo, barbárie no Brasil na década de 1990. No texto “Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios” (COHN, 2006) há uma proposta de repensar o conceito de civilidade através da leitura de *Mínima Moral* de Adorno. Para exemplificar melhor me detenho ao caso de sua leitura da obra de Marx para demonstrar como Cohn realiza esse movimento.

No livro “Sociologia da comunicação: teoria e ideologia (1973) aparece um debate sobre que questiona o produto da ciência a partir da discussão sobre sua universalidade. No texto *Ideologia* (publicado posteriormente como verbete *Terminos Criticos de la sociologia de la cultura*, 2006), Cohn aponta uma ressalva sobre essa questão, ele diz que a *Ideologia Alemã* tem como característica fundamental para sua compreensão o fato de que ela é *Alemã*.

“Se entrevé aqui algo fundamental en la concepción legada por Marx: si la «ideología alemana» es *alemana* es porque su forma es particular, está determinada por la particularidade histórica y social alemana. «En la producción social de su vida los hombres entran en diferentes relaciones [...] a las cuales corresponden formas determinadas de conciencia social”. (COHN, 2006, P. 135)

E segue:

“No es un texto canónico para ser usado como soporte, sino para ser desarrollado en todos sus elementos a partir de su núcleo decisivo: la vida de los hombres es producida por ellos mediante relaciones sociales dotadas de significados que se expresan en lenguaje” (COHN, 2006, p. 135)

Há, portanto, uma estrutura que permite transpor seu estudo de caso para uma abstração científica capaz de possibilitar sua reflexão a partir de outros contextos. E assim levantamos uma problemática: Gabriel Cohn é reconhecido por seus estudos sobre autores. Alguns

temas, de determinados autores, são lidos, interpretados, traduzidos e comentados por ele na dimensão de sua realidade, inegavelmente no contexto da sociologia brasileira. Quais são os critérios de seleção dos elementos de determinada obra e autor a serem estudados e incorporados por Cohn que permite ou não esse movimento de distinção entre teoria e ideologia dentro das obras? Como é que se seleciona e se distingue um conceito com potencial para ser repensado em um outro contexto de um conceito cujo caráter contextual é tamanho que sua validade analítica em outra dimensão contextual se torna questionável? Segundo ele *A ideologia alemã* não é um conceito, é uma narrativa sobre ideologia em um contexto específico ocorrido na Alemanha, por isso sua defesa da análise estrutural dessa obra.

Na ocasião do aniversário de 150 anos do Manifesto do Partido Comunista, Cohn escreveu um artigo intitulado “O travo amargo da história” (1998), quatro anos antes da publicação do verbete sobre ideologia. No texto ele diz:

CONVENHAMOS. Um manifesto não pode durar 150 anos. Há algo de errado nisso. Mas não é nele e sim no curso do mundo que se encontram as razões dessa teimosa persistência. Seus autores não se propunham mais, nem menos, do que um texto de ocasião: na ocasião da mudança do mundo. Estranho destino, o de Marx e Engels. O manifesto que redigiram quando jovens é lido um século e meio depois como se fosse obra científica a ser testada pela acuidade das análises e pela validade das suas previsões. E a obra que apresentaram ao mundo como sendo do mais alto rigor científico, a sua crítica da economia política, ainda é lida por muitos como se fora um manifesto. (COHN, 1998, p. 88)

O trecho acima exposto é na verdade o primeiro parágrafo do texto que não é tanto sobre o Manifesto, mas sobre as leituras e interpretações que se fazem dele. A crítica às leituras e apropriações do *Manifesto do Partido Comunista* tem sentido duplo aqui pois elas se voltam tanto à leitura do *Manifesto* como um texto científico paradigmático, cuja validade se restringe à sua aplicação na atualidade, e não como leitura de um documento histórico. E a outra crítica se volta para a leitura do *Manifesto* como agenda de lutas e mobilizações, que não considera a relevância das transformações do mundo [do trabalho]

nos últimos 150 anos. A crítica aqui é interessante, porque ao contrário da crítica da economia Política, o Manifesto não possui uma estrutura matriz cuja reflexão possa ser extraída em seu sentido denotativo. Ele é explícito, literal, um manifesto político, cujos pressupostos estão dados, inclusive os ideológicos. Para Cohn a crítica da economia política teria um caráter científico, que nesse caso, não deve ser lida exclusivamente como um documento datado que testemunha a defesa da organização dos trabalhadores através do Partido Comunista por Marx, ela possui uma estrutura de análise cuja validade reside no caráter universal da própria ciência, isto é, seu trabalho pode ser contestado cientificamente, e não ideologicamente, como é o caso do Manifesto. Não defendendo uma possível neutralidade da ciência (nem uma apologia ao positivismo), mas sim que aparece aqui uma dinâmica entre ciência e política nos moldes de Weber dentro dos movimentos de análise realizados por Cohn.

O Marx do Manifesto defende basicamente as mesmas ideias que o Marx da Crítica da Economia Política, sob égides e formas diferentes em sua construção (e considerando as distinções entre os movimentos da trajetória de sua obra). Cohn procura na semiótica elementos que contribuam com a compreensão não da noção de ideologia propriamente dita, mas das formas de construção dessa ideologia. Não é à toa que *mensagem* é o último e conclusivo item do livro *teoria e ideologia*, a articulação entre teoria e ideologia reside na mensagem, que deve ser interpretada a partir de sua estrutura de organização.⁹

Com isso, quero demonstrar que na obra de Cohn a relação de produção de teoria ou conhecimento está pautada pelo caráter científico como pressuposto, e que o que permite que as obras de Marx, Weber e Adorno (para ficar nestes três autores), sirvam de referencial teórico a ser repensado e reinterpretado distante de seu local de origem, de produção e debates é o seu caráter científico. Assim percebemos uma outra coisa, o desenvolvimento de estudos teóricos entre nós

-
9. Ainda não avancei concretamente em minha investigação sobre as consequências desta questão, mas acredito que isso nos levaria ao antigo embate entre cosmologia e hermenêutica. Eu não pretendo entrar neste debate porque escapa ao recorte proposto para minha dissertação de mestrado e também escapa à minha capacidade de argumentação. Deixo sinalizado então, contrariando as resoluções de que não se deve somente desconstruir sem a realização de uma proposta, pois foi exatamente isso que eu fiz.

representa uma mudança em nossa percepção de como fazer e pensar sociologia como suporte para nossas pesquisas empíricas, entretanto essa mudança está condicionada e limitada por matrizes epistemológicas “do norte”.

Outros trabalhos dos chamados pós- coloniais, especialmente o de Gayatri Spivak (1985 [2010]) nos levam a pontuar que a divisão nortel sul na produção de teoria deve ser repensada também pela égide dos sujeitos. Se em um primeiro momento a visão folclórica de “outro” representada pela episteme europeia é marcada pelos estudos pós- coloniais (me refiro ao Stuart Hall), ela atinge outro patamar quando se discute gênero e racismo. Spivak coloca em cheque a construção do sujeito como narrativa epistemológica europeia e insere a sororidade como condição para a reflexão de que não são só os países considerados como “periferia intelectual” os únicos a não acederem ao espaço internacional intelectual através do direito de fala, a autora aponta a condição dos *subalternos*, mulheres, negros, indígenas, como chave pra pensar (auto)representatividade hierárquica no espaço intelectual, situação ocorre inclusive dentre aqueles que habitam o próprio norte. Nesse ponto ampliamos o debate sobre intelectuais e localidade e passamos para um outro aspecto do problema, o dos sujeitos. A partir de “Pode o subalterno falar” (1985[2010]), nos concentramos na questão do que está implícito no discurso de alteridade e de fala sobre o “outro”, a saber as minorias não auto-representadas no espaço intelectual. A ideia de trabalhar com esse texto foi refletir sobre a posição heroica atribuída a Cohn quando acompanhada dos estudos pós-coloniais. Sob hipótese alguma contesto o mérito da obra de Cohn, o que pretendo aqui é estabelecer outros parâmetros para pensar os desdobramentos posteriores dos estudos de teoria no Brasil. A leitura que realizei da obra é extremamente tendenciosa, porque me aproprio do debate para continuar problematizando produção intelectual com foco no conteúdo e na representatividade, e não exclusivamente na estrutura e no acesso.

Essa mudança me levou a pensar os conteúdos (representativos) de seguinte maneira: retomando o que foi apresentado no início do texto, as leituras realizadas me levaram à reflexão sobre espaço comum no campo intelectual. Nesse sentido, ao retomar as obras de Cohn me deparo com outra questão que também toca nesse assunto: Cohn é conhecido por seu trabalho teórico com autores. Para além de

tentar compreender o lugar de sua produção de teoria, no sentido de romper com a ideia de que na periferia intelectual o foco da produção é a pesquisa empírica, o que significa, do ponto de vista dos debates apresentados, o fato de que ele tenha somente se utilizado de “autores do norte” em seus temas? Na verdade, apesar da clara inversão da relação objeto-sujeito de pesquisa, como demonstra Raewyn Connel¹⁰ (usualmente nós é que somos objetos de pesquisa), seria mais frutífero reformular a questão de outra forma, porque mais interessa refletir como esses autores vem sendo colocados como matriz teórica para pensar “o mundo” (considerando aqui as contribuições de Boaventura de Sousa Santos, 2007). O próprio Cohn adianta em um dos textos que sua contribuição é oferecer suporte teórico para as pesquisas em ciências sociais no Brasil, seja no campo da comunicação (“Sociologia da comunicação”), seja no campo da teoria (escritos sobre Weber e trabalhos posteriores sobre Adorno, Habermas, Simmel, Durkheim etc). Ele afirma que seu trabalho tem a preocupação em desenvolver a ciência. Fica, então, a pergunta, que tipo de ciência pretende o autor?

Além da problemática da ciência, fica exposto também o debate sobre o fato de que autores europeus e americanos do norte considerados importantes para debates contemporâneos, acabam por conquistar uma áurea de universalidade em seus trabalhos, a ponto de que devem ser discutidos em todo o mundo, e isso representaria de algum modo “avanço” científico para o país. A ironia aqui tem um fundamento: não é essa a proposta de Gabriel Cohn, ele não toma como universal qualquer teoria ou conceito, aliás, ele procura demonstrar o oposto disso, e, no entanto, a premissa epistemológica se mantém.

“Nos debates de Quijano, sobre a colonialidade do saber e do ser, e de Santos, sobre as epistemologias do Sul, e Chakrabarty, sobre a crítica ao local de produção de conhecimento europeu, vemos um alerta para o perigo da centralidade do protagonismo do sujeito histórico do Norte em detrimento de uma variedade de experiências emergentes por atores sociais do Sul global” (De CARLI & COSTA, 2013, p. 142)

Sergio Costa, por outro lado aponta para o fato de que algumas das pesquisas aqui desenvolvidas se tornam elementares quando compa-

10. CONNELL, RAEWYN. A iminente revolução na teoria Social. Revista Brasileira Ciências Sociais Vol. 27 n° 80 outubro/2012

radas ao que vem sendo publicado internacionalmente, e daí a necessidade de se repensar campo de discussão de teoria no Brasil com vistas para o que vem sendo compartilhado em um espaço comum de âmbito internacional, sem perder a noção de contexto, sobretudo em relação a grupos que não tem acesso a publicação nesse espaço.

“O reconhecimento de que a antropologia partilha de uma episteme colonialista, marcada pelo caráter proselitista do conhecimento ocidental foi importante para a trajetória da disciplina. Diversos autores (E. Said, Talal Asad, E. Wallerstein, Partha Chatterjee, Claude Ake ou Dipesh Chakrabarty, entre tantos) sinalizaram para essa dimensão a partir da crítica a uma razão universal feita a partir da valorização da diferença e da diversidade – o campo da pós-colonialidade, seus antecedentes e derivações.” (Jean Comaroff, 2011, p.468)

Apesar de minha investigação não estar formalmente orientada dentro do campo da antropologia, tomo para a sociologia esta crítica, porque cabe orientar a discussão para a compreensão sobre a forma de recepção desses autores em sua obra e sua contribuição para a sociologia como um todo, a fim de que se possa evitar o nacionalismo teórico para o qual alerta Domingues, e ao mesmo tempo refletir sobre o espaço de produção teórica na sociologia brasileira nos moldes do que vem sendo debatido a partir dos estudos pós-coloniais, sobretudo com vistas para os desdobramentos apontados pelas feministas das mais diversas áreas, como Spivak e Donna Haraway. Para tanto, termino meu texto com uma citação de Jean Comaroff, que expressa a síntese do que eu gostaria de escrever nesta conclusão:

“Os assuntos são frequentemente mais imediatos e urgentes nas novas fronteiras e lá as pessoas vivem há muito tempo de forma imediata e aguda com as contradições do mundo moderno – distância entre o que ele promete e o que proporciona. Se visitarmos universidades da América Latina, ou da Índia, ou da África do Sul, veremos o debate incrivelmente vivaz. Estudiosos estão menos interessados nas últimas preocupações em Londres ou Nova York e imbuídos da compreensão de que os pontos para o futuro e a necessidade de engendrar maneiras de lidar com e estão bem aqui, no Sul. Ao mesmo tempo e a despeito disto tudo, perdura certo encolhimento do Sul, uma

sensação de que com toda a sua excitação e criatividade os estudiosos do Sul ainda não estão propriamente sendo levados a sério no Norte – ao menos não como estudiosos capazes de oferecer teorias ou lampejo de importância “universal”. (COMAROFF, Jean, 2011, p. 476)

Referências

- ASANTE, Molefi Kete. *As I Run Toward Africa: A Memoir*. Boulder, CO: Paradigm. (2011).
- BOATCĂ, Manuela: Global Inequalities. Transnational Processes and Transregional Entanglements. *desiguALdades.net Working Paper Series*, n. 11, Berlin; desiguALdades.net Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America. 2011
- BRAIG, Marianne; COSTA, Sérgio; GÖBEL, Barbara. Soziale Ungleichheiten und globale Interdependenzen in Lateinamerika: eine Zwischenbilanz. *desiguALdades.net Working Paper Series*, n. 4, Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America. 2013.
- BRIONES, Claudia: “Conocimientos sociales, conocimientos académicos. Asimetrías, colaboraciones autonomías”. *Desigualdades.net, Working Paper Series*, n. 39, 2013
- COHN, Gabriel. Ideologia. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.) *Terminos críticos de la sociología de la cultura*. Buenos Aires, 2002.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. *Theory from the South: Or, How Euro–America is Evolving*. Paradigm, 2012
- COMAROFF, Jean. Teorias do Sul – Entrevista. *Mana*, vol.17, n. 2. Rio de Janeiro, ago. 2011
- COSTA, Sergio. *(Re)Encontrando-se nas redes? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento*. Estudos de Sociologia, Revista do Programa de Pós-Graduação em sociologia. UFPE, v.2, n. 16, p. 25 – 43, 2010.
- COSTA, Sergio. Contribuição ao debate sobre a internacionalização da pesquisa e da formação em ciências sociais. Entrevista concedida a comissão editorial da Revista Plural. *Revista Plural*, n. 44, pp. 135–144. PPGS USP: 2006.
- De’ CARLI, Caetano; COSTA, Elizardo Scarpati. Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local da produção do conhecimento

- científico. *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. XXVI, 2013, pp. 139–162.
- DOMINGUES, José Mauricio. Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *Gabriel Cohn*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.
- DOMINGUES, José Maurício. Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn. *Revista Dados*, v. 54, n. 3, Rio de Janeiro, Setembro de 2011
- GINGRAS, Yves; MOSBAH-NATANSON, Sébastien. Where are Social Sciences Produced?. In: UNESCO (ed.), *World Social Science Report: Knowledge Divides*. Paris: UNESCO, 2010, pp. 149–153.
- KEIM, Wiebke: Social Sciences Internationally: The Problem of Marginalization and its Consequences for the Discipline of Sociology. *African Sociological Review*, v. 12, n. 2, 2008, pp. 22–48.
- LARSEN, Neil. Imperialism, Colonialism, Postcolonialism. In: SCHWARZ, Henry (ed.) *A Companion to Postcolonial Studies*. Sangeeta Ray: Blackwell Publishing Ltd, 2000.
- MARTINS, Eloisa. (Re)producción de desigualdades y (re)producción de conocimiento. La presencia latinoamericana en la publicación académica internacional en Ciencias Sociales. *Working Paper Series*, n. 59. Berlin: desigualdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2013.
- PALTÍ, Elias José. Apéndice. Lugares y no lugares de las ideas en América Latina. IN: *El tiempo de la política. El Siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XIX Editores Argentina. 2007
- PAREDES, Juan Pablo. Pensamiento epistémico y conocimiento social: emergencias y potencialidades en la investigación social. *Revista de Estudios Sociales*, n. 48. Bogotá, 2013, pp. 125–138.
- PATEL, Sujata. Are the Theories of Multiple Modernities Eurocentric? The Problem of Colonialism and Its Knowledge(s). IN: ARJOMAND, Said; REIS, Elisa P. (eds.). *Worlds of Difference*. Sage studies in international sociology 61, 2013.
- QUAYSON, Ato. Postcolonialism and Postmodernism. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (eds.). *A Companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento Abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos estudos*, 79, novembro, 2007

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WAIZBORT, Leopoldo (org.). *A ousadia crítica*. Ensaios para Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.

Marxismo, crise e crítica: o tournant benjaminiano nas trajetórias intelectuais de Michael Löwy e Daniel Bensaïd

FABIO MASCARO QUERIDO

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti.

Resumo

As leituras da obra de Walter Benjamin realizadas por Michael Löwy e por Daniel Bensaïd convergem em uma tentativa comum de resgatar as reflexões benjaminianas à luz dos dilemas e dos desafios teóricos e políticos do presente, do “tempo-de-agora”. Sob formas diferentes, com ênfases diversas (e também divergências), ambos transformaram o presente no ponto de partida para uma leitura atualizadora da obra de Walter Benjamin, leitura cujo ponto de vista assumido (politicamente anticapitalista) lhes permitiu entrever novas potencialidades no âmbito da recepção internacional da obra do autor alemão. Em ambos os autores, o filósofo alemão transformou-se, desde então, em personagem central da reivindicação da necessidade de uma “atualização” do marxismo crítico. Herdeiros do trotskismo heterodoxo de Ernest Mandel, tanto Michael Löwy quanto Daniel Bensaïd encontraram em Benjamin uma espécie de “bússola” capaz de orientá-los em meio às transformações do capitalismo e do refluxo das lutas operárias e populares, a partir do final da década de 1970. A partir destas premissas, o objetivo deste trabalho é analisar os principais aspectos da recepção contemporânea da obra de Walter Benjamin (1892-1940) nas reflexões de Michael Löwy (1938-) e de Daniel Bensaïd (1946-2010), destacando a relação entre suas interpretações das reflexões benjaminianas e as transformações histórico-concretas do período, em particular no que se refere aos debates no âmbito da esquerda política e intelectual.

Palavras-chave Walter Benjamin; marxismo; atualização; Michael Löwy; Daniel Bensaïd

Amazônia e Marxismo: o pensamento de Florestan Fernandes entre o mágico e o cruel

LUIZ FERNANDO DE SOUZA SANTOS

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Prof. Dra. Elide Rugai bastos. Fonte financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas/FAPEAM.

Resumo

Este trabalho pretende analisar os nexos presentes no pensamento de Florestan Fernandes entre seus estudos sobre autores que investigaram a Amazônia e suas reflexões sobre a contribuição de Marx e de marxistas para a consolidação de um método crítico nas ciências sociais. Espera-se dessa análise a apreensão da constituição de uma angulação marxista para uma interpretação da região amazônica que emerge promovendo um diálogo com o pensamento social do passado e que vai além dele, possibilitando desmistificar as narrativas que a assinalaram, desde os momentos iniciais da aventura capitalista no continente americano, como ambiente edênico ou infernal, como lugar povoado por monstruosidades antropomórficas, por selvagens, por gente preguiçosa. Para tal, a exposição será delimitada a três aspectos: ao diálogo de Florestan Fernandes com Marx e o marxismo; os desdobramentos desse diálogo na contribuição do autor aos estudos etnológicos, nos quais serão focalizadas as reflexões que se referem à Amazônia; e as implicações para uma interpretação da região por uma angulação dialética nas ciências sociais.

Palavras-chave Amazônia, Marxismo, Florestan Fernandes

GT 4

Migração e Cidadania

Particularidades e singularidades acerca do trabalho qualificado imigrante no Brasil

MARIA BERNADETE FIN FERREIRA CAMPOS

Resumo

Neste artigo são analisadas pesquisas acerca das condições sociais da força de trabalho qualificada e imigrante no mercado brasileiro, de maneira especial no setor petrolífero. Dessa forma, apresentará levantamento efetuado junto a empresa especializada na obtenção de vistos para a entrada de trabalhadores qualificados imigrantes neste setor. Segundo o presidente da CAS Óleo Visas, o país teria um déficit de três a quatro milhões de profissionais especializados, principalmente, no setor de petróleo e acredita na importância das universidades brasileiras investirem numa educação que priorize esse setor. Além disso, apresentará debate das pesquisas realizadas a partir das notícias veiculadas pela mídia impressa e digital, sobre o fluxo de trabalhadores imigrantes qualificados, cuja força de trabalho tem sido absorvida pelo mercado brasileiro, incluindo o debate sobre o assunto em blogs e sites preocupados com a questão do trabalho imigrante internacional. Podemos assim constatar que em 2014 foi concedido 15117 autorizações temporárias para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira. O MTE está melhorando a relação entre o Brasil e os trabalhadores estrangeiros com a adoção de novas normas e investindo em tecnologia, como por exemplo a adoção do certificado digital. Além disso, o CNIg criou uma Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de Imigração Laboral Qualificada, que entre outras coisas estabelece um novo mecanismo de comprovação de qualificação.

Palavras-chave imigração, trabalho, petróleo, força de trabalho qualificado

Imigração e Trabalho: O Caso das Haitianas em São Paulo

KASSOUM DIÉMÉ

kdieme@hotmail.com

Mestrando em Sociologia no IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva.

Resumo

A imigração, tema atual, é sociologicamente relevante, pois afeta diretamente a vida de um número estimado pela ONU a 232 milhões de pessoas no mundo*. Ela proporciona o intercâmbio, a relação entre “Estabelecidos” e “outsiders”, a solidariedade, a inserção, as representações sociais do “outro” pelo “eu”, a discriminação, reforçando o pertencimento ou não a determinados lugar e sociedade. Dentre os imigrantes que o Brasil recebe nos últimos anos, os haitianos são hoje a maioria. Para entender a imigração haitiana em São Paulo é preciso considerar certos fatores no Haiti e no Brasil, bem como as relações políticas e culturais entre ambos. As migrações nacionais ou internacionais são associadas ao trabalho (GODOY, 2011; IOM, MARGALET, 2012; MOROKVASIC, 2010; RAVENSTEIN, 1885; SAYAD, 1998; VILELA, 2008). No Brasil, apesar da inferioridade numérica das imigrantes haitianas em relação aos compatriotas, esta pesquisa investiga a inserção das haitianas com “visto humanitário” no mercado de trabalho paulistano e permite perceber que elas têm mais dificuldade de inserção, estão mais em serviços gerais, ganhando salários abaixo de suas expectativas. Esta situação é devida à condição de imigrante e de negra oriunda de um país cujo imaginário no Brasil é caracterizado pela vulnerabilidade.

Palavras-chave Imigração. Haitianas. São Paulo.

1 Introdução

Embora na história do Brasil tenha-se presenciado momentos decisivos de imigração, como a diáspora forçada da população negra entre os séculos XVI e XIX ou como a imigração de europeus no período escravista com o propósito de constituir uma força de trabalho livre, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, o Brasil tem sido visto como um exportador de mão de obra, notadamente, para Paraguai, Estados Unidos da América e Japão, em virtude das suas crises econômicas internas, principalmente.

Até a década de 1980, a saída de brasileiros para viver em outros países era bastante restrita, sendo significativa apenas a migração para o Paraguai, nos anos 1970, em busca de terra e trabalho no campo. A crise econômica da década de 1980 promoveu o incremento da migração de brasileiros para o exterior, fenômeno que continua em pleno curso neste início de século XXI. (AZEVEDO, 2004, P.3)

Se de acordo com Patarra e Baeninger (2004) as migrações voltaram a ser comentadas nos anos 1980 e 1990 no Brasil¹, existem fenômenos ainda mais recentes dentro dessa temática que merecem ser estudados com atenção.

Contrariando a tendência dessas décadas, o Brasil vive hoje um momento em que sua procura por imigrantes é expressiva, e isso, desde o início da década de 2000 (IBGE, Censo Demográfico 2010). Margalef (2009, p.52) afirma que “(...) o Brasil, hoje a maior economia da região, veio se tornando cada vez mais atraente para migrantes dentro do continente.” e fora dele. Portanto, a imigração em foco neste trabalho ocorre a partir de 2010, período em que o Brasil vem sendo um dos destinos procurados por muitos candidatos a este tipo de migração, oriundos de outras partes do mundo com outras características. O ano de 2010 é o recorte temporal desta pesquisa, pois foi o ano em que o fenômeno migratório em questão começou a ser notado e registrado. Então o artigo se propõe a fazer um estudo do fenômeno migratório de haitianas em São Paulo a partir daquele ano. A preocupação é analisar um fato ainda objeto de preocupações das autoridades políticas e da sociedade brasileiras, bem como de pesquisas acadêmicas, no intuito de se verificar as formas de integração

destas imigrantes, beneficiárias de um visto humanitário ou de um visto de residência no Brasil, por razões humanitárias, no mercado de trabalho paulistano a partir do período acima referido. Para tanto, olhou-se para as oportunidades e as condições de trabalho formal, os tipos de trabalhos e o salário que recebem, bem como para os estratos sociais da origem, os níveis de escolaridade, profissões ou formações profissionais e experiências anteriores dos sujeitos pesquisados na busca de melhor entendimento deste processo de integração.

A questão migratória não é só econômica, ela também é um assunto sociopolítico, podendo fazer parte de cultura de nação, e interessa à sociologia e a várias outras áreas de conhecimento. Este novo fenômeno migratório vem despertando o interesse de algumas instituições, governamentais ou não, desejosas em compreendê-lo não somente em seus aspectos políticos, sociais e ambientais particulares, mas também gerais. No tocante ao aspecto político, Godoy (2011, p. 56) afirma que *A chegada de haitianos ao Brasil demandou uma reflexão renovada sobre cenários até então não previstos claramente pela legislação migratória em vigor no país*. Esta reflexão levou a decisões políticas que, por sua vez, tiveram dentre outras consequências, diretas ou indiretas, a presença contínua de haitianas no mercado de trabalho paulistano, sem lhes garantir as mesmas oportunidades de trabalho em relação a seus compatriotas e tampouco assegurou salários decentes. As Resoluções Normativas (RN) n° 27 e a RN n° 97, que permitem, respectivamente, a obtenção de visto humanitário concedido no Brasil para pedido de refúgio negado e de visto concedido nos consulados no exterior são outros exemplos do lado político da imigração neste caso específico.

2 Material e método

A imigração é objeto de teorias. Estas, bem como as informações de jornais, entrevistas com pesquisadores, funcionários do governo e responsáveis religiosas de pastorais do migrante servem de base a partir da qual se analisa este tema. Além de uma realidade que afeta direta ou indiretamente a demografia de vários estados e a vida cultu-

ral, identitária e ocupacional de milhões de pessoas no mundo¹ todo, a imigração é frequentemente vista, por um lado como manancial de problemas, mas por outro como um canal para ascensão social de indivíduos, famílias, grupos ou até mesmo de estados diretamente envolvidos, podendo beneficiar outros, indiretamente. O imigrante, salienta Sayad (1998, p.16), para a sociedade receptora só existe a partir do momento em que “atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o denomina”. Tal concepção não passa de uma prova de *etnocentrismo*, considerando que Sayad (1998, p.14) destaca que por trás da imigração há uma emigração que a antecede e que ambas constituem as “duas faces de uma mesma realidade”. Se o termo imigração parece haver um consenso em sua volta, Sayad (2001, apud CAVALCANTI et al. 2014, p.18) ressalta em termos gerais a diferença entre estrangeiro e imigrante, ligando o termo estrangeiro ao aspecto jurídico e o termo imigrante ao aspecto social.

A imigração é um fenômeno que nem sempre ocorre conforme as legislações de controle de fluxos migratórios em vigor em diversos países. A chamada imigração ilegal, parte não desprezível deste cenário, representa a esmagadora maioria do conjunto de imigrantes sujeitos desta pesquisa. Ocorrendo desta forma, a imigração foge do controle do estado e da sociedade receptores da população imigrante. Neste sentido, ela costuma ser vista como um problema. Estes aspectos da imigração revelam o caráter político que este fenômeno dispõe bem evidenciado por Sayad (1998). De acordo com este autor, a imigração mostra a relação de dominação existente entre país de *emigração* e país de *imigração*.

Sayad (1998) afirma que num país como a França estudos sobre imigração eram inicialmente feitos por faculdades como as de direito ou ciências políticas. A sociologia vai se interessar por este tema um pouco mais tarde em relação estes ramos da ciência. No caso do Brasil, apesar da observação de algo similar por parte de Cordeiro (1999: 9) quando escreve que “No Brasil, a migração internacional passou a

-
1. De acordo com os dados da ONU quando a população humana era de 6,5 bilhões de pessoas, 191 milhões eram imigrantes. Ou seja 3% do total da humanidade. Hoje (2013) o mundo abriga um número estimado a 232 milhões, isto é, 3,2% da população humana mundial dos quais 59% vivem em regiões desenvolvidas. **Destes 48% são mulheres.** ONU: <<http://www.un.org>>

ser matéria de discussões e produção acadêmica recentemente”, caberia assinalar que estudos como *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX* de Célia Azevedo, bem como *Casa Grande & Senzala* de Freyre contradizem de certo modo tal afirmação.

O tema da imigração enquanto objeto de estudo é hoje central em muitos países sejam eles da Europa, da América (como é o caso do Brasil), da Ásia, da África ou da Oceania. Independentemente do seu grau de visibilidade no mundo ou no seio de cada continente, a imigração está ganhando cada vez mais espaço no debate social e acadêmico. Patarra e Baeninger (2004, p. 2) ressaltam que há uma “crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização” e que esta “tem sido objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam para sua diversidade, significados e implicações”.

Apoiando-se em diversos estudiosos, Patarra e Baeninger (2004, p.3) consideram vários elementos dentre os quais a “intensidade e a diversidade dos deslocamentos populacionais” para afirmar que “a importância do fenômeno migratório internacional reside hoje muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados, (...) do que no volume de imigrantes envolvidos nos deslocamentos populacionais”.

Para Melo et al. (2003:539) “Quando se discute imigração no Brasil, a historiografia volta seus olhos exclusivamente para o caso paulista, onde predominaram os imigrantes italianos, (...)”. A relação centro urbano e imigração é bastante destacada por Ravenstein (1885) quando escreve que dentre migrantes internacionais que percorrem longas distâncias a maioria procura as maiores cidades do país acolhedor. De acordo com este autor, quando se trata de migração doméstica, a mulher migra mais do que o homem e o faz em busca de trabalho no comércio, na indústria, mas principalmente no serviço doméstico. No entanto, os homens são a maioria dos migrantes internacionais. É preciso lembrar que atualmente esta diferença de número entre os sexos está cada vez mais reduzida (cf. ONU, 2013).

Em relação ao Brasil, o Censo Demográfico 2010 do IBGE mostrou que houve 161.250 naturalizados brasileiros até o ano de 2010. Deste total 56% eram homens e 44% mulheres. Neste mesmo período os estrangeiros somavam 431.319 pessoas no país. Destas 231.200 eram homens e 200.119 eram mulheres, ou seja, elas constituíam 46,40% do

total. No entanto, lembremos que, de acordo com Fernandes (coord. 2014) e CNIg, as imigrantes haitianas são minoritárias em relação seus compatriotas homens. Em 2013 as haitianas representaram 21,22% dos nacionais daquele país que receberam do Brasil uma autorização permanente para trabalhar neste (cf. Tabela 4.7, CAVALCANTI et al. 2014, p.90).

No tocante à relação imigração e trabalho, alguns estudos se delongaram em explorar esta combinação. Sayad (1998) salienta que falar desta aproximação é praticamente redundante, pois se espera do imigrante que exerça algum trabalho. É o trabalho que lhe confere a existência enquanto imigrante e justifica, pelo menos aparentemente, sua presença no país dos outros. No contexto referido por este autor, havia o que ele chamou de “trabalho de imigrante”, aquele que normalmente, só o imigrante exerce, o que não o isentaria de carregar a culpa pela falta de empregos para os habitantes da sociedade receptora em momentos de crise e desemprego.

No estudo da Vilela (2008) também é evidenciada a ligação entre imigração e trabalho ou condições de trabalho. Conforme esta autora, baseando-se em diversos estudos, a condição dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro está longe de ser apreciada de forma convergente. As conclusões apresentadas por ela apontam respectivamente para situações desfavoráveis, situações que abrangem tanto piores quanto melhores posições, “ocupações intermediárias” nas quais os imigrantes desempenham papéis de mediadores “entre elite e massa” no mercado de trabalho. Outros estudiosos, ainda de acordo com Vilela (2008. P. 2), afirmam que “os imigrantes alocam-se em uma economia étnica, mais especificamente, em um enclave étnico”, isto é, uma comunidade que compartilha os mesmos valores e que se localiza no meio de outra sociedade que a recebeu.

No que diz respeito aos motivos das migrações, Hall (2003, p. 28) escreve que “A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda parte - podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão”. O fator econômico é geralmente crucial na explicação dos motivos dos deslocamentos e na escolha deste destino como o novo lugar de residência e de trabalho para muitos candidatos à migração. Isso não exclui a migração por motivos políticos, técnicos, geográficos ou ambientais, por exemplo. Citando Hamilton & Chinchilla (1996:200 apud Cordeiro, 1999,

p. 21) escrevem: “... migração internacional é moldada, tanto direta como indiretamente, por condições econômicas e geopolíticas internacionais e seu impacto em países emissores e receptores.” Ao citar dados do Conselho Norueguês para Refugiados, Godoy (2011, p. 53) ressalta que estes “indicam que, até o ano de 2008, por volta de 20 milhões de pessoas podem ter sido deslocadas por desastres naturais”. Portanto, deslocamentos por motivos ambientais já são expressivos e conhecidos.

A relação entre imigração e gênero não poderia ser negligenciada no passado, pois envolvia familiares que ficavam, e muito menos no presente porque o efetivo de mulheres imigrantes é significativo e não cessa de crescer em valores absolutos e relativos (ONU, 2013). Baseando-se em dados da IOM (International Organization for Migration) Margalet (2012, p. 58) escreve que naquele ano as mulheres representavam “quase a metade do total mundial de migrantes internacionais – são 105 milhões de mulheres migrantes – chegando inclusive em alguns continentes a ultrapassar a quantidade de homens migrantes.”. A mesma Organização constata, em 2011, que “as mulheres constituem a maioria dos migrantes da América do Sul da Região Andina e elas enviam mais dinheiro para suas famílias do que os homens, de acordo com um estudo realizado na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru” (IOM, 2012, p. 4).

A imigração, ao mesmo tempo que a emigração, teria um impacto “sobre as relações sociais de sexo”, mas o estudo deste tipo de impacto “sempre foi um desafio para a pesquisa sobre a migração feminina.” No contexto atual cada vez mais mulheres, por muito tempo associadas à “imobilidade e à passividade” se deslocam mais frequente e internacionalmente sozinhas sendo “pioneiras da cadeia migratória, portanto, chefas de família num contexto em que o homem é tradicionalmente o provedor [...]” (MOROKVASIC, 2010, p.105). Ela reproduz, de acordo com esta autora, por um lado, a relação de dominação entre os sexos, e também entre as mulheres do *Norte* e as do *Sul*, mas tem por outro, evidentemente, um grande potencial transformador da ordem social estabelecida, da relação de dominação entre homens e mulheres, sobretudo na sociedade de origem das migrantes.

O método adotado no nível de desenvolvimento do trabalho é sobretudo qualitativa. A partir de dados secundários retirados jornais, pesquisas bibliográficas aqui citadas, palestras, encontros e entrevis-

tas com pesquisadores e dirigentes e funcionários de pastorais de migrantes tentou-se identificar as causas da migração haitiana para o Brasil e para São Paulo, a forma como ela ocorre e é vista, os tipos de atividades que as imigrantes exercem e a renda média mensal que recebem no fim do mês de trabalho, a postura do estado brasileiro e das instituições não governamentais ou filantrópicas que se envolveram neste processo de atendimento dos migrantes haitianos, em geral. Em outras palavras, procurou-se identificar os aspectos que permitam avaliar a forma de inserção da trabalhadora haitiana em São Paulo, capital paulista. Proceder-se-á posteriormente a uma comparação da condição de trabalho, o que inclui o assalariamento e a moradia, da imigrante haitiana residente regular há pelo menos dois anos no Brasil com a da trabalhadora brasileira no mercado de trabalho da capital paulista. O objetivo desta comparação será detectar a discriminação por status migratório. Por outro lado, comparar-se-á as mulheres haitianas migrantes com seus compatriotas de sexo masculino, procurando capturar a discriminação de gênero. Para tal, está-se recorrendo de forma municiosa não só a este material bibliográfico, mas também a outro produzido sobre a migração feminina com o qual se pretende dialogar.

Como forma de coleta de dados primários, serão aplicados com haitianos trinta questionários: 20 com mulheres e 10 com homens. Além de dezesseis entrevistas semiestruturadas: oito com haitianas, quatro com haitianos e quatro com trabalhadoras brasileiras para fins de comparação. Assim espera-se tornar possível a comparação da situação das haitianas com a das brasileiras nas mesmas atividades, bem como de homens e mulheres imigrantes. Em suma, tentaremos dar a mesma importância para dados primários e secundários. A constituição da amostra das trabalhadoras e trabalhadores que responderão os nossos questionários e daqueles que serão entrevistados será constituído com a colaboração da Pastoral dos Imigrantes de São Paulo.

3 Resultado e discussão

Diante do que mostrou a teoria sobre este tema e a prática do estado brasileiro, bem como dos empregadores, vê-se que as mudanças na relação imigração e gênero referidas anteriormente, bem como na

relação gênero e trabalho e/ou trabalho gênero e raça no Brasil amplamente estudada por Bruschini (1998), Hirata (2002), Nogueira (2004) e Bento (s/d) dentre outras, e por órgãos como IBGE, OIT, por exemplo, estão em andamento, e que a presença de imigrantes haitianas se inscreve num contexto em paulatina mudança a favor das mulheres, pelo menos se espera, mas que ainda tenta preservar a mulher numa posição de subalternidade social e institucionalmente arraigada. Sendo os sujeitos centrais deste trabalho mulheres negras, além de imigrantes, as haitianas enfrentam inicialmente barreiras da língua antes de encarar aquelas que constituem o imaginário social brasileiro que coloca a mulher negra na base da pirâmide social, mesmo quando esta possui qualificações que lhe permitiriam assumir cargos de responsabilidade.

A imigração de mulheres ocorre, tal como a de homens, dentro e conforme lógicas sociais estabelecidas muitas vezes marcadas por normas sexistas, mas não só. De acordo com Morokvasic (2010, p.106) “Migrantes se encontram no seio de uma hierarquia de poderes que eles/elas não construíram (classe, raça, etnia, nacionalidade, gênero...)”. Para se ter uma maior compreensão da migração internacional de mulheres, é preciso levar em conta, além dos contextos social, econômico, ambiental e político de cada uma das sociedades envolvidas, o contexto geopolítico e populacional do mundo. Morokvasic (2010, p.108) ressalta a relação entre o envelhecimento populacional e a necessidade dos países do Norte de cuidadoras do Sul. O que evidencia em parte a afirmação de Ravenstein (1885), acima referida, no que diz respeito à migração internacional de mulheres e aos tipos de trabalho. A migração de mulheres promove simultaneamente enormes transformações sociais e manutenções de condições sexuais em determinados casos.

No Brasil, “país historicamente caracterizado como imigrantista” (CORDEIRO, 1999, p. 15, OLIVEIRA,² ASSIS³), os atores deste processo são oficialmente chamados de estrangeiros, tendo ou não a possibilidade de optar por residir por um prazo médio ou longo no Brasil. Para aqueles que têm autorização de residir no país por um ano, ao regularizar sua estada no Brasil eles adquirem o Registro Nacional de

2. Em entrevista realizada em Manaus com Márcia Oliveira e com Gláucia Assis em 3 de novembro de 2014.

Estrangeiros (RNE). É oportuno lembrar que, compete, no caso brasileiro, a três ministérios, a saber, das Relações Exteriores, da Justiça e do Trabalho e Emprego efetuar os “registros administrativos” e legalizar os processos de “entrada e permanência de estrangeiros no Brasil” (CORDEIRO, 1999, p. 9). Este procedimento mostra que para o Estado a/o imigrante não existe oficialmente, mas sim a/o estrangeira/a ou o/a turista, ainda que este fale de política migratória. Os estrangeiros em questão aqui referidos chegavam inicialmente ao país anfitrião cuja sociedade tem seus marcadores de gênero, raça e culturais, por exemplo, na sua maioria, por dois Estados brasileiros: Acre e Amazonas, carregando marcas de gênero e de raça e cultura, dentre outras. Ao saírem do Haiti passam comumente pela República Dominicana, Panamá, Equador, Peru e entram no Brasil. “Os principais pontos de entrada dos haitianos são pelas cidades de Tabatinga e Manaus, no estado do Amazonas, e Brasília e Epiaciolândia, no estado do Acre.” (GODOY, 2011). Hoje se sabe que um número significativo de haitianos não percorreram este trajeto, pois já residiam em outro país que não o Haiti. Uma vez no Brasil, conforme Fernandes (2014, p.42), a maior parte (23%) dos imigrantes haitianos escolhe, depois da regularização de sua estadia no país, residir e trabalhar na cidade de São Paulo. Manaus é a segunda cidade com 12,5%.

Diante da situação do país de destino de candidatos à imigração pergunta-se sobre como são recebidas estas pessoas, que migram por diversos motivos, mas principalmente porque há uma instabilidade política histórica, uma economia fragilizada, uma raridade de oportunidades de trabalho e de emprego, fatores internos que não atendem as expectativas da população, uma “cultura” ou prática de emigrar, e porque veem atualmente novas oportunidades de trabalho e realização social em um país como o Brasil cujo crescimento econômico, num momento de crise mundial, era difundido e cuja sociedade é pensada como receptiva e inclusiva.

O Brasil é um país de destaque na Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti (MINUSTAH³), e na reconstrução política e

-
3. Sigla derivada do francês: *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti*. É uma missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril de 2004, por meio da resolução 1542, *para restaurar a ordem no Haiti, após um período de insurgência e a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide*. Os objetivos da missão são principalmente: 1- Estabilizar o país. 2- Pacificar e desarmar grupos guerrilheiros.

econômica, em particular, daquele país. Ele é o “líder da missão da ONU (Organização das Nações Unidas) de estabilização do Haiti (...)” escreve (GODOY, 2011, p.53). Entende-se que esta posição brasileira no Haiti tem impactado, mas de forma diferente, haitianos e haitianas e esteja de alguma forma relacionada com a procura do Brasil pelos haitianos de modo geral. Moreira (2010) menciona certas estratégias adotadas pelos militares brasileiros em missão no Haiti para serem aceitos pela população local.

A atual situação econômica do país, que o levou a resistir melhor do que a esmagadora maioria dos países aos efeitos da crise de 2008 e a registrar crescimentos econômicos durante este período trouxe à tona não só para a mídia, mas também para o governo brasileiro e para a sociedade mundial a importância do Brasil no cenário mundial e sua conseqüente procura por imigrantes. Dentre outros elementos, estes também permitem perceber a escolha do Brasil pelos haitianos e haitianas.

Quanto ao Haiti, pode-se dizer que o terremoto de janeiro de 2010 veio agravar um quadro de emigração cujas origens são remotas, mas com uma marca certamente nova que distingue a chegada de haitianos no Brasil com a deles em outros países como a República Dominicana, os Estados Unidos, o Canadá. Portanto, esta catástrofe por si só não dá conta de explicar os fluxos migratórios haitianos para o Brasil.

No entanto, é pertinente lembrar que segundo Godoy (2011, p.46) o terremoto de 2010 no Haiti provocou o deslocamento de “pelo menos 661 mil haitianos” para fora da capital, destes, no mínimo 160 mil “se mudaram para a região de fronteira com a República Dominicana.”. Para o “Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, apud Godoy, 2011, p.45) ainda cerca de 1,3 milhões de pessoas deslocadas internamente vivendo em condições precárias”, já para a Human Rights Watch (apud Godoy, 2011, p.46) a estimativa era de “mais de 3 milhões de pessoas terem sido afetadas pelo terremoto de 2010”. Godoy (2011, p 46) afirma que a “República Dominicana foi o país indiretamente mais afetado pelo desastre.”, pois foi o destino de milhares de feridos haitianos que buscavam atendimento médico.

lheiros e rebeldes. 3- Promover eleições livres e informadas. 4- Formar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti. Retirado de: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Missão_das_Nações_Unidas_para_a_estabilização_no_Haiti>

No tocante ao Brasil/Haiti, as históricas relações políticas entre ambos ajudam a entender a escolha do Brasil como um dos mais recentes destinos de emigrantes haitianos. As respostas do Brasil diante da chegada dos primeiros haitianos no final do ano de 2010 e sua busca de soluções para a questão que levou à concessão de “vistos humanitários” formam certamente determinas por estas relações do passado e do presente. De “inclassificáveis” neste país, nem com base na legislação do Brasil sobre refúgio, tampouco pela Convenção de 1951, como refugiados em 2010, apesar de solicitarem refúgio quando chegam ao solo brasileiro (cf. GODOY, 2011), se passou para a adoção, em 2012, da medida de concessão de “visto Humanitário” aos cidadãos haitianos.

Inicialmente grande parte destas imigrantes, e seus compatriotas, era recebida em campos de acolhimento provisório no Acre e em Amazonas em condições difíceis que os lembravam aquelas pelas quais passou principalmente com o terremoto de 2010 no Haiti. Os primeiros momentos aos quais se deparam no Brasil só não pioraram graças ao empenho das pastorais do migrante, de colaboradores anônimos, mas também do estado. É preciso dizer que estas condições geraram inicialmente um sentimento de frustração diante do projeto de ter imigrado para o Brasil entre várias/os imigrantes de origem haitiana e de outras nacionalidades.

Com o maior engajamento do estado brasileiro sobre esta imigração, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) permitiu, respectivamente, 535 e 5802 autorizações para concessão de visto em 2010 e 2012. Destas últimas autorizações 4856 (83,7%) eram para haitianos, dos quais mais de 96% receberam visto permanente ou residência permanente no Brasil em caráter humanitária. Do total das autorizações concedidas naquele ano somente 24,02% eram destinadas a mulheres (CNIg, 2013). Dados mais recentes mostram que de 2011 a 2013 os haitianos receberam mais autorizações permanentes para trabalhar no Brasil do que qualquer outra nacionalidade (CAVALCANTI et al. 2014, p.90). Tal superioridade numérica é confirmada tanto entre homens quanto entre mulheres. Os principais esforços do estado brasileiro consistem na autorização ou regularização da estadia de haitianos no país, assim como na promoção de condições indispensáveis para o acesso ao um trabalho formal, isto é, a emissão da carteira de trabalho. Fica evidente que a preocupação do estado brasileiro é que estes

imigrantes trabalhem, sem serem vítimas de escravidão nas mãos dos seus empregadores. Por outro lado se percebe que a prioridade dos haitianos e das haitianas é arrumar um emprego. Vários arquivos de jornais mostram a importância que os imigrantes dão à obtenção da carteira de trabalho.

Considerando o quadro geral, percebe, por meio de dados secundários que as haitianas e haitianos se inserem no mercado de trabalho brasileiro e paulista em particular trabalhando principalmente nos serviços gerais.

“Haitianos estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, majoritariamente, no segmento de **Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais**. Este segmento se manteve como aquele que mais emprega haitianos, de 2011 a 2013: 58,4%; 72,1%; 74,8%” respectivamente entre 2011 e 2013 (CAVALCANTI et al. 2014, p. 78-79)

Caberia, diante disso, falar de trabalho de imigrante no Brasil? O que caracterizaria este tipo de trabalho? Conforme o relatório provisório seria difícil falar no caso do mercado de trabalho Brasileiro de “trabalho de imigrante” pensando nas atividades degradantes (CAVALCANTI et al. 2014). Consequentemente, nem as haitianas, tampouco os haitianos estariam fazendo trabalhos de imigrante, mas sim trabalhos decentes, já que adquirem as condições para trabalhar dentro das normas trabalhistas. Mas cabe ressaltar que baixos salários levam algumas trabalhadoras haitianas a optar por não ter a carteira de trabalho assinada.

Considerações finais

A imigração das haitianas no Brasil não ocorre de modo isolado. Haitianos e haitianas imigram juntos desde dezembro de 2010 em grupos pequenos, médios ou grandes. É seu caráter de imigração irregular que ganhou as manchetes da imprensa brasileira e as telas da televisão nacional antes de passar a vez para a precariedade à qual milhares foram sujeitos ao chegarem nos abrigos em Tabatinga e Manaus, no estado do Amazonas, e em Brasília e Epiplaciolândia, no estado do Acre. Isto, apesar do esforço das pastorais, do estado e de

outras articulações. Nos primeiros dois anos, tudo indica que os haitianos que vinham para o Brasil partiram do Haiti. No entanto, com as resoluções que permitem a obtenção do visto humanitário para os cidadãos haitianos, suas partidas de outros países que já aconteciam, passaram a ser visibilizadas. É importante ressaltar que: primeiro, a rota do Haiti ao Brasil, passando pela República Dominicana, Panamá, Equador e Peru não era o caminho de todos. Há haitianos/as que chegam diretamente de avião do Haiti ou de outro país após concessão do visto com base na Resolução Normativa (RN) n°97. Segundo, aquela rota servia e ainda serve de caminho para imigrantes irregulares de certos países africanos, como o Senegal, ou asiáticos. As RN tinham um duplo aspecto: evitar a exploração de mais vítimas de traficantes de seres humanos e permitir que o Brasil tenha um controle moderado sobre este fluxo migratório, prevenindo o trabalho escravo em território brasileiro.

Limitando-se à imigração de haitianas no Brasil, observou-se que elas também imigram principalmente para mudar de vida mediante o trabalho assalariado regularizando sua situação ao chegar no Brasil ou antes de aqui ingressar. Enfrentam ao entram por terra no território brasileiro os mesmos desafios, quando não maiores, que os homens.

Em 2012, 68,8% das mulheres receberam um visto permanente com base na RN n°97 e 31,2% para Reunião familiar. Em 2013, a taxa das solicitantes de visto para Reunião familiar passou para 41,8%, ao passo que a de homens solicitantes de vistos pelo mesmo motivo foi, respectivamente de 5,2% e 7,8% em 2012 e 2013 (cf. Qd. 04, FERNANDES, 2014, p. 34). Estas informações reiteram a imigração de mulheres enquanto projeto “pessoal” ou familiar no qual são as principais requerentes.

É indiscutível que a adoção das RN n° 27 e n°97, por exemplo, é uma forma de promover a integração digna destas pessoas na sociedade, mas é bom assinalar que esta integração tem um preço a pagar por parte das próprias imigrantes, seja ele econômico, político, cultural ou até mesmo religioso. Quanto à sua inserção no mercado de trabalho brasileiro em geral e paulistano, em particular, constata-se que a primeira barreira é a língua, mas esta não é a única, já que na sociedade em que migraram não é socialmente esperado que a mulher negra conquiste postos de trabalho que tenham um grande prestígio

social. Elas estão majoritariamente na produção de bens industriais, mas estão também nos serviços domésticos, no trabalho autônomo. Pelos depoimentos é possível ver que a maior reclamação das haitianas parece ser os baixos salários que não correspondem com as expectativas de renda que tinham ao sair do Haiti ou de outro país para migrar para o Brasil. Isto leva algumas a preferir trabalhar sem carteira assinada.

Referências

- AZEVEDO, Celia Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 1987.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. A Mulher negra no mercado de trabalho. Retirado de <https://www.google.com.br/#bav=on.2,or.r_cp.r_qf.&fp=e6a897c75acb9382&q=A+mulher+negra+no+mercado+de+trabalho+Maria+Aparecida+Silva+Bento> Acesso em 28 de maio de 2013.
- CNIg (Conselho Nacional de Imigração), Ministério do Trabalho e Emprego. *Base Estatística - CNIg*, Atualizado até 31/03/2013. Retirado de <http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/estatisticas.htm> Acesso em 20 de julho de 2013.
- BRUSCHINI Cristina. *Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher*. São Paulo, SP: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- . *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo, SP: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.
- CORDEIRO, Andreia Domingues. *Características de fontes de dados para pesquisa em migrações internacional no Brasil: um estudo descritivo*. Dissertação. Universidade de Brasília, 1999.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

- FERNANDES, Duval (Coordenador). Projeto “*Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral*”. Fevereiro/2014.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2003.
- GODOY, Gabriel Gualano de. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, André de Carvalho et al. *60 anos de ACNUR, Perspectivas de futuro*. São Paulo, 2011.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo, HIRATA, Helena, SUGITA Kurumi (org.) *Trabalho flexível, empregos precários? : uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo, SP: EDUSP, 2009.
- HALL Stuart. “Pensando a Diáspora”. In: HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, Brasília: Representação da UNESCO, 2003.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? : um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), *Censo Demográfico 2010*. Nupcialidade, fecundidade e migração. Resultados da Amostra, Rio de Janeiro, p.1 -349, 2010.
- IOM (International Organization for Migration) *Gender and Migration News*. Issue 38, May 2012. Disponível em <http://iom.int/files/live/sites/iom/files/What-We-Do/docs/gender_bulletin_May2012.pdf> Acesso em 8 de julho de 2013.
- LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me o que significa Gênero? *Revista Sociedade e Estado*, vol. 21, n. 3, set/dez.2006. Depto. De Sociologia/UnB Brasília, 2006, p.713 – 726.
- MARGALET, Delia Dutra da Silveira. *Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade*. Tese. Universidade de Brasília, junho de 2012.
- MARTINEZ PIZARRO, Jorge. *El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género*. Serie Población y Desarrollo, Santiago de Chile: CEPAL, 2005, n. 44, p. 91. Retirado de <<http://www.oas.org/atip/Migration/CEPAL%20Study%20on%20Migration.pdf>> Acesso em 8 de junho de 2013.

- MELO, Hildete Pereira de, ARAÚJO, João Lizardo de e MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Raça e Nacionalidade no Mercado de Trabalho Carioca na Primeira República: O Caso da Cervejaria Brahma. *RBE Rio de Janeiro* 57(3):535-568 JUL/SET 2003. Retirado de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402003000300003&lang=pt> Acesso em 13 de julho de 2013.
- MILL, Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escola, 2006.
- MOREIRA, Luciano Rodrigues. *Combate de paz*. São Paulo: Baraúna, 2010.
- MOROKVASIC, Mirjana. Le genre au cœur des Migrations. In. FALQUET, Jules et al. (dir.) *Le sexe de La mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Presse de Sciences Po, 2010.
- NOGUEIRA, Cláudia. M. *A feminização no mundo do trabalho - entre a emancipação e a precarização*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.
- OIT. Convenções ratificadas pelo Brasil. Acesso em 10 de janeiro de 2014. Retirado de <http://www.oitbrasil.org.br/convention>
- ONU (Organização das Nações Unidas). International migration and development. *Report of the Secretary-General*. 25 July 2013. Acesso em 10 de janeiro de 2014. Retirado de: <http://www.un.org/esa/population/migration/ga/SG_Report_A_68_190.pdf>
- . United Nations • Department of Economic and Social Affairs • Population Division. INTERNATIONAL MIGRATION 2006. Acesso em 10 de janeiro de 2014. Retirado de: <http://www.un.org/esa/population/publications/2006Migration_Chart/Migration2006.pdf>
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo. Volumes, fluxos, significados e políticas. Jul./set. 2005. Retirado de <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>>. Acesso em 6 de julho de 2013.
- . (coord.) *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995
- PATARRA, Neide Lopes & BAENINGER, Rosana. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica – Brasil no Mercosul, setembro, 2004. Retirado de <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_244.pdf>. Acesso em 8 de junho de 2013.

- PEIXOTO, João. “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”. Retirado de <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>> Acesso em 2 de setembro de 2013.
- RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society of London*. Vol. 48. No.2. (Tun., 1885). pp. 167-235. Retirado de <<http://blog.lib.umn.edu/globerem/main/Ravenstein.pdf>> Acesso em 2 de setembro de 2013.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, 1998.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2004.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2008.
- TARDIF, Francine; Nações Unidas. *Situation des femmes haitiennes (la)*. Port au prince: Comit Inter-Agence Femme & Dev Syst, 1992. 221 p.
- VILELA, Elaine Meire. *Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro*. Belo Horizonte, 2008. Retirado de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-874KJ4/tesefinal_elaine.pdf?sequence=1>. Acesso em 22 de maio de 2013.
- WARGNY, Christophe. *Haiti n'existe pas: 1804-2004 : deux cents ans de solitude*, 2004.

Migração Ambiental: uma contribuição sociológica para entender sociedades em transição

MARCELA DA SILVEIRA FEITAL

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia da C. Ferreira

Resumo

Este artigo faz um primeiro levantamento teórico sobre sociedades em transição formadas a partir de deslocamentos influenciados pelas mudanças climáticas. Essas mudanças têm recebido atenção devido a suas consequências alarmantes. A migração é uma das ações adaptativas mais usadas para enfrentar esse cenário global. Com isso, vários estudos foram desenvolvidos sobre os determinantes ambientais das movimentações populacionais. Mas ainda há poucas pesquisas sobre a condição de transição dessas sociedades, que estão se dissolvendo e ao mesmo tempo sendo obrigadas a se reestruturarem devido às consequências das mudanças ambientais juntamente com toda a miríade de outros fatores estruturais. Pouco se questiona sobre como esta vivência de estar em trânsito influencia o comportamento e a ação desses indivíduos. Assim, esse artigo tem como objetivo contribuir para a fundamentação teórica sobre a temática das sociedades em transição, a partir de uma abordagem sociológica relacional, atenta às ações dos atores sociais em transição, mas também às estruturas que conformam essas ações. Para isso, o artigo traz uma revisão bibliográfica e alguns dados de meta-análise sobre dois estudos de casos: 1) comunidades indígenas no Alasca (EUA), impactadas pela elevação do nível do mar, resultante do aquecimento global, 2) comunidades do Sahel (África), impactadas pelas secas. Estes casos apresentam uma boa oportunidade de estudos, pois a migração aparece como inevitável, implicando necessariamente na transição dos grupos sociais.

Palavras-chave Sociedades em Transição; Migração Ambiental; Mudanças Climáticas Sociologia Ambiental; Alasca; Sahel

Trabalho e Migração: a morfologia do fluxo de haitianos pela Amazônia acreana e seu processo de integração precarizada no Brasil

LETÍCIA HELENA MAMED

leticiamamed@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço. Bolsista Prodoutoral/Capes

Resumo

Com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre o novo contexto migratório no Brasil, a partir da óptica do trabalho, o estudo apresenta uma síntese da pesquisa empírica em curso, compreendendo observação participante e coleta de entrevistas em profundidade, realizada há mais de dois anos no contexto da tríplice fronteira amazônica entre Peru, Bolívia e Brasil, especialmente no Estado do Acre (Amazônia Sul Ocidental), que é hoje a principal porta de entrada de imigrantes haitianos no país. O fluxo deles pela região, iniciado em 2010, permanece contínuo e crescente, com estimativa do ingresso de mais de 35 mil até abril de 2015. A chegada desse volume de imigrantes ao país, envolvendo homens, mulheres e crianças, em curto espaço de tempo, configurou uma situação única, que vem impondo desafios para a sociedade brasileira como um todo. Eles partem do contexto social haitiano de profunda crise, desemprego e miséria na condição de indocumentados, influenciados por redes religiosas pentecostais e aliciados por redes de tráfico humano e coitagem. Endividados e transtornados após percorrerem a difícil rota migratória Haiti-Brasil, no Acre são recebidos em um acampamento público improvisado, mantido pelos governos estadual e federal, cuja estrutura de serviços assegura a regularização e preparação desses imigrantes como força de trabalho apta a seguir viagem e ingressar de modo particularmente precarizado no mercado laboral brasileiro.

Palavras-chave Trabalho; Migração; Pesquisa Empírica; Haitianos; Brasil

GT 5

Sociedade e Economia

Ação do empresariado financeiro na sociedade civil brasileira: Um estudo de caso a partir dos bancos e banqueiros

SARA DA SILVA FREITAS

sarafs77@yahoo.com.br

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Silvio Cesar Camargo.

Resumo

A pesquisa que ora vem sendo desenvolvida no doutorado, buscar demonstrar como ao longo dos anos o segmento empresarial foi consolidando suas ações na esfera social. Entendemos que com a redemocratização o foco do setor empresarial passa a ser também a esfera social. Isto se dá pelos discursos e trabalhos desenvolvidos por este segmento, que tem como foco, a participação e a cidadania. Assim, o presente trabalho tem como objetivo traçar o percurso do empresariado nacional pós anos 90 e suas ações sociais seja por meio de suas participações em blocos empresariais como o PNBE, Gife, Ethos, ou vias suas fundações e institutos vinculados diretamente a suas empresas. Intentamos apresentar outras dinâmicas desenhadas nos anos 2000, em que as ações sociais vinculadas ao setor financeiro, aos bancos, aparecem como uma nova tendências a serem estudadas no que toca a composição da sociedade civil organizada no Brasil contemporâneo. Destacando que o mesmo segmento mantém parcerias com movimentos sociais, ongs e outros organismos da sociedade civil no Brasil, em formas de parcerias(projetos e financiamentos).Por meio de algumas entrevistas já realizadas no maior banco privado do País(Itaú) e pelo amplo levantamento usando o banco de dados do GIFE e ethos, construímos a rede das conexões empresariais no Brasil, pela qual podemos compreender como esses sujeitos se articulam e como passaram a encaminhar muito das pautas das políticas sociais e públicas no âmbito da sociedade civil.

Palavras-chave Sociedade civil, Fundações empresarias, Bancos, Estado

Capitalismo Maquínico. Produção em massa e (re)produção da massas

GUSTAVO BISSOTO GUMIERO

gustavo.gumiero@hotmail.com

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Sílvio César Camargo.

Resumo

Guattari e Deleuze entenderam que a lógica da produção capitalista contemporânea é a subjetividade, sendo ela a matéria-prima mais importante deste sistema. As forças capitalistas, ao compreenderem isto, exercem a sua captura através de um duplo processo: sujeição social e servidão maquínica. A primeira opera pelas grandes divisões como capital x trabalho, empregado x desempregado. Já na servidão maquínica (a verdadeira novidade capitalista), não há nenhum tipo de dualismo: a ação é molecular (níveis pré-verbais, pré-conscientes), fazendo com que o (in)divíduo aja como uma parte de uma grande engrenagem, constituindo um processo de produção, de comunicação etc de dispositivos homens-máquinas, em que tanto homens quanto máquinas são apenas meras partes intercambiáveis. Nesta nova realidade, o capital não é mais somente uma relação entre pessoas, mas constitui-se agora por máquinas sociais, técnicas e abstratas. A grande máquina social capitalista forjou um aparato maquínico-técnico para capturar e apreender toda a subjetividade produzida. Hoje, nas sociedades capitalistas, o viver é “maquinocêntrico”, isto é, a subjetividade humana (falar, comunicar, agir, pensar) vem à tona “assistida” por todos os tipos de máquinas, sejam elas mecânicas, cibernéticas e de computação.

Palavras-chave 1. Subjetividade; 2. Capitalismo; 3. Servidão maquínica

Desenvolvimento Sustentável visto por uma perspectiva marxista

ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA

Aoliveira16@yahoo.com.br

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH /Unicamp, bolsista da FAPEAM, sob orientação da Profª Dra. Leila da Costa Ferreira

Resumo

Na afluência da formação de uma consciência pública da crise ambiental global se gerou igualmente uma preocupação em substituir o modelo de desenvolvimento, visto como predatório, por um outro de caráter sustentável. Assim, após um intenso processo, se chegou a formulação do desenvolvimento sustentável. Um conceito que desde o seu início foi foco de inúmeras abordagens. Prevalecendo, porém, no âmbito das instituições multilaterais de financiamento, a que melhor se ajustou aos horizontes de reprodução social em vigor. Ou seja, aquela que une crescimento econômico com preservação ambiental. Neste artigo, pretendemos abordar esse tema por uma perspectiva crítica, marxista, ancorada na leitura desenvolvida por István Mészáros. Pensamos pôr em questão a tese do desenvolvimento sustentável no fluxo de expansão permanente do sistema do capital. Isto significa pensar essa possibilidade de desenvolvimento, no quadro de um sistema historicamente determinado, cujas características principais são: máximo de eficiência na extração do excedente da força de trabalho; processo de expansão incontrolável; e, apropriação da natureza de forma predatória.

1 Introdução

A existência da crise ecológica já é parte constitutiva de uma consciência pública mundial. É possível afirmar que as Conferências das Nações Unidas de Estocolmo, em 1972, e do Rio de Janeiro, em 1992, tiveram papel preponderante na formação dessa consciência pública. A própria realidade levou cientistas de várias áreas do conhecimento a advertir sobre os limites estruturais postos com a ampliação da escala de produção global. O debate sobre a chuva ácida, o aumento da temperatura da terra, o aumento populacional, a degradação dos solos, poluição das águas, a perda da biodiversidade e a desertificação de extensas regiões, colocou um ponto de interrogação sobre o estilo de vida e sobre o modelo de desenvolvimento adotado.

Também é correto afirmar – como veremos posteriormente – que a percepção de que estamos diante de um perigo ecológico mundial ocorre justamente quando a expansão desenfreada das relações de produção social existente atinge limites que se apresentam como irremediáveis, inclusive sob um novo influxo do conhecimento científico e da emergência de um novo padrão tecnológico. O que potencializa ainda mais a apropriação da natureza e a formação de novos mercados, desaguando na ampliação das fontes de lucros.

As duas conferências acima mencionadas foram antecedidas por estudos, os quais delineararam os padrões e as consequências do estilo de vida adotado pela civilização moderna. Neles, estão assinalados os limites suportáveis e os perigos irreversíveis para a continuidade do sistema de produção e para a própria existência humana.

O relatório do Clube de Roma,¹ conhecido como *Limites do crescimento*, que antecedeu a Conferência de Estocolmo, faz um diagnóstico do que denominou “dilema da humanidade”, com o objetivo de “examinar o complexo de problemas que afligem os povos de todas as nações: pobreza em meio a abundância; deterioração do meio ambiente; perda de confiança nas instituições”, etc. Nesse estudo se ana-

1. “Uma organização informal, descrita, com muita propriedade, como um ‘colégio invisível’. Suas finalidades são mover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – que formam o sistema global em que vivemos; (...) O Clube de Roma continua sendo uma associação informal e internacional, com um quadro de associados que se eleva agora a aproximadamente setenta pessoas de vinte e cinco nacionalidades.” MEADOWS, Donella H. et al, *Limites do crescimento*, São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 9 e 10.

lisou os elementos limitantes do crescimento no planeta: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição.² Suas conclusões advertiram – com certa ênfase – para a necessidade de uma mudança de curso sob pena de um colapso total do sistema e o risco da própria existência humana. Preconizou a existência do que conceituou estado estacionário, capaz de equilibrar crescimento demográfico, produção, utilização dos recursos e estilo de vida.

O Relatório Brundtland (1987), conhecido como *Nosso Futuro Comum*, que antecedeu a Conferência do Rio de Janeiro, discutiu o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Propôs o desenvolvimento sustentável, cuja definição genérica se constitui como *aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades* (CMMAD, 1991, p. 16).

Em torno dessa definição genérica se constituíram distintas abordagens. Contudo, o interesse deste artigo não passa pelo exame pormenorizado das abordagens, mas apenas e tão somente sublinhar, para efeito de discussão, o seu caráter normativo, de controle, sobre os impulsos de expansão universalistas que estariam na base da deterioração da natureza e, portanto, comprometendo a vida no planeta. Nos interessa responder em que medida é possível exercer algum controle sobre o crescimento econômico conservando o quadro geral do sistema do capital.

Então, as questões que se colocam são: É possível o capitalismo alcançar patamares mais humanizados e ecológicos? É possível controlar a lógica expansionista e de reprodução capitalista, a partir de mecanismos exteriores a ele, sem que precise superá-lo? Este não parece um debate fácil. Porém, é importante fazê-lo como parte de um debate em andamento e que apontam para questões substantivas que se cruzam com a perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Para realizar essa tarefa, tomamos como fonte de inspiração e eixo interpretativo a análise feita por István Mészáros, que, embora se debruce sob uma perspectiva de um escopo bem mais abrangente, fornece instrumentos que nos possibilitam tratar essas questões de

2. Idem, p. 11.

maneira crítica, levando em conta os limites impostos pelo *sistema do capital*. Porém, em algum momento vamos trazer para o debate, com o intuito de ressaltar a abordagem principal, outros autores que por outros caminhos discutem também os dilemas e as contradições que atravessam de forma obliqua o início do século XXI.

Assim, iniciaremos pela relação do capitalismo com a destruição socioambiental, em seguida discutiremos o caráter de incontrollabilidade do sistema do capital e, finalmente, discutiremos os limites do desenvolvimento sustentável.

2 Capitalismo e destruição socioambiental

Como parte da consciência pública sobre a crise ecológica e os perigos que se inserem nessa equação, em meio a perplexidade de muitos e algum grau de ceticismo de outros, impõe-se uma interrogação: como chegamos nessa situação? Embora os estudos mencionados acima tenham logrado atingir um número amplo de pessoas e contribuído para a internalizar essas preocupações na agenda mundial de instituições e países, os seus limites foram e continuam sendo questionados por uma perspectiva crítica. E não somente por marxistas, mas também por autores que se propõem a uma crítica social por fora do marxismo. Iniciaremos esse debate por um desses autores, para em seguida tratar da abordagem realizada por Mészáros.

Ulrich Beck³ (2010), fala da emergência de uma *sociedade de risco*, a qual tem seu cerne na segunda fase da modernidade. Nessa fase a indústria moderna existe em todo o globo, impulsionada por um dinamismo autônomo irrefreável. E o que caracteriza essa sociedade? É uma sociedade distinta daquela em que os efeitos destrutivos da indústria eram residuais e facilmente absorvidos e integrados pelo sistema. Hoje, esses efeitos já não podem mais ser encarados como acidentais ou como danos colaterais. São compartilhados por todos, indistintamente. O mesmo movimento que produz a riqueza reproduz igualmente os riscos. “Na modernidade tardia, diz o autor, a produção

3. Ulrich Beck, colaborador esporádico de Giddens, é um democrata radical, para quem o comunismo e o socialismo da ‘primeira modernidade’ europeia são ideias ‘gastas’” THERBORN. Göran, 2012, p. 134.

social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos” (Beck, 2010, p. 23).

Essa sociedade emerge, segundo Beck (2010), quando os perigos da sociedade industrial começam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos quanto privados. E, justamente nesse caso as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem controlar (BECK, 2012: 17). A sociedade de risco pode ser descrita como uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna onde os riscos sociais, políticos, ecológicos e individuais, criados pelo momento da inovação, iludem cada vez mais as instituições de controle e proteção da sociedade industrial (BECK, 2012).

Para o autor a passagem para a sociedade de risco “ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar *do* dinamismo autônomo da modernização, segundo os padrões dos efeitos colaterais latentes” (BECK, 2012: 17). Esse dinamismo autônomo está presente desde o início da modernidade industrial e constitui sua essência. Um dinamismo no qual “as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial” (BECK, 2012: 17). Esse impulso inicial, ao se exacerbar, gera uma nova realidade independente de desejos ou objetivos pessoais. Um processo objetivo, inerente ao próprio dinamismo da sociedade.

Para o autor, portanto, os efeitos deletérios existentes na sociedade hoje, inclusive a crise ecológica, se insere nas determinações de um processo inteiramente objetivo, o dinamismo autônomo presente nos primórdios do modelo industrial, o qual imprime no espírito dos indivíduos uma certeza e um consenso em relação ao progresso.

É interessante notar a similitude desse pensamento com a dos autores marxistas no que se relaciona ao impulso em direção ao universal. Mészáros (2011) afirma que nenhuma forma social pretérita teve um caráter tão totalizador como esse controlado pelo sistema do capital. No entanto, a chave para explicação de seu caráter destrutivo se encontra não na modernidade, mas numa forma específica de relações de produção – a do sistema do capital. A qual se caracteriza por um tipo de relação totalmente distinto das formas sociais pretéritas. O capitalismo inaugura um novo tipo de relação social de produção e

é nele que devemos buscar as explicações para as contradições que atualmente estão expostas mundialmente.

Para Mészáros (2011), os aspectos negativos do sistema, em seus primeiros momentos, foram ignorados e apenas alguns poucos socialistas, entre eles Karl Marx, captaram as suas dimensões contraditórias, em suas análises. Em outros termos, a crise ecológica que se pronuncia atualmente no horizonte da consciência pública mundial, como um perigo para existência da humanidade, tem sua correspondente na gênese e no desenvolvimento do próprio *sistema do capital*.

Em “O segredo da acumulação primitiva”, Marx nos mostra as condições fundamentais, para que se dê a produção capitalista. Como ele mesmo assinala:

“... é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadoria se defrontem e estabeleça contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra da força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, da força de trabalho” (Marx, 2013, p. 786).

Essas condições fundamentais assinaladas, além de inaugurar relações de produção inteiramente novas daquelas existentes nas formações sociais pretéritas, pressupõe a separação do produtor de seus meios de produção, o que representa não apenas uma violência em si, como também se deu de forma violenta, com a expropriação dos camponeses de suas terras como é denunciado por Marx. Por outro lado, ainda nesse mesmo movimento – relativo a acumulação primitiva –, se situa a exploração de outros continentes e a pilhagem de suas riquezas naturais. Ou seja:

“A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a conquista e saqueio da Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva” (Marx, 2011, p. 821).

Esses eventos que se encontram na aurora da produção capitalista, como bem acentua Marx, revelam a natureza das relações sociais de

produção sob o domínio do capital. Demonstram a sua incomparável tendência para a expansão sem se importar com os obstáculos ou restrições sejam culturais, sociais ou naturais, para realizar-se e reproduzir-se. E é assim porque, como destaca Mészáros:

“Em si, o capital não é mau nem bom, mas ‘indeterminado’ em relação aos valores humanos. No entanto, essa ‘indeterminação’ abstrata, que o torna compatível com o progresso concreto sob circunstâncias históricas favoráveis, adquire uma destrutividade devastadora quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista” (Mészáros, 2011, p. 252).

Considerando a citação acima, a descrição feita por Eduardo Hughes Galeano, em sua obra “As veias abertas da América Latina”, sobre o processo de colonização e de extração de minério desse subcontinente, e que está relacionado com a acumulação original, ilustra bem esse caráter destrutivo, não somente em relação a devastação da cultura dos nativos, mas também do genocídio e da degradação da natureza.

“Os índios das Américas somavam entre 70 e 90 milhões de pessoas, quando os conquistadores estrangeiros apareceram no horizonte; um século e meio depois tinham-se reduzido, no total, a apenas 3,5 milhões. Segundo o marquês de Barinas, entre Lima e Paita, onde viveram mais de dois milhões de índios, não sobraram mais do que quatro mil famílias indígenas, em 1685” (Galeano, 1980, p. 28).

“... entre 1616 e 1619, o visitador e governador Juan de Solórzano fez uma investigação sobre as condições de trabalho nas minas de mercúrio de Huancavélica: ‘... o veneno penetrava na medula, debilitando todos os membros e provocando um tremor constante, morrendo os operários, em geral, no espaço de quatro anos’, informou ao Conselho das índias e ao monarca” (Galeano, 1980 p. 29.)

“Em trezentos anos, a rica montanha de Potosí queimou, segundo Josiah Conder, oito milhões de vidas. Os índios eram arrancados das comunidades agrícolas e empurrados, junto com suas mulheres e seus filhos, rumo às minas. De cada dez que iam aos altos páramos gelados, sete nunca regressavam. Luís Capoche, dono de minas e de engenhos, escreveu que “os caminhos estavam tão cobertos que parecia que se mudava o reino”.

Nas comunidades, os indígenas viram “voltar muitas mulheres aflitas, sem maridos, e muitos filhos órfãos sem seus Pais”, sabiam que na mina esperavam “mil mortes e desastres” (Galeano, 1980, p. 29).

Os trechos mencionados nos remete aos primórdios de formação do sistema do capital, onde se observa os efeitos de sua expansão em suas primeiras fases e quando esses efeitos eram tidos como residuais e facilmente ignorados. E, assim como solapou as formas sociais de produção pretéritas em seu próprio continente, venceu obstáculos materiais, envolveu outros continentes em sua órbita de expansão e, com a mesmo impulso avassalador, adequou formas de exploração, destruiu culturas, ceifou vidas, exauriu riquezas naturais e permaneceu se expandindo indefinidamente, inaugurando novas fases de desenvolvimento e imprimindo novas contradições.

A indústria moderna constitui parte desse desenvolvimento avassalador, e em suas distintas fases imprimiu, em um ritmo mais acelerado, o mesmo processo universalizador, orientado pela mesma lógica de controle sociometabólico próprio do sistema do capital. Foi essa *tendência universalizadora do capital, que nos trouxe ao ponto em que hoje estamos, emanou de seu ‘impulso ilimitado e infinito para superar a barreira limitadora’, qualquer que tenha sido esta: obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais* (Mészáros, 2011, p. 252).

Para Mészáros, as dificuldades atuais não se restringem apenas ao fato de os perigos hoje serem muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também porque o sistema do capital global atingiu uma situação contraditória de maturação e saturação. *Os perigos agora se estendem por todo o planeta, conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa* (Mészáros, 2011, p. 95).

Segundo ele,

“... hoje é impossível pensar em qualquer coisa associada às condições elementares da reprodução sociometabólica que não esteja letalmente ameaçada pela forma como o capital se relaciona com elas: a única que ele conhece. Isso não vale apenas para as exigências de energia da humanidade ou para a administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta, mas para todas as facetas da agricultura global, inclusive a devastação em grande escala das florestas e a maneira

irresponsável de tratar o elemento sem o qual nenhum ser vivo pode sobreviver: a água” (Mészáros, 2011, p. 253).

3 Incontrolabilidade do Sistema do capital

Diferente das fases anteriores, pesquisas promovidas pelas diversas instituições científicas e agências multilaterais demonstram que a natureza evidencia sinais de esgotamento de suas potencialidades, obstaculizando a expansão incessante da produção mercantil, tanto pela escassez de matérias-primas como pela dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados à natureza (Freitas, 2010; Silva, 2010).

Como vimos, a destrutividade que chegou a níveis exponenciais e insustentáveis, é parte constitutiva das relações sociais sob o domínio do capital. Esses elementos que já estavam presentes na aurora da formação do sistema, pelo seu próprio caráter, se universalizou e atingiu níveis insuperáveis. O que parecia residual e possível de equacionamento no âmbito do próprio sistema, se transformou em uma contradição irremediável no seu próprio fluxo contínuo, permanente e incontrolável.

A análise histórica do processo de gênese, formação e consolidação do capitalismo em escala planetária nos permite enxergar as alterações permanentes.

“... os mercados continuaram sempre a crescer, a procura sempre a subir. Mesmo a manufatura não mais atendia ao necessário. Em conseqüência, o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela gigantesca indústria moderna, o lugar da classe média industrial pelos milionários industriais, os líderes de completos exércitos industriais, a burguesia moderna” (Marx e Engels, 2003, p. 27).

Concomitantemente, a medida em que se desenvolvia, rompendo barreiras e vencendo todos os tipos de restrições, fossem elas econômicas, políticas, culturais ou naturais, o capital ia moldando o mundo à sua imagem e semelhança. Esse impulso em direção ao universal constituiu sua marca distintiva e, como nos chama atenção Mészáros (2011), é próprio de sua natureza. Um trecho do Manifesto ilustra bem isso:

“A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e certeza distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e ideias antigas e veneradas; todas as novas relações se tornam antiquadas, antes mesmo de se consolidar” (Marx e Engels, 2003, p. 29).

No fluxo desse progresso permanente, interno ao próprio sistema, o capitalismo se expande por todo o globo, removendo as barreiras que encontra pela frente para garantir a sua reprodução.

“É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria ideia de ‘restrição’ é sinônimo de *crise* no quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou a dor da devastação social não tem qualquer significado para o seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior. É por isso que durante o seu desenvolvimento histórico se excedeu o capital em todos os planos – incluído seu relacionamento com as condições básicas da reprodução sociometabólica –, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde” (Mészáros, 2011, p. 253).

Esse é o movimento sob o qual se encontra a extração do excedente econômico ou a acumulação por expropriação dos países subdesenvolvidos pelos e para os países de economia central, que precisa ser vista para além de um simplificado problema de circulação ou relações mercantis, em que os países periféricos produzem matérias-primas para os países centrais e estes, manufaturas para aqueles. O fundamento da questão perpassa a formação do excedente e a mais-valia produzida pelos países periféricos, que sustentam os países centrais. A exploração e a pilhagem envolvidas nesse processo configuram o ciclo da produção e da reprodução da subserviência. As estruturas socioeconômicas e os sistemas políticos internos dos países periféricos auxiliam na autosabotagem, levando-os a repetitivas formas de dependência, de causas estruturais com amarras complexas.

A crítica marxista desvela de maneira contundente essas relações produtivas e seu caráter de incontrollabilidade, o qual exige para uma

mudança de curso, muito mais que mecanismos exteriores, políticos e éticos. Por ser um sistema sociometabólico de controle incontrollável, uma mudança passa por uma transformação radical de sua própria lógica interna de seu desenvolvimento, por uma superação dos seus fundamentos.

“Os obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica autoexpansionista do capital. Para ter impacto limitador, o poder de restrição do capital teria de ser interno à sua lógica” (Mészáros, 2011, p 253).

Porém, sob o mesmo movimento de expansão e reprodução ampliada de capital chega um momento em que as contradições se revelam insanáveis, irremediáveis e ameaçadoras. Como assinala Mészáros:

“Além de certo ponto, a *tendência universalizadora* de avanço produtivo do próprio capital teria de se tornar uma *invasão universal* basicamente insustentável, com o esgotamento dos domínios a invadir e subjugar. Por isso o ‘mais’ começou paradoxalmente a significar ‘menos’ e o ‘controle universal’ (assumindo a forma de ‘globalização’ antagonista) a indicar os riscos de uma completa perda de controle. Isso foi produzido pelo próprio capital, ao criar por todo o mundo uma situação totalmente insustentável, que exige uma coordenação abrangente (e, obviamente, um planejamento consensual para torna-la possível) – quando, por sua própria natureza, o sistema do capital se opõe diametralmente a tais exigências” (Mészáros, 2011, p. 253).

4 Crítica a proposta de desenvolvimento sustentável

Para Ignacy Sachs (1994) os relatórios⁴ que orbitaram no contexto das Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro, transmitiram uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, para promover o que, a partir do Relatório Brundtland (1987), ficou conhecido como *desenvolvimento sustentável*.

4. Relatório Founex, Declaração de Estocolmo e a Declaração de Cocoyoc. Ver SACHS, Ignacy, 1994, p. 29.

Em que pese a existência de distintas abordagens teóricas em torno desse conceito, destacadas por Godard (1997) e Frey (2001), como:

Econômico-liberal: coloca como pressuposto que a pressão de concorrência, crescimento econômico e prosperidade levariam automaticamente ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e às novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências do meio ambiente.

-tecnocrata de planejamento : é composta por várias correntes de pensamento, entre elas o ecodesenvolvimento. Em síntese, tem-se nessa abordagem a proposta de compatibilidade do desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais, e que estes devem ser alvo prioritário da intervenção estatal. Seus resultados conduzem ao que se pode chamar de “biocêntrica”, “bioeconomia” ou “economia ecológica”. A postura biocêntrica encontra-se também na concepção filosófica da *deep ecology*. Esta interpretação vem sendo identificada por sua “postura tecnocrata e centralizadora” (Frey, 2001, p. 5) e teria sido a que se sobrepôs às discussões que fundamentaram o *Relatório Brundtland*.

de participação democrática : seria decorrente do prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico.

A despeito dessa breve caracterização das abordagens que circundam o conceito de desenvolvimento sustentável, não é objetivo deste artigo analisar minuciosamente as nuances das diferentes propostas, mas apenas ressaltar o fato de que as mesmas, no âmbito de se constituir como um freio aos efeitos destrutivos desencadeados pelo crescimento econômico ou por um tipo de desenvolvimento que não leva em conta os aspectos ambientais, não se propõem a fazer isso questionando as bases do sistema do capital.

Tanto as abordagens acima descritas quanto os relatórios *Limites do crescimento* e *Nosso Futuro Comum* (que consolidou o conceito de *desenvolvimento sustentável*), embora prescrevam formas de desenvolvimento compatíveis com a preservação ecológica,⁵ se mantêm no

5. “Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia. No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em

horizonte da reprodução social produtor de mercadorias. Não questionam por dentro a lógica do sistema. É este o ponto nodal que nos possibilita repor as questões feitas na introdução deste artigo: É possível o capitalismo alcançar patamares mais humanizados e ecológicos? É possível controlar a lógica expansionista e de reprodução capitalista, a partir de mecanismos exteriores a ele, sem que precise superá-lo? Ou ainda, é possível na atual fase um tipo de equilíbrio determinado pelos próprios mecanismos de mercado?

No fundo, ao se considerar a proposta de desenvolvimento sustentável, o que está se propondo é a possibilidade de se realizar uma contenção das formas destrutivas de crescimento econômico e de consumo. Trata-se, na verdade de, com base na formação de uma consciência comum e, a partir disso, da internalização de comportamentos, normas e instrumentos institucionais, revisar as formas de desenvolvimento que comprometem a natureza e as gerações futuras.

Para Mészáros, “... enquanto se continuar preso dentro da estrutura irremediavelmente desintegradora de produção e distribuição do capital, não há defesa contra os antagonismos explosivos do ‘macrocosmo’ de sua reprodução social” (Mészáros, 2010, p. 249). Ou seja, não há como controlar os efeitos destrutivos do capital que ocorrem em escala global, sem se libertar de suas estruturas. E, ao analisar criticamente os estudos elaborados pelos cientistas do Clube de Roma, Mészáros (2011), alerta para os limites dessa abordagem, uma vez que a mesma não transcendeu o horizonte de reprodução do sistema do capital.

Ao realizar o seu próprio movimento articulado e com ele produzir uma expansão de domínio global, o capital se vê compelido a empreender uma resposta de controle. No entanto, não pode fazê-lo sem que pra isso gere uma contradição insanável da sua própria natureza.⁶ E, nesse sentido, Mészáros é incisivo:

risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.” (CMNUD, 1994, p. 23).

6. Mészáros, 2011, p. 250.

“A tentativa de ir além de suas possibilidades é a marca da relação do capital também com as condições elementares de reprodução sociometabólica, no intercâmbio absolutamente inevitável da humanidade com a natureza. Nem as fantasias da “sociedade pós-industrial” – (...) -, nem as variadas estratégias concebidas e recomendadas da perspectiva do capital como maneira adequada de ‘limitar o crescimento’ pode aliviar a grave situação” (Mészáros, 2011, p. 250).

Por outro lado, ao não poder ir no cerne da questão, o equacionamento proposto aparece como uma questão mal concebida, uma vez que passa a *atribuir a responsabilidade dos problemas percebidos e perigos crescentes aos indivíduos sem poder – de quem se afirma não estarem dispostos a aceitar os limites restritivos – e, naturalmente, deixar intocado o quadro geral e a base causal do sistema do capital* (Mészáros, 2011, p. 250).

Presos a esses limites, nós estaríamos fadados a aceitar o horizonte de reprodução social e, portanto, e a aprender a conviver com esses limites, sem sequer cogitar se enfrentar com os problemas e propor uma outra forma de relação sociometabólica. Assim, as questões estruturais se transformam em responsabilidades individuais, psicológicas e de comportamento, para garantir os imperativos do capital.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável pensado no horizonte da reprodução social do sistema do capital, embora esteja coberto de boas intenções humanas e ecológicas, não tem como se realizar plenamente. E isso é assim porque seus instrumentos de controles são exteriores e não se destinam a uma transformação da lógica interna do sistema produtor de mercadoria, de maneira que permanecerá o processo de reprodução da desigualdade e do seu impulso de expansão incontrolável.

Um outro aspecto importante de crítica ao desenvolvimento sustentável como possibilidade no quadro geral do sistema do capital, é justamente o tema da desigualdade. O autor desenvolve o conceito de *desigualdade substantiva*,⁷ como um dos aspectos constitutivos do capitalismo e, cuja permanência torna impossível a realização do desenvolvimento sustentável. O que remete à possibilidade do desenvolvimento sustentável condicionando-o a:

7. MESZAROS, István, 2001, p. 8.

“[...] estarmos realmente no controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais, através dos quais os seres humanos não só sobrevivem, mas também podem encontrar satisfação, de acordo com os objetivos que colocam para si mesmos, em vez de estarem à mercê de imprevisíveis forças naturais e quase-naturais determinações socioeconômicas” (Mészáros, 2001, p. 9).

Ao lado dessa questão fundamental, o desenvolvimento sustentável tem o imperativo da eliminação do desperdício e da existência de uma economia racional com base no controle interno e autogerido – impossível de existir sob o domínio do capital. Mészáros utiliza o conceito de *desigualdade substantiva* para aludir à desigualdade estrutural e à adversidade existentes no capitalismo. A desigualdade substantiva seria reforçada pela interação recíproca entre estruturas materiais reprodutivas desiguais e dimensão cultural que contiveram o indivíduo no pequeno domínio de ação. O contraponto à “desigualdade substantiva” seria a cultura da “igualdade substantiva”. Esta se reportaria a uma direção emancipatória pelo “envolvimento ativo de todos e consciência da própria partilha de responsabilidade implícita na operação de tal modo de tomada de decisões (MÉSZÁROS, 2001, p. 9).

5 Considerações finais

Esse é um tema que não se pode falar em conclusões definitivas. O que nos propomos foi realizar um debate de como as propostas que vem sendo discutidas em torno de um novo paradigma de desenvolvimento, encontram seus limites na própria lógica de funcionamento do sistema. Para tanto, delineamos as fontes que possibilitaram a difusão da justa preocupação com a sustentabilidade ecológica. Os relatórios mencionados e as abordagens descritas, embora insuficientes, nos dão uma ideia básica do ponto que consideramos o nó górdio que perpassa todo o debate. Ou seja, o desenvolvimento sustentável avaliado no quadro geral da reprodução do sistema de mercadorias.

Do debate que realizamos, poderíamos destacar a importância que assumiu a preocupação com os riscos decorrentes dos atuais padrões de produção e consumo; a formação de uma consciência pública mun-

dial dos riscos existentes; as respostas que se produziram e se difundiram, sobretudo, a partir das conferências mundiais; as distintas abordagens apresentadas, como parte de um amplo processo de discussão; e, a análise a partir de um viés crítico.

É evidente que chegamos a uma situação aguda das contradições que já estavam presentes desde as primeiras fases do sistema do capital. Os perigos que se pronunciam ante aos olhos de todos – como uma marca do mundo moderno, são irrefutáveis. Como salientamos no decorrer do artigo, as pesquisas recentes apontam para a perda da vida selvagem, desertificação de regiões; poluição das águas; desflorestamento; concentrações populacionais em áreas urbanas e aumento do abismo entre os 1% mais ricos e a grande maioria das pessoas.

As respostas que vêm sendo dadas, embora minimizem esses efeitos destrutivos, não parecem capazes de conter esse impulso permanente de expansão e reprodução social, fundado na produção de mercadorias. Inclusive, parte das soluções, envolvendo novos conhecimentos sobre a biosfera e sobre a natureza e os novos padrões tecnológicos, na verdade, ampliam ainda mais os mercados. A própria escassez dos recursos naturais, sob a lógica do sistema do capital, possibilita a incorporação dos mesmos num novo ciclo de mercadorias. Tem sido assim com a água, com o ar e com as sementes.

Pensar o desenvolvimento sustentável, numa perspectiva crítica, marxista, nos leva a questionar os horizontes de reprodução social existentes. A lógica interna de sua reprodução não permite um tipo desenvolvimento sustentável pleno. Como argumentamos anteriormente, o trabalho alienado, a produção orientada para o lucro, e o impulso permanente de expansão, sob essas bases, limitam as alternativas humanas e ecológicas sustentáveis.

Sem ir ao cerne da questão, o desenvolvimento sustentável, esse que é internalizado na agenda das instituições multilaterais de financiamento e dos países, a despeito da formação de uma consciência pública, preocupada com um padrão de consumo ecologicamente correto, não põe em questão a necessidade de superação do sistema do capital. Este seria o passo decisivo para se inaugurar, novas relações sociais de produção, sob um outro tipo de controle sociometabólico.

Referências

- BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010. Tradução de Sebastião Nascimento.
- BECK, Ulrich, GIDDENS, Antony, LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Tradução de Magda Lopes.
- CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- FREITAS, R. de C. M. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, p. 889-899, 2010.
- FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 9, p. 115-148, jul./dez. 2001.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*: tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- GODARD, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E. e PINTON, F. (Org.). *Faces do trópico úmido*. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: UFPA, 1997, p. 107-130.
- MEADOWS, Donella H. et al. *Limites do crescimento: Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*, São Paulo: Perspectivas, 1973. Tradução de Inês M. F. Litto.
- MESZAROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª Edição Revista, São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa.
- . *O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva*. Texto lido na conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos. Caracas, 2001. Tradução de Paulo Maurício. Disponível em: <<http://www.meszaros.comoj.com/?q=category/5/94>>. Acesso em: 20 set. 2014.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*; Livro I: o processo de produção do capital, São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução de Rubens Enderle.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. Para pensar o desenvolvimento sustentável. 2ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 29-56.
- SILVA, M. das G. e. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.
- THERBORN. Göran. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012. Tradução de Rodrigo Nobile.

Respostas aos desafios das mudanças ambientais globais em níveis locais: os casos de São Paulo e Pequim

ALBERTO MATENHAUER URBINATTI

betomatur@hotmail.com

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Proa. Dra. Leila da Costa Ferreira.

Resumo

As mudanças no clima poderão afetar decisivamente os ambientes urbanos e causar impactos na vida das pessoas. Nesse sentido, as megacidades têm grandes chances de apresentarem vulnerabilidades em relação a essas mudanças num futuro próximo, enfrentando problemas ambientais. Ao mesmo tempo em que precisam de uma governança próxima dos problemas e dos cidadãos, precisam também estar no jogo das decisões globais. Nesse contexto, os governos locais têm se mostrado cada vez mais capazes de desenvolver políticas de controle de emissão dos gases de efeito estufa (GEE). Com o esforço de fazer dialogar China e Brasil, este trabalho considerou as estratégias políticas das megacidades de Pequim e São Paulo para lidarem com os efeitos e consequências das alterações no clima. A internalização das questões climáticas nas duas cidades – considerando-as como importantes centros de decisões – apresentou semelhanças no pioneirismo e no papel decisivo delas para os contextos nacionais e globais. No entanto, as diferenças de estrutura, competência e motivação dos dois governos permitiram observar assimetrias: enquanto a lei em Pequim foi estruturada do nível nacional ao nível local, em São Paulo a lei partiu do nível local para o nacional. Este projeto está em andamento com financiamento da Fapesp (2013/25792-7) e está vinculado ao Projeto Fapesp 2013/19771-7 – “Mudanças Ambientais Globais: As Políticas Ambientais na China com referência ao Brasil”.

Palavras-chave Mudanças ambientais globais; mudanças climáticas; nível local; políticas climáticas; China; Brasil

As Estratégias Políticas e Econômicas no Período de Mao Zedong

LISANDRA ZAGO

zagolisandra@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

Resumo

Para compreender o extraordinário dinamismo da economia chinesa e crescente importância na ordem mundial após as Reformas de 1978, faz-se necessário ver o que impulsionou este grande processo de transformações. O salto chinês que chamou a atenção do mundo foi preparado num mecanismo de constantes mudanças iniciado por Mao Zedong, e denominado planos quinquenais. Os planos quinquenais tinham o objetivo de estabelecer as prioridades e metas por setor econômico, nominando o que deveria ser feito e produzido em períodos de cinco anos. Neste sentido, este artigo propõe analisar as estratégias políticas e econômicas no período de Mao Zedong, estudar os planos quinquenais do primeiro ao quarto e os rearranjos presentes nos vãos temporários. Discutir os processos de continuidade, mudança e conflitos de uma China marcada por num período de turbulências, manobras políticas e autoritarismo.

Palavras-chave Mao Zedong; Maoismo; Planos Quinquenais; Revolução Cultural

Abstract

To understand the extraordinary dynamism of the Chinese economy and growing importance in the world order after the reforms on 1978, it is necessary to see what propelled this great process of transformation. Chinese leap that caught the world's attention was prepared a mechanism of constant change initiated by Mao Zedong, and called five-year plans. The five-year plans were designed to establish the priorities and goals by economic sector, naming what should be done and produced in five-year periods. This article aims to analyze the political and economic strategies in the Mao Zedong period besides, study the five-year plans from first to fourth and rearrangements present in the temporary spans. Discuss the continuity of processes, change and conflicts of China marked by a period of turmoil, political maneuvering and authoritarianism.

Keywords Mao Zedong; Maoism; Five-Year Plans; Cultural Revolution

1 Introdução

A estratégia de autossuficiência chinesa que iniciou em 1953 é denominada de Plano Quinquenal. Os planos quinquenais tinham metas e prioridades eleitas pela cúpula do Partido, nominando o que devia ser investido e produzido em períodos de cinco anos e seguia o modelo soviético com ênfase nas indústrias de base. As estratégias de governabilidade sistematizadas nos planos quinquenais, as sequências, as continuidades, os conflitos e as mudanças ocorridas na era maoísta é estudo obrigatório a quem interessar conhecer o extraordinário dinamismo da economia chinesa: o Plano de Reforma de Deng Xiaoping.

O objetivo desta pesquisa é investigar como foi a estratégia de governabilidade de Mao Zedong nos 27 anos que esteve a frente da China e qual o seu legado. Com este intuito, analisaremos muito brevemente os Planos Quinquenais chineses e a estratégica política e econômica no referido período.

A metodologia utilizada foi a partir da revisão de fontes secundárias da literatura no contexto sociopolítico chinês, analisando os fatos históricos e sociais relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

2 Mao Zedong

Mao Zedong foi um líder chinês do século XX, responsável pela união e consolidação do país sob o regime comunista, esteve à frente do seu país entre 1949 até sua morte em 1976. Com vinte e seis anos, Mao iniciou sua caminhada como comunista e dois anos depois (1921) ajudou a fundar o PCC - Partido Comunista Chinês. Acreditava que o comunismo era o único regime capaz de regenerar e alavancar a China (GIFFONI, 2007; CHANG, 2012).

Para chegar ao poder, passou por um longo caminho de disputas, em 1925 houve o conflito com o Partido Nacionalista de um lado, sob o comando do chefe do exército general Chiang Kai-shek e, do outro, o Partido Comunista, liderado por ele e Zhou Enlai. Em 1934, com o oficial Deng Xiaoping, os comunistas e adeptos camponeses, empreenderam a Longa Marcha pelas montanhas em direção ao Norte, durante a qual, milhares de pessoas pereceram após romperem o cerco sofrido do Sul (MEZZETTI, 2000; GIFFONI, 2007).

A partir de 1945, o Partido Comunista Chinês, como forma de sancionar sua independência ideológica do Partido Comunista da União Soviética e exaltar Mao, tornou-se praticamente o “Partido de Mao”. No sétimo congresso, em abril-junho de 1945, o “Pensamento de Mao Zedong” foi proclamado como guia do próprio Partido (MEZZETTI, 2000).

Quando Mao assumiu o poder em 1949, a China enfrentava os mais diversos obstáculos e vivia num caos permanente desde a Guerra do Ópio (1839-1842). Politicamente estava esfacelada pelos infindáveis conflitos, guerra civil, presença estrangeira e invasão japonesa.

Uma das primeiras ações de Mao foi criar o Exército Vermelho (1949) e convocar os camponeses para se alistarem a fim de garantir fidelidade e apoio “de baixo para cima”. Como a população era eminentemente agrária, ele acreditava que a revolução deveria partir do campo. Neste mesmo ano, o Exército Vermelho expulsou os nacionalistas do continente confinando-os à ilha de Formosa (Taiwan). No dia primeiro de outubro, na Praça Tiananmen, em Pequim, a China foi proclamada República Popular da China (RPC) e em Dezembro, Mao foi aclamado presidente da república (OLIVEIRA, 1999; BURKITT; SCOBELL; WORTEZEL, 2003; CHANG-SHENG, 2005).

A proclamação da República Popular da China ocorreu com grande legitimidade local e imediato reconhecimento pela União Soviética (URSS). Por sua vez, a China proclamou a eles amizade e prioridade na política externa (MIKHAILOVA, 2013). A partir de então, a meta era “revolucionar”, mais especificamente, “reformular”. Mao já centralizava em suas mãos as relações sociais, políticas e econômicas, pois a milenar sociedade de valores confucionistas, mantinha o entendimento de que sua cultura era superior e reconhecia no imperador os poderes emanados de Deus (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

As contribuições financeiras da então União Soviética iniciaram com a assinatura de um Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético para o período de 30 anos, firmado em Moscou em fevereiro de 1950 – cabe ressaltar que a amizade entre os dois países logo esfriou e em 1960 o tratado foi revogado. Nesta visita, Mao firmou acordo em financiamentos, ajuda técnico-científica e créditos em longo prazo na construção de projetos industriais de grande porte (INTSUN, 2003, p 4).

Devido à ajuda da então União Soviética, a China ao longo de uma década, conseguiu desenvolver setores industriais diversificados e fortalecer o setor agrário. A aliança com a União Soviética foi importante também para a economia, Mao seguiu o modelo de plano quinquenal de planificação centralizado, implantado por Stalin na URSS. A aproximação inicial da China com a URSS tornou inevitável uma política econômica semelhante a dos soviéticos, cuja ênfase do Primeiro Plano Quinquenal era muito semelhante ao Primeiro Plano Quinquenal Soviético (MIKHAILOVA, 2013).

3 Primeiro plano quinquenal (1953-1958)

O Primeiro Plano Quinquenal chinês visava concentrar esforços na construção de 694 projetos industriais de grande e médio porte, incluindo 156 com o auxílio da União Soviética. Desenvolver cooperativas de produtores agrícolas para ajudar na transformação socialista das indústrias agrícolas e artesanais; e colocar a indústria capitalista e do comércio no caminho do Estado, de modo a facilitar a transformação socialista da indústria privada e do comércio (China The First Five-Year Plan, 2014).

Na década de 1950 a contribuição soviética concentrou-se principalmente em setores siderúrgicos, produtos ligados ao petróleo, indústrias elétricas, mecânicas e através da importação de bens de capital e grãos. Também concedeu empréstimos subsidiados que foram utilizadas para importar máquinas e equipamentos da URSS. Acredita-se que graças à União Soviética, a década de 1950 representou um período da culminação econômica, tornando a China um Estado independente. Foi então possível desenvolver setores industriais diversificados e fortalecer o setor agrário - ainda que a duras penas aos camponeses (MIKHAILOVA, 2013).

A economia neste período se ancorava na agricultura, o setor industrial estava em seu processo inicial e a pobreza reinava tanto nas áreas urbanas como nas rurais. A partir da instauração da República Popular da China, os esforços visavam a eliminação da pobreza e a industrialização. Na agricultura foi incentivada a formação das equipes de ajuda mútua, em que dezenas de famílias camponesas do país se uniram para compartilhar mão de obra e animais de tração. Os camponeses não tiveram dificuldade em formar equipes de ajuda mútua, pois tinham tradição de solidariedade e apoio recíproco na produção.

A partir de 1953, início do Primeiro Plano Quinquenal, as equipes de ajuda mútua começaram a ser transformadas em cooperativas elementares, com 30 a 50 camponeses cooperados. Desta forma, os camponeses se tornaram operários rurais, cuja remuneração era baseada na “diária” ou nos “pontos de trabalho”. Entretanto, aos camponeses foi permitido manter pequenos lotes de terra para uso próprio (geralmente 10% do total das terras), onde cultivavam principalmente legumes para consumo próprio e para serem vendidos em feiras rurais. Eles também tinham permissão para criar aves e animais no quintal da residência (CHANG-SHENG, 2004).

Ainda em 1953, o governo instituiu a política de “compra e venda única”, que obrigava os camponeses a entregar os seus excedentes para o Estado, na forma de cotas mínimas, fixas. Sob esse sistema, mesmo nos anos de desastres naturais e de fome, os camponeses teriam a obrigação de cumprir a cota de entrega de produtos ao Estado. Dois anos depois, Mao decidiu acelerar a coletivização no campo, afirmando que, nas condições da China, a coletivização agrícola devia vir antes da mecanização (CHANG-SHENG, 2004).

Os camponeses então se desinteressaram das cooperativas. Eles não queriam entregar ao governo, sem indenização e sem prazo de devolução, as terras e os animais de tração. Porém, acabaram também ficando sem o gado miúdo (porcos, carneiros, dentre outros), que foi confiscado. A coletivização acelerada prejudicou os interesses dos camponeses, pois mesmo numa boa colheita, o governo não aumentaria a parte do consumo dos camponeses, e nos anos de fome, eles teriam de pedir “empréstimos” ao governo. Exceto em regiões atingidas pelas calamidades naturais, todas as cooperativas eram obrigadas a devolver os “empréstimos” e a cumprir as cotas do governo (CHANG-SHENG, 2004).

Houve desagrado dos camponeses à nova política governamental e como consequência, os camponeses ficaram sem incentivo para produzir mais e melhor, havendo queda de 11,1% na participação da indústria leve (neste caso de maior destaque à alimentícia) no período de 1953 a 1957 (CHANG-SHENG, 2004; CHANG, 2012).

Nesta época o país vivenciava ondas de violência politicamente organizada. No campo, no quadro da redistribuição das terras, houve conflito com centenas de milhares de pequenos e grandes proprietários. Com a coletivização na agricultura, os camponeses eram obrigados a renunciar aos lotes familiares de terreno para unir-se em grandes cooperativas, *kolkhozes*¹ de corte soviético. Em clima de incessante mobilização política e nas cidades, milhares de “contra revolucionários” foram eliminados com execuções sumárias, com “sentenças” pronunciadas em processos de massa nos estádios (CHANG-SHENG, 2004; CHANG, 2012).

Os familiares das vítimas que escapavam das execuções ficavam oficialmente marcados como “pertencentes à família de proprietários de terras” ou “pertencentes à família contra revolucionária”. Estigma que transformou seus filhos e netos, durante os decênios sucessivos, em camadas social inferior, marginalizada, perenemente considerada inimiga, sem direitos, excluída do acesso à instrução e de qualquer atividade que não fosse a mais baixa (MEZZETTI, 2000; CHANG-SHENG, 2004; CHANG, 2012).

1. Fazendas coletivas na URSS (e na China) organizadas sob a forma de cooperativas de camponeses, reunidos com base no voluntariado para administrar uma grande propriedade agrícola com base na socialização dos meios de produção e no trabalho coletivo (Breve Dicionário Político).

A perseguição aos “contra revolucionários” representou uma instigação feita pelo Partido para a mobilização e a vigilância de massa contra qualquer pessoa que pudesse ser suspeita de qualquer ação contra o Partido. Os propagandistas espalhavam as diretrizes do Partido e todos denunciavam a todos (MEZZETTI, 2000).

Apesar das ondas de violência e várias casos de exílio e expulsão do Partido, o número de inscritos continuou a aumentar. O poder comunista, com sua forte característica de orgulho nacional e de resgate histórico da China, havia suscitado simpatias entre os intelectuais e especialmente os que se encontravam no exterior. Muitos deles se apressaram em regressar para colocar à disposição do novo regime seus conhecimentos culturais, profissionais, técnicos e científicos. Ao regressar, todos eram submetidos à reeducação política, mandados ao campo ou aos trabalhos manuais durante algum tempo (MEZZETTI, 2000).

Observando os exageros de Mao, o Politburo, comitê composto pelos mais altos líderes do Partido, apresentou o relatório político com ênfase na “direção coletiva” e criticou as incitações maoistas à rápida coletivização como erros de esquerda de pessoas que “desejavam construir o socialismo de um dia para o outro”. Deng Xiaoping apresentou o relatório sobre o novo estatuto do Partido. No discurso, exaltou a liderança coletiva e atacou o culto da personalidade afirmando que os líderes não estão acima do Partido, mas em seu interior e deviam dar o exemplo na obediência às organizações do Partido e à disciplina (MEZZETTI, 2000, p. 53).

Mao percebeu que parte do Partido estava querendo afastá-lo do poder, “por limites” e agiu rapidamente. Sua tática era atrair a participação de intelectuais nos projetos de desenvolvimento (para saber quem eram os que estavam contra ele). E em maio deste ano (1956), iniciou a “campanha das cem flores”, a política era estimular os debates públicos e diminuir o poder da burocracia partidária.

4 Campanha das “Cem Flores” (1956-1957)

O “Desabrochar de Cem Flores” (1956-1957) constituiu um convite aos não comunistas, aos intelectuais das mais variadas escolas de pensamento, a exprimir abertamente críticas ao Partido Comunista -

para corrigir e melhorar o sistema. Era uma “campanha de retificação”, que visava inicialmente evitar que a China se tornasse refém de uma única escola de pensamento. O nome deriva do slogan chinês tradicional, que “cem flores desabrochem e cem escolas rivalizem-se” (MEZZETTI, 2000; MARTI, 2007; LYRIO, 2010).

Os jornais publicaram inúmeros artigos de docentes universitários, personalidades, escritores, artistas, intelectuais em geral: denúncias e críticas cada vez mais severas contra o Partido. O próprio Partido organizou reuniões nos níveis mais elevados com personalidades não comunistas a fim de que expressassem abertamente críticas cerradas, que apareciam na imprensa. Além de colocar os jornais à disposição, as autoridades estimulavam as pessoas a escrever grandes manifestos para expressar-se, e nas grandes cidades foram reservados espaços para afixá-los (MEZZETTI, 2000).

O Partido “apressou-se” em reparar os danos: com uma vasta repressão aos “direitistas” - aqueles que se haviam expostos respondendo ingenuamente ao convite à crítica e aqueles que eram suspeitos de sê-lo. Dezenas de milhares de intelectuais foram expulsos de seus cargos, “mandados para baixo”, isto é, colocados em trabalhos como limpar fossas em suas unidades de trabalho, encarregar-se das privadas públicas, ou foram transferidos para o interior para reeducação, realizando trabalhos manuais pesados em condições precárias. Muitos outros foram presos e mandados para trabalhos forçados. Entre os responsáveis por essa repressão em larga escala estava Deng Xiaoping, então secretário-geral do Partido (MEZZETTI, 2000; MARTI, 2007).

Discute-se, se, a campanha das “Cem Flores” foi uma armadilha preparada por Mao para descobrir quem eram os adversários do regime que haviam permanecido calados e fazê-los se autodenunciarem para a repressão, ou, se a amplitude e a virulência dos ataques também o teriam tomado de surpresa, acreditando ingenuamente poder atrair os intelectuais dando-lhes uma aparência de liberdade com o convite para apresentar críticas “construtivas” ao Partido (MEZZETTI, 2000; HALSALL, 1998).

Ao que tudo indica, o próprio Mao teria ficado insatisfeito e surpreso com a falta de apoio dos intelectuais ao comunismo, porém não era ingênuo. Outra explicação sobre o caso é a de que ele teria lançado a campanha das “Cem Flores” para romper a aliança que

estava sendo formada entre o Partido e os círculos intelectuais não comunistas (entendendo-se por intelectual, na China, não somente os humanistas, mas todos os que possuam conhecimentos técnicos, científicos e profissionais). Mao desconfiava dos intelectuais e da competência específica, e o aparelho era o mesmo daquele Partido que meses antes lhe havia cortado as “pontas das asas” no congresso, que em nome do Politburo, tentaram colocar-lhe limites.

Mao não acreditava nos intelectuais, estes seriam uma arma contra a ideologia. O país deveria movimentar-se conforme suas ordens, num processo de militarização e ideologização. Promoveu então, deslocamentos maciços de populações, especialmente jovens técnicos, das cidades para o campo. Os jovens migrantes das superpovoadas cidades do leste abriram novas fronteiras agrícolas, transformando pântanos e terras montanhosas em terras cultiváveis (GONG, 2013). Porém todos deveriam doar-se a este plano econômico, denominado como “O Grande Salto para Frente”, e para isso, fechou escolas e universidades durante anos.

Segundo plano quinquenal: o grande salto para frente (1958-1962).²

A necessidade de aceleração do ritmo de desenvolvimento nacional ainda era um problema a ser solucionado. Entre 5 e 23 de maio de 1958, Mao convocou uma segunda sessão do oitavo congresso, na prática como réplica ao que tivera lugar em setembro de 1956, fazendo repudiar os planos econômicos aprovados anteriormente e aprovando em seu lugar, outros mais grandiosos, sob o slogan “mobilizar todas as energias, mirar ao alto, construir o socialismo melhor, mais velozmente e a menor custo”, dava início ao Segundo Plano Quinquenal (1958-1962), conhecido como “O Grande Salto para Frente”. A parcela do grupo dirigente que apenas dois anos antes havia tentado reduzir o poder de Mao agora não ousava opor-se (CHANG-SHENG, 2004).

O Segundo Plano Quinquenal (1958-1962) tinha como meta:

2. O Grande Salto Adiante, ou Grande Salto para Frente ou Grande Salto em Frente ou O Grande Salto, apresenta datas variadas conforme autores, 1958-1960 (CHANG, SHENG, 2004); 1958-1961 (MEZZETTI, 2000) e 1959-1963 (GIFFONI, 2007). Segundo Shu Chang-Sheng (2004), os historiadores chineses classificam este recorte temporário como o Período do Grande Salto 1958-1962, período referente ao Segundo Plano Quinquenal chinês.

1. Continuar a construção industrial, com foco na indústria pesada. Impulsionar a reconstrução técnica e estabelecer uma base sólida para a industrialização socialista da China;
2. Continuar a transformação socialista. Consolidar e ampliar as ações de propriedade coletiva e propriedade do povo;
3. Com a construção de base e transformação socialista já estabelecida, impulsionar ainda mais a indústria, agricultura, artesanato, transporte e comércio;
4. Cultivar talentos, fortalecer a pesquisa e desenvolvimento para atender as necessidades de desenvolvimento econômico e cultural socialista científico;
5. Desenvolvimento industrial e agrícola de base, para reforçar a defesa nacional e melhorar as condições de vida e consciência cultural (PAN, 2006).

Devido à falta de uma percepção científica da lei objetiva do desenvolvimento nacional, os líderes chineses acreditavam que, ao se apoiarem no ardente desejo de centenas de milhões de chineses de erradicar a pobreza e o atraso, aliado a seu ardor político de construir o socialismo, poderiam acelerar tremendamente o ritmo de crescimento econômico, visando alcançar e até mesmo superar países desenvolvidos em um curto período de tempo. Seu rumo foi caracterizado pela busca cega de alta velocidade econômica, tendo como resultado a adoção de metas altas impraticáveis. Em termos de estratégia de desenvolvimento, a China adotou a política de "ter a siderurgia como elo-chave". Requeria-se que a produção de 1958 fosse o dobro da de 1957, ou seja, ir de 5,35 milhões de toneladas de aço para 10,7 milhões de toneladas. Para atingir essa meta, toda a nação mobilizou-se para produzir aço em enorme escala (ZHENG, 2004).

O Grande Salto, ou Segundo Plano Quinquenal, foi um programa econômico e sociopolítico de princípios marxista-leninistas na agricultura, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico e a igualdade entre todos num curto período de tempo. Visava transformar a China de um país agrário e atrasado em um país industrial, avançado e verdadeiramente socialista. Toda a China foi mobilizada

num gigantesco esforço de coletivização integral e de industrialização, porém, por falta de planejamento e coordenação, este programa radical acabou em 1962 com milhares de chineses mortos de fome e inanição e deixou o país numa grande depressão (MEZZETTI, 2000; CHANG-SHENG, 2004; GIFFONI, 2007; MARTI, 2007; CHANG, 2012).

O Grande Salto consistiu na criação das comunas populares, entidade nova que incorporava aldeias e fazendas cooperativas com coletivização integral e integrada da agricultura, da indústria, do artesanato e do comércio. Morava-se em dormitórios, comia-se em refeitórios comunitários, não se fazia mais o trabalho individualmente e sim em equipe, tal como decidido pela organização. Era a coletivização da vida como um todo, em termos militares com a força de trabalho dividida em batalhões, companhias, brigadas e regimentos. Houve grande esforço para as obras de irrigação, mas devido à campanha antidireitista do ano anterior não era politicamente aceitável utilizar os técnicos, que na maioria haviam sido “mandados para baixo” e ali deveriam permanecer, era preciso confiar no ardor ideológico e revolucionário e não na competência específica (MEZZETTI, 2000; CHANG-SHENG, 2004; GIFFONI, 2007; CHANG, 2012).

Foi o momento de maior ardor e romantismo ideológico e revolucionário de Mao, da tentativa de superação do desnível entre cidade e campo, transferindo para o campo, grandes massas urbanas. Estava convicto que o impulso idealista e voluntarista era capaz de construir a “partir do nada” uma sociedade e uma economia diferente.

No campo, os dirigentes do PCC mobilizaram os camponeses a tarefas gigantescas de controle de águas e irrigação, para provar que a vontade e a força humana podiam vencer os desafios naturais e técnicos. Multidões empenhavam-se nas grandes obras de infraestrutura, e para os trabalhos agrícolas foram transferidas das cidades pelo menos vinte milhões de pessoas, as quais, no entanto, não tinham condições de cumprir as tarefas. Havia, sobretudo, o imperativo de aumentar a produção agrícola, produzir ferro, aço gusa, em toda a parte e de qualquer maneira, nas unidades de trabalho, nas cidades e no campo; um esforço executado em geral com técnicas primitivas e sem preocupar-se com questões ambientais (MEZZETTI, 2000; ROBERTS, 2006).

Segundo Chang-Sheng (2004, p. 110), “(...) havia uma coação quase militar ao trabalho”. Nos projetos de irrigação novos problemas so-

ciais foram gerados à medida que os homens eram afastados para trabalhar longe de casa. Coube às mulheres assumir maior trabalho agrícola fora de casa, e houve a tentativa de centralizar o cuidado das crianças e as tarefas domésticas, inclusive a preparação de refeições.

Em consequência, as cooperativas de dezenas ou centenas de famílias começaram a ser transformadas em grandes cooperativas, com 5 a 6 mil famílias (20 a 30 mil pessoas). Em março de 1958, na conferência de Chengdu, Mao incentivou a formação de grandes cooperativas, que centralizassem atividades produtivas da zona rural, sobretudo, o empreendimento industrial, a produção agrícola, o comércio, a educação e a formação das milícias (CHANG-SHENG, 2004).

Na indústria, o Grande Salto começou com a “febre de aço” com mais de 100 milhões de pessoas, ou seja, um sexto da população chinesa envolvida com metas de produção cada vez mais “surrealistas”:

O governo lançou propagandas enganosas de colheitas causando euforia por vários meses, enquanto os números impressionantes da produção relatados pelos quadros rurais do Partido eram multiplicados pelos líderes provinciais antes de ser enviados à Pequim (CHANG-SHENG, 2004, p. 115).

A intenção de Mao que acabou gerando um ciclo de mentiras era promover o socialismo o mais rápido possível, edificando o projeto de crescimento, gerando euforia e reprimindo os críticos do Grande Salto.

Na segunda e última vez que Mao fez sua viagem para Moscou, anunciou em 18 de novembro de 1957, na reunião dos representantes dos partidos comunistas (e trabalhistas) vindo dos 64 países do mundo, que em 15 anos, a China ultrapassaria a Inglaterra na produção do aço. Para isso Mao decretou a campanha do aço e o primeiro-ministro Zhou Enlai dividiu os ministérios em oito grupos. Cada grupo responsabilizado pela montagem dos fornos de aço no seu respectivo setor. Mais de 20 províncias estavam empenhadas na corrida pelo aço. Em compensação, na agricultura, houve o espetáculo de mentiras referente às colheitas, e os números da produção tinham sido desastrosamente inflacionados (CHANG-SHENG, 2004).

O total de grãos anunciado em 1958 foi de 375 milhões de toneladas, porém em 1983 as autoridades chinesas aceitaram que a produção

deste ano foi em torno de 200 milhões de toneladas. Nenhum funcionário do Partido ousaria questionar os números por medo de ser rotulado de “direitista” ou “derrotista”, além disso, muitos dos economistas e sociólogos haviam sido condenados à “reeducação” durante a campanha das Cem Flores, portanto, não estavam em condições de anunciar palavras de cautela (CHANG-SHENG, 2004).

O Grande Salto se revelou um colossal fracasso que fez tombar no caos toda a economia nacional. Apesar dos gritos de vitória com falsas estatísticas, a produção agrícola caiu verticalmente (MEZZETTI, 2007). O golpe de misericórdia foi desferido pelas calamidades naturais, como inundações em algumas regiões e seca em outras, fenômenos, aliás, recorrentes na China, e agravados pela retirada de técnicos devido à “reeducação”.

Os camponeses de todo o país já estavam famintos em suas aldeias e a quantidade média de grãos disponível para cada pessoa no campo caía a cada ano. O resultado foi a fome em escala gigantesca, a maior mortandade por fome da história universal.³ A fome arrasou todo o país, de Norte a Sul, muitos morreram pouco depois dos efeitos do Grande Salto, sobretudo crianças, enfraquecidas por anos de desnutrição (CHANG-SHENG, 2004; GIFFONI, 2007).

A Província de Anhui foi uma das mais atingidas do país, a partir dela pode ser observada a gravidade da fome. De acordo com estatísticas oficiais, em 1959, a população de Anhui era de 34,2 milhões, e no final de 1961, este número diminuiu para 29,8 milhões. Entre os anos de 1959 e 1960, no condado de Fegyang morreram 60.245 pessoas, 17,7% da população. Na província de Henan morreram de fome cerca de 2 milhões de pessoas. Mesmo nas províncias menos afetadas, como a Hebei, morreram doentes, idosos e bebês. Esposas foram vendidas por comida e revoltosos saquearam os armazéns públicos (CHANG-SHENG, 2004).

Os principais líderes do país demonstraram “boa vontade” em sofrer junto com o povo, Mao retirou a carne do cardápio por cerca de sete meses em 1960, assim como Zhou Enlai e Liu Shaoqi (CHANG-SHENG, 2004; MEZZETTI, 2000).

3. Os analistas debatem sobre as estimativas da mortalidade entre os anos 1959 e 1962. Giffoni (2007) cita entre 30 e 60 milhões; Scaruffi (2009) cita 38 milhões de mortos; Mezzetti (2000) cita 30 milhões de mortos de fome e doenças por inanição; Chang-Sheng (2004) entre 17 a 40 milhões.

O primeiro motivo que levou à fome foi a dedicação da população aos fornos do aço e às obras de conservação d'água, deixando as plantações de serem colhidas por falta de colhedores. E o segundo motivo foram os conflitos internos no Partido. Os fornos de aço e as obras hidráulicas fizeram milhões de camponeses se afastarem das atividades agrícolas. Em diversas províncias a maioria da mão de obra masculina se afastou do cultivo, deixando apenas mulheres, crianças e idosos para cuidar da plantação. Em dezembro de 1960 foi importado 2,5 milhões de toneladas de trigo do Canadá e da Austrália, os grãos importados sustentaram a população urbana do país por mais de quatro meses, até junho de 1961, quando chegou a nova colheita de trigo (CHANG-SHENG, 2004).

No campo e nas cidades reinavam a fome e o aumento dos preços. Caos organizacional geral, apesar da militarização da força de trabalho nas comunas. As calamidades naturais veio juntar-se ao desastre ecológico causado por uma campanha “menos significativa” em relação à mobilização geral: a “luta contra os Quatro Males” ou “Quatro Pestes”, lançada por Mao, isto é, contra os ratos, os pardais, as moscas e os pernilongos (mosquitos). O extermínio dos pássaros, com a mobilização de grandes multidões para o combate (brigadas de estudantes e exterminadores governamentais), alterou o ecossistema durante anos, permitindo a multiplicação de todos os insetos nocivos às plantas e agravando assim o desastre das colheitas. Resultando, naturalmente, na proliferação dos inimigos naturais, os gafanhotos proliferaram e comeram as plantações. Para não morrer de fome, os chineses comeram de tudo: cobra, escorpião, lacraia, cupim, capim, couro de sapato entre outros, segundo Xinran (2008), “tudo o que se mexia”. Pássaros tornaram-se banquete, mas não deram para todos (MEZZETTI, 2000; GIFFONI, 2007; XINRAN, 2008; CHANG, 2012).

O colapso do Grande Salto para Frente e a consequente fome e depressão na China tiveram um grande impacto sobre a política partidária do país. Mao anunciava, em fins de 1958, não desejar ser reconduzido à presidência da República e preferir retirar-se a uma “segunda linha”, a fim de ocupar-se somente dos grandes problemas estratégicos e ideológicos sem ter de tratar dos assuntos de Estado. O Partido começava a fazer os primeiros exames críticos da situação e a fazer modificações nas comunas, sinalizando contra Mao a desaprovação da política por ele preconizada (MEZZETTI, 2000).

5 Reorganização econômica no país (1963-1965)

A lacuna entre o Segundo Plano Quinquenal que encerrou em 1962 e o início do Terceiro Plano Quinquenal iniciado em 1966, corresponde ao período de quatro anos destinado à reorganização econômica do país.

Com a necessidade de reajustar diversos problemas vitais que assolavam o país e realinhar as relações proporcionais na economia, a partir da segunda metade de 1961 o governo chinês começou a reorganizar a economia nacional. A meta para a reorganização econômica era resolver as urgências: agricultura; indústria leve e indústria pesada; problema de alimentação e vestuário.

Em julho de 1961, quando a falta de alimentos nas cidades se tornou muito grave, o governo resolveu transferir parte da população urbana para o campo, livrando-se da fome nas cidades, porém, agravando ainda mais a crise alimentícia na zona rural. Mais de 20 milhões de pessoas que se tinham mudado para as cidades durante o Grande Salto foram “devolvidas” para as suas aldeias entre 1961 a 1962 (CHANG-SHENG, 2005).

Em consequência, o desenvolvimento da indústria pesada foi desacelerado e se as condições não fossem as ideais, os projetos industriais seriam cancelados. Devido à fome, o papel da agricultura como pilar da economia nacional foi reforçado e consolidado. O crescimento das indústrias leve e têxtil foi acelerado, a diretriz na produção industrial retificada e a administração da produção das empresas sofreu restrições (ZHENG, 2004).

Ainda presidente do Partido, Mao entre setembro de 1962 e janeiro de 1965 lançou três temas: educação revolucionária da juventude; educação socialista no campo, isto é, associações de camponeses pobres para contrapor-se aos quadros locais do partido; e vigilância sobre os intelectuais que, sendo refratários às ideias socialistas e possuindo o monopólio da cultura, poderiam preparar uma restauração da burguesia. Mao lançou em 1965 os chamados “23 artigos” programa que em essência já era o da Revolução Cultural (MEZZETTI, 2000).

6 Revolução cultural (1966-1976): terceiro (1966-1970) e quarto plano quinquenal (1971-1975)

Após os anos de reorganização das metas de desenvolvimento, Zhou Enlai anunciou na Terceira Assembleia Popular nacional, seu projeto para a modernização da agricultura, da indústria, da ciência e tecnologia e da defesa nacional. No entanto, com o lançamento da Revolução Cultural na primavera de 1966, este processo de modernização foi deixado de lado (ZHENG, 2004).

O conflito aberto entre as duas facções [facção radical maoista (Mao Zedong, Lin Biao e Exército Vermelho) versus facção moderadora e “revisonista” (Liu Shaoqi, Deng Xiaoping e Zhou Enlai)] teve início entre os dias 1 a 12 de agosto de 1966, na reunião central do comitê, e terminou com a queda da facção moderadora.

O Terceiro Plano Quinquenal (1966-1970) tinha como meta acelerar a construção em três áreas-chave:

1. Defesa nacional: Era preciso fortalecer a defesa nacional à luz de uma possível grande guerra, se preparando ativamente para conflitos;
2. Ciência e tecnologia: Não poupar esforços para desenvolver a agricultura; resolver problemas relativos à alimentação, roupas e outras necessidades básicas; melhorar e aumentar a qualidade e variedade da produção; construir uma economia de autossuficiência; e fazer avanços tecnológicos;
3. Indústria e infraestrutura de transportes: Desenvolver o transporte, comércio, cultura, educação e pesquisa científica (The 3rd Five-year Plan, 2014).

A Revolução Cultural que durou uma década também coexistiu com o Quarto Plano Quinquenal (1971-1975), que tinha como meta garantir que a taxa de crescimento médio anual do valor bruto da produção da indústria e da agricultura atingisse 12,5 por cento, acelerando a produção de grãos, algodão, aço, energia elétrica, frete ferroviário entre outros. No entanto, a Comissão de Planejamento alterou o projeto, reduzindo algumas metas inicialmente estabelecidas e a economia nacional tomou rumo favorável entre 1972 e 1973. Em 1973, todos os

principais índices econômicos tinham sido cumpridos ou ultrapassados, tornando-se então um ano de crescimento econômico (The 4th Five-Year Plan, 2014).

Ainda com as metas do Terceiro e Quarto Plano Quinquenal, a Revolução Cultural interferiu seriamente obstruindo o processo histórico de modernização por mais de uma década num prolongado tumulto social e político. A prioridade da Revolução era: “limpar” o PCC, neutralizando a crescente oposição que lhe faziam alguns setores menos radicais do partido - em decorrência do fracasso econômico do Segundo Plano Quinquenal (Grande Salto para Frente); retomar os ideais socialistas; combater o revisionismo e eliminar seus rivais. Ela (Revolução Cultural) seria, por definição dos Guardas Vermelhos,⁴ “quanto mais brutal, mais revolucionária” (GIFFONI, 2007).

Deng Xiaoping assumiu junto com Zhou Enlai o controle do trabalho das autoridades centrais em 1975 e deu início a uma ampla reorganização da economia chinesa, na tentativa de trazer de volta a “normalidade” à administração da economia nacional. Zhou Enlai, que padecia de câncer havia tempo, morreu em 8 de janeiro de 1976. Sua morte levou à exaltação a facção radical (Bando dos Quatro⁵), a qual temendo que Deng assumisse o lugar de Zhou Enlai, lançou nos jornais uma ofensiva contra ele durante os meses de fevereiro e março, culminando na acusação a ele e as modernizações introduzida por Zhou Enlai. Com a administração de Deng, o valor total da produção industrial desse ano (1976) cresceu 15% em comparação com o de 1974 (ZHENG, 2004).

Apesar dos métodos administrativos de Deng estarem dando certo, ele incomodava a facção radical, e por decreto assinado por Mao no dia 7 de abril de 1976, foi novamente afastado de todos os cargos do Estado e do Partido. Enquanto isso, Hua Guofeng (1921-2008)

-
4. Os Guardas Vermelhos - movimento não militar - eram jovens oriundos dos mais diversos setores, majoritariamente, alunos do ensino médio e superior dos anos de 1966-1968. Nasceram pouco antes ou depois de 1949 e desde a infância, foram instruídos para odiar a velha sociedade e adorar o Partido e o presidente Mao, que criou em torno de si um culto semimágico e apelou para que estes jovens fizessem parte da revolução e se tornaram os “testa de ferro” do movimento (CHANG-SHENG, 2005, GIFFONI, 2007, LIMA, 2010).
 5. O Bando dos Quatro foi uma cúpula composta por quatro membros do PCC investidos de autoridade de “grupo para a Revolução Cultural”, era eles: Jiang Qing (esposa de Mao), Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan.

ministro da Segurança, era nomeado primeiro-ministro e primeiro-vice-presidente do Partido. Deng foi destituído de todos os cargos, mas não expulso do partido (MEZZETTI, 2000).

Com o afastamento de Deng a economia nacional novamente voltou a sofrer reveses e a estagnar, fazendo com que a renda nacional caísse 2,6% em relação ao ano anterior e o valor total da produção industrial regredisse 1,3%. O crescimento industrial do país experimentou outra rodada de drásticas flutuações, sendo uma década traumática para a política econômica nacional (ZHENG, 2004).

Enquanto Mao se afastava da vida pública, recolhendo-se a sua residência, sem que ninguém se aproximasse devido à idade e às doenças que o devastavam – paralisia progressiva, edema pulmonar, problemas cardíacos - aprofundavam-se os ataques a Deng Xiaoping, a tal ponto que, temendo por sua vida, o comandante da região militar de Cantão, Xu Shiyou, abrigou-o junto a si (MEZZETTI, 2000).

Mao faleceu em 9 de setembro 1976 e com ele teve fim a Revolução Cultural. Mao tinha uma cúpula composta por quatro membros do PCC investidos de autoridade de “grupo para a Revolução Cultural”, responsáveis pela implementação da Revolução Cultural: Jiang Qing (esposa de Mao), Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan. Após a morte de Mao o grupo foi acusado de ter tentado tomar o poder e responsabilizado pelo excesso da Revolução Cultural. Em 1980 foi o julgamento dos membros do Grupo dos Quatro, Jiang Qing e Zhang Chunqiao condenados à pena de morte (penas comutada para prisão perpétua), enquanto que Yao Wenyuan e Wang Hongwen foram condenados a vinte anos de prisão. Responderam como os únicos intérpretes do pensamento de Mao e do derramamento de sangue que se transformou a Revolução Cultural (DUARTE, 2005).

Como resultado direto da Revolução Cultural, o sistema planejado tornou-se desorganizado e o desempenho do Terceiro e Quarto Planos Quinquenais fracassaram e a economia retardou. Devido às discordâncias ideológicas em torno do modelo de “socialismo verdadeiro”, tanto a ex-URSS como a China visaram aperfeiçoar o sistema planejado socialista e demonstrar as suas vantagens. Foi quando se buscou introduzir alguns elementos de mercado através do mecanismo de comercialização mantendo inalterada a própria base econômica do socialismo. Na China iniciado após a morte de Mao e o fim da Revolução Cultural, por Deng Xiaoping.

Apesar dos discursos de Mao Zedong pregarem uma sociedade igualitária, ele próprio se valeu da tradição para gerar o culto à sua personalidade, impor sua vontade e manter o país sob controle. Era o Imperador Vermelho, possuiu vasto poder imperial o que lhe valeu o apelido de Último Imperador, de certa forma este poder sobreviveu até a gestão de Deng. A partir de Deng, a liderança do partido está sendo exercida por burocratas do PCC sem muito carisma ou popularidade.

A morte de Mao e o fim da Revolução Cultural, em 1976, marca uma nova transição política que levou ao poder, em fins de 1978, o herdeiro político de Zhou Enlai: Deng Xiaoping era pragmático e tinha o propósito de romper os elos do culto à personalidade e à idolatria do período anterior e de empreender uma modernização cristalizada no lema das “Quatro Modernizações”,⁶ uma série de reformas iniciando um intenso processo de crescimento econômico.

O novo processo de modernização da China apontava para a adoção de reformas econômicas e para uma relativa abertura ao exterior, devido à necessidade de incorporação de tecnologias e de capitais. Foram rejeitadas as ideias de igualitarismo utópico de Mao, elementos de xenofobia, autossuficiência e o controle absoluto da produção pelo Estado. Paulatinamente Deng passava a incorporar, de forma experimental, algumas características de economias de mercado, chamando-as de “socialismo com características chinesas” (JIANG, 2002; SUKUP 2002; CHANG-SHENG, 2005; LYRIO, 2010).

7 Considerações Finais

Conforme observado na história da China, o período dos 27 anos de Mao no poder foi bem complexo: infraestrutura, habitação, bens de consumo, consciência ambiental e dignidade humana, relegados ao segundo plano. Razoável crescimento econômico e transformação da China em grande produtor de aço.

O gigante asiático tornou-se voraz na indústria e tímido na perspectiva social. O período maoista deixou um legado de turbulência política e crise ambiental parcialmente reconhecido pela atual liderança chinesa.

6. Este mesmo projeto foi anulado em 1966 devido ao início da Revolução Cultural, finalmente lançado pelo próprio Zhou Enlai em 1976.

Mao Zedong deu pouca importância em reduzir o dramático nível de pobreza, as melhorias educativas são discutíveis (devido a “Revolução Cultural”). O registro ambiental sombrio dos anos de Mao ofereceu orientação escassa à busca de atender os novos desafios colocados pelo desenvolvimento econômico explosivo. Este período é um exemplo de interferência humana extrema no mundo natural em uma época em que as relações humanas também foram extraordinariamente distorcidas.

As estratégias políticas e econômicas no período de Mao Zedong deixa uma herança de muita controvérsia, pois causaram grande impacto na história chinesa, positiva ou negativamente e os resultados são sempre de grande escala. A juventude chinesa reconhece Mao como figura mitológica, outros o veem como líder revolucionário. Outros, porém, o veem como tirano. Muitos idosos se negam a comentar o passado vivido, para eles, esquecer o passado e olhar para frente é a melhor escolha quando se pensa na China do período de Mao. Na cúpula do Partido pós-Mao, reconhecem que erros graves foram cometidos na sua administração e o acusam de ser responsável pela ruptura com a União Soviética; por não ter adotado a política de controle de natalidade e pela perda de milhares de vidas em suas campanhas e planos econômicos. Por outro lado, críticos de Mao argumentam que ele realizou com êxito atividades de grande importância, por exemplo, diminuição da taxa de analfabetismo, industrialização e a soberania da China sob seu comando.

Mao foi um estrategista que marcou época, é reconhecido como um dos líderes revolucionários mais influentes do século XX e segundo Deng Xiaoping “Mao estava três quartos certo e um quarto errado” e mais, “sua contribuição foi primordial e seus erros secundários”.

Referências

- Breve Dicionario Político - Editorial Progreso. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kolkhoz.htm>>. Acesso em: julho 2014.
- BURKITT, L; SCOBELL, A; WORTZEL, L. M. *The lessons of history: The Chinese peoples's Liberation Army at 75*. [S.1]: Strategic Studies Institute, 2003. ISBN 1-58487-126-1. Disponível em: <<http://www.isn>

- ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?lang=en&id=100614>. Acesso em: julho 2014.
- CHANG, Jung. *Mao: a história desconhecida*. Tradução Pedro Maia Soares. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHANG-SHENG, S. Do Grande Salto para Frente à grande fome: China de 1958-1962. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 107-129, 2004. Disponível em: <[http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=199](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=199)>. Acesso: setembro 2014.
- , Interações entre Mao e os Guardas Vermelhos na Revolução Cultural. *Diálogos* – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, vol. 9, 2005, pp. 137-166. Disponível em: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=135&path%5B%5D=pdf_116>. Acesso: setembro 2014.
- China The First Five-Year Plan, 1953-57. *Library of Congress*. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/MATERIAL/157615.htm>>. Acesso em: agosto 2014.
- DUARTE, N. S. L. *Além do Vento Norte. A Saga do Povo Chinês*. Porto Alegre: Editora AGE, 2005.
- GIFFONI, L. *China, o despertar do dragão: viagem ao milagre econômico chinês*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007.
- GONG, P. Mudança no Uso do Solo e na Urbanização a Partir da Década de 1980 na China. In: FERREIRA, Leila da C.; ALBUQUERQUE, José Augusto G. (Org.). *CHINA & BRASIL: desafios e possibilidades*. São Paulo: Annablume; Campinas: CEA, Unicamp, 2013.
- HALSALL, P. Modern History Sourcebook: *Lu Ting-yi: Let Flowers of Many Kinds Blossom, Diverse Schools of Thought Contend*. Peking: Foreign Languages Press, 1957, pp. 3-35. July 1998. Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/mod/modsbook.asp>>. Acesso: julho 2014.
- JIANG, Z. *Reforma e construção da China*. Tradução da Rádio Internacional da China. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- INTSUN, C. Ekonomicheskaya pomoshch Sovetskogo Soyuza Kitajskoj Narodnoj Respublike v 1949-1959 godah. “Ajuda econômica da União Soviética à China nos anos 1949-1959”. Tese de doutorado (em russo). Moscou. Universidade Técnica Estatal. 2003. Em: bi-

- biblioteca eletrônica de teses <<http://www.dissercat.com>> Acesso em: julho. 2012.
- LIMA, Joana. *Os Guardas Vermelhos*. 24/03/2010. Disponível em <<http://historiacommarjojo.blogspot.com.br/2010/03/os-guardas-vermelhos.html>> Acesso em: setembro 2014.
- LYRIO, M. C. *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: Funag, 2010.
- MARTI, M. E. *A China de Deng Xiaoping*. Trad. Antonio Sepulveda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- MEZZETTI, F. *De Mao a Deng: a transformação da China*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- MIKHAILOVA, I. Rússia e China: Transformações Econômicas à luz da História das Relações Bilaterais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.2. n.3, jul./dez., 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>. Acesso em: setembro 2014.
- MILARÉ, L. F. L.; DIEGUES, A. C. Construções da Era Mao Zedong para a Industrialização Chinesa. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 359 -378, mai-ago/2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n2/a09v16n2.pdf>> Acesso em: agosto 2014.
- OLIVEIRA, F. C. *A Grande Revolução Cultural Proletária (2)*. 27/09/1999. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/jornal/a-grande-revolucao-cultural-proletaria-2-124206>>. Acesso: setembro 2014.
- PAN, L. The 2nd Five-Year Plan (1958–1962). GOV.CN, 2006. *Official Web Portal, Government of China*. Disponível em <http://www.gov.cn/english/2006-04/05/content_245706.htm> Acesso em: agosto 2014.
- Roberts, J. A. G. *History of China*. 2 ed. Palgrave Macmillan Trade, 2006.
- SCARUFFI, P. *Wars and Casualties of the 20th and 21st Centuries*. 2009. Disponível em <<http://www.scaruffi.com/politics/massacre.html>> Acesso em: julho 2014.
- SUKUP, V. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 45, n. 2, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-3292002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: setembro 2014.

- The 3rd Five-year Plan (1966-1970). Government web portal. *China Internet Information Center*. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/MATERIAL/157608.htm>> > Acesso em: agosto 2014.
- The 4th Five-Year Plan (1971-1975). Government web portal. *China Internet Information Center*. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/MATERIAL/157612.htm#>> > Acesso em: agosto de 2014.
- XINRAN. *O que os chineses não comem*. Tradução Ricardo Gouveia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ZHENG, L. A caminho de desenvolvimento econômico chinês. Em: BELLUCCI, B. (org.) *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2004.

GT6

Corpo, Subjetividade e Poder

Saúde mental e depressão: sobre a função política de uma epidemia

ELTON ROGÉRIO CORBANEZI

eltoncorbanezi@hotmail.com

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos

Resumo

O objetivo desta pesquisa é investigar e articular duas noções: saúde mental e depressão. Primeiro, trata-se de analisar o nascimento da psiquiatria a partir do conceito de “doença mental”, já que é mediante o processo sistemático de sua desinstitucionalização que emerge o conceito de “saúde mental”. Não mais restrito ao domínio do patológico, tal conceito divulgado pela OMS desde os anos 1950 incita, ao menos tacitamente, os indivíduos à autorrealização permanente. Nesse contexto em que a própria normalidade se constitui como objeto de intervenção médica, analisamos a progressiva flexibilização e ramificação dos transtornos depressivos nos sucessivos Manuais diagnósticos e estatísticos de transtornos mentais, destacando especialmente as três últimas edições. Desse modo, nossa intenção é mostrar que o aumento de casos depressivos pode decorrer de uma acentuada tendência de patologização de condutas com sofrimento cada vez mais tênue, estratégia que está em conformidade com a biopolítica da saúde mental, cujo objetivo é otimizar a vida e a capacidade dos indivíduos mediante a extensão da ação psiquiátrica no tecido social. Pretendemos sustentar, assim, que a proporção supostamente epidêmica de depressão se torna um problema relevante para a cultura ocidental quando associada a um discurso médico, institucional e político que estimula permanentemente o indivíduo a produzir bem-estar, a otimizar determinadas capacidades e a realizar-se em todas as dimensões da sociabilidade.

Palavras-chave saúde mental; depressão; biopolítica

Relação consciência-mente-corpo no contexto da hiperconexão digital: automatismo e liberdade à luz do Yoga

THIAGO PIRES GALLETTA

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar e refletir sobre a compreensão do Yoga (enquanto conhecimento filosófico e saber prático-experimental) a respeito dos novos e singulares ambientes propostos ao humano pela recente e acelerada popularização das redes sociais online e dos suportes de internet móvel (celulares, tablets, smartphones, etc.). Mais especificamente, o estudo em curso investiga o lugar e a possível importância específica que assume a relação de si para consigo, as técnicas de si e o cuidado de si, neste novo cenário digital emergente, buscando discutir potenciais implicações sócio-políticas desta relação e deste tipo de cuidado tal como entendidos e experienciados no Yoga. Aqui se coloca a questão da soberania do humano sobre si mesmo, seu corpo e sua mente, em um ambiente que tende a promover a hiperestimulação dos processos mentais, e no qual a atenção e o tempo de navegação do humano na internet se convertem em fontes de crescente exploração pelo capital. Serão evidenciados ainda, importantes e expressivos contrastes e paralelismos entre os princípios atualmente preponderantes de desenvolvimento das tecnologias digitais e os trajetos de formulação e as perspectivas prático-filosóficas do Yoga. Apoiando-se no estudo aprofundado da bibliografia pertinente ao objeto focado, a investigação de campo se volta especialmente à realização e levantamento de entrevistas sobre o tema com reconhecidos mestres e formadores yogues brasileiros.

Palavras-chave Filosofia Oriental, Tecnologias Digitais, Relação mente-corpo, Conhecimento, Trabalho Imaterial

Desenvolvimentos sobre as marcações de mulher e de animal no abate industrial

LAURA LUEDY

lauraluedy@gmail.com

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Mariana M. Chaguri.

Resumo

As formas ideacionais e materiais que tomam as interações de trabalhadores de abatedouros industriais com o que é êmicamente classificado como mulher ou animal, conforme figuram na composição textual que produz o registro extensamente denso de observações diretas e de entrevistas narrativas pouco direcionadas, bem como de informações suplementares produzidas a partir de análise documental e da revisão de literatura relevante, evidenciam – arguir-se-á – em que medida valem as teses que a literatura em ciências sociais tem hegemonicamente sustentado para dar conta da violência de gênero e para tornar compreensíveis as composições sincrônica e diacrônica em que se supõe que esta se atualiza num contexto capitalista. Conforte tentar-se-á demonstrar, a impossibilidade de se dissociar a dimensão utilitária do abate de sua dimensão expressiva se mantém, senão se agudiza, com o caminhar de sua industrialização, e se faz no sentido de uma radicalização das fronteiras entre homem, mulher e animal. Creio que valha adiantar – embora, dado o escopo do trabalho, não possa sustenta-lo com toda propriedade – que isso no mínimo recomenda a hipótese de que “o telos (...) dos mandamentos de capitalização não (...) é o processo de acumulação, porque isso significaria cair em uma tautologia (...) e (...) [sim] a produção da diferença mediante a reprodução e a ampliação (...) da hierarquia até o ponto (...) [de] expressão incontestável de seu êxito” (SEGATO, 2004: 15), e que o sistema sexo-gênero e a animalidade têm posição fulcral na égide do capital.

Palavras-chave gênero, mulher, violência, animal, capitalismo

Referências

SEGATO, Rita L. (2004). Territorio, soberanía y crímenes de segundo Estado: la escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. *Série Antropologia*, 362, Disponível em: <http://www.dan.unb.br/imagens/doc/Serie362empdf.pdf> [consultado em 7-1-2015]

Pensar o libertário

MARIO GUILLERMO MASSINI

zandoralter@hotmail.com

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Silvio Camargo.

Resumo

A proposta do trabalho é abordar, de um modo amplo, o que podemos chamar de questão libertaria. O nosso interesse é pensar esse assunto sem restringi-lo a qualquer definição previamente estabelecida, entendendo que boa parte da sua riqueza tem a ver com as possibilidades de abertura que outorga. Nesse sentido, é válido destacar nossa inclinação na procura de falhas, faltas e gretas, assim como de deslocamentos, fugas e vazamentos: a categoria de sintoma será um dos eixos para revezar esses movimentos.

Para isso, nosso procedimento será indagar algumas questões clássicas da sociologia, principalmente o vinculado à ordem e à estruturação social e sua relação com o conflito. Dentro dessa linha, destacamos o referido à política, o político, o social e a sociedade, nesse constante processo de institucionalização que se apresenta no tecido social. Nesse processo, devemos contar com a emergência de novos sujeitos, subjetividades e intersubjetividades, assim como a criação de demandas e lutas pela construção de hegemonia, entre outros itens.

Tais análises serão desenvolvidas mediante um olhar teórico de tipo transversal no qual, e a pesar de nos concentrarmos na teoria social contemporânea, também procedermos a adotar categorias vinculadas com a psicanálise e análise do discurso, assim como da filosofia e da ciência política. Ao mesmo tempo, e para não ficar num plano meramente abstrato, propomos incorporar diversos casos empíricos que favoreçam a discussão.

Palavras-chave Libertário – Sujeito – Subjetividade – Sintoma - Teoria social

Notas sobre a universalização de um discurso

MATHEUS SILVEIRA MENDES

msmendes333@gmail.com

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Michel Nicolau Netto. Agência de fomento: CAPES

Resumo

A pesquisa pela especificidade assumida pelo discurso sobre o terrorismo, ou antes, a noção mesma de terrorismo, se faz atrelada a uma série de determinações as quais buscamos investigar. A primeira delas se refere aos elementos fundantes desse discurso, dentro os quais a dualidade “racionalidade” e “irracionalidade” se sobressai; propomos, assim, a investigação sobre essa divisão no contexto discursivo do terrorismo. A especificidade do atual discurso sobre o terrorismo diz respeito à inédita ligação da noção de terrorismo ao conceito de guerra, e sobre essa conexão nos pausaremos para debater toda a polissemia envolvida no postulado da “guerra ao terror”, bem como as implicações lógicas desse postulado. Organizamos a apresentação de maneira a oferecer bases sólidas para o estudo das estratégias de universalização, isto é, tanto universal quanto universalizante, do discurso terrorista operante em conceitos porosos e distinções tênues.

Palavras-chave socioanálise - terrorismo - sociologia do direito

GT7

Teoria e Método

Trabalho e *habitus*: um diálogo crítico entre os “jovens” Lukács e Bourdieu

TÁBATA BERG

tabataberg@yahoo.com.br

Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Resumo

Propomos estabelecer um diálogo crítico entre os textos de “juventude” de György Lukács e Pierre Bourdieu. Lukács e Bourdieu se debruçaram sobre algumas questões e inquietações muito próximas. Por exemplo: a relação sujeito/objeto, consciência/reificação, a questão das classes sociais, a crítica ao pensamento científico; tão caras ao trabalho que estamos desenvolvendo. Essa proximidade das questões que enfrentaram é, a nosso ver, um importante elemento de diálogo, todavia, a razão determinante para elegermos os dois autores é: ambos enfrentaram com maestria a questão da subjetividade – cada um ao seu modo –, dando-lhe centralidade sem, com isso, conferir-lhe autonomia absoluta. Elencamos, para tanto, duas categorias – hipótese de pesquisa desse trabalho – que, a nosso ver, concentram a questão do lugar da subjetividade na teoria social, mais especificamente, a relação entre a subjetividade (consciência) e objetividade. São elas: trabalho e *habitus*. Todavia, não tomamos como objeto da nossa pesquisa trabalho e *habitus* enquanto categoriais plenamente desenvolvidas, optamos por reconstruir suas gêneses, partindo das categorias práxis e mediação, tal como foram construídas pelo “jovem” Lukács em *História e Consciência de Classe*, e da relação entre trabalho e consciência, construída pelo “jovem” Bourdieu nos textos sobre a Argélia.

Palavras-chave Trabalho, *habitus*, práxis, mediação e consciência

Justiça Social e Teoria Crítica: formulações contemporâneas

ENRICO PATERNOSTRO BUENO DA SILVA

enricobueno@yahoo.com.br

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Josué Pereira da Silva.

Resumo

A pesquisa almeja realizar um esforço teórico-conceitual para debater conceituações críticas e sociológicas do conceito de justiça social, cotejando seus méritos e limitações no que se refere tanto aos diagnósticos da sociedade presente quanto às perspectivas normativas dos autores. Esse objetivo compreende, inicialmente, uma leitura imanente e crítica de três referenciais contemporâneos que dialogam com a tradição teórica conhecida como Teoria Crítica da Sociedade: Axel Honneth, Nancy Fraser e Luc Boltanski. A seleção dos autores traz uma rica diversidade intelectual para o corpus, dado que cada qual carrega consigo não apenas a influência frankfurtiana, mas também de tradições teóricas distintas na definição de suas posições; ademais, constituem debates entre si a respeito do tema que norteia esta pesquisa. As hipóteses centrais deste trabalho apontam que a justiça social tornou-se imprescindível à teoria crítica nas ditas sociedades ocidentais complexas, convertendo-se em uma concepção fundamental e indispensável para uma teoria social de teor normativo voltada à emancipação humana.

Palavras-chave Pensamento Social; Teoria Crítica; Teorias da Justiça; Movimentos Sociais; Conflito Social

“O sistematizador do assistemático”: ensaio e sistema em Georg Simmel

HENRIQUE PASTI

hbpasti@gmail.com

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Jesus Ranieri.

Resumo

O ensaísmo de Georg Simmel tornou-se numa das mais marcantes características de seu pensamento. Para muitos intérpretes esse seu ensaísmo se confunde com sua proposta metodológica (perspectivismo), servindo como contraponto ao racionalismo estéril (e, por assim dizer, violento) dos sistemas fechados. Entretanto, a confusão entre o ensaio enquanto opção estilística e o ensaio enquanto modo de pensamentativo, experimental e adversário do pensamento sistemático leva, a meu ver, a uma essencialização do ensaio que, confundindo forma e conteúdo, acaba por atribuir ao pensamento veiculado por determinado texto ensaístico características que não lhe são próprias. Argumento que frequentemente é esse o caso com Simmel: apesar da opção estilística pelo ensaio, o conteúdo que ele veicula (seu pensamento) não é antissistemático; pelo contrário tudo é catalogado e classificado em tipologias complexas, de maneira mais próxima do sistema do que do ensaísmo. Para tanto, discuto a concepção de ensaio em Lukács e Adorno para então reconstruir o pensamento de Simmel como sistemático, tomando por exemplo a formulação presente no seu ensaio sobre a determinação quantitativa dos grupos.

Palavras-chave Georg Simmel (1858-1918); Ensaio; Sociologia; Filosofia alemã

Considerações sobre a relação entre igualdade e valor em Karl Marx a partir do conceito de capital na sua generalidade

HYURY PINHEIRO

hyure.pnh@gmail.com

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Jesus José Ranieri

Resumo

Nossa pesquisa questionou, inicialmente e em sentido positivo, a possibilidade de conexão entre o desenvolvimento da noção de igualdade de jure enquanto categoria jurídica burguesa e o desenvolvimento da forma-valor nas obras marxianas de crítica à economia política, notadamente aquele exposto em *O capital*. Optamos por nos concentrar inicialmente nos textos de maturidade de Marx, bem como em alguns comentários desses textos. Esse exercício nos permitiu perceber uma unidade entre as obras de juventude e maturidade de nosso autor, a qual parece gravitar em torno do problema do estranhamento, e nos impeliu à consideração de alguns textos de sua juventude.

Em função dos resultados parciais a que viemos chegando, nosso questionamento tomou outra forma: sobre a possibilidade de conexão entre um complexo de fenômenos da modernidade, no qual se encerram, entre outros, o da separação entre a sociedade civil e o Estado, o da possibilidade de mensuração do valor, o do surgimento do indivíduo, o estabelecimento de uma igualdade formal entre os membros da sociedade etc. e o desenvolvimento do capital enquanto objeto universalizador das relações sociais de produção, tal como foi desenvolvido por Marx desde os *Grundrisse* e apresentado conceitualmente em *O capital*. Temos por hipótese que essa articulação possa ser encarada do ponto de vista dos processos de abstração caracte-

rísticos da modernidade, e que tais processos possam estar intimamente ligados ao desenvolvimento lógico-histórico do capital.

Palavras-chave igualdade, valor, capital, abstração, estranhamento

Abstract

At beginning our research questioned positively the possibility of connection between the development of a equality's notion de jure as bourgeois juridical category and the development of the value-form in the Marxian works critical to the political economy, especially that presented in *The Capital*. We chose to focus initially on Marx's maturity texts, as well as some commentators of these texts. This exercise allowed us to realize a unity between the works of youth and maturity of our author, which seems to gravitate around the problem of estrangement, and led us to some of your juvenile texts.

Because of partial results we got, our questioning took another form: about the possibility of connection between a complex of phenomena from modernity, in which we find, among others, the modern phenomenon of separation between civil society and State, the possibility of mensuration of value, the emergence of the individual, the establishment of formal equality between members of society etc. and the development of capital as an object that universalizes the social relations of production, just as developed by Marx since the *Grundrisse* and conceptually presented in *The Capital*. We have the hypothesis that this articulation may be faced from the point of view of processes of abstraction, a distinctive feature of modernity; and that such processes may be deeply connected to the historical-logical development of the capital.

Keywords equality, value, capital, abstraction, estrangement

O problema de nossa pesquisa é, de modo geral, a possibilidade da conexão entre um complexo de fenômenos da modernidade, os quais são expressos por categorias como, por exemplo, as de igualdade e propriedade, e o conceito de capital na obra de maturidade de Marx,¹

1. Seguimos aqui a periodização sugerida por Vaisman (2002: 18-19), segundo a qual a fase madura de Marx seria aberta pela redação dos *Grundrisse* de 1857-1858 e precedida por um período de transição compreendido entre 1850-1856.

havendo hipoteticamente uma legalidade comum entre o desenvolvimento da forma-valor e o desenvolvimento desse complexo de fenômenos. De modo particular, esse problema se limita à questão da relação entre o aprofundamento de processos de abstração - resultantes da modernidade - na vida social e o desenvolvimento do conceito de capital, de modo que seja possível depreender as transformações sociais modernas do próprio movimento do capital. Compreendendo a *igualdade* como categoria própria de uma sociedade moderna de mercado (GOLDMANN, 1967:) e, assim, como particularidade desse complexo de fenômenos mais geral, buscaremos, nesse artigo, expor alguns momentos da obra marxiana onde essa categoria é colocada. Portanto, é preciso ter sempre em mente que, quando falamos da expressão categórica *igualdade*, referimo-nos ao complexo de fenômenos ao qual ela está articulada. Gostaríamos antes de problematizar alguns elementos que levaram nosso objeto a algumas transformações com relação à sua primeira versão. Tais elementos surgiram em função das leituras previstas - e outras imprevisas - no projeto. Esse artigo tenta, sobretudo, esboçar os resultados parciais de nossa pesquisa.

1 Problematização de alguns elementos

1.1 O conceito de capital em geral

Através dos textos de Rosdolsky ([1968] 2001), Reichelt ([1973] 2013) e Arthur (2010) estamos percebendo, entre outras coisas, que a questão da igualdade *de jure* pode ser abordada, do ponto de vista da formulação do *conceito geral de capital* de Marx,² como um processo de muitas facetas - social, político, econômico, etc. - atrelado à

2. Segundo Rosdolsky (2001: 55), a consideração do "conceito geral de capital" é oposta ao estudo das "relações concretas" ou "capital real", que é ponto de vista da concorrência, ou seja, da interação entre os diversos capitais singulares: "(...) esse conceito [geral] é só uma imagem abstrata e dialética 'do movimento real, do devir do capital'. Daí se conclui que, no conceito geral de capital, 'está contido', em embrião, 'o desenvolvimento posterior', ou seja, não só as tendências 'civilizatórias', que impulsionam o capital adiante, mas também as contradições que o conduzem além de seus próprios limites" (grifos do autor). A importância de trabalhar esse conceito geral de capital está na possibilidade de captação da "*differentia specifica* do capital, em oposição a todas as demais formas de riqueza (...)". Tal seria o ponto de vista dos dois primeiros livros de *O Capital*, "(...) enquanto o terceiro supera esse limite, fazendo a passagem para

lógica interna daquele conceito, o qual apresentaria uma aproximação - quando não uma "identidade estrutural"(REICHELT, 2013: 86; ARTHUR, 2010: 107) - com a estrutura interna do conceito hegeliano de espírito ou de ideia. Nesse sentido, o capital seria caracterizado conceitualmente, e do ponto de vista da sua exposição, como o desdobramento de categorias expressivas do cotidiano burguês - notadamente as categorias econômicas - dialeticamente ordenadas, cuja totalidade poderia ser expressa na generalidade do conceito de capital. Esse desdobramento pode ser percebido como o movimento dos resultados do *processo de abstração* que se dá a partir da esfera da atividade concreta e material dos agentes produtores, ou, do ponto de vista do processo de valorização do valor, a partir da relação entre trabalhadores e capitalistas.³ Essa relação se apresenta na efetividade como um diverso de relações que se tornam concatenadas, do ponto de vista de uma repartição relativamente ordenada do trabalho social global por diversos setores da produção, na medida em que o capital se desenvolve e integra a reprodução social em um "sistema específico de dependência universal"⁴: assim "(...) [a lei do valor] nada mais

a análise da 'pluralidade de capitais' e de suas inter-relações, ou seja, do capital que existe 'na realidade'"(ROSDOLSKY, 2001: 53; 69).

3. Apesar de, nesse momento, nos referirmos a uma esfera da atividade concreta e material, os termos *trabalhador* e *capitalista* se referem às personificações resultantes do conceito de capital, a exemplo de *vendedor* e *comprador* ou *credor* e *devedor*. Não se tratam de tipos ideais weberianos, mas de *máscaras*, abstrações mais ou menos complexas em função do momento do desdobramento do conceito de capital. Apesar do seu grau de complexidade diverso segundo o momento do conceito, essas máscaras tem algo em comum com sua forma mais simples: o fato "(...) de serem universal-abstratas, graças a uma negação abstrata do específico que existe nos indivíduos reais"(REICHELT, 2013: 235). Essa compreensão se pauta ainda na seguinte afirmação de Marx (2013: 80), presente no prefácio da primeira edição de *O Capital*: "Mas aqui só se trata de *pessoas* na medida em que elas *constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes*"(grifos do original em alemão).
4. Vale dizer que esse "sistema específico de dependência universal" que condiciona a existência do "trabalho social global" se dá "(...) quando, mediante a ação do próprio capital, a propriedade fundiária feudal tiver sido convertida em propriedade fundiária burguesa (ou criada diretamente como propriedade fundiária burguesa) e, desse modo, tiver sido consumada a separação entre a existência subjetiva e a sua continuação objetiva (...)"(REICHELT, 2013: 231). Não há, portanto, um movimento meramente lógico, mas histórico e político na medida em que essa separação se impõe mediante lutas violentas entre grupos sociais determinados.

é que a síntese social global (...)”(REICHELT, 2013: 231), ou seja, uma *resultante e reprodutora* desse processo de integração.

1.2 O processo de abstração e a objetividade

Outra questão que ganha importância a partir dessas leituras é a do processo de abstração. Arthur (2010: 108-109) argumenta que há uma “abstração material” na troca de mercadorias que serve de base para o desenvolvimento da forma-capital, a qual é imanente aos fenômenos econômicos e tem neles - na sua objetificação - efetividade. Se as relações econômicas são mediadas pela troca, e esta mediada pelo dinheiro, o qual é resultado do desenvolvimento da circulação de mercadorias (MARX, [1867] 2013), então a ordenação dessas relações pode ser percebida como função da lógica abstrata - ou das determinações - presente(s) nessas mediações, de modo que as categorias econômicas postas no cotidiano regulem, por conta da sua própria lógica ou determinação, processos e relações sociais⁵ em conformidade com o desenvolvimento do capital em geral, do qual, vale dizer, se desdobram essas mediações. Daí sua *aparente autonomia* - autonomia, na medida em que a existência dessas abstrações estão condicionadas pelo processo de valorização do capital; aparente, dado que tal processo é aparência da “progressiva capitalização do trabalho”, do qual o capital permanece dependente (ARTHUR, 2010: 123; RANIERI, 1997/1998: 164). Contudo, se uma “harmonia” pode ser inferida a partir desse ordenamento social dos indivíduos, bem como da concatenação dos movimentos dos capitais particulares, ela se mostra falsa tão logo entra em cena um processo de crise.

Esse processo de abstração que confere à vida social uma *objetividade*,⁶ a partir da qual leis de funcionamento podem ser enunciadas

5. Processos e relações sociais essas que são também produtoras dessas abstrações, como pode ser percebido na afirmação da nota 6.
6. O processo de abstração - e portanto a constituição da objetividade do valor - é, ao mesmo tempo, resultado das relações sociais em questão. Como coloca Marx (2013:125): “(...) as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social (...)”. Se admitimos a lei do valor como “síntese social global” como colocado acima, é porque tal lei do valor se mostra como resultado dessa unidade social. De qualquer modo, “(...) a forma da objetividade social [é] uma forma que se caracteriza por ser inteiramente constituída pela subjetividade, mas ao mesmo tempo pelo

na medida em que expressam a lógica de funcionamento de um processo que se torna (aparentemente) autônomo, pode ser observado também nas outras esferas da vida social. É o que observa Schmied-Kowarzik (1981) a partir das obras marxianas de juventude. Aqui, como nas obras de maturidade, fica claro o papel do *estranhamento* nesse processo de inversão entre sujeito e predicado, onde o trabalho objetivado domina o trabalho vivo tão logo o segundo aparece como dependente do primeiro. Schmied-Kowarzik (1981: 70) chama a atenção para os desenvolvimentos de Marx na sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, onde é colocado que Hegel expressa, com sua filosofia do Estado ou do direito, a verdade das relações efetivas. No entanto,

(...) a *verdade do presente*, que o Estado assumiu uma existência independente com relação aos indivíduos sociais, que eles se confrontam na sociedade burguesa em um total isolamento: *não é essa* a efetividade racional, a qual vem à luz nesses elementos como crê Hegel, mas sim a verdade nua das *relações presentes e estranhadas*. (Grifos nossos)⁷

Ou seja, essa separação entre Estado e sociedade civil, ou a "verdade do presente", diagnóstico de época que aparecia como necessário e racional para Hegel, era para Marx uma expressão do estranhamento presente na sociedade moderna, cuja gênese pode ser remontada à lógica da propriedade privada.⁸ A própria existência desse Estado moderno ou político, descolado da sociedade civil, é uma *abstração*

fato de a subjetividade que a constituiu desaparecer por trás dela"(REICHELTL, 2013: 266). Essa objetividade é ainda, em significativa medida, responsável pela aparente autonomia do capital citada logo acima.

7. Tradução nossa de: "(...) es ist die Wahrheit der Gegenwart, daß der Staat sich gegenüber den gesellschaftlichen Individuen verselbständigt hat, daß diese in bürgerlichen Gesellschaft sich in totaler Vereinzelung gegenüber treten, doch ist dies nicht die vernünftige Wirklichkeit, die hierin zum Vorschein kommt, sondern die nackte Wahrheit der gegenwärtigen entfremdeten Verhältnisse."
8. Trechos como "a propriedade etc., em suma, todo o conteúdo do direito e do Estado (...)e "o conteúdo do Estado [a propriedade etc.] se encontra fora dessas constituições"(MARX, [1843] 2010a: 51) indicam que a lógica do direito e do Estado para o jovem Marx - e temos razões para pensar que isso também ocorre na sua maturidade, na medida em que a propriedade privada aparece como capital - tem a sua gênese na lógica da relação entre a propriedade privada e o trabalho estranhado, lógica essa que pode ser conferida em Marx ([1844] 2004: 79-90).

própria dos tempos modernos "(...) porque a *abstração da vida privada pertence somente aos tempos modernos*"(MARX, 2010a: 52) (grifo nosso). Portanto aqui pensamos que se deve problematizar os termos *abstração (Abstraktion)*, *vida privada (Privatleben)* e *tempos modernos (moderne Zeit)*. Se pudermos identificar essa abstração com a que ocorre na esfera econômica, no cotidiano burguês; se esse cotidiano burguês puder ser identificado com a vida privada; e se, finalmente, a noção dos tempos modernos puder ser identificada com aquela que especifica as peculiaridades do tempo histórico onde a existência do capital corresponde em alguma medida ao seu conceito geral,⁹ temos que o processo de separação entre Estado e sociedade civil está atrelado ao processo de desenvolvimento do capital em geral, o qual coincide com a existência autônoma das categorias econômicas e a fetichização das relações sociais. Se isso for certo, temos a conexão do desenvolvimento do capital em geral com o surgimento da noção de igualdade *de jure*, bem como com todo o complexo de fenômenos característicos da modernidade, do qual, vale lembrar, a própria separação entre o Estado e a sociedade civil faz parte, como poderemos notar adiante.

É interessante ainda a citação que Reichelt (2013: 86) faz de Hegel ([1805/1806] 1967: 257) quando ele busca sustentar uma certa identidade estrutural entre o conceito marxiano de capital e o hegeliano de espírito:

Existe aí [no dinheiro] o princípio formal de toda a razão. (Porém, esse dinheiro, que tem o *significado* de todas as necessidades é, ele próprio, apenas uma *coisa imediata*) - É a abstração de toda particularidade, de todo caráter etc., de toda qualificação do indivíduo. (grifos do autor)

Se admitirmos que para Marx o dinheiro também se apresente como "abstração de toda particularidade", percebemos um duplo caráter da

9. "Do ponto de vista de Marx, ponto de vista da *concretização* material, ainda que a pretensão do capital enquanto sujeito seja a plenitude de sua dominação, ela está impossibilitada porque, no limite, sua dependência do trabalho humano não pode ser suprimida, uma vez que somente a relação com o trabalho vivo é geradora da lógica interna de desenvolvimento, acumulação e valorização do capital - a substância social deste último é o próprio trabalho, o que o impede de agir como o demiurgo hegeliano da realidade, sujeito criador que se harmoniza no final do processo como ideia absoluta."(RANIERI, 1997/1998: 166) (grifo do autor)

noção de igualdade, expressivo todavia de uma unidade processual - o processo de abstração -, qual sejam um caráter *político* - pautado na existência do Estado político, o qual abstrai a existência concreta do indivíduo, tal como apresentado por Marx ([1843] 2010b) - e outro *econômico* ou *lógico* - ancorado nas abstrações provenientes do processo de troca, as quais possibilitam o desdobramento lógico da forma-valor. É importante frisar que essa unidade processual se assenta no conceito geral de capital, e esse conceito é *resultado* de um processo histórico material, cuja violência reside na separação entre produtores e meios de produção. A partir disso se mostra também a importância da consideração de uma teoria marxiana da alienação, notadamente a consideração de três categorias: exteriorização (*Entäußerung*), estranhamento (*Entfremdung*) e venalidade (*Veräußerung*).

2 A questão da igualdade enquanto resultado do processo de abstração

A questão da igualdade entre os indivíduos da sociedade burguesa aparece com alguma frequência nos escritos de Marx. Apontaremos a seguir três trechos em que essa temática aparece, onde podemos percebê-la não como um princípio moral, mas como resultado dos processos modernos de abstração da vida social. Nos primeiros dois trechos procuraremos ressaltar o caráter político e social dessa igualdade, enquanto no último, o caráter econômico ou lógico. Primeiramente, em *Sobre a questão judaica* de 1843, Marx coloca essa questão a partir da discussão da forma moderna ou burguesa do Estado (Estado político), produto do processo de *emancipação política*¹⁰:

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como *diferenças apolíticas*, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da *vida real* de um povo a partir do ponto de vista do Estado. (MARX, 2010b: 39-40) (grifos nossos)

10. "A revolução política é a revolução da sociedade burguesa"(MARX, 2010b: 51).

Podemos notar através dessa citação que há um processo de *abstração* das diferenças efetivas presentes na sociedade civil mediado pela existência de um Estado que, segundo aponta Schmied-Kowarzik (1981: 73) ao comparar a monarquia e a república a partir da categoria de estranhamento (*Entfremdung*), reflete a forma da existência do indivíduo separado do coletivo, ou do povo separado do Estado.¹¹ Essa separação é percebida ainda quando mais à frente, ao discutir a questão dos direitos humanos, Marx (2010b: 50) afirma a cisão do indivíduo entre uma "esfera em que o homem se comporta como ente comunitário- sujeito de direito - e aquela "em que ele se comporta como ente parcial¹² - determinado pela sociedade civil -, sendo que a primeira esfera (esfera do *citoyen*) aparece a serviço da garantia da segunda (esfera do *bourgeois*). Através dessa abstração que é a cisão do indivíduo real em duas esferas - que reflete nada mais que a separação entre sociedade civil e Estado - teria lugar uma *igualdade formal* (*de jure*) entre os diversos indivíduos, "participantes igualitários da soberania nacional". Essa igualdade é formal na medida em que não elimina as diferenças de fato. Citamos

Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas (...) e tornem efetiva a sua essência particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele. (...) Só assim, *pela via* dos elementos *particulares*, é que o Estado se constitui como universalidade. (MARX, 2010b: 40) (grifos do autor)

-
11. Após citar Marx ([1843] 2010a: 52), dizendo que "a *monarquia* é a expressão acabada dessa alienação [Entfremdung]", Schmied-Kowarzik (1981: 73) explica que assim o é pois "(...) nela o Estado se opõe ao povo enquanto poder totalmente estranho, enquanto a república já é a apropriação do Estado abstrato através do povo"(tradução nossa de: "denn in ihr [die Monarchie] tritt der Staat dem Volk als total fremde Macht entgegen, während die Republik bereits die formelle Aneignung des abstrakten Staates durch das Volk ist."), retomando Marx (2010a: 52) em seguida: "A *república* é a negação da alienação [Entfremdung] no interior de sua própria esfera". Ou seja, uma negação formal do estranhamento.
 12. Essa seria a esfera do "homem *propriamente dito* e *verdadeiro*", o "*homme egoísta*"(MARX, 2010b: 50) (grifos do autor).

Fica claro, portanto, que o Estado político, resultado da emancipação política ou da revolução da sociedade burguesa, é a expressão conceitual dessa separação. Aqui reside a crítica de Marx (2010a: 91) a Hegel: "[Hegel] pressupôs a *separação* da sociedade civil e do Estado político (uma situação moderna) e a desenvolveu como *momento necessário da Ideia*, como verdade absoluta racional"(grifos do autor). Mais adiante afirma: "O mais profundo em Hegel é que ele percebe a separação da sociedade civil e da sociedade política como uma *contradição*. Mas o que há de falso é que ele se contenta com a *aparência* dessa solução e a faz passar pela coisa mesma (...)"MARX, 2010a: 93) (grifos do autor). Tal aparência da solução é, nada mais, que o Estado enquanto esfera conciliadora, harmonizante dessas contradições. Ou seja, se essa separação aparece como algo *necessário* a Hegel, parece-nos aqui adequada a afirmação de Marx (2004: 124) de que "(...) Hegel se coloca no ponto de vista dos modernos economistas nacionais", na medida em que tal ponto de vista é o ponto de vista das determinações da propriedade privada e do trabalho estranhado.¹³ Nesse sentido, se faz interessante uma questão colocada por Arthur (2000: 107): "(...) e se o significado secreto da dialética de Hegel derivar de um 'mundo invertido' do próprio fazer do capital?".¹⁴ Assim, o Estado político teorizado por Hegel como necessário e criticado por Marx ora como insuficiente para a emancipação humana, ora como expressão do estranhamento, do qual deriva a igualdade moderna ou burguesa, estaria conectado com as determinações modernas da produção material da vida, determinações essas contidas no conceito de propriedade privada.¹⁵

Um outro momento onde é possível perceber a questão da igualdade - nos termos por nós aqui determinados - é nos *Grundrisse* de 1857-58, quando Marx critica a seguinte afirmação de Proudhon: "*Para a sociedade*, a diferença entre capital e produto não existe. Essa diferença é inteiramente *subjetiva* aos indivíduos"(MARX [1857/1858])

13. Ver nota 8.

14. Traduzido por nós de: "(...) what if the secret meaning of Hegel's dialectic derives from an 'inverted world' of capital's own making?".

15. "A *propriedade* etc., em suma, todo o conteúdo do direito e do Estado é, com poucas modificações, o mesmo na América do Norte assim como na Prússia. (...) O conteúdo do Estado se encontra fora dessas constituições. (...) Onde o comércio e a propriedade fundiária ainda não são livres nem independentes, também não o é a constituição política."(MARX, 2010a: 51-52)

2011: 205) (grifos de Marx). Para Marx, a diferença entre produto e capital reside no fato de que o capital é um produto determinado por uma relação particular própria de uma sociedade historicamente determinada. Nesse sentido, a sociedade não pode ser concebida como "abstração subjetiva", onde se perde de vista as *diferenças*, as especificidades, uma vez que são "(...) justamente as diferenças que expressam a *relação social* (relação da sociedade burguesa)"(Idem.). A seguinte citação é esclarecedora:

É como se alguém quisesse dizer: do ponto de vista da sociedade, não existem escravos e cidadãos: ambos são seres humanos. Pelo contrário, *são seres humanos fora da sociedade*. Ser escravo e ser cidadão são determinações, relações sociais dos seres humanos A e B. O ser humano A enquanto tal não é escravo. É escravo na e pela sociedade.¹⁶ (Idem.) (grifo nosso)

Quando se afirma que escravos e cidadãos são iguais por serem humanos, abstrai-se mediante um universal (ser humano) as particularidades de uma relação social concreta e específica, tal qual realiza o Estado político mediante a categoria de *cidadão*. Enquanto cidadãos, sujeitos de direito, trabalhadores e trabalhadoras, capitalistas

16. É interessante como essa abstração age sobre a realidade também no sentido daquelas determinações sociais que conferem diferenças aos indivíduos. Após uma reflexão sobre o trabalho exteriorizado e estranhado, Marx (2004: 89) afirma que "(...) a *apropriação* aparece como *estranhamento*, como *exteriorização*, e a *exteriorização* como *apropriação*, o *estranhamento* como verdadeira *civilinização*"(grifos do autor). Na nota 4, o tradutor chama a atenção para o termo *civilinização* (*Einbürgerung*), cujo conteúdo "(...) abrange a possibilidade de o indivíduo tornar-se 'cidadão' (...) *através da aquisição de valores civis*, 'burgueses'"(grifos nossos). Na edição norte-americana (MARX, 1971: 119), esse trecho é traduzido como "(...) *estrangement as true introduction into society*". Em nota (ibidem: 242) o tradutor esclarece: "Marx calls *estrangement die wahre Einbürgerung*. This means 'trully becoming a part of society'. The sentence seems to mean that alienation is the key to society". Isso sugere que o participar da sociedade implica em adquirir valores civis, tornar-se "cidadão", o que, do ponto de vista da propriedade privada e da sua relação com o trabalho, é aparência do estranhamento. Aqui podemos perceber a conexão entre a cisão do indivíduo - processo de abstração da sua existência material e sua expressão jurídica - e as relações econômicas determinadas, e como essa conexão possibilita a reprodução do próprio estranhamento - na medida em que é condição (1) para a existência de proprietários livres de mercadorias que trocam entre si (do ponto de vista da circulação simples) e (2) para o processo de valorização do capital, o qual é pautado na compra e venda da força de trabalho, ou seja, na existência do trabalho abstrato.

industriais e financeiros, são colocados como iguais. Ao não levar em conta a concretude das relações sociais e suas especificidades históricas, Proudhon teria assumido o ponto de vista dessa abstração, desconsiderando as diferenças conferidas pelas determinações sociais - que são também abstrações - através das quais seria possível perceber a distinção entre capital e produto. Uma vez que não se percebe essa distinção, cai-se no engodo tomar a parte pelo todo e, assim, fazer todas aquelas confusões categóricas, como por exemplo, confundir renda da terra com lucro ou valor com preço. Aqui, a questão da igualdade aparece, portanto, como idêntica à questão da abstração das relações sociais concretas, o que acaba por ora anular ora adulterar o conteúdo histórico das categorias com as quais podemos analisar o social, o econômico, etc.

No terceiro momento, podemos perceber a igualdade tanto como expressão como condição de uma época histórica pautada na produção, reprodução e ampliação do valor econômico. Como coloca Marx ([1867] 2013: 136), Aristóteles se viu impedido de desvendar a "substância comum" através da qual seria possível analisar a proporcionalidade de dois objetos qualitativamente diferentes, a saber a equação 5 divãs = 1 casa, uma vez que essa tal substância era o trabalho humano igual e a sociedade grega era baseada na "desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho". Daí a afirmação de que

O segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade em que a forma-mercadoria é a forma universal do produto do trabalho e, portanto, também a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante. (Idem.)

Em outras palavras, é no momento da universalização do modo de produção onde vige a forma-mercadoria como forma universal do produto do trabalho que é possível decifrar o "segredo da expressão do valor". A igualdade entre os trabalhos, conferida pela abstração dos trabalhos concretos desiguais como "dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato"(MARX, 2013: 149), apa-

rece aqui como condição dessa expressão.¹⁷ Essa mesma igualdade não pode ser imaginada em uma sociedade onde as diversas funções da divisão social do trabalho são fixadas a partir de outras determinações, como por exemplo naquelas sociedades onde "a dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais de produção material quanto as esferas da vida erguidas sobre elas"(MARX, 2013: 152). Tal "dependência pessoal" é aparentemente dissolvida no modo de produção capitalista tal qual a desigualdade entre os membros da sociedade civil burguesa é aparentemente dissolvida no Estado político ou burguês - na forma do direito.

No *locus* da gênese da forma abstrata do capital, da forma como ele é desdobrado do dinheiro e da mercadoria, ou seja na esfera da circulação ou da troca de mercadorias, temos "(...) um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham"(MARX, 2013: 250). Essa aparência de liberdade e independência propiciada pela estonteante forma do capital "(...) é mantida pela mudança constante dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato"(MARX, 2013: 648). A aparência de liberdade e independência não aflige, contudo, unicamente a classe trabalhadora, mas também a classe capitalista:

O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto do enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. (...) a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis iminentes do modo de produção capitalista. (MARX, 2013: 667)

Temos por fim uma forma de igualdade social, produto histórico e lógico do desenvolvimento da sociedade burguesa, que aparece na forma do contrato - pautada em categorias jurídicas e econômicas e

17. É possível perceber que o trabalho abstrato não só condiciona a forma-valor como tem papel central na própria efetividade do conceito de capital na seguinte citação: "O conceito de capital atinge a concretude (sua definitiva *afinidade* para com a realidade) porque a ele corresponde a universalização do domínio do trabalho assalariado e a transformação concomitante do trabalho concreto em trabalho abstrato, traduzido este último na manutenção geral do valor de troca como *efetiva* medida do valor."(RANIERI, 1997/1998: 162) (grifos do autor)

na vigência do Estado - ou na forma dessas categorias mesmas, como propriedade, justiça, herança, etc. Essas formas funcionam como um mecanismo coercitivo que contempla por sua vez a produção, reprodução e ampliação do capital. Tais categorias jurídicas parecem encontrar seu momento de produção justamente na circulação simples, esfera onde as categorias econômicas (burguesas) são determinantes:

O processo do valor de troca desenvolvido na circulação diz respeito portanto não apenas à liberdade e igualdade, mas elas são seu produto; tal processo é a sua base real. (...) O mundo antigo, para o qual o valor de troca não funcionava como base da produção, (...) produziu uma igualdade e liberdade de conteúdo completamente antitético e essencialmente local. Por outro lado, foi no mundo antigo, ao menos no círculo dos livres, que os momentos da circulação simples se desenvolveram - assim se explica que em Roma e especialmente no Império Romano, cuja história é a mesma da dissolução da comunidade antiga, foram desenvolvidas as determinações da pessoa jurídica, do sujeito do processo de troca, [e] elaborado o direito da sociedade burguesa segundo suas determinações essenciais (...). (MARX, [1858] 1980: 60)¹⁸

Percebe-se assim que a produção dessas categorias - que são abstrações de determinações do concreto - se dá no próprio desenvolvimento da circulação simples, a qual não está de modo algum desconectada da esfera da produção, pois como coloca Marx (2011: 53) "(...) produção, distribuição, troca e consumo (...) são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade".

-
18. Tradução nossa de: "Der in der Circulation entwickelte Tauschwerthprocess respektiert daher nicht nur die Freiheit und Gleichheit, sondern sie sind seine Producte; er ist ihre reale Basis. (...) Die antike Welt, der der Tauschwerth nicht als Basis der Production diene, (...) producierte eine Freiheit und Gleichheit von ganz entgegengesetztem und wesentlich nur lokalem Gehalt. Andererseits, da in der antiken Welt im Kreis der Freien wenigstens die Momente der einfachen Circulation sich entwickelten, so ist es erklärlich, daß in Rom und speziell dem kaiserlichen Rom, dessen Geschichte eben die Geschichte der Auflösung des antiken Gemeinwesens ist, die Bestimmungen der juristischen Person, des Subjekts des Austauschprocesses, entwickelt wurden, das Recht der bürgerlichen Gesellschaft nach seinen wesentlichen Bestimmungen ausgearbeitet (...)".

3 Conclusão

Arthur (2000: 108-109) argumenta, como foi dito, que há um processo de abstração material na troca de mercadorias, sobre o qual se desenvolve a forma do capital. Tal abstração consiste na não necessidade dos participantes da troca em compreender a forma lógica de suas atividades práticas, nem apreender as conexões que expressem a forma racional dos fenômenos econômicos - o conceito de capital. Se considerarmos que essa abstração presente no processo de troca que aparece na superfície da sociedade burguesa como circulação simples de mercadorias se dá no mesmo "mundo invertido" onde vigem as determinações do estranhamento, temos uma conexão entre o processo de abstração que possibilita a igualdade *de jure* - e outras categorias jurídicas e econômicas -, derivado à primeira vista do problema da separação entre a sociedade civil e o Estado político ou burguês, e o desenvolvimento lógico e histórico do capital em geral, onde a noção do equivalente (igualdade quantitativa entre elementos qualitativamente diferentes) tem papel central, seja como condição do processo de troca, seja como a forma pela qual se dá a possibilidade da diversidade do trabalho concreto aparecer enquanto unidade do trabalho abstrato. Essa conexão parece se dar através do estranhamento, fenômeno que expressa em alguma medida a autonomização do capital em detrimento da autonomia humana, ou em outras palavras, o processo de separação entre o ser que trabalha e o produto do seu trabalho, bem como o de dominação do primeiro pelo segundo, de modo que tal produto se autonomiza, tornando-se sujeito. Assim, o sujeito vira predicado, e o predicado, sujeito.

Referências

- ARTHUR, Christopher J. From the critique of Hegel to the critique of capital. In: BURNS, Tony; FRASER, Ian (Coaut. de). *The Hegel-Marx connection*. Basingstoke: Macmillan, 2000.
- GOLDMANN, Lucien. La pensée des "Lumières". In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 22e année, n° 4, 1967, pp. 752-779. Acessado em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1967_num_22_4_421569

- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Jeaner Realphilosophie: Vorlesungsmanuskripte zur Philosophie der Natur und des Geistes von 1805-1806*. Hamburg: F. Meiner, 1967.
- MARX, Karl. *Economic and philosophic manuscripts of 1844*. 6 ed. New York: International Publishers, 1971.
- Zur Kritik der politischen Ökonomie. Urtext. [1858]. In: *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858-1861*. Berlin: Dietz, 1980, MEGA, Band 2, II/2.
- *Manuscrptos econômico-filosóficos*. [1844]. São Paulo: Boitempo, 2004.
- *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2.ed. [1843]. São Paulo: Boitempo, [1843] 2010a.
- *Sobre a questão judaica*. [1843]. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- *O capital: crítica da economia política*. [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RANIERI, Jesus José. Notas a respeito da concepção marxiana de método presente nos Grundrisse. *Perspectivas*, São Paulo, v. 20/21, p. 151-169, 1997/1998.
- REICHEL, Helmut. Sobre a *estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx*. [1973] Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. [1968] Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. *Die Dialektik der gesellschaftlichen Praxis: Zur Genesis und Kernstruktur der Marxschen Theorie*. Freiburg/München: Verlag Karl Alber, 1981.
- VAISMAN, Ester. A obra de juventude e da maturidade: ruptura ou continuidade? In: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes; BOITO JUNIOR, Armando (Coaut. de). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.

Touraine e Habermas: um debate teórico contemporâneo sobre novas exigências de democracia

RUBIA DE ARAÚJO RAMOS

ramos.arubia@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Sílvio César Camargo

Resumo

Esse trabalho objetiva apresentar a pesquisa, ainda em fase inicial, que consiste em explorar e demonstrar o diálogo teórico contemporâneo entre Alain Touraine e Jürgen Habermas sobre novas exigências de democracia no contexto de uma nova configuração social. Trata-se de uma análise sociológica do tema democracia, tendo esses autores como dois teóricos-chave que, apesar de contemporâneos, produzem perspectivas teóricas distintas, possibilitando pensar a dinâmica social no contexto dos “novos movimentos sociais”, em diálogo com outros autores da Teoria Crítica. A pesquisa parte da hipótese de que para analisar a sociedade contemporânea deve-se considerar dois pólos das relações sociais, o objetivo/racional e o subjetivo presentes nas relações cotidianas. A escolha dos “autores-chave” se deve a preocupação em explorar ambos os pólos nas mesmas proporções e ao diálogo com autores de gerações posteriores. Desse modo, parto de uma análise sistemática da democracia deliberativa em Jürgen Habermas (I); apresento aproximações entre essa teoria e a ideia de “cultura democrática” construída por Alain Touraine (II) – com ponderação em ambas as análises sobre as transformações recentes do processo de modernização; para estabelecer afinidades teóricas entre ambas às linhas de pensamento (III), de modo que se obtenha um debate reflexivo, e temas centrais dessa discussão possam contribuir para a reflexão crítica e para a teoria sociológica contemporânea.

Palavras-chave Modernidade; Democracia; Jürgen Habermas; Alain Touraine

Acesso à Internet: contribuições teórico-metodológicas de Foucault e Deleuze para o estudo da rede mundial de computadores

RAPHAEL SILVEIRAS

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Gilda Portugal Gouvea.

Resumo

A arquitetura da rede mundial de computadores se constrói no devir histórico por meio das intervenções de um emaranhado de atores onde alguns assumem certa centralidade. Encontrar os principais atores e compreender suas práticas parece algo trivial se se toma como referência apenas os elementos discursivos e as práticas daqueles que dominam, de certo modo, o debate sobre a governança da Internet. Deve-se, portanto, transcender esse espaço para conceber outras possibilidades, outros atores que em alguma medida corroboram com o desenvolvimento da rede mundial de computadores. Com vistas a encurtar caminhos no estudo que tem como finalidade a identificação e as práticas de atores no desenvolvimento da Internet, é fundamental estabelecer, ainda que de modo provisório, um método de análise para esse complexo de redes computacionais metamórficas que possuem uma infraestrutura significativamente estática. Proponho neste trabalho apresentar contribuições metodológicas de Foucault e Deleuze para a realização dessa pesquisa. Para isso, recorro brevemente às concepções de poder, genealogia, arqueologia, dispositivo, rizoma, mônadas e máquinas desejanças desses pensadores. De fato, nenhum dos dois autores trabalharam com a Internet. Mas não se pode negar que a rede faz parte de seus percursos investigativos e muito menos que trataram também de objetos de análise que estavam na periferia das sociedades ocidentais.

Palavras-chave Internet; Método; Foucault; Deleuze

Considerações metodológicas sobre a análise de uma elaboração teórica

MURILLO AUGUSTO DE SOUZA VAN DER LAAN

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Jesus Ranieri.

Resumo

A presente comunicação é resultado de apontamentos provisórios sobre a discussão metodológica das múltiplas dimensões de uma investigação que assume como objeto uma elaboração teórica. Toma como eixo as breves indicações de György Lukács, realizadas em *O assalto à Razão*, de três momentos de tal investigação: gênese, função social e crítica imanente. Perpassando as considerações de alguns autores influenciados por períodos distintos, mas não absolutamente antagônicos, da produção lukácsiana, busca desenvolver a discussão sobre a relação texto/contexto. Ademais, dialoga de maneira “instrumental” – uma vez que não se empenha aqui em um debate de fundo sobre os fundamentos teóricos das diferentes abordagens metodológicas – com métodos distintos de investigação que também se debruçam sobre um objeto teórico e que, ainda que sejam antagônicos à produção lukácsiana desde o ponto de vista filosófico, podem fornecer reflexões pertinentes para a análise dos três momentos mencionados acima. Nesse sentido, a comunicação dialoga, por exemplo, com as disputas entre o tradicional método de leitura estrutural da história da filosofia e com o contextualismo linguístico de, entre outros, Quentin Skinner, ou ainda com as críticas a este último advindas de historiadores influenciados pelo pós-estruturalismo.

Palavras-chave leitura imanente; contextualismo linguístico; leitura estrutural

Cidadania compartilhada: uma resposta aos desafios das sociedades multiculturais?

JOICE VANINI

joicevanini@uol.com.br

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Sílvio Camargo.

Resumo

Num contexto marcado pelas transformações impostas pela globalização, pelo multiculturalismo e pelos desafios ao papel do Estado nação, a concepção de cidadania tem passado por revisões e debates. A possibilidade de construção de uma cidadania para além do Estado nacional é indicada por alguns autores como uma alternativa profícua para garantir direitos – tanto aqueles relativos à concepção tradicional de cidadania, como os direitos civis, políticos e sociais; como os novos direitos, em especial os direitos culturais. Isso seria atingido através de uma legitimação baseada não numa identidade cultural particular (como o faz a cidadania nacional), mas numa solidariedade fundada sobre os direitos humanos e cultura política comum.

Esse trabalho se dedica a analisar como é formulada a proposta de uma cidadania para além do Estado nação a partir da análise do conceito de cidadania compartilhada, apresentado por Habermas em seu livro *Sobre a Constituição da Europa*, de 2012. O objetivo é analisar os limites e possibilidades de uma proposta que procura conciliar uma cidadania nacional a uma cidadania transnacional. Para isso, primeiramente, será feita uma apresentação da análise habermasiana sobre o conceito e, em seguida, serão apresentadas questões relativas à situação dos imigrantes em relação à cidadania, a fim de compreender de que forma a cidadania compartilhada responde às necessidades das sociedades multiculturais.

Palavras-chave Habermas, cidadania, Estado-nação, transnacionalidade, imigração

Abstract

In a context marked by the changes imposed by globalization, multiculturalism and the challenges on the role of the nation state, the concept of citizenship has undergone revisions and discussions. The possibility of building a citizenship beyond the nation state is indicated by some authors as a useful alternative to ensure rights - both those related to the traditional conception of citizenship, such as civil, political and social rights; as the new rights, particularly cultural rights. This would be achieved through a legitimacy not based in a particular cultural identity (as does the national citizenship), but a solidarity founded on human rights and a common civic culture.

This work is dedicated to analyze the proposal of a citizenship beyond the nation state from the analysis of a shared citizenship concept presented by Habermas in his book *On Europe's Constitution*, 2012. The objective is to analyze the limits and possibilities of a proposal that seeks to reconcile a national citizenship to a transnational citizenship. For this, first, a presentation of Habermas's analysis of the concept will be done and then will be presented issues concerning the situation of immigrants in relation to citizenship in order to understand how the shared citizenship responds to the needs of multicultural societies.

Keywords Habermas, citizenship, nation-state, transnationality, immigration

1 Introdução

Os debates contemporâneos sobre cidadania tomaram fôlego a partir da transformação social das últimas décadas (transformações devido à globalização, ao fim do Estado de bem estar social, aos debates sobre multiculturalismo). Um dos grandes desafios aos estudos sobre cidadania é tentar compreender a integração social num contexto em que as formas tradicionais do Estado nação têm sido desafiadas. Além disso, o conceito de cidadania tem papel crucial na discussão sobre democracia e política, pois define quem são os sujeitos dessa demo-

cracia e como esses sujeitos se relacionam com o processo político em si.

A cidadania moderna está relacionada intimamente com o Estado-nação, devido aos seus respectivos processos históricos que se realizaram de forma concomitante - a emergência dos direitos civis coincidiu com o nascimento da consciência nacional moderna e a consolidação do Estado como instituição política lhe outorgou o papel de distinguir quem faz parte da comunidade e quem não, definindo os membros (cidadãos) e quais seus direitos e obrigações. Dessa forma, um contexto que gera desafios ao papel do Estado-nação vai gerar também desafios para se pensar em cidadania.

A questão migratória se coloca como um dos principais desafios ao Estado-nação e às formas de legitimação política baseadas num substrato cultural comum, pois os imigrantes trazem às sociedades receptoras uma realidade multicultural a qual, muitas vezes, elas se negam a aceitar. Uma filiação política que não tenha sua legitimidade baseada num substrato cultural pré-político pode ser, portanto, uma alternativa para a construção de uma cidadania diferenciada e mais adequada ao novo contexto histórico. No entanto, construir uma nova forma de filiação política que garanta a efetivação de direitos aos imigrantes é um grande desafio na medida em que a visão predominante a respeito da imigração é fundamentalmente baseada na segurança e na preservação cultural, encarando o imigrante mais como um inimigo a ser combatido do que como um sujeito de direitos.

2 Habermas e a concepção de cidadania compartilhada

O tema da cidadania é recorrente nos textos políticos habermasianos das últimas décadas, pois se liga diretamente às problemáticas do desenvolvimento da democracia e da participação na esfera pública, que tanto interessam ao autor. No texto *Cidadania e Identidade Nacional*, de 1990, já se encontra sua preocupação em refletir sobre as mudanças na noção de cidadania a partir das transformações históricas e sociais. Naquele momento, a reunificação alemã, o aumento da integração europeia e as migrações, foram apontados por Habermas como fatos que iriam compor um novo contexto social e, com isso, obrigaria os Estados e seus cidadãos a repensarem a noção de cidadania.

nia. Na sua formação, o Estado-nação apresenta uma tensão entre se apresentar como unidade pré-política de uma comunidade histórica de pessoas que têm o mesmo destino e entre ser uma união política democrática que garante os direitos dos cidadãos. Com o desenvolvimento histórico e, mais especificamente, com a Revolução Francesa, a nação se transforma em fonte de soberania do Estado, ou seja, nação passa de um conceito pré-político para ser característica constitutiva para a identidade política dos sujeitos de uma comunidade democrática. Esse processo de se desvencilhar a solidariedade política de uma origem cultural comum é cada vez mais relevante num contexto multicultural, mas, por outro lado, a solidariedade política deve ser construída sobre outras bases, a saber, sobre uma cultura política compartilhada: “[...] não é necessário amarrar a cidadania democrática à identidade nacional de um povo; porém, prescindindo da variedade de diferentes formas de vida culturais; ela exige a socialização de todos os cidadãos numa cultura política comum.” (HABERMAS, 1992, p. 289).

Em seu ensaio *A Constelação Pós-Nacional e o futuro da democracia* (2001), Habermas, além de retomar essa tensão entre unidade pré-política cultural e união política relativa à construção do Estado, também apresenta a proposta de uma solidariedade social construída não mais apenas sobre a identidade nacional, mas, principalmente, calçada numa cultura política comum cujo principal objetivo seria a expansão do processo democrático. Essa alternativa, longe de excluir as culturas nacionais, apresenta-se como uma melhor opção à condição multicultural das sociedades globalizadas, uma vez que é uma prática de autolegislação inclusiva, pois engloba todos os cidadãos. Nesse texto, Habermas mostra preocupação com as mudanças trazidas pela globalização, as quais apresentam desafios ao Estado nacional e demandam uma nova postura política.

A proposta defendida por Habermas é que, a fim de evitar que o multiculturalismo e o choque cultural advindos da globalização gerem um endurecimento da identidade cultural, o processo democrático deve se pautar numa cultura política comum, e não mais em um substrato cultural pré-político. Basear o processo democrático numa cultura política comum não significa excluir as formas de ser culturais, mas antes tem um sentido inclusivo de englobar igualmente todos os cidadãos numa prática de autolegislação (HABERMAS, 2001, p. 93).

Num contexto de sociedades altamente complexas e multiculturais, torna-se mais inclusivo e justo basear a democracia em procedimentos deliberativos que permitam a todos se manifestarem, construindo publicamente sua opinião e vontade, do que se pensar democracia como um consenso obtido a partir de um contexto de homogeneidade cultural.

Porém, construir essa possibilidade de integração social baseada numa cultura política comum, cujo substrato principal é a democracia deliberativa, exige uma modificação nas formas de solidariedade social. “A solidariedade cívica até agora limitada ao Estado nacional deve-se estender a tal ponto entre os cidadãos da União que, por exemplo, suecos e portugueses estariam dispostos a responder *uns pelos outros*.” (HABERMAS, 2001, p. 126). A solidariedade não pode ter como única fonte a base de uma cultura comum. Isso não significa acabar com a solidariedade nacional, mas há a necessidade de se pensar também outras formas de solidariedade, que reconhecem o indivíduo como um sujeito com igualdade de direitos e de participação na arena política. Isso faz com que todos os cidadãos tenham sua forma cultural respeitada ao mesmo tempo em que exige que todos se identifiquem e respeitem a cultura política comum que garante igualdade de direitos e de participação. Assim, encerraria-se o processo histórico de formação do Estado nação, o qual se baseou numa cultura da maioria travestida de cultura nacional e que se fundiu com a cultura política geral. Para Habermas, essa transformação social deve ser concretizada se os Estados quiserem evitar que as subculturas se fechem e se rivalizem umas com as outras, comprometendo a integração social.

Se todos os cidadãos devem poder se identificar igualmente com a cultura política do seu país, a cultura da maioria travestida de cultura nacional deve se separar da sua fusão, historicamente justificada, com a cultura política *geral*. À medida que triunfa esse processo de desligamento da cultura política da cultura da maioria, transforma-se a solidariedade dos cidadãos no sentido de um “patriotismo constitucional” com base mais abstrata. Se fracassa, ele faz com que a coletividade se esfacele em subculturas que se fecham umas às outras. Mas de qualquer modo ele esvazia o patrimônio substancial da nação como uma comunidade de origem. (HABERMAS, 2001, p. 95 [grifos do autor]).

A União Europeia, dentro desse contexto, apresenta uma importante experiência, pois o primado das normas europeias reside na autonomia própria do direito da comunidade e na sua relação democrática. Apesar de ter nascido da vontade dos Estados membros, ao longo do tempo a união deixou de ser vontade exclusiva das elites políticas para ser uma construção favorável aos cidadãos europeus e, nesse sentido, Habermas reconhece a qualidade democrática da forma adotada pelo Tratado de Lisboa. Este tratado tem o mérito de buscar solucionar o déficit de legitimação democrática¹ que impede o avanço na integração política europeia. Visando acabar com esse déficit, o Tratado de Lisboa procura fortalecer as instituições democráticas da união, com principal ênfase no Parlamento Europeu, cujos representantes são eleitos diretamente pelos cidadãos europeus.

Com essas modificações presentes nos tratados mais recentes, configura-se uma situação política que podemos chamar de cidadania compartilhada: as pessoas que compõem a população europeia são, ao mesmo tempo, cidadãos europeus e cidadãos de um Estado nacional. Isso gera uma situação inédita em que a atuação política desses cidadãos tem que levar em conta que eles devem se preocupar tanto com os interesses de sua comunidade nacional, quanto os interesses europeus mais abrangentes e que, em alguns momentos, esses interesses podem ser contrários.

No nosso cenário, são *as mesmas* pessoas que participam no processo constituinte simultaneamente nos papéis de (futuros) cidadãos tanto da União como de seus próprios Estados membros. No exercício da unificação pessoal desses dois papéis, os próprios sujeitos constituintes já precisam estar conscientes de que, como cidadãos pertencentes aos dois caminhos de legitimação percorridos pelo Parlamento e pelo Conselho, são adotadas uma ou outra perspectiva de justiça respectivamente

-
1. Habermas (2003, p. 107) entende como déficit de legitimação democrático “quando o círculo dos que participam de decisões democráticas não coincide exatamente com o círculo dos atingidos por aquelas decisões”. A União Europeia enfrentou e ainda enfrenta muita resistência por parte da população de vários países exatamente porque essas pessoas não veem a união como uma instituição representativa dos seus interesses. Como, durante todos esses anos, a elite política dos países-membros concentrou em si todas as decisões relativas ao processo integrativo, os cidadãos se sentem distantes do projeto da União Europeia.

– a do cidadão europeu ou a do membro de um determinado Estado nacional. O que conta como orientação ao bem comum no interior de um Estado nacional se transforma, no âmbito europeu, na generalização de interesses particulares limitados a um determinado povo, a qual pode entrar em conflito com aquela generalização de interesses comum a toda Europa e capaz de preencher as expectativas de todos os cidadãos da União. Com isso, ambos os papéis do sujeito constituinte da comunidade constituída ganham um significado institucional: no âmbito europeu, o cidadão deve poder simultânea e igualmente formar seu juízo e decidir politicamente, seja como cidadão da União ou também como membro pertencente ao povo de um Estado. Cada cidadão participa no processo europeu de formação da opinião e da vontade tanto como o *indivíduo* europeu capaz de autonomamente dizer “sim” ou “não”, como também como *membro* de uma determinada nação. (HABERMAS, 2012, p. 73 e 74 [grifos do autor]).

A concepção de uma cidadania compartilhada procura manter os laços de solidariedade nacional – pois, segundo a avaliação de Habermas, o Estado nação é uma construção de séculos que, apesar de estar diante de novos desafios, não parece estar próximo de seu fim – sem impedir a criação de outros laços de solidariedade que ultrapassam as fronteiras nacionais e as construções culturais. Pensar uma cidadania compartilhada se apresenta como uma alternativa que busca atender às mudanças de um contexto multicultural, ao invés de reavivar uma cidadania nacional tradicional ou então se pensar uma cidadania puramente transnacional. É um caminho intermediário entre o nacionalismo ou a completa negação das estruturas nacionais.

Pensar numa cidadania compartilhada tem a vantagem de garantir as conquistas possíveis dentro de uma concepção de cidadania clássica (direitos civis, políticos, sociais) adicionada às novas demandas por cidadania (econômica e cultural) ao mesmo tempo em que vincula as pessoas à uma organização política que ultrapassa o Estado e, por isso, pode responder de forma mais satisfatória aos desafios postos pelos problemas ambientais e pelas violações aos direitos humanos, por exemplo.

Pensar cidadania atrelada à concepção de dignidade humana permite fornecer uma carga normativa ao conceito, enriquecendo-o para

ser utilizado na luta pelo reconhecimento e pela emancipação. Isin e Turner (2002, p. 2 e 3) ressaltam que os estudos de cidadania têm trabalhado cada vez mais para ir além de uma concepção teórica e expressar as injustiças sofridas pelas pessoas do mundo todo, fazendo essas injustiças aparecerem na esfera pública e permitindo a essas pessoas lutarem por reconhecimento e pelos seus direitos, seja em âmbito nacional ou transnacional. A discussão sobre cidadania representa, portanto, um potencial emancipatório na medida em que pode gerar visibilidade para problemas e violações que acontecem no seio das sociedades ditas democráticas.

A seguir, vamos desenvolver uma análise tomando como exemplo a imigração a fim de perceber de que forma a emergência de uma cidadania que ultrapasse os limites do Estado nacional pode colaborar para garantir direitos a essa população e também perceber como os próprios imigrantes atuam na modificação da noção de cidadania.

3 Cidadania e imigração

A imigração é um deslocamento de pessoas no espaço. Porém, esse espaço não é apenas físico, mas é um espaço social, cultural, política e economicamente qualificado, por isso Sayad (1998, p. 16) afirma que falar da imigração é falar da sociedade como um todo. A questão migratória é especificamente emblemática para o debate sobre cidadania, pois imigrante é aquele que atravessa as fronteiras nacionais e apresenta para a sociedade receptora uma tradição cultural diferente da cultura política daquela sociedade.²

Esse fato pode representar uma ameaça ao conceito de cidadania fundado numa perspectiva comunitarista, por exemplo, na qual a identidade nacional é traço constitutivo de cidadania. Segundo Diamanti (2003, p. 160), um cidadão europeu a cada quatro considera a imigração como um problema para a identidade nacional e um a cada

2. Muitas vezes a sociedade receptora reage aos imigrantes de forma xenofóbica. Entende-se por xenofobia um comportamento de temor ou prevenção desenvolvido por um grupo social ou étnico frente a outros grupos. Etimologicamente se compõe pelas palavras gregas *xeno* – estrangeiro ou hóspede – e *fobia* – medo. (HERRANZ DE RAFAEL, 2010). Maggie Ibrahim (2005, p. 166) chama atenção para uma nova forma de racismo que se utiliza do argumento de que o pluralismo cultural vai gerar um conflito interétnico a ponto de dissolver a unidade do Estado nação.

três a considera como um fator de insegurança social e desemprego. Mesmo com algumas diferenças na postura com relação à migração, os países europeus parecem convergir para uma atitude de inquietação e desconfiança frente ao estrangeiro, o que pode levar ao apoio de políticas de fechamento de fronteiras e criminalização do imigrante.

No relatório de opinião pública do Eurobarômetro, publicado em dezembro de 2014,³ 52% dos europeus são positivos com relação aos imigrantes de outros Estados membros e 41% se posicionam frente a essa migração de forma negativa, enquanto 35% consideram positiva a imigração de países de fora do continente e 57% a consideram negativa. De maneira geral, esses dados revelam como há uma resistência frente aos migrantes,⁴ pois mesmo a migração interna à União, garantida desde o Acordo de Schengen, ainda divide opiniões. Pior é a relação com os imigrantes de fora do continente, uma vez que eles não compartilham a identidade cultural nacional⁵ tampouco compartilham a incipiente identidade europeia. Essa relação de hostilidade dificulta na ampliação dos direitos de cidadania para os imigrantes: utilizando como exemplo a extensão do direito ao voto em eleições locais, segundo Diamanti (2003, p. 163) houve uma retração na posição universalista que muitas pessoas tinham tomado até então, pois aumentou o número de pessoas que consideram adequado restringir esse direito aos imigrantes. A pesquisa de Lages (2006, p. 364 *apud* NATA, 2011, p. 130) sobre a realidade dos imigrantes em Portugal indica que, para a maioria dos portugueses, os direitos dos imigrantes devem ser garantidos apenas enquanto eles possuírem trabalho.

3. Disponível em <http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb82/eb82_first_en.pdf> acessado em 25/01/2015

4. Gil Nata (2011, p. 128) em sua tese revela que 73% dos portugueses são contrários à vinda de mais imigrantes ao seu país. Mesmo que os portugueses, de maneira geral, reconheçam a importância da imigração para a economia portuguesa, 53% consideram que o número de imigrantes no país deveria diminuir e apenas 6% acham que deveria aumentar. Essa posição paradoxal frente à imigração é explicada, em certa medida, segundo Nata, pela volatilidade dos portugueses frente às notícias prejudiciais sobre a imigração veiculadas na mídia e pelo receio da diversidade cultural trazida pelos imigrantes.

5. A manutenção da identidade cultural ainda é um fator de peso na opinião pública. A pesquisa de Nata (2011, p. 129), por exemplo, indica que em Portugal 39% das pessoas acreditam que os imigrantes têm que deixar seus usos e costumes a fim de se integrar à sociedade portuguesa e 40% das pessoas discordam da afirmação de que a presença dos imigrantes enriquece a vida cultural do país.

Essa postura indica como a sociedade receptora quer se beneficiar dos bens produzidos pelos imigrantes sem garantir a eles o direito de gozar desses bens como um integrante pleno da sociedade.

Essa informação nos ajuda a entender como os direitos de cidadania são restringidos aos imigrantes não apenas pelo desafio à identidade nacional representado pela imigração, mas também porque ela coloca em pauta a discussão sobre quem tem o direito de usufruir dos bens coletivos administrados pelo Estado e, nesse sentido, a xenofobia e o racismo fazem parte da ordem institucional do Estado moderno. Dessa forma, a imigração representa uma ameaça não apenas à dimensão identitária de cidadania, mas também desafia a concepção de cidadania social, questionando a forma com a qual direitos sociais estão distribuídos na sociedade e quem tem acesso a eles.

Durante períodos de intensas mudanças sociais, há uma luta mais intensa por direitos e privilégios fornecidos pelo Estado – aos olhos do xenófobo os bens coletivos são administrados pela lógica do jogo de soma zero (WIMMER, 1997, p. 30). O aumento da xenofobia na Europa nos últimos anos, por exemplo, coincide com o período de desmonte do Estado de bem estar social. Essa situação inviabiliza a integração social e o sentimento de solidariedade, uma vez que os “donos” do Estado veem os “outros” como traidores de seu projeto político. Esse medo do “outro” molda um novo imaginário político e constrange os direitos de pertencimento.

Ao considerar a imigração uma ameaça, as sociedades receptoras tendem a tratar a questão migratória como uma questão de segurança. Uma pesquisa feita pela comissão Europeia aponta que a imigração é espontaneamente acusada de ser a maior fonte de insegurança na maioria dos países europeus.⁶ Mas a imigração nem sempre foi associada à ameaça e insegurança. Segundo Maggie Ibrahim (2005, p. 167-169), até a metade do século XX a imigração foi associada ao aumento de produção e ao desenvolvimento do capitalismo. A securitização da questão migratória esteve associada à transformação do capitalismo e à globalização. Até a Guerra Fria, questões de segurança estavam relacionadas a questões de Estado (o Estado era o protetor de sua população contra outros Estados hostis) e, portanto, deveriam ser tratadas pelas instituições estatais. Com o fim da Guerra Fria as questões

6. Segundo o Relatório da Comissão Europeia de Justiça e Assuntos Domésticos de 2003.

de segurança mudaram de foco e passaram a ser vistas também como questões individuais, que afetam diretamente a população em geral. Com isso aumentou o leque de questões que passaram a ser tratadas como matérias de segurança e a imigração foi uma delas.

A ênfase no indivíduo dada pela nova postura em relação à segurança fez com que os Estados e as Organizações Internacionais reconhecessem, além dos direitos humanos, a seguridade humana. Por exemplo, o Relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento de 1994 coloca a importância da seguridade humana no mesmo patamar do desenvolvimento humano. Isso exemplifica a emergência de um novo paradigma de segurança, que deixou de ser medido em termos estatais e de capacidades militares para se concentrar em riscos potenciais que afetem a população. As ameaças incluem desafios transfronteiriços como o crescimento descontrolado da população, a degradação ambiental, a migração internacional excessiva, a produção e tráfico de narcótico e terrorismo internacional (PNUD, 2002 *apud* IBRAHIM, 2005, p. 168).

Essa nova abordagem de segurança traz inúmeros prejuízos aos imigrantes que, ao invés de receberem apoio e direitos, são tratados como inimigos:

A categorização da migração como uma ameaça à segurança humana, ao lado de outras ameaças, como o tráfico de drogas, é inquietante. Em termos de migração, as populações que estão em risco são os migrantes que se deslocam através das fronteiras para escapar da guerra, perseguição e fome. No entanto, devido a esta nova abordagem "centrada no ser humano" são os próprios migrantes que são vistos como uma ameaça para a população do país de acolhimento. Este é o paradoxo da abordagem centrada nas pessoas para o desenvolvimento. Em vez de se concentrar em como de apoio aos imigrantes que estão em risco, o novo paradigma aumenta a sua vulnerabilidade. Assim, esta abordagem centrada nas pessoas é prejudicial para os migrantes, uma vez que leva a questionar quem deve ter sua "segurança humana" protegida em primeiro lugar, o cidadão ou o migrante? O cidadão está em risco porque a incorporação de migrantes vai levar a um estado de acolhimento instável. Descrevendo os imigrantes como uma ameaça para a segurança humana é desconcertante, uma vez que legitima novos temores racistas. Esta legitimação por aqueles que estão associados com

liberalidade e humanitarismo, como a ONU, é poderoso como ele apela para um público amplo. Já não são apenas os partidos de direita pedindo o fim da imigração, mas este novo discurso de segurança é encontrar uma voz entre os acadêmicos liberais e governos. (IBRAHIM, 2005, p. 169 [tradução minha]).⁷

A securitização é característica emblemática do tratamento dado pelos países europeus à questão migratória. Ao mesmo tempo em que a União Europeia propaga um discurso de defesa dos direitos humanos,⁸ nos últimos anos tem havido um esforço no sentido de constituir uma política comum de imigração para o continente⁹ que tem como características o fechamento de fronteiras. A imigração ilegal,¹⁰ segundo essa política, deve ser combatida e, para isso, as fronteiras devem ser melhores fiscalizadas e a legislação para aqueles que ajudam os imi-

7. No original: “The categorizing of migration as a human security threat, alongside other threats such as narcotics trafficking, is unsettling. In terms of migration, the populations that are at risk are the migrants who move across borders to escape war, persecution, and hunger. However, due to this new “human-centered” approach it is the migrants themselves who are seen as threatening to the receiving country’s population. This is the paradox of the people-centered approach to development. Instead of focusing on how to support migrants who are at risk, the new paradigm increases their vulnerability. Thus, this people centred approach is detrimental to migrants as it leads one to question whose “human security” is to be first protected, the citizen or the migrant? The citizen is at risk because the incorporation of migrants will lead to an unstable host state. Describing migrants as a threat to human security is disconcerting as it legitimizes new racist fears. This legitimization by those who are associated with liberality and humanitarianism, such as the UN, is powerful as it appeals to a wide audience. No longer are only right-wing parties calling for an end to immigration, but this new security discourse is finding a voice among liberal academics and governments.”
8. Nas próprias palavras da instituição “O Parlamento Europeu é um acérrimo defensor dos direitos humanos. Veja a infografia sobre o papel do Parlamento na luta pela democracia, liberdade de expressão, eleições justas e direitos dos oprimidos.” – descrição presente no site do Parlamento Europeu, disponível em <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/0039c6d1f9/Direitos-humanos.html#infography_defendinghumanrights> acessado em 25/01/2015.
9. <http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/> acessado em 25/01/2015
10. O termo “imigração ilegal” foi utilizado, pois é assim que a União Europeia se refere, em seus documentos oficiais, ao processo de imigração de pessoas indocumentadas. Em outras partes do texto, usaremos o termo indocumentado visto que ele é mais adequado à concepção política que compartilhamos: a posição de não criminalização da imigração e do reconhecimento desse fluxo como um direito humano.

grantes ilegais deve ser endurecida.¹¹ Com isso a União Europeia se porta de forma paradoxal em relação à imigração: ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de garantir os direitos humanos a todos os residentes (mesmo que em situação irregular) e também incentiva os Estados membros a promoverem políticas de inclusão e respeito à diversidade, as instituições da União tratam a imigração cada vez mais como um problema de segurança colaborando para a estigmatização do imigrante e dificultando sua participação política e social na comunidade europeia.

Os esforços para prevenir os imigrantes de entrarem no continente europeu têm gerado uma série de efeitos indesejados que, muitas vezes, pioram a situação que se visava prevenir, como explica Haas (2007, p. 54 e 55). A repressão no Norte da África, ao invés de coagir os imigrantes acaba por incentivá-los a partir. Além disso, o monitoramento das rotas tradicionais de migração faz com que os imigrantes busquem rotas alternativas, aumentando a área que os países europeus precisam monitorar. Mas, principalmente, uma fiscalização mais rigorosa deixa os imigrantes cada vez mais vulneráveis aos atravessadores, resultando num aumento dos casos de abusos e violações. Lutar contra a imigração ilegal também só aumenta a vulnerabilidade social dos imigrantes, que se tornam vítimas de vários abusos trabalhistas, por exemplo, com medo de serem denunciados e deportados. Ainda, o discurso antiimigração acaba por legitimar o racismo e a violação de direitos¹² e tal institucionalização do preconceito dificulta a construção da solidariedade num contexto de diversidade.

A visão negativa da imigração – seja como ameaça à identidade nacional, seja na luta pelos bens sociais, ou seja no campo da segurança – colabora para dificultar a vida dos imigrantes e impedir seu acesso a direitos. O que fazer diante dessa realidade? Wimmer (1997, p. 32) aponta a transnacionalização da política como uma possível saída para a solução dos problemas de xenofobia e racismo. Ele endossa a proposta habermasiana de construir uma organização política em que a solidariedade não é baseada numa herança cultural comum mas

11. Com o Sistema Europeu de Vigilância de Fronteiras (EUROSUR) e uma legislação contra a facilitação da imigração ilegal (Diretiva no Conselho n.º 90 de 28 de novembro de 2002).
12. Os imigrantes estão mais sujeitos à falsas acusações de criminalidade, ataques verbais e físicos e prisões arbitrárias (HAAS, 2007, p. 57).

sim numa cultura civil e política como a melhor forma de responder a esses desafios.

O transnacionalismo em si é uma característica própria à imigração: os imigrantes são ao mesmo tempo emigrantes¹³ e, por isso, estabelecem campos sociais através de fronteiras geográficas, culturais e políticas. Os imigrantes interagem em múltiplas esferas, tanto na sociedade de origem como na de destino, para manterem suas relações econômicas, familiares, sociais, organizacionais, religiosas e políticas (KERBAUY; TRUZZI, 2007, p. 132).

Uma vez que o transnacionalismo faz parte da realidade migratória e uma solidariedade construída a partir de critérios políticos e civis colaboraria para mitigar os efeitos da xenofobia e do racismo, pode-se dizer, então, que a construção de uma cidadania para além dos limites nacionais seria vantajosa para os imigrantes. Construir uma cidadania para além dos Estados nacionais permitiria aos imigrantes não ficarem vulneráveis à obtenção da cidadania nacional do país de residência para terem seus direitos garantidos.

Esse processo de tentativa de construção de uma nova solidariedade e de defesa de direitos conta com a participação direta dos imigrantes. As organizações de solidariedade, ativistas e de reivindicação de direitos conseguiram aumentar a visibilidade sobre os problemas que atingem os imigrantes e os tornam sujeitos de suas próprias histórias. Esse novo enfoque sobre o processo migratório visa empoderar a população migrante a partir da valorização da diversidade cultural e da demanda por melhores condições de vida.¹⁴ O uso da comunicação mediática tem se revelado um espaço estratégico para os imigrantes na medida em que eles produzem contradiscursos para se opor aos discursos hegemônicos. Nessa dinâmica os imigrantes constituem saberes e memórias sobre a imigração diferentes daqueles veiculados por uma visão etnocêntrica, valorizando a diversidade cultural e de experiências.

-
13. Nesse sentido o livro *A imigração* de Abdelmalek Sayad (1998) foi pioneiro em analisar a imigração não pelo ponto de vista da sociedade receptora (o que representa inclusive um etnocentrismo, mesmo que inconsciente), mas analisando as origens e as diversidades que compõem a vida dos imigrantes desde sua sociedade de origem.
 14. Castro (2005, p. 21) aponta como exemplo os Estados Unidos, onde estariam aumentando os casos de reconhecimento dos direitos de participação sindical, inclusive de migrantes indocumentados devido ao trabalho das organizações de solidariedade aos migrantes.

Nessa perspectiva, os contradiscursos midiáticos enunciados desde o campo das migrações parecem convergir, ainda, para a instauração de processos de resistência a uma identidade homogênea do migrante em favor da visibilidade do universo das migrações a partir de matizes não criminalizadores e fatalistas. A ênfase em uma cidadania vivida relacionada ao cotidiano e à diversidade cultural migratória ou ao caráter propositivo e empreendedorista da presença dos migrantes têm sido estratégias de visibilidade pública adotadas por esses contradiscursos midiáticos derivados das apropriações que os movimentos migratórios fazem, na atualidade, das tecnologias da Comunicação em âmbito transnacional. (COGO, 2010, p. 92).

Gil Nata (2011, p. 106) identifica que tem havido um aumento na participação na esfera pública por parte dos imigrantes – seja em relação ao seu país de origem ou de destino. Num primeiro momento os imigrantes atuam num nível mais local e informal (como em associações religiosas, escolas, associações culturais etc.) para posteriormente partirem para níveis mais macro e formais (como associações ativistas, mídias alternativas e até em partidos políticos). No início, o envolvimento dos imigrantes tem como objetivo melhorar suas estratégias de sobrevivência, conservar sua identidade cultural e fortalecer os laços de sua própria comunidade. Conforme essa atuação atinge níveis mais formalizados e gerais, o objetivo passa a ser construir diálogos e relações mais complexas com a sociedade receptora, produzir seus próprios discursos e reivindicar direitos. Mesmo que a representação da imigração ainda esteja carregada de preconceitos e associações negativas, a postura ativa dos imigrantes consegue fazer aumentar, ainda que pouco e de uma forma não muito aprofundada, o interesse da opinião pública sobre sua realidade, suas demandas e a diversidade cultural que representam.

Grande parte desse ativismo político dos imigrantes é propulsionado pela negação da participação através das redes formais atreladas à cidadania jurídica. Dessa forma, a exclusão dos direitos garantidos pela cidadania nacional levam os imigrantes a lutarem por uma cidadania que vá além do Estado nacional e que corresponda melhor a seus anseios de direitos e reconhecimento.

Como exemplo, podemos lembrar que, na esfera de lutas pela cidadania transnacional, a negação de subjetividade jurídica

que resultam de muita das chamadas políticas de regularização migratória, em diferentes países, não têm sido necessariamente vivenciadas pelos sujeitos migrantes como ausência de subjetividade política. Ao contrário, a carência de cidadania jurídica se torna, em alguns casos, propulsora de agenciamento político e de ações cidadãs ligadas à solidariedade e às identidades coletivas. Os movimentos dos chamados sem papéis em países europeus, como França e Espanha, têm sido representativos da articulação de uma cidadania ativa em favor da denominada cidadania cosmopolita em que o vivido e o jurídico se combinam. Na defesa de uma cidadania cosmopolita, os migrantes travam disputas em favor da universalização de uma cidadania social que se pauta pela criação de princípios universais capazes de regerem a diversidade presente no espaço público para além da exclusividade de pertencimentos locais, regionais e nacionais. (COGO, 2010, p. 89 e 90).

A luta por uma cidadania baseada em princípios universais interessa aos imigrantes não apenas para compensar uma eventual falta de acesso à cidadania nacional nos países em que residem, mas, principalmente, pois a cidadania nacional não se apresenta como capaz de proporcionar uma ética intercultural. A realidade do processo migratório demanda uma cidadania que não se vincula unicamente aos direitos que levam à igualdade (que são necessários no sentido de cidadania social), mas também aqueles que valorizam a diversidade como um componente importante à democracia (constituindo a chamada cidadania cultural). Nesse sentido uma cidadania para além do Estado nacional não é apenas uma ampliação territorial da cidadania nacional, mas tem como pressuposto uma nova maneira de ver e edificar o mundo, constituindo uma ética aberta à diversidade e à alteridade.

4 Considerações finais

Tomando como exemplo a situação dos imigrantes, pode-se afirmar que o projeto de uma cidadania que ultrapasse os limites do Estado nacional é promissor, na medida em que, ao contrário da cidadania nacional, promove a inclusão de todos e permitindo assim a luta pelos seus direitos. Ao ser excluído da cidadania nacional do país em que

reside, o imigrante não é privado apenas de seus direitos civis, políticos e sociais dentro dessa sociedade, mas é colocado numa situação de exclusão que gera vulnerabilidade e culmina com a violação de seus direitos humanos. Uma cidadania transnacional pode responder a esse desafio ao garantir a igualdade de direitos a todos os membros da comunidade política internacional, independente da sua filiação a uma comunidade cultural – ou seja, a cidadania transnacional tem um caráter plenamente inclusivo.

No âmbito cultural, pensar numa cidadania que vá além do nacional também parece promissor, pois o caráter de transnacionalidade está presente no próprio processo migratório, como já comentado anteriormente. E não apenas o processo migratório, mas toda a realidade das sociedades contemporâneas multiculturais e globalizadas está permeada de relações sociais transnacionais, sendo o ativismo transnacional em defesa dos direitos ambientais, dos direitos humanos e das minorias apenas um exemplo de tal realidade. Assim, uma cidadania transnacional seria uma resposta a uma situação já em curso e que vem tomando cada vez maiores proporções nos últimos anos.

Porém, mesmo com todas as possibilidades promissoras apresentadas pelo projeto de uma cidadania transnacional, há ainda muitos entraves para que essa demanda deixe de ser um projeto e se torne uma realidade. A cidadania europeia, por exemplo, tem um caráter complementar à cidadania nacional, ou seja, para ser cidadão europeu é necessário, primeiramente, ser um cidadão de algum Estado membro. Esse fato faz com que, por consequência, a cidadania europeia, apesar de transnacional, ainda está submetida à lógica de participação em uma comunidade cultural. Por isso, segundo Sorensen (*apud* MAGALHÃES, 1999, p. 81) a cidadania europeia mantém a soberania dos Estados Nações no sentido de delimitar a comunidade política europeia às comunidades políticas nacionais, consistindo num paradoxo legal, pois a comunidade política europeia é definida não pelo seu próprio aparato institucional, mas por outros (no caso o dos Estados-membros). Isso acarreta num enfraquecimento das instituições supranacionais e no não-reconhecimento de cidadania no nível da União para as pessoas que poderiam participar da comunidade política mas não fazem parte da comunidade cultural dos países membros (como no caso dos imigrantes, por exemplo). Durante a construção da cidadania europeia, as instituições da União parece-

ram se basear mais na construção de uma “nação europeia”, baseada numa comunidade imaginada e etnicizada, do que incentivou a emergência de uma solidariedade baseada em termos políticos. Exemplo disso foi o uso de propagandas e símbolos que exaltavam uma suposta identidade europeia bem como a legitimação de leis rígidas de migração, a fim de mobilizar um sentimento de pertencimento europeu que tende mais à homogeneização cultural do que ao multiculturalismo (MAGALHÃES, 1999, p. 84).

A dificuldade na implementação de uma cidadania compartilhada baseada numa solidariedade política transnacional é reconhecida por Habermas. Há mais de dez anos, ele aponta que a integração transnacional – especificamente a europeia – esbarra nos limites dos Estados nacionais, não tanto pela questão da soberania, mas, principalmente, pela incapacidade de se deixar de lado interesses nacionais em prol do bem comum. Em muitos escritos, Habermas se apresenta como um defensor da construção de uma Constituição europeia como forma de desencadear o processo democrático que seria a fonte da solidariedade transnacional. Nos escritos mais recentes, no entanto, ele tem deslocado suas preocupações mais para o âmbito da formação de uma esfera pública participativa transnacional. Não que ele tenha deixado de defender a importância de uma Carta Constitucional para a Europa, mas a construção de uma Constituição não pode ser feita sem haver um interesse político comum. O próprio fracasso na construção da Constituição europeia é a prova da dificuldade de se formar uma cultura política comum, a qual, por sua vez, não aconteceu porque a esfera pública política permanece fragmentada.

Portanto, a fim de garantir que a cidadania transnacional seja pautada por um diálogo intercultural e não por uma postura imperi-¹⁵ lista, é necessário garantir e fortalecer a participação de todos na esfera pública. Utilizando o exemplo dos imigrantes, percebe-se um aumento no número de organizações formadas pelos próprios imigrantes e a ampliação do discurso sobre a imigração feito por eles e veiculado em mídia própria e alternativa. Esse aumento de participação é importantíssimo para a democratização das relações entre

15. Para que os direitos humanos sejam utilizados como um projeto de emancipação é preciso que ele seja pautado num diálogo intercultural. Para que o diálogo cultural se consolide é necessário garantir condições democráticas mínimas, a saber, a comunicação e a participação. CARVALHAIS, 2004, p.137.

os imigrantes e a sociedade de residência, no entanto, esse processo ainda está restrito às esferas públicas informais onde se encontram esses imigrantes.

Para a efetivação desse processo de democratização seria necessário que esse ativismo e esses novos discursos deixassem de ser restritos às esferas informais e ultrapassassem as comportas, atingindo assim as esferas formais e institucionais de participação. Esse salto para os mecanismos institucionais fica prejudicado na medida em que a visão da imigração como uma ameaça à segurança (seja relativo à segurança da identidade cultural, do acesso aos bens sociais ou ao poder do Estado) ainda predomina. A securitização da imigração favorece a manutenção dos mecanismos de poder dos agentes estatais e das elites nacionais, por isso há essa grande dificuldade em projetar um discurso diferenciado sobre imigração para além das esferas públicas informais e locais formadas pelos próprios migrantes.

Referências

- BRUBAKER, Rogers. "Immigration, Citizenship and the Nation-State in France and Germany" In: SHAFIR, Gershon (editor). *The Citizenship Debates*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- CARVALHAIS, Isabel Estrada. *Os Desafios da Cidadania Pós-Nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- CASTRO, Mary Garcia. "Estranhamentos e identidades Direitos humanos, cidadania e o sujeito migrante Representações em textos diversos". *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 5-28, jan./jun. 2005
- COGO, Denise. "A Comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional". *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v.33, n.1, p. 81-103, jan./jun. 2010
- CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- DIAMANTI, Ilvo. "Un nouveau mur: L'opinion publique et les immigrants de l'autre rive". *Critique internationale* n°18, janeiro, 2003.
- FALK, Richard. "The making of Global Citizenship". In: STEENBERGEN, Bart van. *The Condition of Citizenship*. London: SAGE, 1994.

- GONÇALVES, Arnaldo, M. A. *A Europa à Procura do Futuro: da Convenção de Filadélfia ao Tratado de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- HAAS, Hein de. “Irregular migration from West Africa to the Maghreb and the European Union”. *International Migration Institute research report*, University of Oxford, outubro 2007
- HABERMAS, Jürgen. “Soberania Popular como Processo”. In: *Direito e Democracia (entre facticidade e validade volume II)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1997. p. 249-278. Palestra pronunciada em dezembro de 1988.
- “Cidadania e Identidade Nacional”. In: *Direito e Democracia (entre facticidade e validade volume II)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1997. p. 279-305. Publicado em forma de monografia em 1991.
- “A Nova Intransparência”. *Novos Estudos – Cebrap*. n.18; Set. 1987 c. p.103-114.
- “O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania”. Tradução de Antonio Sérgio Rocha. *Novos Estudos CEBRAP*, 43, 87-101, Nov. 1995.
- *Más Allá del Estado nacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- “Realizações e limites do Estado nacional europeu”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- *A constelação pós nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.
- *Era das transições*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- *Sobre a Constituição da Europa: um ensaio*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- HERRANZ DE RAFAEL, Gonzalo. “Modernidad y xenofobia en Andalucía y Cataluña: un análisis comparativo”. Universidade de Almería: *Papers*, 95/4 p. 977-1000, 2010.
- HINDESS, Barry. “Citizenship in the Modern West” In: TURNER, Bryan S. (editor). *Citizenship and Social Theory*. Londres: SAGE Publicações, 1993.
- IBRAHIM, Maggie. “The Securitization of Migration: A Racial Discourse.” *International Migration*, Vol. 43, 2005, ISSN 0020-7985.

- ISIN, Engin; TURNER, Bryan. "Citizenship Studies: An Introduction". In: ISIN, Engin; TURNER, Bryan. *The Handbook of Citizenship Studies*. London: SAGE Publications, 2002.
- JANOSKI, Thomas; GRAN, Brian. "Political Citizenship: Foundations of Rights". In: ISIN, Engin; TURNER, Bryan. *The Handbook of Citizenship Studies*. London: SAGE Publications, 2002.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli; TRUZZI, Oswaldo. "Globalização, Migrações Internacionais e Novos Desafios à Cidadania". *Perspectivas*, São Paulo, v. 31, p. 123-135, jan./jun. 2007
- KOOPMANS, Ruud; STATHAM, Paul; GIUGNI, Marco; PASSY, Florence. *Contested Citizenship: Immigration and Cultural Diversity in Europe*. Minneapolis: Minnesota Press, 2005.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. "As dimensões subjetivas da política: Cultura política e Antropologia da política". *Revista Estudos Históricos*, n.º 24, 1999, p. 227-250.
- KYMLICKA, Will. "Multicultural Citizenship" In: SHAFIR, Gershon (editor). *The Citizenship Debates*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- LINKLATER, Andrew. "Cosmopolitan Citizenship". In: TURNER e ISIN. *The Handbook of Citizenship Studies*. California: Sage, 2002.
- LEITE, Isabel Costa. "Alargamento e integração da política europeia". Disponível em <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/623/2/213-223FCHS2006-3.pdf>> acessado em 20/07/2014
- MAGALHÃES, Lilia Gonçalves. *Europa para os europeus: Globalização x regionalização no processo de unificação da Europa*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres P. S. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- NATA, Gil. *Diferença Cultural e Democracia: Identidade, cidadania e tolerância na relação entre maioria e minorias*. Dissertação de Doutorado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, dezembro de 2011.
- REIS, Rossana Rocha. "O Lugar da Democracia: A Sociedade Civil Global e a Questão da Cidadania Cosmopolita". *Perspectivas*, São Paulo, 30: 15-32, 2006

- SANDE, Paulo de Almeida. "A cidadania europeia e as identidades nacionais". In: FIGUEIRA, A.; PINTO, A. C.; SANDE, P. A. *A união europeia revisitada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SHAFIR, Gershon. "Introduction: The Evolving Tradition of Citizenship" In: SHAFIR, Gershon (editor). *The Citizenship Debates*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- SOYSAL, Yasmin N. *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*. Chicago: The University of Chicago, 1994.
- TURNER, Bryan S. "Contemporary Problems in the Theory of Citizenship" In: TURNER, Bryan S. (editor). *Citizenship and Social Theory*. Londres: SAGE Publicações, 1993.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- WIMMER, Andreas. "Explaining xenophobia and racism: a critical review of current research approaches". *Ethnic and Racial Studies*, vol. 20, n° 1, January 1997.
- YOUNG, Iris Marion. "Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship" In: SHAFIR, Gershon (editor). *The Citizenship Debates*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

GT 8

**Políticas Públicas, Conflitos e
Movimentos Sociais**

Equidade de gêneros no Estado Brasileiro: a construção de um projeto igualitário? Uma análise das políticas públicas de gênero no período neo-desenvolvimentista (2002 – 2013)

JULIA DE SOUZA ABDALLA

juh.abd@gmail.com.

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Josué Pereira da Silva.

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é analisar as políticas e programas sociais desenvolvidos para as mulheres ou com corte de gênero, no período entre 2003 e 2013, quando foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), com objetivo de transversalizar a questão de gênero na formulação de políticas públicas e evidenciando um possível novo conceito de desigualdade de gêneros dentro do Estado. Para tanto, empreenderemos uma análise teórica do conteúdo dessas políticas com base no conceito de equidade de gêneros, seguida por uma seleção de quatro políticas para análise empírica. Buscamos, com tal proposta, compreender se esses programas de fato apresentam melhorias na qualidade de vida das mulheres, se representam uma nova forma de pensar a sua subordinação na sociedade e se, por fim, podem representar um compromisso com a busca da equidade.

Palavras-chave políticas públicas; mulheres; equidade de gêneros

Abstract

This research's goal is to analyze public policies and social programs developed that were developed to women or with a gender-based approach from 2003 to 2013 in Brazil. This period includes the creation of the current Secretariat for Women's Policy (SPM-PR), aiming at mainstreaming gender issues in Brazilian social policy. Its creation, I suggest, may reflect a displacement in the concept gender inequity employed by the State for the development of policies. To achieve that purpose, I shall start with a theoretical analysis of the policies in effect based on the concept of gender equity. Secondly, I shall engage in empirical research of four selected policies. My objective is to understand whether those policies indeed have the power to change women's situations, if they are representative of a new approach to their social subordination, and, finally, if they are based on a new commitment with gender equity.

Keywords public policy; women; gender equity

1 Introdução

O retorno das demandas públicas e movimentos sociais de mulheres¹ durante o regime autoritário brasileiro (1964-1985) deu início a um intenso debate entre feminismo, Estado e partidos políticos no país. Ao longo da redemocratização, esses movimentos tomam força política e, empreendendo uma dupla estratégia que envolvia a inserção nos partidos e a luta dentro do Estado, por um lado, e a permanência nas organizações da sociedade civil, exercendo pressão externa ao aparato governamental, por outro, obtêm uma série de conquistas e avanços. O alvo dessa luta conjunta era o questionamento da subordinação social das mulheres e a demanda por um compromisso institucional nesse sentido.

Ao passo em que a volta à direita dada pelos Estados latino-americanos nos anos 1990 – afinada com as proposições neoliberais e, logo, marcada pelo corte de gastos sociais e por sua transferência para o terceiro

1. A primeira onda de organização feminista no Brasil teria sido em 1920 e 1930, em torno do sufrágio (Alvarez, 1990).

setor – parece comprometer a incorporação da questão de gênero na agenda do Estado, assim como restringir o intenso debate que estava em curso, ela não representa propriamente uma ruptura com a forma geral através da qual o Estado vinha lidando com a “questão das mulheres”. Dito de outro modo, em ambos os períodos não se pode falar de um sistema articulado de políticas e programas sociais pautado sobre a compreensão da subordinação das mulheres como intrínseca à estrutura social – ou, ainda, que se comprometa com um horizonte de equidade de gêneros através da desconstrução dos papéis tradicionais e do machismo. Por consequência, os programas desenvolvidos enfrentavam as questões relativas às mulheres de forma pontual, não ultrapassando o assistencialismo e mantendo-se presos às áreas tradicionais da política social.

A partir dos anos 2000, há um deslocamento no projeto político predominante no país, possivelmente inserido num processo de realinhamento ideológico governamental vivenciado de modos distintos por toda a América Latina, chamado por alguns autores de “neodesenvolvimentismo”.² Tendo por marco, no Brasil, a eleição de Lula, em 2002, o “neodesenvolvimentismo” tem sido tratado como a busca, no âmbito institucional, pela conformação de estratégias menos excludentes de desenvolvimento, que tragam as políticas sociais ao primeiro plano da ação estatal.

Nesse quadro, por meio da ação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), vinculada à presidência da república, observam-se novas configurações nas políticas públicas voltadas às mulheres. Na perspectiva institucional, destaca-se a própria formação da secretaria, responsável por desenvolver um pacote unificado de políticas e programas que deem conta das múltiplas clivagens e fontes de desigualdade experimentadas pelas mulheres. Nesse sentido, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborados por triênios, expressam a compreensão a respeito da desigualdade e subordinação das mulheres sustentada pelo Estado e tomada como base para a formulação das políticas, cujo teor demonstra evidentes alinhamentos com perspectivas e debates feministas. Cabe destacar, ainda, a ideia de *transversalização*, que responsabiliza todos os mi-

2. A respeito do termo, ver Diniz (2011), Diniz e Bresser-Pereira (2009) e Bresser-Pereira (2010).

nistérios e instâncias encarregados da aplicação e manutenção de políticas públicas a considerar a especificidade das mulheres entre os potenciais beneficiários, formulando arranjos específicos voltados a corrigir disparidades de acesso e tratamento.

Diante disso, meu objetivo nessa pesquisa é avaliar o conteúdo e a construção das políticas públicas voltadas às mulheres ou com corte de gênero a partir de 2002, bem como seu impacto na vida das mulheres beneficiadas por elas. No primeiro momento, a análise tem por fim compreender se, de fato, esses programas são representantes de uma nova compreensão do Estado a respeito das relações de gênero, para o que nos orientaremos pelo conceito de equidade de gêneros de Fraser, bem como por outros aportes teóricos preocupados com esse debate. Depois, por meio de pesquisa de campo, pretendo avaliar o caráter transformador dessas políticas na realidade social, ou seja, em que medida romperam com ou transformaram os padrões de gênero e melhoraram a qualidade de vida das mulheres brasileiras. O conceito de equidade de gêneros, que abordarei na seção seguinte, será de suma importância para o desenvolvimento desses objetivos.

2 Problematização do tema

Após uma primeira onda nas décadas de 1920 e 1930, os movimentos e manifestações de mulheres no Brasil tomam novo fôlego durante o regime ditatorial vivido no país de 1964 a 1988, datada Constituição democrática. Protegidos por uma ideia arraigada na sociedade e partilhada pelos governantes militares, segundo a qual as mulheres são indiferentes às questões políticas, esses movimentos cresceram muito na época, escapando à repressão.

Ao longo do período de transição para a democracia, especialmente na década de 1980, esses movimentos se espalham por todo o país, organizando encontros e congressos cuja temática versava sobre os diversos aspectos da condição das mulheres brasileiras. Mais importante, nessa época os movimentos feministas consolidam, de fato, “uma identidade política feminista distinta do movimento de mulheres em geral” (Alvarez, 1994: 32), o que certamente foi estimulado pelas relações conflituosas entre esses movimentos e os partidos políticos, acusados de cooptação das demandas das mulheres para for-

mação de base eleitoral sem, no entanto, assumir um compromisso verdadeiro com o enfrentamento das desigualdades de gênero. Os conflitos se intensificam com o fim do sistema bipartidário, em 1979, quando os partidos em formação investem na tentativa de trazer as feministas para dentro de seus quadros.

Na prática, isso resultou numa dupla estratégia por parte das feministas brasileiras: algumas aceitaram o convite, levando suas pautas ao âmbito institucional e lutando, dentro do Estado, pela consolidação e institucionalização dos ganhos e políticas prometidas no período pré-eleitoral; o segundo grupo, que se manteve fora dos partidos, trabalhou pelos interesses das mulheres através da sociedade civil e exerceu pressão através de protestos, manifestações e petições, que empurravam as pautas mais radicais de volta ao debate público. A combinação dessas duas estratégias garantiu ao feminismo uma influência considerável sobre a formulação das políticas públicas, ao passo que manteve seu caráter subversivo. No entanto, seja por falta de vontade política, ou por considerar a subordinação feminina apenas um aspecto de um quadro maior, os partidos negligenciavam as demandas que lhes pareciam mais radicais, desviando-se perspectivas globais do enfrentamento à subordinação e desigualdade das mulheres. Por conta disso, os avanços obtidos na época são esforços pontuais, não relacionados a um horizonte de *equidade de gêneros*.³

Esse conceito é tradicionalmente abordado na teoria feminista através de duas perspectivas. Na primeira delas, relacionada ao conceito de igualdade, defende-se que a equidade reside em tratar as mulheres do mesmo modo que os homens, ou seja, na criação de políticas que lhes permitam acesso aos âmbitos tradicionalmente reservados aos homens ou predominantemente masculinos, dos quais o trabalho remunerado é a principal expressão. Esse modelo, que toma a universalização do trabalho remunerado como pressuposto à equidade de gêneros, foi duramente criticado por desconsiderar outras formas de clivagens como classe, etnia e idade, marginalizar aqueles que por alguma razão não fossem empregados, manter intacta a divisão do trabalho doméstico e, sobretudo, por ter uma concepção androcêntrica do mundo e da política social. Nesse sentido, o modelo se basearia

3. A criação Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, um órgão consultivo que deveria acompanhar a formulação das políticas públicas no governo, é um dos principais ganhos da época.

nos âmbitos tradicionalmente masculinos e teria como único intento a incorporação satisfatória das mulheres neles. O trabalho doméstico e de cuidados, além disso, seriam vistos como empecilhos ao trabalho formal e transferidos ao Estado e ao mercado, não havendo qualquer ensaio de redesenho social ou de rompimento com os padrões de gênero. O segundo modelo baseia-se na ideia oposta, a diferença, postulando que homens e mulheres devem ser tratados de acordo com suas diferenças. Assim como a anterior, essa perspectiva é centrada sobre a divisão sexual do trabalho, propondo a alocação de pensões para cuidadoras bem como a incorporação das mulheres na força de trabalho remunerado, e tendo por objetivo não a igualdade como valor absoluto, mas a eliminação do custo da diferença. Essa perspectiva também foi severamente criticada por reforçar o papel tradicional das mulheres enquanto cuidadoras, possivelmente ampliando o enclausuramento doméstico, criando uma faixa de empregos específicos e não rompendo com o machismo. Não se fala aqui, também, de uma transformação nos homens e na divisão sexual do trabalho, de modo que o modelo pode ser considerado androcêntrico como o primeiro.

Para desviar desse binômio, Nancy Fraser (1997) formula um delineamento de equidade de gêneros composto de sete critérios, bem como quatro questões orientadoras para avaliar a eficácia das políticas sociais para as mulheres. Segundo esse modelo, um sistema de políticas para as mulheres deve: a) combater a pobreza, mais incidente entre as mulheres, prezando pelo atendimento às suas necessidades básicas através de políticas não estigmatizantes; b) visar ao fim da exploração, seja por membros da família, pelo trabalho precário ou *sweatshops*, cafetões ou agentes do Estado, através da criação de formas alternativas de renda oferecidas de forma não estigmatizante; c) ter por objetivo a igualdade de renda entre homens e mulheres, não significando igualdade absoluta, mas rejeição de arranjos que envolvam o pagamento desigual pela realização das mesmas atividades, a desvalorização das tarefas tradicionalmente femininas e a distribuição desigual das posses familiares em situação de divórcio; é importante, também, prestar especial atenção à pobreza oculta, que diz respeito à distribuição desigual dos recursos na família; d) buscar a igualdade dos tempos de lazer, tendo por objetivo principal a equalização das jornadas de trabalho totais (incluindo o trabalho não pago) e o fim da dupla jornada feminina; e) se orientar pelo princípio

de igual respeitabilidade, combatendo a objetificação que coloca as mulheres como objetos de prazer dos homens e a desvalorização do trabalho feminino, tratado como banal ou irrelevante; f) combater a marginalização, promovendo a participação das mulheres em todos os âmbitos da sociedade e oferecendo condições para isso (como programas de cuidados de idosos, creches, estímulo à amamentação em público, etc.), além de reformando o ambiente de trabalho; g) estar orientado por uma perspectiva antiandrocêntrica, rompendo com a imposição das normas e padrões masculinos às mulheres. Além disso, Fraser determina quatro questões igualmente relevantes para avaliar o conteúdo das políticas sociais. A primeira delas é a respeito de como é organizado o trabalho de cuidados, como ele é situado entre família, mercado, Estado e sociedade civil e de que modo é distribuído nessas instituições, observando diferenciações de gênero, classe, raça/etnia e idade. Os critérios de elegibilidade para as políticas, que podem ser universais, restritas por participação no mercado de trabalho ou por necessidade, também é extremamente importante, pois determina seu potencial de estigmatização dos beneficiários. Por fim, deve-se levar em conta que as políticas afetarão as mulheres de modos diferentes de acordo com sua classe, raça/etnia, sexualidade, idade, etc.

Ao pensar esse modelo, Fraser o situava como um conjunto de diretrizes para a equidade de gêneros na reconstrução dos Estados de bem-estar sociais. Enquanto início de um processo de crescimento e ampliação das demandas e conquistas feministas, a década de 1980, em especial o período de transição democrática, havia sido um momento promissor. Porém, com a chegada de uma nova onda conservadora à América Latina ao longo dos anos 1990 – acompanhada da promessa de reaquecimento do capitalismo local –, a reconstrução de um Estado de bem-estar social com especial foco na equidade de gêneros se perde. A receita, alinhada às proposições neoliberais de Milton Friedman e Friedrich Hayek e ao Consenso de Washington, centrava-se em uma forte crítica às proposições keynesianas, bem como nos três pontos seguintes: a) autonomia do mercado em relação ao Estado; b) oposição ao ideal de justiça social; c) transferência da responsabilidade sobre políticas públicas do Estado para o terceiro setor.⁴ Com as políticas sociais fora da agenda de prioridades do Es-

4. A respeito do neoliberalismo no Brasil, ver Teixeira, 2000, Cap.2.

tado e a paralização quase total das atividades do CNDM (Cf. nota 8) e de outros arranjos institucionais voltados à equidade de gêneros, as feministas saem do âmbito estatal e se concentram sobre novas possibilidades de ação política, especialmente sobre as organizações não governamentais (ONGs). A desarticulação dos interesses de gênero e o retrocesso quanto ao que havia sido obtido são evidências da vulnerabilidade das demandas das mulheres frente aos partidos e arranjos políticos no poder.

Ainda de acordo com Fraser (2009), a emergência do neoliberalismo teve como uma de suas condições determinantes uma aliança não pretendida com a crítica dos movimentos mais progressistas, dentre eles o feminismo. Através de uma ressignificação de suas principais críticas, o neoliberalismo encontrou o espaço que precisava para se desenvolver. A crítica à redução da desigualdade social ao âmbito das classes, que obscurecia outros eixos da desigualdade, foi a porta de entrada para que o movimento desenvolvesse uma forte veia identitária, o que veio de encontro a um “neoliberalismo em emergência, que não queria nada além de reprimir toda a memória da busca por igualdade” (Fraser, 2009: 109). A contestação da divisão sexual do trabalho, da desvalorização do trabalho feminino e a demanda pela inclusão no mercado de trabalho serviu à criação de um novo ideal familiar em que tanto o homem quanto a mulher estão empregados na esfera pública. No entanto, a desvinculação da crítica feminista de uma análise do capitalismo deu espaço para que essa incorporação fosse realizada em um contexto de flexibilização e aumento da jornada de trabalho. A posição referente à burocratização excessiva do Estado, que afastava a participação e tratava os beneficiários de políticas mais como clientes ou consumidores do que como cidadãos, foi convertida em um imperativo de redução do Estado, o que foi levado às suas últimas consequências pelos governos de inspiração neoliberal, causando a explosão das ONGs cujos efeitos “eram normalmente a despolitização dos grupos locais e manipular suas agendas nos sentidos preferidos pelos financiadores do primeiro mundo” (Fraser, 2009: 111).

No Brasil, esse processo, que já havia começado nos governos anteriores, sobretudo o de Itamar Franco, teve como principal expressão os dois governos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de 1994 a 2002. A reforma do Estado, justificada pela crise e necessidade de globalização da economia, é sintomática desse pro-

cesso. O principal objetivo dessa reforma era a redefinição das funções do Estado, “a fim de que ele reduza seu tamanho e contingente de pessoal, através de três programas: privatização, terceirização e ‘publicização’” (Teixeira, 2000: 70). De especial importância, o terceiro processo se refere ao estímulo para que as organizações não estatais tomem para si a responsabilidade sobre a reorganização das relações sociais através de prestações de serviços, sendo apoiadas por verbas do Estado liberadas por aprovação do Legislativo. As políticas sociais assumidas pelo Estado na época, além disso, focaram-se apenas na população absolutamente miserável etinham caráter assistencialista, não constituindo direitos universais. O questionamento a respeito dessa forma de tratar “a questão social” foi barrado pela postura autoritária assumida pelo Estado, que, como observa Teixeira (2000), “(...) tem procurado deslegitimar espaços públicos constituídos, os movimentos sociais e as forças políticas que divergem das suas propostas” (Teixeira, 2000: 74-5).

Onze programas sociais⁵ envolviam as mulheres no governo em questão, sendo dois deles voltados apenas a elas – Combate à Violência Contra a Mulher e Saúde da Mulher – e seis focados na área da saúde.

A principal análise disponível, realizada por pesquisadoras do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea),⁶ focou-se em seis desses programas.⁷ Como conquistas do momento, são enumeradas: a criação de um organismo governamental de defesa dos direitos das mulheres, em 2002; os avanços em programas na área da Saúde, por exemplo nos programas de combate ao câncer e o programa Viva Mulher, todos demonstrando a prioridade do Ministério da Saúde no controle da feminização das epidemias e combate às doenças estritamente femininas, ainda que não sem críticas contundentes, especial-

5. Atenção à Criança; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Direitos Humanos, Direitos de Todos; Combate à Violência Contra a Mulher; Qualificação Profissional do Trabalhador; Saúde da Criança e Aleitamento Materno; Alimentação Saudável; Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica; Saúde da Mulher; Qualidade e Eficiência do SUS; Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS.

6. Graça, Malaguti, Vieira, 2004.

7. Combate à Violência Contra a Mulher; Creches; Saúde da Mulher; Combate ao Câncer de Colo do Útero; Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis-HIV/AIDS; Qualificação Profissional das Trabalhadoras.

mente por parte das participantes; a sensibilidade do poder Legislativo quanto à pressão dos movimentos de mulheres para o aumento das dotações orçamentárias. Negativamente, por outro lado, evidencia o descompasso entre os poderes Executivo e Legislativo, sendo que a maior parte dos programas analisados “as dotações acrescentadas pela iniciativa parlamentar não se transformaram em despesas realizadas (...), remetendo à discussão do orçamento meramente autorizativo” (Graça, Malaguti, Vieira, 2004: 13), trazendo também a descontinuidade na alocação dos recursos. Além destes, é de especial importância o apontamento das autoras a respeito da ausência de ações voltadas à alteração das relações de gênero, sendo que todos os programas desenvolvidos são políticas específicas para as mulheres, não trabalhando as relações sociais envolvidas. Essa falha é atribuída à ausência de um organismo governamental que canalizasse propostas. Dito de outro modo, os programas forneciam assistência às mulheres nas grandes áreas da provisão social (saúde e trabalho, por exemplo), e em poucos programas específicos às mulheres, como os de combate à violência, mas não baseavam a discussão em um horizonte de equidade de gêneros. Assim, por bem sucedidas que algumas políticas tenham sido, elas enfrentavam o problema pontualmente, não possuindo uma compreensão afinada com as proposições feministas a respeito de uma opressão específica às mulheres, intrínseca à estrutura social.

Com o fim da década de 1990, a orientação neoliberal começa a perder força na América Latina. No Brasil, a despeito da estabilização da economia, os oito anos do governo FHC apresentavam resultados inferiores aos desejados no desempenho econômico global, dando espaço na cena política a novas interpretações a respeito do papel do Estado e das prioridades da agenda pública. Essas “novas interpretações”, bem como o movimento neoliberal que as havia precedido, se espalham por todo o continente, com a eleição de líderes de esquerda ou centro-esquerda que, à revelia de suas especificidades históricas e culturais, tinham como denominador comum a rejeição ao receituário neoliberal, a busca da autonomia e soberania nacional quanto às decisões fundamentais e de estratégias menos excludentes nos planos de desenvolvimento nacionais. Identificando-se com uma postura nacionalista, esses governos, que vem sendo tratados como “neodesenvolvimentistas”, colocam o crescimento econômico sustentado

a serviço da busca de igualdade, aliando-o à equidade social e melhor distribuição de renda e possibilitando ao Estado “financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa” (Diniz, 2011: 504). Com ênfase na complementaridade entre Estado e mercado fortes, eles efetivamente retomam, ao menos no discurso, a responsabilidade do Estado sobre as políticas públicas e a inserção dos cidadãos na sociedade.

No Brasil, esse movimento é representado pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2002, que, desde o processo eleitoral, se alinhava a um projeto em que “persiste a defesa de uma política firme de estabilização, porém como âncora de um programa de desenvolvimento mais equitativo, abrindo espaço para políticas de combate à desigualdade e à exclusão social” (Diniz, 2011: 510):

De inspiração Keynesiana, o neodesenvolvimentismo baseia-se na visão de que o crescimento é impulsionado pelo aumento autônomo da renda familiar dos grupos mais pobres, via aumentos do salário mínimo, expansão do emprego formal e políticas de transferência condicionada de renda, como o Bolsa-Família. Além disso, implica investimentos em infraestrutura e construção residencial, regidos pelo Estado, investimentos em inovação (amparados em incentivos fiscais, crédito subsidiado e subvenções), bem como na condução de uma política externa independente. O Estado, nesta convenção, volta a assumir a liderança do processo de desenvolvimento, recuperando-se, inclusive o papel primordial das empresas estatais, como a Petrobras e bancos públicos, funções abandonadas durante a primazia das diretrizes ortodoxas nos anos 90 do século XX (Diniz, 2011: 520).

Tendo em vista nosso objetivo, interessa-nos particularmente a retomada do papel do Estado enquanto formulador e provedor de políticas e programas voltados à inserção social das camadas mais pobres e à busca de igualdade para populações marginalizadas ou tradicionalmente excluídas da sociedade e dos redutos políticos. Do ponto de vista das mulheres, o processo de centralização das políticas públicas e da inclusão social na agenda política é marcado pela criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), em 2003.

Diretamente ligada ao Poder Executivo e com status de Ministério, a Secretaria nasce com o objetivo principal de *transversalizar* a ques-

tão de gênero nas políticas públicas – ou seja, torna imperativo que se desenvolvam arranjos específicos a partir dessa questão em *todas* as políticas públicas desenvolvidas e implementadas pelo governo, uma vez que elas afetarão as mulheres de forma específica. Além dessa, a SPM teria como missões: 1) fortalecer a interlocução com a sociedade civil na formulação das políticas, garantindo a participação dos movimentos sociais e organizações na agenda desenvolvida para as mulheres; 2) formular, coordenar, articular e executar políticas públicas e programas sociais, sistematizadas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), sendo responsável pela redação final dos mesmos, bem como por sua implementação, monitoramento e avaliação; 3) pôr em prática campanhas educativas e antidiscriminatórias e acompanhar a implementação de legislação afirmativa; 4) garantir o cumprimento de acordos e programas de cooperação. Por fim, sua estrutura para isso é constituída por três órgãos internos específicos (as Secretarias de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e de Articulação Institucional e Ações Temáticas) e um órgão colegiado (o CNDM, já mencionado, com o qual trabalha em interlocução direta). Pelas características enumeradas acima, cremos que a SPM pode ser vista como uma possível renovação do projeto de coordenadorias para a mulher desenvolvido nas municipalidades petistas ao longo da redemocratização, ainda que esse projeto tenha sido transformado em muitos pontos, dentre os quais destacamos a alocação de um orçamento próprio.⁸

Os PNPM – três até o momento, em 2004, 2009 e 2013 – são planos trienais desenvolvidos a partir do debate fomentado nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que, por sua vez, chegam ao âmbito nacional após a realização de uma série de conferências estaduais.⁹ Com orientação abertamente feminista, os planos consti-

-
8. De forma sucinta, esse projeto articulava as coordenadorias, voltadas à defesa dos interesses e necessidades das mulheres dentro do Estado, com o Poder Executivo e com os movimentos sociais, colocando-se em oposição aos projetos na área tocados pelas gestões do PMDB, que determinavam que “dependia dos movimentos de mulheres se organizar e demandar e que as mulheres nas instâncias do governo representassem os movimentos” (Alvarez, 1990). Cf., a esse respeito, Alvarez, 1990, 1994.
 9. Essas conferências são representantes da ampla participação popular envolvida na formulação das políticas públicas. De acordo com dados que constam nos próprios Planos, o primeiro PNPM contou com a participação final de aproximadamente 120 mil

tuem uma agenda unificada dos programas e metas a serem cumpridos no triênio seguinte, bem como das ações específicas, organizadas em quatro eixos principais,¹⁰ e apontam a responsabilidade específica pela realização das ações (ministérios, secretarias, etc.). São eixos dos PNPM: a) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; b) educação inclusiva e não sexista; c) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e; d) enfrentamento à violência contra as mulheres.

No primeiro eixo,¹¹ o foco está em programas de redistribuição de renda, além de políticas que estimulem o protagonismo das mulheres e sua independência financeira, o que é levado especialmente através de concessão de crédito e titularidade de terras às mulheres rurais e programas de capacitação específica. Dentre as metas e prioridades no primeiro PNPM temos, por exemplo, a elevação de 5,2% da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) e a manutenção de uma média nacional mínima de 50% de participação das mulheres no total de trabalhadores nos convênios com o Ministério do Trabalho e Emprego com entidades de formação profissional. De acordo com o relatório de implementação do primeiro PNPM (Relatório de Implementação, 2009: 20), o aumento das mulheres na PEA para o período correspondeu a 3,3%, enquanto que a segunda meta foi cumprida integralmente. Destaca-se, além disso, o compromisso com o fomento de uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico. O pacote Brasil Sem Miséria (no qual se incluem os programas Brasil Carinhoso, Minha Casa Minha Vida, PRONATEC, ECOSOL e o próprio Bolsa Família) é um destaque desse eixo, bem como o Programa Pró Equidade de Gênero e Raça e o projeto de um Pronaf-mulher. Também chamamos atenção para a proposta de incluir os critérios gênero e raça-etnia nos sistemas de acompanhamento dos principais

mulheres, o segundo com aproximadamente 200 mil, número que se manteve estável na formulação do terceiro Plano (ver as Introduções dos três planos).

10. Nos referimos aqui aos eixos que se mantiveram nos três planos, sendo que, a partir do segundo PNPM, adicionam-se seis novos eixos, sendo eles: a) fortalecimento das mulheres nos espaços de poder e decisão; b) desenvolvimento sustentável com igualdade social e econômica; c) direito à terra com igualdade para as mulheres; d) cultura, esporte, comunicação e mídia; e) enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; f) igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiência.
11. Os programas, metas e dados mencionados nos quatro eixos são referentes principalmente ao primeiro PNPM.

programas de cunho redistributivo. Os programas desse eixo têm por objetivo geral a “capacitação para enfrentar as desigualdades no mundo do trabalho [que] é vista como essencial para a inclusão social (PNPM, 2004: 43)” e partem da desigualdade das mulheres em todos os âmbitos do trabalho, considerando a divisão sexual do trabalho, o trabalho rural, o trabalho doméstico e uma série de outras clivagens.

No eixo da educação inclusiva e não sexista, o PNPM trabalha ações inclusivas, visando desconstruir a discriminação dentro das escolas e universidades e inserindo uma perspectiva de gênero – bem como de raça, etnia e orientação sexual – no âmbito educacional. Assim, foca-se na elaboração de material didático e na transformação dos currículos, assim como na capacitação de profissionais com uma perspectiva inclusiva. Destacam-se o curso de formação profissional à distância Gênero e Diversidade na Escola e o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Outras ações nesse sentido incluíram a problematização do papel da mídia através de seminários, a regulamentação que foi iniciada quanto à veiculação de imagens de mulheres, negros e homossexuais na mídia e a intervenção em campanhas publicitárias consideradas sexistas. Também foram delineadas metas, tais como, no primeiro PNPM, a redução do analfabetismo entre mulheres acima de 45 anos em 15% entre 2003 e 2007 – no que o plano foi bem sucedido, reduzindo tal número em 17,3% (Relatório, 2009: 49). As creches também são uma importante meta desse eixo, uma vez que, além de oferecer melhor educação às crianças entre zero e 06 anos de idade, permitem que as mães se mantenham no mercado de trabalho. Nesse sentido, a meta do primeiro PNPM era aumentar em 12% a frequência, o que só foi obtido parcialmente no (aumento de 5,84% no período) (Relatório, 2009: 50).

No que se refere à saúde, é elaborada, em 2004, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que tem como um de seus principais objetivos assegurar seus direitos humanos. Nesse eixo, toca-se também nos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo através da proposta de revisão da legislação punitiva que trata o aborto. As diretrizes na saúde colocadas no primeiro Plano incluíam a melhoria da saúde; a garantia de direitos e ampliação do acesso aos serviços; direitos sexuais e reprodutivos; redução da morbidade e mortalidade; ampliação, qualificação e humanização da atenção integral à saúde da mulher; garantia do acesso à anticoncepção e a exames; ampliação re-

gional dos programas existentes; prevenção e controle do HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis; atenção obstétrica e; a revisão da legislação já indicada acima. Metas específicas incluíam, por exemplo, o aumento de cobertura do Papanicolau na população de risco (35 a 49 anos); aumento de equipes da Saúde da Família; proteção à saúde das mulheres trabalhadoras nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador; garantia do acesso a métodos anticoncepcionais reversíveis para 60% das mulheres em idade fértil. Também estavam em foco as mulheres encarceradas, atingidas através do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. A violência obstétrica e a redução do número de cesáreas serão abordadassamente nos planos posteriores.¹²

Levando em conta a violência em sentido físico, sexual, psicológico ou patrimonial, assim como o assédio sexual e moral e o tráfico nacional e internacional de mulheres, o PNPM de 2004 tem como prioridades a definição das normas técnicas para os serviços relacionados à prevenção e assistência da violência, a integração dos serviços em redes locais, regionais e nacionais – por exemplo, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Centros de Referência, Casas Abrigo, serviços de saúde, etc. –, a implantação de serviços em todos os estados brasileiros, entre outros. As metas eram, por exemplo, aumentar em 15% os serviços de atenção à saúde da mulher em situação de violência¹³ e aumentar em 50% o número de Delegacias Especializadas. A respeito da última meta, as delegacias aumentaram em 22% no período (Relatório, 2009: 76). Os programas e metas desse eixo estão contidos no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência.

Adicionalmente, uma série de avanços na legislação específica às questões das mulheres foram também aprovadas ou estão em trâmite no Congresso Nacional, como o Projeto de Lei 6653, que ficou conhecida como PL da Igualdade, a PL 6622, relativa ao Feminicídio, uma série de projetos relacionados ao direito de aborto e a conhecida e debatida PEC das Domésticas. Caso oportuno, pretendo também fazer uma breve incursão nessas transformações na legislação, qual pode ser seu significado na vida prática das mulheres e, ainda, como elas

12. Cf.: BRITO, OGANDO, 2012.

13. Nesse ponto, o Relatório registra avanços, mas não especifica numericamente se a meta foi cumprida ou não.

podem constituir suportes para as políticas desenvolvidas dentro dos eixos mencionados acima.

A abordagem às políticas para as mulheres indicadas nos parecem suficientes para sugerir um realinhamento na relação tradicional do Estado e das instituições brasileiras o com a “questão das mulheres”. Nesse sentido, o questionamento de Sonia Alvarez (1990), a respeito de em que medida “o Estado, o sistema partidário e a burocracia podem se constituir em arenas viáveis para a promoção de melhorias na condição de vida das mulheres (Alvarez, 1990: 12)” permanece essencial ao feminismo latino americano. Com isso, a análise proposta buscará compreender se, de fato, existem realmente “novas abordagens” às políticas para as mulheres, questionando-se a respeito de um possível compromisso com a equidade, e, além disso, em que medida esses programas tem são efetivos na transformação das situações de vida das mulheres.

Desse modo, nosso objetivo nessa pesquisa é investigar o conteúdo e efetividade das políticas públicas voltadas às mulheres ou com corte de gênero de 2002 a 2014, à luz do conceito de equidade de gêneros, sobretudo conforme sua formulação em Fraser (1997). Isso implicará em um mapeamento e análise das possíveis transformações nas concepções de desigualdade social e de gêneros subjacentes aos programas sociais desde o período de redemocratização até os dias atuais, investigando seu caráter e em que medida o modelo atual representa rompimento ou continuidade com os projetos desde a transição democrática. De forma análoga, essas concepções distintas deram origem a diferentes programas sociais voltados às mulheres. Por isso, levantaremos também as políticas postas em prática em nível nacional nesse período. Nessa fase da pesquisa, nos orientaremos pelo conceito de *equidade de gêneros*, sobretudo conforme formulado por Fraser (1997), mas buscando, também, outras contribuições. Por fim, no segundo momento, investigaremos a efetividade dessas políticas e programas sociais na transformação das condições de vida das mulheres, ou seja, em que medida há uma reorganização das relações sociais de gênero.

O trabalho proposto deverá unir reflexão teórica e pesquisa empírica. No primeiro momento, nos concentraremos em sistematizar a bibliografia referente ao movimento feminista e suas relações com o Estado no Brasil, assim como em realizar um levantamento das políti-

cas públicas voltadas às mulheres ou com corte de gênero no período compreendido entre 2002 e 2014.

Nessa parte, tenho por intento contar a história das relações do Estado brasileiro com as demandas e movimentos feministas a partir da transição democrática, bem como sua compreensão da “questão feminina”. Um levantamento da discussão feminista a respeito do conceito de *equidade de gênero* será também realizada nessa fase do trabalho, além da referência original, que está em Fraser (1997). A partir dessa análise, selecionaremos quatro políticas específicas, uma de cada um dos quatro eixos dos PNPM, que integrarão a análise empírica posterior.

Na segunda fase do trabalho, lidaremos com dados de institutos de pesquisa e com o material recolhido no campo –entrevistas semi-estruturadas, a serem realizadas com as gestoras da SPM e dos ministérios, representantes dos movimentos sociais envolvidos na formulação das políticas e as beneficiárias. As pesquisas em bancos de dados tem por objetivo compreender o impacto das políticas públicas desenvolvidas e implementadas no período estudado nas condições de vida e inclusão na sociedade das mulheres.

Referências

- ALVAREZ, S. *Engendering democracy in Brazil. Women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ALVAREZ, S. *The (Trans)formation of Feminism(s) and Gender Politics in Democratizing Brazil*. In.: JAQUETTE, J. *The Women's movement in Latin America*. San Francisco: Westview Press, 1994, pp.13-63.
- ALVAREZ, S, DAGNINO, E, ESCOBAR, A (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ALVAREZ, S. *Advocating feminism: the Latin American NGO “boom”*. Conferência, transcrição disponível em: <<http://globalsolidarity.antenna.nl/alvarez2.html>>.
- BARLETT, K.T., KENNEDY, R (Ed.). *Feminist legal theory: readings in law and gender*. Boulder: Westview Press, 1991.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. *O Brasil e o novo desenvolvimentismo*, 2011. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>.

- BRESSER-PEREIRA, L.C., DINIZ, E. *Empresariado industrial, democracia e poder político*. Novos Estudos, Cebrap, no. 84, 2009.
- BRITO, M., OGANDO, A.C. *Os impactos dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres nas políticas públicas no Brasil* In: I Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012, Brasília. Anais do I Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012. Disponível em: <http://www.demode.unb.br/images/Anais2012/Pinheiro_e_Ogando-0s_impactos_dos_Planos_Nacionais_de_Politicas_para_as_Mulheres_nas_politicas_publicas_no_Brasil.pdf>.
- *Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa*. In.: Política e Sociedade, no. 5. Outubro de 2004, pp.139-164.
- DRAIBE, S. *A política social no período FHC e o sistema de proteção social*. In.: Tempo Social, vol.15, no. 2. São Paulo, Novembro de 2003, pp.63-101.
- DINIZ, E. *O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010)*. In.: Dados, vol. 54, no. 4, Rio de Janeiro, 2011.
- FRASER, N. *Fortunes of Feminism. From State-managed capitalism to neoliberal crisis*. Nova York: Verso, 2013
- GRAÇA, E.M., MALAGUTI, M., VIEIRA, C.M.F. *Orçamento e gênero: a luta pela igualdade. Os oito anos de governo FHC*. 2004. Disponível em: <<https://sistema.planalto.gov.br/spmulheres/textos/CFEMEA/orcamentoe genero.pdf>>
- OREIRO, J L. C. *Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. Estudos avançados*. 2012, vol.26, n.75, pp. 29-40.
- TEIXEIRA, A. C.C. *Identidades em construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2000.
- I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, 2004. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>.
- II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, 2009. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>> .
- III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>> .
- Relatório de Implementação Final*, 2009. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>.

Acumulação flexível, empregabilidade e a (re)produção do modelo de educação profissional via políticas públicas no Brasil

LAURA OLIVEIRA ALBERTI

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp.

Resumo

A temática deste estudo refere-se à relação entre políticas públicas, educação e trabalho, especificamente, a produção atual das políticas públicas de qualificação profissional do país no governo vigente. O objetivo proposto é investigar em que medida o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego modalidade Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM) possibilita a “democratização” do saber e a inserção de seus beneficiários no mercado de trabalho, a partir da vivência dos egressos desta política. Busca-se entender a construção basilar da qualificação profissional e, além disso, contextualizá-la por meio de conceitos como reestruturação produtiva, globalização e acumulação flexível. Questiona-se a correlação entre os conceitos supracitados e a o contexto com a inserção no mercado de trabalho no Brasil, de necessidade de adequação da qualificação profissional dos trabalhadores usuários desta política pública. O intuito geral é compreender transformações no âmbito do trabalho em intercâmbio à construção da política PRONATEC/BSM, de que maneira tal relação é estabelecida ao visar suprir o imperativo das empresas e do mercado? Para tal, delimitou-se como estudo de campo através do guia específico PRONATEC/BSM na cidade de Santos Dumont, em Minas Gerais. Quanto à técnica de pesquisa propõe-se um estudo de caso do programa nesta cidade.

Palavras-chave qualificação profissional, educação, trabalho, políticas públicas, empregabilidade

Conflitos armados e mudança social no município de Cité Soleil do Haiti a partir dos anos 1990 até hoje: uma análise crítica da gestão do poder político e do papel das religiões.

JEAN FABIEN

jeandefabien1982@yahoo.fr

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz

Resumo

Esta pesquisa a ser desenvolvida no município de Cité Soleil, cidade situada ao norte da capital Porto Príncipe do Haiti, procura entender por que os conflitos armados são tão frequentes e se repetem cada vez mais. Historicamente pretendemos começar nossas análises críticas da gestão política e do papel e do lugar das religiões dominantes (catolicismo, protestantismo e vodu) nesses conflitos a partir de 1990, data à qual corresponde seu início. Nossas análises empíricas, por outro lado, se basearão nas realidades sociais atuais desse fenômeno que se estende até hoje. Com efeito, no desenvolvimento da pesquisa teórica e empírica, estudaremos o conflito armado como elemento de mudança social enquanto o papel das religiões será analisado como espaço, isto é, como arena social de construção e de reconstrução dos elos sociais entre os indivíduos nos momentos dos conflitos armados. Além de buscar entender, as origens, as causas e os impactos desses conflitos na lógica de mudança social no país, os resultados desta pesquisa contribuirão a entender melhor a sociedade haitiana na sua complexidade.

Palavras-chave Haiti-Cité Soleil. Conflito armado. Conflito social. Religião. Gestão Política. Mudança social.

Abstract

This research to be developed in the municipality of Cité Soleil, a city north of the capital Portau Prince in Haiti, seeks to understand why armed conflicts are so frequent and repeated ever again. Historically we intend to start our critical analysis of political management and the role and place of the dominant religions (Catholicism, Protestantism and voodoo) in these conflicts from 1990, the date that corresponds to the beginning. Our empirical analysis, on the other hand, will be based on current social realities of this phenomenon that is still ongoing. Indeed, the development of theoretical and empirical research, we will study the armed conflict as social change element while the role of religion will be analyzed as space, that is, as social arena construction and reconstruction of social links between individuals in moments of armed conflicts. Besides seeking to understand the origins, causes and impacts of these conflicts in social change logic in the country, the results of this research will help to better understand the Haitian society in its complexity.

Keywords Haiti-Cité Soleil. Armedconflict. Social conflict. Religion. Policy management. Social change.

1 Introdução

Esse artigo se refere a uma parte da nossa pesquisa que será desenvolvida no Haiti, cujo objetivo principal consiste em analisar e criticar a metodologia da gestão dos conflitos armados pelo poder político e do papel e do lugar das religiões neles a fim de compreender por que esses conflitos são tão frequentes e repetitivos no município de *Cité Soleil* e quais seriam seus impactos no processo de mudança social. Com efeito, este estudo empírico pretende ter um caráter inovador no sentido de que ela quer abordar um problema crucial, mas muito

pouco pesquisado, no entanto, de um lado, os fatos e os dados (qualitativos e quantitativos) que se relacionam a ele estão disponíveis; ele permanece no país há 25 anos, do outro. Ele concerne os conflitos sociais violentos entre bandas armadas numa cidade chamada *Cité Soleil*, mundialmente reconhecida pela frequência desse tipo de fenômeno social. Além de toda interpretação errada, devemos entender, em primeiro lugar, que esses conflitos, apesar de serem sociais, são ligados a outros problemas econômicos muito complexos como desemprego, pobreza, repartição desigual das riquezas; segundo, eles são também um problema político, pois é da responsabilidade do Estado de prevenir, gerir, resolver e transformar os conflitos armados a fim de garantir a segurança de cada cidadão.

Duas razões principais justificam nossa preferência por *Cité Soleil*. A primeira é que a cidade representa o baluarte da repetição dos conflitos armados que complicam e pioram a vida social e econômica dos indivíduos. A segunda razão leva em consideração a posição geopolítica e estratégica de *Cité Soleil* enquanto um dos espaços geográficos mais apropriados para analisar, não apenas, o processo de mudança social no qual os conflitos armados têm um papel importante como também constatar a fraqueza das políticas públicas relativas a um plano de segurança que tende a pensar e abordar esse fenômeno de maneira racional. De fato, ao analisar e criticar o papel das religiões e as ações políticas do governo na gestão desse fenômeno que representam os conflitos armados, nossa ambição é tentar, a partir das teorias sociológicas de conflito, de mudança social e do papel da religião nos conflitos, explicar cientificamente por que os conflitos armados em *Cité Soleil* são tão frequentes e repetitivos. Assim, além de uma apresentação resumida delimitação geográfica e do contexto histórico do início dos conflitos armados, esse ensaio se articulará primeiro, acerca da teoria social do conflito, tratar-se-á de ver em que sentido esses estudos teóricos poderiam ajudar-nos a entender a essência dos conflitos armados em *Cité Soleil*; segundo, da teoria do papel das religiões na situação dos conflitos em que vamos tentar analisá-la enquanto espaço de reconstrução das relações sociais; por fim, terceiro, de uma crítica da gestão política feita pelo governo desse fenômeno, nesse aspecto vamos tentar ressaltar, seja sua fraqueza ou sua eventual implicação nele.

2 Delimitação geográfica e dados demográficos de Cité Soleil

Pela lei de 26 de março de 2002 *Cité Soleil* passa do estatuto de secção municipal ao estatuto de município. Ela define sua composição e sua delimitação. Composto comefeitode duas secções municipais-*Varreux 1* e *Varreux 2*, e de vinte novedistritos muito vizinhos, *Cité Soleil* tem os bairros mais vulneráveis aos conflitos armados do país como *Boston*, *Bois-Neuf*, *Soleil 1*, *Soleil 2* e *Projet Drouillard*.¹ *Cité Soleil* está limitado do leste para este a partir de *Wharf Jérémie* até o cruzamento *Aviação*, ao norte a partir da estrada Nacional 1 até o cruzamento *Damiens* e se termina no sul de *Wharf Jérémie*. Zona litorânea muito estratégica do ponto de vista econômico e geopolítico, *Cité Soleil* tem uma superfície de 22 km² e é cercado pelas zonas industriais e manufatureis no noroeste, pelas praias do país mais atraentes no sul² e pelo mar³ no nordeste. Ele está perto das grandes empresas que representam o pulmão econômico do país entre os quais podemos notar *Brasserie National*, *La Couronne*, *Barbancourt* (empresas de bebidas), *Aciérie d’Haiti*, *Parc Industriel SANAPI*,⁴ dentre outros. Com uma população de 252.960 habitantes e uma densidade de 11.498,18 habitantes por quilômetros quadrados (IHSI,⁵ 2003), o município de *Cité Soleil*, não apenas, a favela mais populosa e pobre do país, mas também do Caribe. Segundo o último censo, 54,59% da população que mora lá tem dezoito anos, muito jovem, mas todos eles estão sem emprego, sem acesso à escola pública, aos serviços sanitários, sociais e culturais básicos.⁶

1. Esse bairro se tornou uma localidade de conflitos violentos entre grupos armados nos anos 2000, mais precisamente em 2004 após a queda do presidente Jean-Bertrand Aristide.
2. Trata-se da zona chamada *CôtedesArchadins* que constitui o pulmão da indústria turística mais lucrativa do país sem esquecer também as praias bonitas do sul.
3. O bordo do mar é povoado de construções anárquicas em papelão ou em chapa onde está vivendo a população maior de *Cité Soleil* numa situação catastrófica. Essa zona constitui também uma espécie de refúgio para que os bandidos possam se esconder porque ela é muito menos acessível para os policiais.
4. Essas empresas não estão sob o controle da jurisdição de Cité Soleil.
5. Instituto Haitiano de Estatística e de Informática
6. Para os dados geográficos e demográficos consulte o site do Ministério do Interior e das Coletividades Territoriais nesse endereço: <http://www.mict.gouv.ht/Commune/147>.

3 Breve contexto histórico do início dos conflitos armados em Cité Soleil

Os conflitos armados em *Cité Soleil* começaram em 1990, alguns anos depois do fim, em 1986, da ditadura militar dos *Duvalier* (pai e filho) que durou quase 30 anos. Isso significa que eles estão estreitamente e paradoxalmente ligados ao fim desse regime político e ao advento do que é geralmente chamado de “transição democrática”. Ou seja, as bandas armadas começaram a tomar o controle desse município teorizando a população e a enfrentarem-se violentamente entre si a partir desse período, enquanto a situação social e econômica dos indivíduos piorou e dificultou. A partir daí, embora nessa época o uso das armas não tenha tido tão evoluído ainda, as relações entre os diferentes grupos sociais eram marcadas por confrontações não violentas. É um período histórico ancorado nas grandes turbulências internas e nacionais e que teve suas consequências específicas sobre cada parte do país em particular as zonas desfavorecidas e pobres, neste caso *Cité Soleil, Martissant, La Saline, Solino e Bel Air*. Portanto, antes dos anos 1990 os conflitos sociais entre os cidadãos de *Cité Soleil* eram, porém, conflitos estreitamente pacíficos sem violência e não tinham todos esses efeitos negativos de hoje, pois consistiam em defesa de necessidades econômicas ou alimentares pela sobrevivência. Assim, antes que os grupos armados começaram a se brigar violentamente num espaço para controlá-lo, é importante salientar que *Cité Soleil* era um bairro onde prevaleceu uma atmosfera de paz e de calma (PIERRE-CHARLES, 1967; LEHMANN, 2005; NICOLAS, 2006).

Em novembro de 1989, Jean-Bertrand Aristide ganhou as eleições presidenciais que o consagraram presidente “democraticamente” eleito, mas em 1990 foi vítima de um golpe militar e exilado para os Estados Unidos. Consequentemente, o país passou 4 anos a ser governado por um contingente militar dirigido pelo general Raoul Cédras.⁷ Foi exatamente após esse golpe brutal que os mais jovens começaram a se envolver em crimes e atos de banditismo em *Cité Soleil*, sem saber de onde eles conseguiram essas armas, como foram armados, por que esse armamento clandestino e invisível. Podemos dizer que

7. Raoul Cédras é uma das grandes personalidades da CIA no Haiti que foi utilizado pelos Estados Unidos para organizar com o exército haitiano o golpe de 1990.

esse golpe de 1990, que acabou de fragilizar a transição democrática, constituiu uma das causas principais do início dos conflitos armados e violentos e de outros crimes que a população de *Cité Soleil* passou a sofrer. Assim, Haiti falhou um momento crucial de mudança social e política após a queda da ditadura duvalierista.

A partir de 1995, após o retorno de Aristide em 1994, os conflitos armados já atingiram um estágio muito avançado e pior até 2001: O período que marcou a grande degeneração dessa situação que acabou de escapar ao controle das autoridades governamentais e locais. Esse período foi marcado também por um armamento acelerado das bases em *Cité Soleil* que se reclamavam partidários do governo do presidente Aristide. Entre 2001 e 2003, as violências aumentaram consideravelmente em *Cité Soleil* e transformaram em quase um campo de guerra. Essa situação catastrófica, que afetou principalmente as famílias e fragilizou a vida social nesse bairro, foi uma das causas do segundo exílio de Aristide em 2004 para a África do Sul e se ampliou imediatamente após esse exílio. A cidade passou acerca três anos a ser controlada por grupos armados sem a presença das autoridades policiais e judiciárias. Todavia, entre o fim de 2008 e o início de 2010 antes do terremoto, *Cité Soleil* passou por um momento de calma superficial, os conflitos armados diminuíram um pouco, as atividades sociais, culturais e econômicas voltaram timidamente, de certa forma, a seu ritmo mais ou menos normal. Na verdade, não se trata de uma real diminuição ou de um fim dos conflitos violentos, pois são latentes. O que significa que os bandidos param de se brigar por suas próprias causas sem a intervenção de um terceiro que, segundo Freud, é sempre importante (FREUND, 1983: 287-301). Como vamos ver adiante, apesar da contribuição do programa CNDDR⁸ na criação desse clima de paz aparente, não se trata de uma metodologia de resolução e de transformação dos conflitos armados.

Além disso, o terremoto de 2010 que destruiu a quase totalidade da capital do país agravou mais a situação dos conflitos armados em *Cité Soleil* complicando o trabalho dos policiais: muitos bandidos e criminosos fugiram das prisões civis. A comunidade de *Cité Soleil* encontrou numa situação muito delicada e isolada. Isso acabou de aumentar os confrontos armados entre diversas bandas rivais, assim,

8. Comissão Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção.

o crescimento dos atos de criminalidade e do número de grupos armados dentre as principais conseqüências desse terremoto em relação à situação do conflito armado que se desenvolve em *Cité Soleil*, uma cidade vulnerável no plano demográfico e econômico. Várias zonas se tornaram ainda mais inacessíveis à policia, pela causa do fenômeno das mobilidades sociais foi criada uma favela ainda mais perigosa chamada *Canaan* onde as pessoas que estavam fugindo os conflitos começam a criar uma outra vida social, organizar grupos religiosos para não falar de igrejas no sentido institucional do termo.

Até hoje, *Cité Soleil* permanece uma zona de *non droit*, a cidade cuja população está crescendo a um ritmo exponencial sem um plano político de planejamento territorial, ela aparece ser rompida com o resto da sociedade vivendo num complexo isolamento. Os olhos do mundo inteiro e da comunidade internacional se projetam sobre ele classificando-o na lista das *zonas vermelhas*. Assim, a vida econômica fica cada vez mais complicada e difícil, pois, para poderem funcionar, os pequenos negócios, as pequenas empresas e as atividades comerciais informais precisam da permissão ou do acordo dos grupos armados que são os únicos no comando do bairro. A vida econômica nesse bairro é cruel e infra-humana: 7/10 habitantes gastam por dia menos que um dólar americano (1 U\$) para sobreviver, 60% da população com a idade de trabalhar está sem emprego. Ademais, as atividades econômicas que conseguiram funcionar, são pouco lucrativas, o que impede ao município ter seu próprio orçamento de funcionamento, ele depende em maior parte do orçamento do governo central. Por conseguinte, *Cité Soleil* não gera suficientemente receitas próprias que lhe permitiriam criar atividades econômicas para sair dessa dependência econômica.

4 A teoria social do conflito

O conceito de conflito é de uso muito comum, e como todo conceito é suscetível ser vítima de um uso abusivo, sobretudo quando ele é confundido com as noções como problema, competição (forma clássica de conflito como diz Weber⁹), desacordo, tensão e violência. O conflito se encontra em todos os níveis da vida social: família, grupos

9. Max Weber. *Économie et Société*. Paris: Plon, 1971, p. 24-26.

de amigos, equipes, empresas, universidade etc. Qualquer situação da vida pode ser um catalisador de conflito, e podemos dizer que um conflito nasce a partir dos objetivos incompatíveis (FREUND, 1983: 19; ONU, 4). Nesse sentido, precisamos ficar atentos que o conflito é a regra da vida humana e social. O conflito é uma fase normal pela qual a sociedade tem que passar, então não precisa dramatizá-lo. Segundo Freund, um conflito é definido pela dissolução de um terceiro e a constituição de dois grupos antagônicos: os amigos e os inimigos (Op. cit. p. 14). O conflito não é um simples desacordo mesmo que todo conflito comesse a partir daí, mas é um fenômeno social que deve ser analisado segundo os métodos analíticos (BURTON, 1992: 4). Isso quer dizer que, entendido como uma prática social tão velha como a humanidade, o conflito se apresenta, segundo Heráclito de Efésia citado por Christine Marsan,¹⁰ como a melhor fonte originária da verdadeira harmonia social. O sociólogo alemão Lewis Coser destacou que os conflitos surgem a partir do momento em que uma organização falha a seu papel de resolver os problemas considerados como fundamentais por seus membros. Para ele, os conflitos são fenômenos sociais normais na sociedade e têm como a missão de manter a ordem social e fortalecer a organização social. Ele acrescenta que o conflito tem a ver com as demandas insatisfeitas da população que encontram um obstáculo em comparação com os interesses burocráticos que ele chama “interesses criados” (COSER, 1967: 34-35).

A teoria social do conflito de Reimann chama nossa atenção sobre três maneiras fundamentais de abordar o conflito na sociedade. Primeiro, como um problema de ordem política, segundo, como um catalisador de mudança social, e terceiro, como uma luta não violenta pela justiça social (REIMANN, p. 7). Numa abordagem objetiva, acrescenta ele, a origem do conflito se encontra no caráter social e político assim como na estrutura da sociedade, o que significa que o conflito sofrido pela sociedade pode não ter nada a ver com as percepções e os

10. « A oposição dos contrários é condição da evolução das coisas e ao mesmo tempo princípio da lei. O estado de estabilidade, de concórdia, e de paz, é apenas a confusão das coisas na iluminação geral...O que é contrário é útil e é do que está em luta que nasce a mais linda harmonia; tudo se faz por discórdia...O combate é pai e rei de todas as coisas; de alguns, ele criou deuses, de alguns homens, dos uns escravos, dos outros homens livres. » (MARSAN, 2008: 11) (Nossa tradução)

sentimentos das partes que se envolvem nele.¹¹ Freund, por seu lado, chama também nossa atenção sobre o mesmo aspecto sublinhando os fatores exteriores ao conflito. Nascido num espaço de relação social, todo conflito é imposto por um contexto social bem definido exterior aos atores e estes entram em conflito pela causa desse contexto social sem saber. Todavia, se eles conseguem resolver o conflito antes da sua explosão, não é porque o contexto social não existe mais, mas porque ele mudou ou algo de mágico faz que isso aconteça (Op. cit. p. 20-21).

O argumento de Honneth leva em conta a questão da individualidade para ressaltar a natureza social do conflito. Segundo ele, o fenômeno do individualismo conhece hoje nas sociedades contemporâneas um desenvolvimento muito rápido e, parece, se torna a forma de vida cada vez mais valorizada. Para ele, o conflito social passa pela luta do indivíduo por reconhecimento de sua própria identidade, de seus próprios valores culturais. Ele considera essa luta por reconhecimento como um desenvolvimento social. Quando os indivíduos, diz ele, entram em conflito não é porque querem uma auto conservação ou um aumento do seu poder, como Hobbes e Maquiavel o percebem, mas porque a identidade pessoal ou coletiva deles está ameaçada, por isso, precisam lutar para fazê-la respeitar defendendo sua moral (HONNETH, 2003: 15-17). Em regra geral, a teoria social do conflito nos ensina que um conflito tem por objetivos, primeiro, mostrar a fraqueza, a força e a vulnerabilidade do sistema social e a necessidade de mudá-lo parcialmente ou integralmente, segundo, permitir entender também as diversas dimensões e a fragilidade das relações humanas e sociais.

5 O conflito como vector de relação social

Se cada relação humana que se constrói é uma nova possibilidade de conflito que se cria, então a relação humana é em si mesma conflituosa. E se a relação humana é conflituosa isso significa também que a conflitualidade é inerente e imanente à vida humana, e como os seres humanos são atores sociais, então o conflito caminha para

11. Cordula, Reimann. *Assessing the state of the heart in conflict transformation*. Disponível em: http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2011/2568/pdf/reimann_handbook.pdf, p. 3.

uma construção de relação social, seja durável ou efêmera. Portanto, qualquer tipo de relação social é conflituoso, pois o conflito é da ordem da vida imediata e nos leva a criar outras relações sociais. Nesse sentido, Freund sustenta:

“O que convém a esclarecer, é que o conflito pertence à ordem das relações sociais que na sua reciprocidade incluem uma discórdia que pode ir até a inimizade (...) Importam pouco as razões circunstanciais de ordem reivindicativa, ideal ou afetiva que o motivam, o conflito nasce da escolha diferente que fazem os participantes de uma relação social recíproca que, por seu sentido visado subjetivamente, envolve um desacordo. O que tem de observar do ponto de vista sociológico, é que essa escolha não é inteiramente livre, pois é condicionada, ao menos indiretamente, pelo contexto social” (FREUND, Op. cit. p. 21) (Nossa tradução).

A teoria social de conflito de Simmel nos ensina que não devemos continuar a enxergar o conflito como um monstro destruidor e devastador das relações humanas, como um fenômeno que complica, destrói ou bloqueia o funcionamento da sociedade. Ao contrário, o conflito deve ser visto numa perspectiva construtiva, pois pode levar a um melhor andamento do corpo social. Simmel apresenta o conflito como aquele fenômeno poderoso suscetível permitir aos membros de um grupo uma melhor integração social. Segundo ele, os comportamentos antagonistas não têm só uma finalidade social negativa, mas permitem a cada um de nós conhecer melhor seu caráter, sua atitude e seu comportamento a fim de chegar a uma vida de relação social equilibrada.¹² Como Ferguson já o percebeu, o conflito social tende ao progresso da sociedade, em outras palavras, os conflitos sociais participam também do processo de criação de valor e de desenvolvimento da sociedade. Coser, por seu lado, considera que os conflitos sociais têm um papel crucial de mudança social. Para ele, a sociedade é dinâmica e não estática, e os conflitos fazem parte desse dinamismo.

-
12. A oposição de um membro do grupo a um companheiro, por exemplo, não é um fator social puramente negativo, quando vezes tal oposição pode tornar a vida ao menos possível com as pessoas realmente insuportáveis (...) Nossa oposição nos faz sentir que não somos completamente vítimas das circunstâncias. Permite-nos colocar nossa força à prova conscientemente e só dessa maneira dá vitalidade e reciprocidade às condições das quais, sem esse corretivo, nos afastaríamos a todo custo. (SIMMEL, 1983: 127).

Os conflitos, como, por exemplo, os conflitos armados e violentos tendem geralmente a um sinal de mudança social. Ele afirma:

“El conflicto es el tabanodelpensamiento. Estimula nuestra percepción y nuestra memoria. Fomenta la investigación. Sacude nuestra pasividad de ovejas, incitándonos a observar y a crear (...) El conflicto es *elsinequa non* de la reflexión y la inventiva” (COSER, 1967, p. 26).

Nesse sentido, os conflitos armados em *Cité Soleil*, apesar da sua natureza violenta e criminosa, que poderia ser objeto de um estudo mais profundo pela sociologia do crime, podem nos ajudar a entender melhor a mudança social que está acontecendo no Haiti contemporâneo. Em resumo, essa abordagem teórica do conflito social nos permite entender que o conflito entre grupos sociais é uma condição da vitalidade da existência coletiva (TERRIER e MÜLLER, 2013: 6). Ele é uma situação que nós somos condenados a viver cada dia e com a qual devemos acostumar-nos. Baseando-nos nesse breve percurso histórico em *Cité Soleil* e partindo dessa fundamentação teórica da sociologia do conflito analisada em cada um dos autores, levantamos três paradigmas para prosseguir nossa pesquisa: primeiro, os conflitos armados em *Cité Soleil* são de ordem social e política, segundo, eles se escrevem numa dinâmica de mudança social e de mudança do comportamento dos indivíduos na sua vida social e relacional, enfim, terceiro, eles são exteriores aos atores que se envolvem neles.

6 A teoria do papel da religião nos conflitos armados

A teoria social do papel da religião nos conflitos ressalta três maneiras pelas quais a religião, vista como aparato institucional, espaço organizacional ou crença, pode se envolver num conflito, seja armado, violento ou não. Primeiro, no âmbito do seu papel moral, a religião pode ajudar na prevenção e na resolução do conflito desempenhando um papel de interlocutor ou de mediador para chegar à paz entre os grupos rivais. Num documento preparado por os crentes cristãos, judeus e muçulmanos na Suécia, lemos o seguinte:

“In such encounters religious communities can find ways both to prevent conflicts and to minimise violence when conflicts

appear (...) We were concerned with the double role we can perceive when religion is used sometimes to raise or stir up conflicts and at other times to prevent or stop violent actions”.¹³

Em segundo lugar, a religião pode ser uma das fontes do conflito, seu canal de alimentação e de provocação, ou seja, apesar do seu aspecto social e político, o conflito pode ter suas raízes dentro da religião si mesma. Nesse sentido, podemos falar de conflitos religiosos ou *guerra das religiões*. Em terceiro lugar (e é esse aspecto que gostaríamos de investigar mais), no âmbito do seu papel de fundamento de elo social e de solidariedade social, nos conflitos a religião pode ajudar no restabelecimento e no fortalecimento das relações sociais, na busca de uma coesão social e na construção de uma justiça social. Os dois últimos aspectos fazem lembrar, entretanto, um duplo papel dicotômico da religião: ela tem essa astúcia de ser ao mesmo tempo um cimento social e um pomo de discórdia. A tendência de hoje é esquecer ou ignorar o papel das religiões nos conflitos, sequer as pesquisas científicas não a levam em conta como lamenta Katherine Marshall: “Someonedid a surveyof over 1,000 academicarticlesonconflict, and onlythreehadgivensystematicattentiontothe role ofreligion” (MARSHALL, p. 1).

Essa ignorância se reproduz também nos conflitos armados em *Cité Soleil*. Quando se trata de conflitos armados, tudo mundo se concentra nas questões política e econômica esquecendo a religião que, com certeza, tem um papel significativo nesses conflitos.

Dentre essas três maneiras acima definidas pela teoria social do envolvimento da religião¹⁴ nos conflitos sociaisouviolentos, a que consiste em ver na religião o fundamento do elo socialnos interessa mais e, no caso de *Cité Soleil*, a religião será estudada como estrutura social que permite reorganizar, restabelecer e fortalecer as relações sociais dentro de um espaço de conflitos armados.

13. Tools For Peace, p. 6.

14. A religião vista como aparato institucional, espaço organizacional de crença e de vida social e espiritual.

7 A situação da religião em Cité Soleil

Sendo a religião predominante no Haiti, 54,7% da população pertencem ao catolicismo, vêm depois os Baptistas e os pentecostais com respectivamente uma porcentagem de 15,4% e 7,9%. Os que se dizem *sem religião* são de 10,2%.¹⁵ Porém, a religião popular e enraizada na história social e cultural do país é o vodu: Religião de resistência haitiana durante as guerras da independência. Marginalizado e discriminado, é difícil dizer, estatisticamente, o número de crentes que pertencem ao vodu, todavia, ele é tecido à cultura haitiana e seus adeptos são numerosos (HURBON, 2002; FRIDOLIN, 2000; GUIGNARD, 1993). Embora seja difícil dizer também exatamente – ainda por falta de dados estatísticos – quantas igrejas católicas e protestantes ou quantos templos de vodu, *les péristyles*, existem em *Cité Soleil*, mas podemos dizer que os cultos e ritos das principais religiões acima citadas são, não apenas, presentes na comunidade de *Cité Soleil*, mas sobretudo, desempenham um papel crucial nas situações de conflitos armados enquanto espaço de fortalecimento da solidariedade social. Ou seja, o espaço religioso vira em situações de conflitos violentos a arena social de reorganização da vida social e de reconstrução das relações sociais entre os indivíduos.

Com efeito, durante os conflitos armados em *Cité Soleil*, temos feito três observações. A primeira observação se traduz pela atitude das religiões e chamou muito nossa atenção: Elas demonstraram a capacidade de ser o centro de reconforto social para a comunidade em aflição e em busca de uma vida de relação humana melhor, isto é, um espaço de coesão social, o no qual, apesar de tudo, os elos sociais se reforçam e se fortalecem, e as relações sociais dos fiéis entre si e destes com o resto da comunidade podem ser revitalizadas. As igrejas tanto católicas como cristãs e *les péristyles* foram transformados em um lugar de efervescência coletiva e de terapia social. Neles os indivíduos conseguem uma verdadeira vida de relação social, em suma, em período de conflito armado, a vida social real está dentro da arena religiosa. Assim, a religião ajudou os indivíduos a ter coragem e força nessas situações difíceis para conseguir levar uma vida de esperança em ascensão social e progresso econômico. A segunda

15. Dados disponíveis no site do Instituto Haitiano de Estatística e de Informática (IHSI). <http://www.ihsi.ht/>.

observação leva em conta o elo que os bandidos têm com a religião: a maioria dos líderes influentes das bandas armadas eram membros de uma igreja ou pertencem a uma família religiosa ou a uma cultura religiosa. Vários continuam praticando uma religião, geralmente o vodu, enquanto participam clandestinamente dos atos de banditismo. Isso torna complexo e problemático definir seu estatuto religioso. Segundo um inquérito realizado por AVSI, entre 2010 e 2013, a maioria dos jovens que se tornam bandidos ou criminosos na comunidade de *Cité Soleil* vem de uma família religiosa e recebeu, seja na sua infância ou na sua adolescência, uma educação religiosa. O que cria uma ótima ocasião de questionar o tipo de educação religiosa beneficiada pelas crianças em *Cité Soleil*?

A terceira observação tem a ver com a postura dos bandidos em frente dos símbolos religiosos: Seu comportamento deixa de enxergar uma mistura e uma combinação de magia e de religião, ou seja, os bandidos se acostumam a levar consigo, no momento dos conflitos, uma bíblia, um rosário, um lençol vermelho, uma imagem de santo ou de um dos deuses do vodu, tudo isso não traduz uma guerra santa, mas para implorar a proteção dos espíritos durante os confrontos violentos. Segundo alguns testemunhos, o rito mágico do vodu é muito presente dentro desses grupos armados. Esse fenômeno antropológico e sociológico presente na sociedade haitiana é, infelizmente às vezes, ignorado e esquecido, no entanto, é real e verdadeiro. O que traduzem esses símbolos para os bandidos? Qual seria seu significado? É um aspecto etnográfico interessante que constituirá uma das pistas para nossa investigação científica a fim de entender, noutro grau, como os símbolos religiosos se combinam e se misturam nos conflitos armados.

Enfim, o terceiro e último elemento que, no desenrolamento dos conflitos armados em *Cité Soleil*, deverá chamar nossa atenção é o profundo respeito dos bandidos não apenas para as Igrejas, templos e outros espaços religiosos ou lugares de culto, para os símbolos religiosos como a cruz, para os dias de atividades religiosas principalmente os cultos dominicais, mas também, para os atores religiosos (pastores, padres, fiéis, hougans etc.). O que pode explicar a origem e as razões desse sentimento de respeito? Por que durante os conflitos em *Cité Soleil*, a maioria das Igrejas católicas e protestantes, templos de vodu e de outras denominações, foi protegida? Por que durante os conflitos armados em *Cité Soleil* as demandas de religiosidade aumentam?

Assim, essa pesquisa pretende, partindo do estudo de caso de *Cité Soleil*, propor alguns elementos analíticos para tentar reparar essa fraqueza metodológica e epistemológica estudando como as Igrejas (católicas ou protestantes) e *les péristyles* foram transformados em lugar de efervescência coletiva e de terapia social nos períodos de conflitos armados. Em suma, em período de conflito armado, a vida social real está dentro da arena religiosa que representam as Igrejas e os templos de vodu.

8 Eventual implicação do poder político nos conflitos armados em Cité Soleil

Hoje em dia, no que dizem respeito aos conflitos armados em *Cité Soleil* ou em qualquer outro bairro vulnerável onde existem grupos de bandidos, uma pergunta fundamental se coloca: Qual é a relação entre os dirigentes políticos, passados ou presentes, e os grupos armados?

Com efeito, desde a ditadura dos *Duvalier* até hoje, na cultura política haitiana, para que um governo possa se manter no poder, ele procura o apoio sistemático de um grupo armado chamado *milícia* – corpo paralelo à instituição policial – formada geralmente de pessoas mais vulneráveis a serem marginalizadas e exploradas, a maioria dentre eles são jovens, desempregos e analfabetos. Assim, para se proteger contra um eventual golpe ou assassinato, o ditador François Duvalier criou em 1957 os *Tontons macoutes* (PIERRE-CHARLES, 1967). Após o golpe de 1990, *les Frap* foram a milícia formada pelo general Raoul Cédras para fortalecer e proteger seu regime (DANROC e ROUSSIÈRE, 1995). Seguindo essa trajetória, em 2001 conhecemos outra apelação dos grupos armados, “*les chimères*”, milícia mais desorganizada que as duas primeiras, criada sob o governo de Aristide e que, aparentemente, lhe teria ajudado a combater os que se têm oposto ao seu governo entre 2001 e 2004. Esse último caso nos mostra, infelizmente, como uma administração política central, explorando os grupos sociais vulneráveis, pode estar atrás dos conflitos armados ao invés de resolvê-los e transformá-los em proveito da sociedade.

Nesse caso, temos selecionado um vídeo no qual levantamos um testemunho incrível de alguns chefes de bandas armadas em *Cité Soleil* durante uma conversa entre si. Este vídeo tende a mostrar-

nos, infelizmente, como se justifica uma instrumentalização e uma exploração das categorias sociais mais vulneráveis por um sistema político que, ao invés de criar-lhes um espaço de lazer, cultural e social para se desenvolver, os incentiva aos conflitos armados. Assim, traduzimos as palavras seguintes:

“Um grupo de 24 principais chefes de bandas cujo sou o líder teve um encontro com o presidente Aristide, era a quarta vez. Em *Cité Soleil*, muitas pessoas morreram pela causa de Aristide (...) Um dia recebi uma ligação para que eu e meus soldados descendamos no centro da cidade onde fica o palácio porque o presidente Aristide estava em dificuldade com a oposição que invadiu o palácio, pois somos a última alternativa dele (...) Nos, habitantes de *Cité Soleil*, lamentamos muito por ter trabalhado em vão pelo governo de Aristide. *Cité Soleil* não precisa só de armas, mas precisa de educação, comida, saúde e moradias para todos. Isto deveria ser o resultado depois de votar no presidente Aristide, mas não tinha nenhuma solução desses problemas, assim, que sejamos bandidos ou agentes secretos do governo, isto é uma das minhas preocupações como jovem de 22 anos. Comecei a usar a arma de fogo desde que eu tinha doze anos, sou um soldado há dez anos. Há outras crianças que já começaram a usar a arma de fogo com uma idade menos que dez anos. Então, que país é este?¹⁶”

São as palavras do líder de um dos grupos armados mais poderosos na época em *Cité Soleil* que traduzimos. Um dos soldados dele acrescenta:

“Aristide se lembra de nós e precisa de nós quando estiver em grande dificuldade com a oposição dirigida por Apaid,¹⁷ mas após termos utilizado, nós esquece e nós joga fora como velhas meias. Colocamos sempre totalmente a sua disposição em qualquer hora que ele precisar da nossa ajuda (24 horas sobre 24), mas finalmente, temos realizado que formos explorados¹⁸”.

16. Assistir ao vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aYZnyHVB37E>. Publicado em 26-08-2010. Último acesso em 14-08-2014.

17. Apaid é um dos principais líderes do grupo de oposição chamado *Groupe 184* que contribuiu muito na queda do presidente Aristide em 2004.

18. Vídeo Ibid.

Portanto, baseando-nos nessas declarações selecionadas, é possível que um poder político esteja ligado a uma situação de conflitos armados ou tenha contato direta ou indiretamente com os grupos armados que os provocam. Além disso, um dos indícios que poderia suscitar essa idéia é a eliminação sistemática dos principais chefes de grupos armados.¹⁹ Aí vem essa pergunta, será que nunca teve uma política pública de resolução desses conflitos armados?

9 O plano político de segurança CNDDR²⁰ e suas fraquezas

Do ponto de vista político *Cité Soleil* é essa zona que representa um grande desafio para a aplicação de um plano político de segurança tanto em caráter nacional e municipal como internacional. Sim, existe uma prefeitura, representante direta do governo, que tem como papel executar o plano de segurança do governo, há um deputado e alguns delegados do governo. No que diz respeito à segurança, há uma delegacia policial composta de um pequeno número de policiais. Porém, apesar desse aparato administrativo isso não impede que os conflitos armados se reproduzam cada vez mais. Essa fraqueza precisa ser pesquisada no plano político de segurança chamado CNDDR.

Com efeito, auxiliado pelo PNUD, a CNDDR nasceu em 2006 para aplicar a política pública do governo relativa à segurança nacional. A meta principal é a de restabelecer a segurança nas zonas de grandes violências armadas, principalmente, em *Cité Soleil*, enquanto a metodologia é a entrega das armas pelos bandidos e sua reinserção social nas atividades culturais e educacionais da sociedade. Apesar de alguns resultados positivos em termos materiais, como a reconstrução do Tribunal de Paz, da Prefeitura Policial, a criação de algumas atividades sociais e culturais, embora efêmeras e fracas do ponto de vista de conteúdo, no caso de *Cité Soleil*, a CNDDR foi fortemente criticada e se atribuiu a um fracasso enorme como vamos vê-lo adiante.

Com efeito, vários setores econômicos, sociais e políticos da sociedade temiam a presença da CNDDR em *Cité Soleil* apesar da imagem de esperança que projeta, pois, segundo eles trata-se de um programa

19. Exceto um dos líderes influentes de grupos armados no ano 2006 em *Cité Soleil* que, após matar um cidadão francês, foi apreendido e julgado não no Haiti, mas na França onde é condenado a passar cinco anos na prisão.

20. Comissão Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção.

do governo para proteger os bandidos, ele não tem nada a ver com a melhoria da segurança dos cidadãos em *Cité Soleil*. Em consequência, em segundo lugar, ele foi percebido como uma espécie de refúgio para esconder os bandidos e dar continuidade à impunidade. Terceiro, as autoridades, por exemplo, o deputado e o prefeito de *Cité Soleil* foram acusados e se acusaram reciprocamente por aproveitar desse programa para politizar os conflitos armados, ganhar dinheiro e proteger seus próprios grupos de bandidos. Portanto, o programa CNDDR foi um grande fracasso no caso de *Cité Soleil* por duas razões principais. Primeiro, em vez de desempenhar um papel de mediador para tentar transformar os conflitos, a CNDDR agiu como agente de força, de pressão e de repressão por conta do governo deixando de lado a metodologia de gestão e de resolução do conflito como proposta pela ONU e por alguns autores (CARRÉ, 2013; MARSAN, 2006; PEKAR, 2008). A finalidade da metodologia proposta por esses autores consiste em chegar a transformar o conflito social em oportunidade de desenvolvimento. Segundo, sendo politizada, a CNDDR só levou em conta os aspectos políticos dos conflitos armados ignorando os aspectos sociais, culturais, religiosos e econômicos. Assim, a situação de conflitos em *Cité Soleil* fica iminente, e como afirmou a Cruz Vermelha, *Cité Soleil* representa “o microcosmo de todos os maus da sociedade haitiana”.

10 Conclusões

Como se trata de uma pesquisa em andamento, os resultados e as conclusões a serem atingidos se baseiam na hipótese segundo a qual, em primeiro lugar, a repetição dos conflitos armados em *Cité Soleil* resulta de uma fraqueza nas políticas públicas de administração deles pelo governo, isso acabou de gerar nesse município um problema de exploração social que aumenta a pobreza e a miséria, fragiliza a vida econômica, em segundo lugar, no cumprimento do seu papel de coesão social, a religião, de certa forma, se substituiu ao Estado como pacificador e organizador das relações sociais. Os conflitos armados lhe abrem um caminho para ser mais forte e indispensável na comunidade de *Cité Soleil*. Assim, o espaço religioso se torna uma

arena de reestruturação das relações sociais e de revalorização dos indivíduos como seres portadores de dignidade e de direitos.

Referências

- CARRÉ, Christophe. *Sortir des conflits: Le conflit est lavie!* Paris: Eyrolles, 2013. 181 p.
- DANROC, Gilles e ROUSSIÈRE, Daniel. *La répression au quotidien en Haïti, 1991-1994*. Gonaïves, 1995.
- FOUCHARD GUIGNARD, Mercédès. *La légende des loa, vodou haïtien*. Port-au-Prince: Déita, 1993.
- FRIDOLIN, Saint-Louis. *Le vodou haïtien: reflet d'une société bloquée*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- HURBON, Laënnec. *Dieu dans le vodou haïtien*. Paris : Payot, 1972, Port-au-Prince : Éd. Henri Deschamps, 1987 ; Paris : Maisonneuve & Larose, 2002.
- Instituto Haitiano de Estatística e de Informática (IHSI). <http://www.ihsi.ht/>
- MARSAN, Christine. *Gérer et surmonter les conflits: Anticiper, Comprendre et Déplacer*. 2^a ed. Paris: Dunod, 2006, 269 p.
- MARSHALL, Katherine. *The role of religion in conflict and conflict resolution*. Disponível em <http://explore.georgetown.edu/people/KM398/>. Último acesso em 10-08-2014.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. *Radiographie d'une dictature*. Port-au-Prince: Éd. Haitienne, 1967.
- PEKAR, Lempereur Alain. *Méthode de médiation: Au cœur de la conciliation*. Paris: Dunod, 2008, 271 p.
- WEBER, Max. *Économie et Société*. Paris: Plon, 1971.
- Videografia
<https://www.youtube.com/watch?v=aYZnyHVB37E>

Os movimentos sociais e as novas tecnologias da informação e comunicação – Um estudo comparativo entre movimentos sociais

GUILHERME FLYNN PACIORNIK

guile29@gmail.com

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Marta Mourão Kanashiro.

Resumo

A pesquisa recém iniciada de doutorado se propõe a investigar os discursos sobre tecnologia por parte de movimentos sociais, bem como o uso e as práticas cotidianas que estes fazem das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, assim como compará-los tanto entre si como à luz da bibliografia contemporânea sobre movimentos sociais e tecnologias. O propósito da investigação em questão não consiste em analisar em particular os novos mecanismos de exploração, dispositivos de dominação ou labirintos da sociedade de controle, mas, o de trazer para o foco e analisar experiências de movimentos sociais com uso intensivo de TICs como formas de escape destes labirintos de opressões e explorações. Serão estudados, o Coletivo Puraqué, de Santarém no Pará e a Rede Mocambos, rede com mais de 200 comunidades quilombolas, negras e indígenas espalhadas pelo país; ambos estes movimentos compartilham associação muito forte e original entre território e tecnologia, realizam metarreciclagem, utilizam software livre, e defendem a reapropriação, a transformação e a ressignificação da tecnologia. O terceiro movimento a ser estudado, a Transparência Hacker, de perfil distinto dos anteriores por não ser territorializado, é uma rede com mais de 1600 ativistas digitais e com papel na escrita do projeto da Lei de Acesso à Informação, entre diversas outras pautas. Além de revisão da e comparação com a bibliografia recente sobre o assunto, serão realizadas pesquisas de campo, etnografia e netnografia.

Palavras-chave movimentos sociais, tecnologia, tecnologias da informação e comunicação - TICs, sociologia da tecnologia

Ensino superior: produção das ideias e reformas institucionais

CINTHIA CRISTINA DOS SANTOS

cinthiacsantos@gmail.com

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri.

Resumo

Esta pesquisa objetiva investigar os limites e alcances das propostas de novos desenhos institucionais para o ensino superior no Brasil. Partindo do levantamento da legislação e de outros textos ligados, direta ou indiretamente, ao processo de implementação do que hoje se denomina Universidade Nova, buscar-se-á recuperar e analisar os elementos teóricos e políticos que sustentam a necessidade de um novo modelo de universidade no quadro do desenvolvimento da educação nacional. Além disso, considerando que para o referido modelo de universidade é crucial a formação interdisciplinar – segundo certa concepção de interdisciplinaridade – e a influência da reorganização curricular proposta pelo Processo de Bolonha (1999), esses dois elementos servirão de base para o desenvolvimento da nossa análise, que irá explorar a hipótese de que tanto a produção das ideias quanto as reformas institucionais no Brasil integram um mesmo circuito de produção e circulação internacional do debate sobre o ensino superior. Por fim, procurar-se-á colocar em evidência tanto as ideias nas quais se baseiam os textos aqui analisados quanto as políticas (nacionais e internacionais) que fazem com que, em dado momento do sistema de ensino brasileiro, emergjam certas concepções de educação em detrimento de outras.

Palavras-chave Universidade Nova; interdisciplinaridade, ensino superior, desenhos institucionais, currículos